

Tratar a Pobreza e Exclusão Social no âmbito de um Acordo de Cooperação entre uma IPSS e a Segurança Social. Análise das medidas de política para a intervenção neste domínio: Rendimento Social de Inserção e Ação Social

Anabela da Conceição Ribeiro Coelho

Relatório de atividade profissional elaborado para a obtenção de grau de mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, sob orientação da Professora Doutora Maria Cidália Queiroz

Senhora da Hora, julho de 2016

À Professora Cidália Queiroz

o meu mais profundo agradecimento por tudo o que me ensinou

e por me fazer acreditar que fazer melhor é sempre possível

Resumo

“Tratar a Pobreza e Exclusão Social no âmbito de um Acordo de Cooperação entre uma IPSS e a Segurança Social. Análise das medidas de política para a intervenção neste domínio: *Rendimento Social de Inserção e Ação Social*” visa uma reflexão sobre o exercício da profissão de assistente social.

Os contextos políticos e institucionais em que se desenrola a prática de serviço social; o trabalho que nessa prática vem sendo desenvolvido junto de famílias que experienciam grandes fragilidades económicas e sociais; o aprofundamento do conhecimento das condições de vida e dos fenómenos que concorrem para a pobreza e exclusão social dessas mesmas famílias são a base para a reflexão crítica fundamentada nos saberes teóricos que dos vários autores que estudam os fenómenos da pobreza e da exclusão social.

Palavras-chave: pobreza; exclusão social; serviço social

Abstract

“Treating Poverty and Social Exclusion under a Cooperation Agreement between a Private Institution of Social Solidarity. Analysis of politics measures for intervention in this area: *Rendimento Social de Inserção e Ação Social* aims to reflect on the profession of social worker.

The political and institutional contexts in which unfolds the practice of social work; the work that this practice has been developed with families experiencing major economic and social weaknesses; deepening the knowledge of living conditions and phenomena that contribute to poverty and social exclusion of these same families are basis for critical reflection based to on the theoretical knowledge that various authors who study the phenomena of poverty and social exclusion.

Key words: poberty; social exclusion; social work

Índice

Introdução.....	6
I - O contexto institucional, político e científico da intervenção do serviço social.....	8
II - Problematicar a pobreza	19
III - Diagnóstico económico-social de famílias intervencionadas no âmbito do sistema de proteção social: “ação social” e “rendimento social de inserção”	48
1 Apresentação das famílias	48
2 A dimensão económica da pobreza	49
2.1 Situação profissional atual	51
2.2 Rendimentos disponíveis vs despesas.....	59
2.3 Privação Material	66
3 Ambiente cultural e relacional do grupo familiar.....	73
3.1 Famílias com crianças até 3 anos de idade.....	80
3.2 Famílias com crianças entre 3 e 6 anos de idade	85
3.3 Famílias com crianças entre 6 e 10 anos de idade	88
3.4 Famílias com pré-adolescentes, idades entre 10 e 14 anos	91
3.5 Laços Sociais.....	95
4 Contrato de Inserção Social: conteúdo e processo de formalização.....	99
4.1 Os beneficiários dos serviços de proteção têm alguma participação na definição do seu estatuto?	99
4.2 A prática profissional no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social	104
4.3 A prática profissional no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social: um estudo de caso	127
Conclusão	148
Bibliografia	157
Anexo I	I
Anexo II	XI

Índice de Gráficos e Quadros

Quadro nº 1 - Idades e Género dos sujeitos da amostra	48
Gráfico nº 1 - Tipologia Familiar	49
Quadro nº 2 - Situação face ao emprego dos indivíduos em idade ativa (18-65 anos)	52
Quadro nº 3 - Desempregados segundo a duração do período de desemprego	52
Quadro nº 4 - Desempregados segundo a idade e a duração do período de desemprego	53
Quadro nº 5 - Intensidade laboral entre junho de 2013 e maio de 2014 dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos	54
Quadro nº 6 – Distribuição dos adultos em idade ativa que alguma vez exerceram atividade profissional, segundo profissão e nível de qualificação	55
Quadro nº 7 - Indivíduos a exercer atividade profissional segundo a relação jurídica com o empregador	59
Quadro nº 8 – Origem dos rendimentos regulares das famílias	60
Quadro nº 9 – Intensidade da Pobreza	61
Quadro nº 10 – Intensidade da pobreza/capitação após despesas fixas	62
Quadro nº 11 - despesas com habitação das famílias	64
Quadro nº 12 – Intensidade da Privação Material	67
Quadro nº 13 – Privação Alimentar	68
Quadro nº 14 – Impossibilidade de Pagar as Contas	69
Quadro nº 15 – Insegurança em Matéria de Alojamento	69
Quadro nº 16 – Equipamentos	69
Quadro nº 17 – Cuidados Médicos	70
Quadro 18 – Privação Material, Itens relativos às crianças	72
Quadro 19 - Home Inventory do Bebê	81
Quadro 20 - Home Inventory da Primeira Infância	86
Quadro 21 - Home Inventory da Meia Infância	88
Quadro 22 - Home Inventory da Pré-Adolescência	94
Quadro 23 – Laços Sociais Primários - família	96
Quadro 24 – Laços Sociais Primários – vizinhos/amigos	97
Quadro 25 – Laços Sociais Orgânicos – participação em associação local	97
Quadro 26 - Laços Sociais Verticais, formas de solidariedade coletiva	98
Quadro nº 27 - Encargos das famílias com livros escolares	112

Introdução

O presente relatório de atividade profissional visa refletir sobre o exercício da profissão de assistente social numa IPSS ao abrigo de um acordo de cooperação com a Segurança Social.

Exercer a profissão de assistente social junto de pessoas e famílias em situação de grande fragilidade económica e social no âmbito da Ação Social e do Rendimento Social de Inserção, não pode resumir-se à aplicação dos regulamentos normativos e dos manuais de procedimentos superiormente emanados, embora, os discursos neles contidos deixem a ideia de que segui-los, permite só por si inverter os processos de pobreza e exclusão social.

Na primeira parte deste trabalho, apresenta-se uma reflexão sobre o contexto institucional, político e científico da intervenção em serviço social no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). Aprofunda-se a análise dos funcionamentos sociais reais em que aí é exercida a profissão, sendo também a partir dessa mesma reflexão que se identificam os constrangimentos à prática. Esta reflexão, impõe que a ação profissional, rompa com as respostas que partem de procedimentos pré estabelecidos e de modelos padrão e assumam o diagnóstico rigoroso dos problemas das pessoas e famílias, e com estas a construção conjunta de soluções adequadas à natureza dos mesmos.

Refira-se que, surgem muito frequentemente, grandes obstáculos à concretização de soluções, os quais, o serviço social não consegue ultrapassar, não obstante, caber-lhe a siso a missão de fazer chegar aos responsáveis políticos os verdadeiros problemas que afetam as pessoas e famílias e os reais constrangimentos que os regulamentos e normativos não identificam.

De seguida a partir dos contributos teóricos de vários autores, apresenta-se uma reflexão sobre os fenómenos que concorrem para as situações de pobreza e exclusão social e em que medida estes constroem as famílias a uma plena integração no tecido social.

A pobreza e a exclusão social deriva das desigualdades no acesso à participação social a partir dos mais variados recursos, recursos estes, que ultrapassam a esfera económica, que se enquadram também no domínio dos recursos culturais, sociais e simbólicos dos atores sociais, da ausência do reconhecimento, do respeito e da valorização. No atual contexto económico e social, está associado à pobreza um “estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade de todos os que a experienciam”. (Paugam, 2003)

Neste seguimento, procedemos ao diagnóstico económico-social de um conjunto de famílias acompanhadas no âmbito da ação social e do RSI. Constituímos uma amostra de 40 famílias que tem em comum ter menores a cargo. Com recurso a uma entrevista estruturada procedemos ao levantamento dos dados que se apresentam neste estudo: as condições económicas; as suas relações com o trabalho/emprego; com a escola; as condições de privação quer para a família em geral, quer para os menores em particular.

A partir do *Home Inventory* (Betty Caldwell e Robert Bradley) aplicado às crianças até aos 14 anos, analisámos o ambiente familiar em que as crianças estão inseridas. O conjunto de escalas de que o *Home Inventory* dispõe, permite-nos dar conta da quantidade e qualidade de estimulação que percebemos nas nossas famílias ficar muito aquém do que os autores consideraram mediano.

Criamos ainda um questionário centrado na recolha de dados sobre os laços sociais que constituem a rede de sociabilidades das famílias para aprofundar a compreensão dos modos de vida das 40 famílias objeto da nossa intervenção.

Por fim, proceder à análise do funcionamento do SAAS apresentando exemplo concretos da prática profissional e refletir sobre o Contrato de Inserção Social no que concerne aos seus conteúdo e processos de formalização e refletir sobre a questão: em que medida os beneficiários dos nossos serviços participam na condução do seu estatuto social e na constituição da sua identidade pessoal?

Em conclusão, recorreremos ao Código de Ética da *National Association of Social Workers* (USA), desenvolvemos uma reflexão sobre a missão do serviço social: *promover o bem-estar do indivíduo no contexto social e o bem estar da sociedade... os trabalhadores sociais promovem a justiça social e a mudança social com e em favor dos clientes*. Admitindo que não existe um único entendimento sobre o que é a justiça social, só cum um trabalho de objetivação dos conteúdos, designadamente recorrendo ao auxílio da ciência é possível que este ou qualquer outro código de ética se constitua como efetivo guia orientador das boas práticas de serviço social.

I - O contexto institucional, político e científico da intervenção do serviço social

Na qualidade de assistente social num Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social numa Instituição Particular de Solidariedade Social¹ desenvolvo uma prática profissional junto de um conjunto de famílias cuja situação de vulnerabilidade económica e social varia entre a carência absoluta e a insuficiência de rendimentos para fazer face a necessidades básicas de sobrevivência.

Tal como é dito *Manual De Procedimentos Para O Atendimento E Acompanhamento Social* (Segurança Social), o atendimento/accompanhamento social é um serviço que emerge da necessidade de responder a situações de pobreza e exclusão social. Neste mesmo manual é citado o Relatório da Comissão das Comunidades Europeias que analisa a exclusão social como fenómeno resultante de uma multiplicidade de fatores, tais como acesso inadequado à habitação, à educação, à participação cívica e a serviços e priva os indivíduos do acesso a direitos considerados básicos na sociedade moderna. De salientar a posição desta Comissão a respeito da necessidade de rejeitar “a visão fatalista da exclusão social” e assumir que “todos os cidadãos têm direito ao respeito pela dignidade humana”.

À luz do acima referido manual, o atendimento/accompanhamento é “um ato profissional fundado em saberes teóricos, éticos e práticos, que implica uma relação dialogante entre técnicos e indivíduos no sentido da resolução, minoração e/ou prevenção de situações que originem exclusão. É uma resposta social na qual são acompanhadas e/ou atendidas pessoas e famílias, numa relação de reciprocidade e confiança entre cliente e técnico no sentido da resolução, minoração ou prevenção de dificuldades geradas por ou geradoras de pobreza e/ou exclusão social e da promoção de condições facilitadoras de bem-estar e qualidade de vida, nomeadamente através da concretização de um plano de inserção” (DGSS, 2006). Neste documento é assumido que a resposta social deve cumprir objetivos, tais como “contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, assegurando o acompanhamento social na definição e efetivação do seu projeto de qualidade de vida”; “reforçar a autonomia e a autoestima do indivíduo, apoiando na agilização das suas redes afetiva, familiar e social e outros recursos pessoais”; “mobilizar os recursos da comunidade apropriados à progressiva inserção social e bem-estar pessoal, social e profissional dos indivíduos/famílias”.

¹ Decreto-lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro.

A reflexão que aqui se irá desenvolver acerca da prática profissional de assistente social tomará como referência os objetivos acima enunciados, procurando objetivar o seu conteúdo substantivo. Proceder a este trabalho de objetivação dos conteúdos contidos nas declarações que acima se transcrevem é um caminho que se impõe a fim de poder avaliar a conformidade ou a distância entre as palavras e a vida real das pessoas que recorrem a este tipo de serviço. Por exemplo, falar em acesso inadequado a recursos como a habitação, a educação, a participação cívica nada nos esclarece acerca dos processos e dinâmicas sociais que são obstáculo à apropriação de recursos hoje considerados básicos, como nada esclarece acerca dos caminhos que é preciso percorrer para os ultrapassar. Na realidade, a compreensão fina dos processos e das relações sociais que estão na origem da restrição severa das oportunidades de acesso aos recursos fundamentais implica sólidos conhecimentos científicos sobre o funcionamento dos mais variados campos da vida social: emprego e economia, ensino/educação, político, social. Por exemplo, conhecer as razões profundas que interditam o acesso à educação de largos segmentos da população infantil é crucial não só para proceder ao diagnóstico rigoroso da falta de escolarização mas, igualmente, crucial para identificar as ações efetivamente adequadas e eficazes. A formação científica e a reflexividade crítica que lhe deve estar associada são indispensáveis a fim de ser possível questionar o que no funcionamento do sistema de ensino faz parte do problema. Nesta linha de pensamento, interessa colocar o problema da falta de oportunidades das crianças das famílias pobres acederem a um ensino pré primário de qualidade. A ciência não deixa margem para dúvidas quanto à importância da estimulação cognitiva nos primeiros anos de vida, designadamente no domínio da linguagem. Sabe-se que as probabilidades de aprender e de gostar da escola aumentam consideravelmente com a estimulação precoce e que esta depende da formação cultural dos familiares. Como pode o assistente social assumir a atitude não fatalista de que fala o Relatório da Comissão das Comunidades Europeias? A resposta que nos ocorre é que, mesmo que a ausência de oferta de equipamentos seja insuperável, nos cabe elaborar relatórios devidamente fundamentados sobre as carências e as necessidades das famílias, sejam elas de ordem financeira, tenham elas a ver com dificuldades de relacionamento com a escola e outras instituições, ou ainda, remetam para o acesso à saúde, ao emprego, à qualificação escolar e profissional, ao desenvolvimento pessoal. Caso para falar na advocacia social, uma das missões mais importantes do serviço social e que consiste em fazer chegar aos responsáveis políticos os verdadeiros problemas que

atingem os indivíduos, procurando influenciar o desenvolvimento e a melhoria da política social. Infelizmente, o serviço social não raro está constrangido a circunscrever a sua ação ao controlo social, descurando a mudança social e a justiça social.

Voltando ao Manual de Procedimentos, o que parece relevante salientar é que mais importante do que as declarações de princípio, retoricamente muito bem formuladas, interessa analisar os funcionamentos sociais reais e conhecer os efetivos bloqueamentos do acesso de todas as pessoas à dignidade e à valorização. De nada serve afirmar que devemos “contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo”, que o devemos acompanhar na “definição e efetivação do seu projeto de qualidade de vida”, que devemos “reforçar a autonomia e a autoestima, apoiando na agilização das suas redes afetiva, familiar e social” se descurarmos a identificação dos meios indispensáveis para concretizar tais objetivos. Se compararmos a elevação irrepreensível da linguagem utilizada neste manual de procedimentos com os meios efetivamente disponíveis para responder às necessidades não deixaremos de concluir que existe um grande desfasamento entre o discurso e a realidade.

Trabalhando num contexto social muito adverso à realização do bem-estar humano e da justiça social, o assistente social terá que escolher entre assumir o controlo social como sua função principal ou assumir o *empowerment*, a auto determinação e o desenvolvimento das potencialidades individuais como valores nucleares da sua intervenção. Basear a ação numa correta e exaustiva avaliação das necessidades das pessoas e no estabelecimento de uma relação de ajuda de tipo *rogeriano* são os dois princípios imperativos para desenvolver um serviço social efetivamente gerador de transformação. Trabalhar em torno do diagnóstico rigoroso dos problemas e da construção de soluções adequadas à natureza dos mesmos, implica, desde logo, romper com a submissão à oferta de receitas estereotipadas, mesmo que estas provenham do próprio sistema de proteção de social. Como demonstraram já diversos autores, entre outros, Gaulejac e Léonetti (1994), Paugam (1997), Castel e Laé (1992), o funcionamento das organizações sociais segundo princípios burocráticos torna inúteis muitas das soluções que estas propõem no combate às situações de privação e de desinserção.

Bastará observar de perto as condições de exercício da minha prática profissional como assistente social para chegar à conclusão de que o discurso contido no *Manual de Procedimentos Para O Atendimento E Acompanhamento Social* (Segurança Social) não passa de uma retórica inconsequente, uma vez que se demite completamente de considerar os há

muito conhecidos obstáculos ao pleno desenvolvimento das necessidades dos mais vulneráveis. O discurso não cria a realidade, nem é, por si só, demonstrador de vontade política para implementar os caminhos que efetivamente conduzem à superação da pobreza, ao desenvolvimento das potencialidades, autoestima, etc., etc.. Se compreendermos que a pobreza é um fenómeno que não depende dos atributos deste ou daquele indivíduo, de tal ou tais grupos, mas de um conjunto de processos e de relações que esses grupos mantêm com a sociedade no seu conjunto e, muito em especial, com as instituições encarregues que o princípio central da ação do serviço social deverá ser a alteração de lógicas institucionais de os socializar, de os educar e também de os ajudar (Vieira, 2015:45), não deixaremos de assumir que não são coerentes com o análise científica dos processos que conduzem à pobreza. Ao ignorar completamente os verdadeiros processos sociais que podem gerar a exclusão social, bem como os desafios e caminhos problemáticos que o seu combate implica, é o próprio nome *Manual de Procedimentos* que pode ser considerado abusivo, já que todas as transformações desejadas parecem estar ao alcance dos assistentes sociais encarregues da missão de prover a qualidade de vida das pessoas, o seu empowerment e auto desenvolvimento.

Sob um discurso aparentemente humanista, o que na realidade acontece é que a ação do referido Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social descarta em absoluto a identificação dos “combates” institucionais em que é preciso investir, a fim de criar as condições objetivas do desenvolvimento dos indivíduos e da transformação das suas condições de existência. De registar, entre muitos outros obstáculos, o posicionamento ideológico de muitas direções das IPSSS a respeito dos pobres, designadamente as que atribuem a explicação do problema aos traços patogénicos do indivíduo, às incapacidades ou inabilidades que lhes são próprias. O assistente social que deve obediência hierárquica a uma direção que concebe a pobreza como defeito, que recusa analisar este problema em termos posicionais e relacionais, enfrenta constrangimentos que se podem tornar insuperáveis, a menos que a Segurança Social assumisse uma atitude coerente quer na escolha das instituições com quem estabelecer protocolos, quer na avaliação dos resultados da intervenção. Trabalhar num quadro institucional cuja direção vê a pobreza como resultante de défices de qualidades individuais, que faz tábua rasa dos processos sociais que a produzem, que desvaloriza e invalida a identidade do pobre, constitui um grande entrave ao desenvolvimento de ações efetivamente capazes de atingir os fins teoricamente inscritos no *Manual de Procedimentos Para O*

Atendimento E Acompanhamento Social. “Como demonstraram vários estudos sociológicos sobre a pobreza e a exclusão social², estamos face a pessoas que, em função do tempo e do grau das privações económicas, sociais e simbólicas que enfrentam, desenvolvem sentimentos de profundo anulamento social, de insegurança e de descrédito nas suas capacidades para sair das situações de privação. Pelo acúmulo de «fragilidades», tendem a interiorizar a inferiorização social no confronto com os constrangimentos objetivos e com os processos de estigmatização a que estão sujeitos, vivendo-os como uma espécie de fatalidade do destino” (Vieira, 2015:45).

Cabe então perguntar: os serviços sociais públicos acreditam de facto na reabilitação dos mais vulneráveis e desmunidos? “A relação que se estabelece entre os profissionais que trabalham nas organizações sociais e estes últimos não é somente uma relação interpessoal, no sentido em que não depende da vontade dos interlocutores, nem mesmo da do profissional. Com efeito, esta relação é determinada por lógicas de ação que se traduzem em regras, normas e práticas que condicionam fortemente os atores. Condicionam-nos ao proclamarem uma apreensão linear e unívoca dos problemas sociais e o seu tratamento segundo critérios normativos; condicionam-nos ao proclamarem um modo de atuação em que a gestão dos meios institucionais toma a dianteira sobre os objetivos do trabalho social; condicionam-nos ao instituírem modalidades de acolhimento e de tratamento dos problemas que, no essencial, são estabelecidas e concretizadas em função de procedimentos administrativos e da manutenção da ordem interna ou do bom funcionamento do serviço, mais do que da consideração da pessoa do utilizador e das suas necessidades efetivas” (Vieira, 2015:46).

De assinalar que a força deste condicionamento sobre os assistentes sociais é tanto mais preponderante quanto estes sejam dominados pela necessidade, inconsciente ou não, de se distinguirem dos “pobres”. Isso explica a resistência em fazer a rutura com “os pontos de vista que insistem em procurar nas intenções e nas razões dos agentes o princípio explicativo das suas opções e ações e em saná-los com respostas pré-formatadas e aplicadas de maneira burocrática que aviltam todas as possibilidades de restaurar os seus laços com a sociedade” (Vieira, 2015:46-47). Caso para recuperar as teses que interpretam a relação dos profissionais com os clientes em termos de reprodução do seu grupo profissional. Para se reproduzirem e afirmarem enquanto grupo profissional e profissão, os assistentes sociais precisam de ver

² Destacamos as análises de Brigitte Brébant (1984), de Vincent de Gaulejac e Isabel Taboada Léonetti (1994) e, ainda, de Marielle Gros (1998).

crescer o número de indivíduos em dificuldade que são colocados sob a tutela dos serviços sociais públicos, pois, como todos os grupos que “(...) ocupam uma posição inferior e obscura no interior de um universo prestigioso e privilegiado” (Bourdieu, 1993:11) citado por Vieira, (2015), são confrontados com a necessidade de se distanciarem daqueles que servem, reafirmando sistematicamente as diferenças de estatuto e de interesses que os separam. “Sem agirem deliberadamente e portanto sem serem jamais completamente conscientes e cínicos, os especialistas do trabalho social procuram por todas as formas contrariar a desqualificação que sentem por estarem em relação direta e contínua com os mais pobres. A inferioridade que uma tal “miséria de posição” transmite aos profissionais da ajuda social pode pois explicar, até certo ponto, a permeabilidade com que estes aderem às lógicas burocráticas de funcionamento que dominam os serviços públicos” (citado por Vieira, 2015:47).

Não há dúvidas de que a persistência e imposição das lógicas de distinção a que acima aludimos tenderão a enfraquecer em função do saber científico dos assistentes sociais. Quanto maior for o seu domínio dos saberes da ciência e a sua competência para os colocar ao serviço da intervenção, maiores as possibilidades de romper com os modos de fazer rotinizados que nada devem à análise dos problemas segundo os procedimentos que a ciência consagrou. A aplicação de programas padrão pré-definidos, nos termos do *Manual De Procedimentos Para O Atendimento e Acompanhamento Social*³, nada adianta acerca da complexidade dos problemas em causa, nem, tão pouco, acerca das intervenções suscetíveis de lhes dar resposta adequada.

A tendência para serem as organizações que prestam serviços sociais e o seu corpo profissional a definir as respostas às necessidades sociais dos utilizadores em função de um quadro de dispositivos, de procedimentos, códigos e programas padronizados aplicáveis a *casos*, também eles standardizados, sem contudo, conhecerem em profundidade e in loco o(s) problema(s) e os cidadãos a que se dirigem é a demonstração que os critérios que presidem à estruturação dos modelos de funcionamento organizacional não dependem de uma preocupação séria e comprometida com a emancipação dos mais vulneráveis. Padronizar respostas e recursos independentemente dos problemas concretos, singulares e complexos que as pessoas, em cada caso, experimentam é o processo que Gaulejac, Bonetti e Fraisse (1995) designam por

³ “Contribuir para a descoberta e desenvolvimento das potencialidades do indivíduo, assegurando o acompanhamento social na definição e efectivação do seu projecto de qualidade de vida”; “reforçar a autonomia e a auto-estima do indivíduo, apoiando na agilização das suas redes afectiva, familiar e social e outros recursos pessoais”; mobilizar os recursos da comunidade apropriados à progressiva inserção social e bem-estar pessoal, social e profissional dos indivíduos/famílias”.

inversão dos termos da oferta e da procura: é a oferta de serviços institucionalizada que estrutura a procura social e não as necessidades reais do indivíduo. Em vez de encontrarem profissionais dispostos a escutá-los, a considerá-los e a ajudá-los na base dos problemas concretos que apresentam, os indivíduos recebem respostas institucionais que os desqualificam (Gaulejac e Léonetti, 1994). São obrigados a provar que se encontram em situação de privação, sendo que aos serviços cabe o direito de averiguar se essa privação cabe no leque da sua oferta estandardizada de prestações e/ou serviços. Nesse processo, é pedido ao cidadão que responda um longuíssimo rol de perguntas – um verdadeiro «interrogatório», como lhe chama Pierre Bourdieu (1993:927) – cuja finalidade é menos a de identificar as possibilidades de modificar a sua situação, descortinando os processos estruturais intangíveis e os fatores sobre os quais é possível agir, do que, a de verificar a pertinência e legitimidade de lhe conferir o estatuto de beneficiário do serviço e, de acordo com ele e com as soluções-tipo oferecidas pela organização, as possibilidades de apoio (Vieira, 2015:50). É claro que neste interrogatório o cunho desqualificante não está tanto no facto dos profissionais fazerem perguntas mas no tipo de perguntas que fazem, no modo como o fazem e nas intenções com que as fazem. Não está portanto em causa a colocação de perguntas que procuram dimensionar e analisar os problemas que os indivíduos e as suas famílias enfrentam, que tentam identificar e compreender a rede de fatores, de relações e de acontecimentos sociais que estão na origem desses problemas. Estas perguntas são obviamente necessárias e, mais do que isso, são indispensáveis para tentar chegar a um diagnóstico e à respetiva terapêutica. O problema é que este tipo de perguntas, quando existe, ou é secundarizado ou só residualmente serve o propósito da construção de um autêntico diagnóstico (Vieira, 2015:50). Um verdadeiro diagnóstico pressuporia a identificação das mudanças a produzir para inverter situações de privação, a elucidação das condições a reunir para modificar a situação-problema, a partir da análise das causas que a determinam.

Contudo, na prática dos profissionais esta fase tende a ser sujeita a procedimentos estereotipados, segundo uma lógica de funcionamento que procura associar um caso pré-classificado a um programa pré-definido. O diagnóstico circunscreve-se a um exercício administrativo a partir do qual os profissionais determinam a «identidade administrativa» dos potenciais beneficiários e decidem se ele encaixa ou não nas respostas-padrão previstas pela organização. A respeito de algumas das entrevistas realizadas pelos serviços de ação social aos beneficiários do Rendimento Social de Inserção em França, Bourdieu e Balaz (1993:927)

(citado por Vieira, 2015:51) assinalam que “ tudo incita os inquiridos a sentirem-se na obrigação de comprovarem a legitimidade do seu estatuto de beneficiários”, sendo-lhes administradas perguntas “que visam realmente apreender e caracterizar a diversidade de problemas que estão na origem dos pedidos de ajuda com finalidades estritamente burocráticas”.

A adesão fácil dos técnicos a uma inquirição que vive com despreocupação a sujeição dos indivíduos a perguntas que apenas interessam à própria organização (Bourdieu e Balaz, 1993:928) assume um carácter suspeito, fazendo passar a ideia de que, pela frente, está uma pessoa dissimulada de quem é preciso desconfiar e/ou que é preciso apanhar em flagrante. Tal tipo de entrevista é um sinal da relação de forças e do etnocentrismo que tende a marcar toda a relação de ajuda e, mais latamente, a relação com os serviços públicos que prestam serviços sociais (citado por Vieira, 2015:51).

Mas se é assim na fase do diagnóstico, também o é na fase da conceção e condução dos programas de intervenção. Uma etapa que, como dissemos acima, é determinada por um quadro pré-construído de ideias baseadas em critérios administrativos e regulamentares e por um orçamento igualmente pré-definido.

Da conceção, predominante nas organizações burocráticas, da desinserção social como condição particular que é fruto de uma inadaptação, perturbação ou privação do indivíduo, decorre a padronização de soluções-tipo, receitas e rotinas artificiais e até desadaptadas face às características dos problemas reais. Na obra *La Lutte des places*, Gaulejac e Léonetti, (1994: 272) corroboram esta análise sustentando que o utilizador do serviço é obrigado a fazer prova de realismo, depois de modéstia, depois de submissão. É preciso que ele aceite adaptar o seu pedido à oferta institucional, embora fosse o inverso que deveria acontecer. Esta inversão dos termos da oferta e da procura contribui, em muito, para a produção institucional da invalidação dos mais desmunidos.

Os serviços públicos defendem a necessidade de os utilizadores serem sujeitos no/do seu próprio projeto de (re)inserção social, participando ativamente na sua elaboração e realização, mas adotam modalidades concretas de funcionamento que os objetivam, individualizam e normalizam (Vieira, 2015:52).

Seja porque ajustam as necessidades e problemas dos indivíduos a medidas e programas pré formatados, seja porque os reduzem a dimensões específicas da sua existência

(desempregado, toxicodependente, etc.), os serviços tomam os indivíduos e os grupos por si visados não como sujeitos mas essencialmente como suportes da sua ação. Os indivíduos são assim transformados em objeto dos subsídios e dos tratamentos que os serviços e o seu corpo profissional forjam, em função de um quadro de classificações pré-construído e da verificação de toda uma tramitação burocrático-legal (Vieira, 2015:52).

Vincent de Gaulejac e Isabel Taboada Léonetti (1994:241) sublinham que “frequentar as instituições é, muitas vezes, vivido como uma situação profundamente invalidante e estigmatizante, o que reforça o medo de ser julgado, de ser tratado como um objeto, um número, um dossier. É no momento em que mais precisamos de consideração e de reconhecimento que devemos confrontar-nos com a violência simbólica dos aparelhos de assistência”.

Os serviços sociais públicos dizem mover-se pelo bem-estar das populações, priorizando a resolução dos seus problemas e o restabelecimento dos seus laços com a sociedade, mas, na abordagem que lhes fazem, tendem a colocá-las à distância e a avaliar a sua ação sobre elas basicamente em termos quantitativos e estatísticos (Vieira, 2015:53).

Esta última tendência está estreitamente associada à racionalidade burocrática que faz com que os profissionais se regulem mais pelos processos internos e as suas instruções de trabalho do que propriamente pelas necessidades e expectativas específicas e concretas de cada utente. Um sistema que diz existir para servir as pessoas mas que se esconde delas através de uma estrutura complexa e de modos de funcionamento opacos, inacessíveis e plenos de impedimentos, de esperas, de prazos inexplicados, de ausência de informação clara sobre as decisões tomadas, será vivenciado por essas pessoas como distante e opressivo. Mas, o «colocar à distância» está igualmente presente na tendência destas organizações para não se envolverem em demasia, ou para se envolverem apenas profissionalmente, com as pessoas que servem e com os seus problemas. Por defesa pessoal, os profissionais que lidam com a miséria e com os lados mais obscuros da condição humana são persuadidos de que não devem estabelecer vínculos fortes e relações pessoais com os indivíduos que apoiam e envolver-se excessivamente nos seus problemas e dramas. Todavia, como sabemos, não há como fugir das apreciações e dos sentimentos que o confronto com este tipo de situações e com os indivíduos que as protagonizam provoca. Apreciações nem sempre positivas pois é difícil aceitar a imagem que o outro nos reenvia, em particular quando esta imagem representa aquilo que

reprovamos e com que não nos identificamos – o inverso do êxito social, a degradação moral, a desintegração pessoal, etc. - e sentimentos ambivalentes que oscilam entre a compaixão e o distanciamento, o sentimentalismo e a reprovação: “O contacto com a miséria e o sofrimento dos mais desmunidos provoca um constrangimento, um mal-estar que desemboca num intenso sentimento de culpa. Tocamos aqui em zonas inconscientes do funcionamento psíquico, das angústias arcaicas, mas também nos sentimentos contraditórios que podemos experimentar face àqueles que estão em decadência”. Melhor do que negar estes sentimentos e apreciações ou fazer de conta que não existem é tomar consciência deles, assumindo-os como sinais dos nossos próprios medos, sofrimentos e vulnerabilidades e, assim, os impedindo de interferir pela negativa na construção da relação de ajuda (Gaulejac e Léonetti, 1994: 267-268 citados por Vieira, 2015:54).

Esta conceção de “profissionalismo” não deixa de ser paradoxal, pois ao mesmo tempo que impõe rotinas e inúmeros procedimentos burocráticos, faz a apologia do máximo empenho e competência dos profissionais, incitando-os a serem tão eficazes quanto possível. Mais problemático será o facto desta conceção de “profissionalismo” acabar por atentar contra a centralidade da *relação* como instrumento privilegiado do trabalho social. Um instrumento de trabalho que é suporte de toda a intervenção, uma vez que sem restaurar a confiança e a esperança daqueles que experimentam a degradação moral e a estigmatização será muito improvável criar as condições básicas da transformação dos indivíduos (Vieira, 2015:54-55). Como argumentou Rogers (1985), a compreensão e ajuda ao outro pressupõe um contacto direto e comprometido com ele, tanto quanto pressupõe a sua consideração e aceitação como um valor incondicional (citado por Vieira, 2015:55).

À luz do já acima referido Manual de procedimentos, os serviços públicos dizem visar a reabilitação das capacidades de ação dos sujeitos que apoiam, a sua autodeterminação no que respeita ao projeto futuro de vida, o restabelecimento da sua condição de cidadãos, mas não raro, agem gerando a sua dependência e reforçando o seu estatuto de passividade e de exterioridade em relação aos serviços, ao contrário daquilo que devia ser o sentido da emancipação dos utilizadores. E porquê? Porque desde logo se dispensam de conhecer e atuar sobre as causas sociais, profundas e complexas, dos problemas que estes apresentam. Preferem atuar sobre os sintomas dos problemas, falta de bens de sobrevivência imediata, o desinteresse pela escola, o abandono escolar, o desinteresse pelo trabalho, as desistências a respeito da

mudança da vida, a agressividade, a resignação aos sinais de interiorização do fracasso. Sintomas que, normalmente, mais não são do que manifestações das defesas acionadas pelos indivíduos para conseguirem suportar os verdadeiros problemas. (Vieira, 2015:55). Isto mesmo, sublinham Gaulejac e Léonetti (1994:261-262) quando afirmam que “... a análise deve abordar o funcionamento das instituições e não só o comportamento dos excluídos, que as instituições devem vencer determinados obstáculos e resistências a fim de tornar possível o processo de inserção e que esse processo passa por responder às causas da degradação e não pela mera atenuação das consequências. O maior equívoco dos referidos serviços reside em pensar que para sair do processo de desinserção basta que o indivíduo mude os seus comportamentos.

Mas os serviços públicos geram mais a dependência dos utilizadores do que a sua autonomia, uma vez que, no essencial, os conteúdos da intervenção são definidos em níveis de decisão em que não tomam parte. A prova de que são remetidos para uma posição de subalternidade e de dependência é, desde logo, evidente no facto de os beneficiários do Rendimento Social de Inserção não terem lugar nos Núcleos Locais de Inserção que decidem da aprovação dos programas de inserção e do seu acompanhamento. Daqui se pode deduzir que existe pressão para que o utilizador dos serviços se resigne, permaneça numa posição passiva, se contente com o que lhe é dito e dado, renunciando a toda a expressão reclamante. Muito longe de trabalharem para atingir o objetivo do empowerment dos cidadãos que a eles recorrem, o funcionamento concreto dos serviços sociais públicos pode ser opressivo e desqualificante. O modo como as instituições tratam as pessoas tem uma influência preponderante sobre o seu comportamento, donde decorre a necessidade de abordar o funcionamento das instituições e não só o comportamento dos excluídos. Com efeito, um funcionamento que se dispõe a apreendê-las a partir de critérios abstratos de atribuição, de reabilitação ou de financiamento, tenderá a gerar-lhes sentimentos de incompreensão e depreciação. Um funcionamento que não integra ou integra muito pouco a perspectiva dos utilizadores quando define as modalidades de obtenção e de gestão da ajuda, tenderá seguramente a aumentar os seus sentimentos de desapossamento e de inferioridade. Daqui a necessidade de alargar o campo de análise aos funcionamentos institucionais que contribuem para a construção de um estatuto desvalorizado das pessoas (Vieira, 2015:56-57).

II – Problematizar a pobreza e a exclusão social

“A pobreza em Portugal não é um fenómeno recente... ser pobre corresponde em grande parte dos casos a ter um estatuto fortemente sedimentado, com tradução continuada, não só nas condições materiais de vida mas também nas tradições culturais e nas relações interpessoais entre grupos e instituições” (Almeida *et. al.*, 1992:83)

A pobreza não se resume apenas à falta de dinheiro ou de rendimentos, ela ultrapassa o aspeto puramente económico, tem um carácter pluridimensional (Étienne, 1997), é uma privação de múltiplos recursos sociais eficientes, traduz-se por uma ausência da satisfação de necessidades básicas, por condições de vida que atentam contra os direitos da pessoa humana, em geral, e contra os direitos da criança, em particular (Costa, 1998). A condição de ser pobre conduz a várias exclusões, não só no domínio do consumo de bens materiais essenciais, como no domínio dos consumos culturais, do acesso ao conhecimento, do prestígio social e da participação em redes de relacionamento socialmente diversificadas. Como alguns autores assinalam, a exclusão social não se resume à pobreza embora radique essencialmente nela: há pobres que não são excluídos socialmente dos seus contextos comunitários, assim como há excluídos que não são materialmente pobres (Amaro, 2001). Robert Castel (1995) define *“exclusão social como a fase extrema do processo de marginalização”*, na sequência de uma acumulação de ruturas na relação indivíduo/sociedade (trabalho, família, relações de amizade e vizinhança, etc.). Há grande probabilidade de a pobreza conduzir ao conformismo social com a própria situação de vida. *“O pobre aprende a ser pobre porque, por mais que faça, não consegue soltar-se das amarras da pobreza”* (Costa, 1998). O seu dia a dia assenta na incerteza em relação ao futuro e ao futuro dos seus filhos. A vida é marcada por sucessivos insucessos, na escola (o próprio insucesso escolar, o insucesso escolar dos filhos), no mercado de trabalho (o desemprego, o emprego precário, mal remunerado e desprestigiante), nas relações familiares e sociais (os pobres relacionam-se com pobres). É a acumulação destes insucessos que acaba por instalar a descrença de um futuro melhor e, assim, induzir um baixo nível de aspirações e auto estima.

Estes processos de privação são marcos na construção de uma identidade pessoal e social. Perante a privação e o sentimento de perda de identidade social, o “pobre” acaba por

interiorizar um conformismo, abandona aspirações de vida⁴, adota *modos de vida de pobreza* (Almeida, et. al, 1992). Como assinalam estes e outros autores, não existe uma única forma de vida na pobreza, tal como não existe uma única forma de exclusão, pelo que é de toda a pertinência averiguar as várias configurações possíveis, a partir da posição dos indivíduos na hierarquia dos recursos económicos, sociais e simbólicos.

Pobreza e exclusão social são fenómenos que frequentemente se confundem, apesar de não serem estritamente idênticos entre si.

Para apreender as diferenças significativas entre um e outro fenómeno, é importante dar conta do seu carácter histórico, porque só assim poderemos perceber que os modos de ver/representar as carências económicas mudam ao longo dos tempos e consoante o grau de desenvolvimento das sociedades. Para circunscrever, com rigor, o que diferencia a exclusão social e a pobreza, é fundamental ter em conta que os modos de ver dominantes, numa dada sociedade, e num dado momento, contribuem, e muito, para transformar o fenómeno da pobreza em fenómeno de exclusão social. Dito por outras palavras, a pobreza passou a ser vista como um problema social apenas quando as sociedades ocidentais, mais desenvolvidas, implementaram o Estado de Bem Estar Social. Ao fomentar a constituição da “sociedade de consumo”, o Estado de Bem-Estar-Social tornou possível o acesso a padrões de consumo a que anteriormente só os mais ricos poderiam almejar. Como analisam numerosos autores (Gaulejac & Leonetti, 1995), é o contraste com os padrões de consumo da dita “sociedade de consumo”, que passam a ser assumidos, como típicos de um modo de vida digno, que conduz à profunda desvalorização simbólica dos modos de vida que se afastam dos consumos considerados normais nessas sociedades democráticas. Enquanto a escassez dos consumos foi a regra geral, aqueles que apenas possuíam os mínimos indispensáveis à sobrevivência não tinham motivos para se sentirem simbolicamente desvalorizados.

Se existiam privações pesadas no domínio do consumo, já no domínio da vida ativa, os pobres, de então, não tinham propriamente motivos para se verem como cidadãos desvalorizados. Estarem integrados numa atividade produtiva, embora nos mais baixos escalões das hierarquias profissionais, conferia-lhes múltiplas oportunidades de valorização social e simbólica. A inserção numa atividade económica pode não garantir um rendimento

⁴ Viegas, J; Costa, A. “Portugal que Modernidade” in: Capucha, L. “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade”. Oeiras, Celta Editora, 1998.

compatível com uma vida confortável, todavia, ela constitui uma oportunidade de realizar aprendizagens, de estabelecer relações com pessoas de proveniências sociais variadas. A atividade laboral permite, enfim, ocupar um lugar na sociedade e desenvolver sentimentos de utilidade social.

Nas sociedades modernas, como muito bem observa Paugam (2003:45-48), a pobreza não é somente a carência de bens materiais, porque lhe corresponde “um estatuto social específico, inferior e desvalorizado que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência”. À luz das representações coletivas modernas, os pobres são vistos de modo muito negativo. Nas modernas sociedades democráticas, onde a riqueza é sinal de sucesso e este é considerado um valor supremo, a condição de pobre equivale a ser um fracassado. Apercebida como o oposto do progresso, ou como uma disfunção do sistema económico, a pobreza colide com os valores materialistas que sustentam a ideologia consumista prevalecente nestas sociedades.

Se tomarmos o conceito ideal típico weberiano de estratificação social, medido a partir da síntese de três dimensões, dinheiro, poder e prestígio, não deixaremos de dar conta que muitos pobres não são apenas privados de rendimentos e de bens materiais, mas também são privados de respeitabilidade e poder de influência.

Será possível definir pobreza em termos objetivos? Será possível estabelecer critérios objetivos, a partir dos quais é possível classificar os indivíduos como pobres e medir a extensão da pobreza numa dada sociedade? Tal como vários analistas têm salientado, sociólogos e economistas tentaram estabelecer vários critérios absolutos a fim de ser possível determinar o limiar da pobreza. Um desses critérios remete para as condições biológicas da existência humana, pois é possível calcular o rendimento necessário à satisfação dessas necessidades. Mas, logo esbarramos com problema da definição do que se pode considerar mínimo vital inerente à sobrevivência. A ideia de que é possível estabelecer um mínimo vital não pode contornar a relatividade das normas que o permitem definir, ou, dito de outro modo, não pode contornar a relatividade histórica dos modelos de existência. Em sociedades com desenvolvimentos económicos diferenciados, a pobreza toma necessariamente contornos distintos, desde logo, em termos do processo de valorização/desvalorização simbólica.

Sem deixarem de reconhecer a relevância das investigações estatísticas sobre os baixos níveis de rendimentos, sobre a estrutura do consumo das famílias, sobre as suas implicações

no acesso à educação e à cultura, certos sociólogos (Gaulejac, Paugam) põem em evidência que as necessidades são, elas próprias, indissociáveis dos hábitos culturais e dos modos de vida.

Os conceitos de *pobreza absoluta* e de *pobreza relativa* pretendem introduzir uma distinção entre o que pode ser universalmente definido como pobreza e a relatividade das necessidades consideradas básicas.

A *pobreza absoluta* define condições de existência limitadas ao mínimo necessário para manter a vida, donde ser possível afirmar que todos os que se encontram abaixo desse nível de subsistência vivem em pobreza absoluta. Nesta abordagem, as desigualdades sociais são subestimadas e a pobreza equivale à miséria extrema.

O conceito de *pobreza relativa* é muito mais aberto à captação das contingências históricas e nacionais, já que aborda a natureza das necessidades em função das características das sociedades, num determinado tempo e/ou num determinado espaço.

Nas sociedades democráticas do pós-segunda guerra mundial desenvolveu-se um ambiente cultural e ideológico que deixou de reduzir a pobreza à escassez de recursos materiais e a associa a uma série de indicadores de privação, tais como o tipo de dieta alimentar, as condições de habitação, ausência de vestuário apropriado, a educação, a cultura, o lazer, a participação política, etc.

A exclusão social, por sua vez, é correntemente utilizada para designar as mais diversas situações de desinserção social, tais como o desemprego de longa duração, a toxicoddependência, os sem-abrigo, as doenças crónicas, o envelhecimento, o abandono e violência familiar, a delinquência, etc.

Bauman (1999:68-69) assinala que a pobreza se agrava com o crescimento económico da sociedade e se intensifica com a recessão e a destruição do estado providência. O conceito de “crescimento económico”, em qualquer das suas aceções atuais, está sempre associado à substituição de postos de trabalho estáveis por “mão de obra flexível”, à substituição da segurança laboral por “contractos renováveis”, a empregos temporários e contratações acidentais de mão-de-obra, a reduções de pessoal, a reestruturações e à “racionalização”. Em suma, à diminuição dos empregos. Diz o autor que, nada expressa melhor esta relação do que o facto de a Grã-Bretanha posterior a Thatcher - aclamada como o “êxito económico” mais assombroso do mundo ocidental, ser o país que ostenta a pobreza mais abjeta entre as nações

ricas do globo. O último *Relatório do Desenvolvimento Humano*, editado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, revela que os pobres britânicos são mais pobres que os de qualquer outro país ocidental e ocidentalizado. Na Grã-Bretanha, cerca de uma quarta parte dos idosos vivem na pobreza, o que equivale a cinco vezes mais que em Itália, “acossada por problemas económicos”, e três vezes mais que na “atrasada” Irlanda. Um quinto das crianças britânicas sofre a pobreza: o dobro do que ocorre em Taiwan ou em Itália, e seis vezes mais que na Finlândia. No total, “a proporção de pessoas que padece de ‘pobreza de rendimentos’ cresceu aproximadamente 60% no governo da Sra. Thatcher”. Em segundo lugar, à medida que os pobres se tornam mais pobres, os ricos tornam-se, todavia, mais ricos. Quanto mais pobres são os pobres, mais altos e caprichosos são os modelos postos debaixo dos seus olhos: é preciso adorá-los, invejá-los, aspirar a imitá-los. O “sentimento subjetivo de insuficiência”, com toda a dor do estigma e da humilhação que acarreta, agrava-se sob o efeito da queda do padrão de vida e do aumento da carência relativa.

Um comentário de Martin Woollacott (citado por Bauman, 1999:96) define bem a perspectiva dos empregadores a respeito das políticas de gestão da mão de obra no quadro do estado benfeitor: hoje, a maior parte dos lucros surge dos gastos “iniciais” (que chegam até 80% dos custos totais), (...) cada vez mais, a contratação de mão de obra deixa de ser um ativo para se transformar em passivo. Os altos executivos das empresas líderes são premiados por realizarem com êxito reduções de pessoal. Tal é o caso de Thomas Labrecque, diretor geral do Chase Manhattan Bank, que teve uma retribuição de nove milhões de dólares anuais em reconhecimento do seu papel na eliminação de 10.000 postos de trabalho. E as Bolsas de Valores compartilham e apoiam as prioridades dos acionistas, caso do encerramento das fábricas Renault na Bélgica que correspondeu a um aumento de 12% nas ações da empresa⁵ (Bauman, 1999).

Agora, que os negócios se medem pelo valor das suas ações e dividendos e não pelo volume da sua produção, a função da mão de obra é cada vez menor no processo produtivo.

⁵ O consórcio suíço-sueco Asea Brown Boveri anunciou que reduziria o seu pessoal na Europa ocidental em cerca de 57.000 pessoas, ao mesmo tempo que criaria novos postos de trabalho na Ásia. Seguiu-se a Electrolux, com a notícia de que os seus empregados em todo o mundo diminuiriam em 11%, com a maioria dos cortes na América do Norte e Europa. Pilkington Glass prevê também reduções importantes. Em só dez dias, três firmas europeias fecharam postos de trabalho num volume comparável aos valores propostos pelos novos governos de França e Grã-Bretanha para criar empregos. É notável que a Alemanha haja perdido um milhão de trabalhadores em cinco anos, enquanto as suas companhias estão dedicadas a levantar novos estabelecimentos industriais na Europa oriental, Ásia e América Latina. Se a indústria da Europa ocidental se está a mudar em bloco, todos os argumentos dos governos sobre a maneira de enfrentar o desemprego devem ser considerados de importância limitada.

As “facilidades” conseguidas em lugares distantes - sem maior dificuldade e sob os auspícios de governos pouco exigentes - rendem melhores dividendos. São poucos os empresários sensatos que, pressionados pelas duras exigências da concorrência, persistem em assumir a sua responsabilidade frente aos seus trabalhadores. Deixou de ser preciso custear a renovação da força de trabalho, já que, no mundo hoje globalizado, abundam reservas de trabalhadores submissos e mal pagos. Os empresários locais sabem que para continuarem a ser prósperos é preciso que deixem de ser locais. Ao desaparecerem as vantagens de financiar a educação e a reprodução de mão de obra, de que muito dificilmente a indústria volta a necessitar, os empresários da nova era fazem uso da sua nova liberdade para levarem a outros países, menos exigentes, o seu dinheiro e as suas empresas.

Sempre é possível convencer os empregadores a ficarem, mas, para isso, é necessário renunciar à garantia de uma sobrevivência mínima, núcleo central da ideia do Estado benfeitor. Há duas décadas que em todos os países do mundo considerado desenvolvido, a maioria dos votantes apoia os partidos que reclamam a redução das prestações sociais e do rendimento individual. A unanimidade sobre este ponto levou alguns analistas a anunciarem o nascimento de uma “nova solidariedade”, de um novo consenso político que iria “mais além da esquerda e a direita”, ignorando que o consenso atual se expressa em sentido contrário ao que sustentou o Estado benfeitor, isto é, assente numa genuína solidariedade entre as classes sociais. Ninguém melhor do que John Kenneth Galbraith (citado por Bauman, 1999:88) explicou essa mudança e os seus efeitos políticos. Interrogando-se sobre o que tornou possível que numa comunidade democrática a maioria dos votantes acabasse por apoiar o aumento da desigualdade, este autor subscreve que estes deixaram de confiar no Estado como garantia de segurança em caso de necessidade. Hoje, os votantes médios parecem sentir-se mais seguros se forem eles próprios a administrar os seus assuntos. Consideram que a compra de um seguro privado lhes oferece mais e melhores benefícios que os serviços de baixa qualidade que o Estado lhes proporcionaria. Esta nova convicção, ou resignação ao inevitável, altera o equilíbrio entre os sacrifícios a fazer para conservar os benefícios sociais e o valor desses benefícios. A assistência do Estado “não rende o dinheiro que custa”.

Mas a apreciação do equilíbrio entre custos fiscais e benefícios sociais mudou por outros dois motivos que tornam menos atrativa a alternativa de recorrer aos serviços do Estado. Em primeiro lugar, regista a contínua degradação da qualidade dos serviços sociais

como consequência do princípio de investigação de rendimentos. Se reservados a quem deles necessita, esses serviços deixam de sofrer a pressão política dos que “não precisam deles”. A este respeito Serge Halimi (citado por Bauman, 1999) escreveu: “Começa-se por negar às classes médias o acesso igualitário a determinadas prestações coletivas. Logo, essas prestações aparecem associadas aos mais pobres, os únicos que passam a beneficiar com elas. E os montantes destinados às prestações diminuem mais e mais, segundo a regra de que (na expressão norte americana) “os programas para pobres são programas pobres”. A descida constante na qualidade dos serviços é o melhor argumento contra o custo que representam: a sua qualidade está a chegar a um nível tão baixo que, para a maioria do eleitorado, qualquer valor que lhe for destinado é dinheiro lançado à rua. Outra consequência da investigação de rendimentos é o estigma que representa para os beneficiários. A necessidade de assistência indica o fracasso para viver ao nível da maioria, solicitar um benefício é admitir esse fracasso. É tomar uma decisão vergonhosa, é automarginalizar-se, porque a maior parte das pessoas nunca parecem recorrer ao erário público. Em segundo lugar, está a cultura consumista que, mais do que tudo, valoriza a escolha. A escolha é o valor que mede e hierarquiza os indivíduos, a capacidade de escolher é o reflexo da competência, ser uma pessoa habilidosa e cultivada na arte de escolher é, na sociedade de consumo (uma sociedade estratificada segundo o talento para escolher), a honra mais codificada. Inversamente, uma situação sem escolha, a necessidade de aceitar o que se recebe, não ter voz na decisão, é o anti valor na sociedade de consumo. Não estar capacitado para escolher é, em si mesmo, degradante e humilhante, independentemente dos efeitos sobre o bem estar de quem sofre essa situação. Um objeto “escolhido livremente” tem o poder de outorgar a quem o escolhe uma distinção que os bens “simplesmente adjudicados” jamais poderão dar-lhe. O consumidor ideal está disposto a tolerar a inferioridade relativa do objeto de consumo só por o ter “escolhido livremente”, sem que lhe tenha sido adjudicado.

Por tudo isto, a ordenada instituição do Estado benfeitor está em contradição absoluta com o clima reinante na sociedade de consumo, e isto, independentemente da qualidade das prestações que ofereça. O Estado benfeitor carece de sentido se não apela às ideias de igualdade, de necessidade e de direitos dos homens. O consumismo e o Estado benfeitor são portanto incompatíveis.

No início do séc. XIX, o trabalho era a única fonte de riqueza. Produzir mais e aumentar a mão de obra no processo de produção significavam praticamente o mesmo, o trabalho era o caminho que, ao mesmo tempo, podia criar a riqueza das nações e acabar com a pobreza dos indivíduos. No final do séc. XX, as corporações já não necessitam de mais trabalhadores para aumentar os seus lucros, e, se chegam a deles necessitar, encontram-nos facilmente noutras partes do mundo e em melhores condições que no seu país, ainda que isto contribua para aumentar a pobreza nos países tradicionalmente considerados ricos. (Bauman, 1999:96-99)

No mundo das grandes corporações, o progresso é antes de tudo “redução de pessoal”, e o avanço tecnológico equivale a substituir seres humanos por software eletrónico. Noutras épocas, a apologia do trabalho como o dever mais elevado coincidia com as necessidades da indústria que buscava o aumento da mão de obra a fim de ampliar a produção. Mas a indústria de hoje, racionalizada, considera que o aumento da mão de obra limita a produtividade⁶. A medida do progresso tecnológico é, agora, a constante substituição e supressão, pura e simples, da mão de obra. Nestas circunstâncias, a moderna propaganda em favor da ética do trabalho leva a “aceitar a pobreza como um flagelo inevitável originado em defeitos pessoais, de que decorre a inevitável insensibilidade para com os pobres e necessitados” (Bauman, 1999:100-101).

A expressão “classe marginalizada” ou “subclasse” (underclass) corresponde a uma categoria de indivíduos que estão abaixo das classes, fora de toda a hierarquia, sem oportunidade, nem sequer necessidade, de ser readmitida na sociedade organizada. São pessoas sem função, que já não realizam contributos úteis para a vida dos restantes e, em

⁶ A notícia da diminuição de novos postos de trabalho nos EUA, entre junho e julho de 1996, diminuiu o número de novos postos de trabalho nos Estados Unidos apareceu sob o título de “Employment Data Cheer Wall Street” (Os números sobre emprego alegam Wall Street) de forma coincidente, as ações de Dow Jones subiram 70 pontos num dia. No gigantesco consórcio AT&T, o valor das suas ações aumentou no dia em que os seus diretores anunciaram o corte de 40.000 postos de trabalho. E esta experiência repete-se, praticamente todos os dias, em todas as Bolsas de Valores do mundo. À medida que a ideia de “reinserção laboral” se torna nebulosa, ingénua e falsa, mais claramente se manifesta a profunda transformação do que até agora se entendia por “prosperidade”, assim como por “boas” ou “más” tendências na vida económica. Numa séria e profunda análise sobre o estado atual das grandes corporações europeias (publicado no International Herald Tribune de 17 de Novembro de 1997 com o título de “European Companies Gain from the Pain”), é assinalado que as empresas europeias beneficiam com as dificuldades. Seguindo os métodos das companhias norte-americanas na década de 1980, numerosas firmas europeias desfizeram-se de mão de obra, fecharam ou liquidaram negócios não essenciais e racionalizaram a sua gestão. Por certo que os lucros crescem a passos acelerados, apesar dos “efeitos secundários”. “É pouco provável que esta vigorosa e saudável reorganização das corporações reduza o desemprego num futuro próximo”, admite Buerkle. Com efeito, só nos últimos seis anos, a força de trabalho ocupada pela indústria reduziu-se em 17,9% na Grã-Bretanha, 17,6% na Alemanha e 13,4% em França. Nos Estados Unidos, onde o “desenvolvimento positivo” começou aproximadamente uma década antes, a mão de obra industrial reduziu-se em “só” 6,1%.

princípio, não têm esperança de redenção. Habitam uma sociedade que deixou de ser integrada, que renunciou a incluir todos os seus membros e é agora mais pequena do que a soma das suas partes.

Utilizada pela primeira vez por Gunnar Myrdal, em 1963, a expressão “classe marginalizada” assinalava os perigos da desindustrialização que, segundo o autor, levaria ao desemprego de grandes setores da população. E isso, não por deficiências ou defeitos morais das pessoas, mas pela falta de oportunidades de emprego. A derrota da sociedade em geral para garantir a todos uma inclusão no mundo do trabalho. Muito mais tarde, a revista *Time* retoma o conceito de classe marginal (em 29 de Agosto e 1977), mas com um significado muito diferente: “um amplo setor da população, mais intratável, mais marginalizado da sociedade e muito mais hostil... formado por delinquentes juvenis, desertores escolares, drogados, mães dependentes da assistência social, ladrões, pirómanos, criminosos violentos, mães solteiras, traficantes de drogas, marginalizados da sociedade, hostis e, como resultado de tudo isto, intocáveis”. Pessoas que não tinham cura porque tinham escolhido uma vida enferma, uma vida ociosa e parasitária, abertamente hostis a tudo o que representava a ética do trabalho (Bauman, 1999:106-107).

Em 1981 e 1982, Ken Auletta escreveu na revista *The New Yorker* que existe um amplo consenso entre os estudiosos da pobreza sobre a existência de uma classe marginalizada facilmente distinguível, não só por recusar os valores comumente aceites, mas por apresentar deficiências de comportamento, além das de rendimentos. Para a maioria dos norte-americanos, a sua conduta é aberrante. O autor esforça-se em demonstrar que a marginalidade não é uma simples questão de pobreza, assinalando que 25 a 29 milhões de americanos que, oficialmente, se encontram abaixo da linha de pobreza, apenas “uns 9 milhões vivem fora dos limites comumente aceites pela sociedade”, dado o “seu comportamento anti-social”. Se é possível ser pobre e, apesar disso, “viver dentro dos limites aceites”, então devem ser outros os fatores pelos quais uma pessoa termina na classe marginalizada. Pensou-se que esses fatores podiam ser falências psicológicas e de comportamento, talvez intensificadas em situações de pobreza mas não determinadas por ela. De acordo com esta ideia, a descida à classe marginalizada é uma escolha, decididamente intencional ou devida a uma atitude de rebeldia. É uma escolha, inclusive quando uma pessoa

cai na marginalidade só porque não faz, ou não pode fazer, o necessário para escapar da pobreza (Bauman, 1999:109-111).

No seu ensaio sobre as origens da pobreza atual, Lawrence C. Mead (citado por Bauman, 1999) assinala que tal situação é a soma de muitas escolhas individuais erróneas, a sua existência demonstra a “falta de capacidade para escolher” das pessoas que a integram, que os pobres carecem, pura e simplesmente, da capacidade de apreciar as vantagens de uma vida de trabalho, equivocam-se na sua escala de valores, pondo o “não trabalho” acima do trabalho. Dada essa incapacidade, diz Mead, a prédica da ética do trabalho cai em ouvidos surdos e não obtém influência alguma sobre as escolhas dos pobres. Na sua maioria, os muitos pobres deixam passar as oportunidades que se lhes apresentam, parecem evitar o trabalho, não pela sua situação económica, mas pelas suas crenças. A questão da personalidade dos pobres e da cultura da pobreza são a chave para compreender e superar a pobreza. E o autor prossegue a sua argumentação, dizendo que no centro dessa cultura se encontra a incapacidade para controlar a própria vida, a incapacidade de aproveitar as oportunidades, isto é, inteligência, alguma vontade e certo esforço no momento oportuno. Os ensinamentos da ética do trabalho são válidos para quem está disposto a escutá-los e há oportunidades de trabalho à espera de quem as queira aproveitar. O ensaio de Mead contra os pobres que “escolheram” não trabalhar termina com um enfático chamamento: “uma política social deve resistir à pobreza passiva com justiça e com firmeza. Se na sociedade atual os pobres sem trabalho já não são o “exército de reserva de mão de obra”, do ponto de vista da economia não tem mais sentido mantê-los, a menos que surja a necessidade de os convocar como produtores. Todavia, onde fala a economia, a ética cala-se (Bauman, 1999:111-113).

Face aos numerosos e complexos aspetos da pobreza⁷, que não podem ser suprimidos com leite em pó e bolachas de alto conteúdo proteico, pouco ou nada se faz para que estas pessoas possam retomar uma participação na produção de riqueza no país em que habitam. Mas isto não significa que assegurar-lhes condições dignas de existência careça de sentido moral. É possível que o seu bem-estar não seja considerado importante na luta pela produtividade e a rentabilidade, mas continua a ser importante, todavia, para os sentimentos

⁷ “horríveis condições de vida e de habitação, enfermidades, analfabetismo, violência, famílias dissolvidas, debilitamento dos vínculos sociais, ausência de futuro e de produtividade...”

de responsabilidade moral que devemos a todos os seres humanos, assim como para a auto-estima da comunidade⁸ (Bauman, 1999:120).

Mas, nos nossos dias, a economia atual não necessita de uma força laboral massiva, sabe como aumentar não só a sua rentabilidade mas também o volume da sua produção, reduzindo, ao mesmo tempo, a mão de obra e os custos. Na prática, os pobres deixaram de ser o seu exército de reserva e as invocações da ética do trabalho soam cada vez mais ocas e distanciadas da realidade. São totalmente inúteis. Já não é possível que todos se transformem em produtores, tão pouco é necessário que assim seja. Por isso não pode surpreender que, praticamente em todas as partes, o Estado benfeitor se encontre em retirada. A única escolha que a sabedoria económica atual oferece aos governos é a opção entre um crescimento veloz do desemprego, como na Europa, e uma queda ainda mais veloz do rendimento das classes baixas, como nos Estados Unidos⁹ (Bauman, 1999:121-145).

Como é possível que aqueles que não têm nada a perder não se organizem para mudar o seu futuro, o seu destino?

A resposta passa pelo conhecimento dos processos como se constituem as identidades pessoais e sociais (Bréban, 1984). Pelo conhecimento dos elementos que moldam a perceção do tempo e do futuro. A perceção de uma identidade pessoal sentida como vergonhosa e a imersão num tempo quotidiano concentrado no imediato são as duas questões que permitem responder à pergunta.

A interiorização dos julgamentos negativos feitos pelo exterior, acerca dos pais, dos amigos, sobre o bairro em que se vive, sobre si próprio molda o sentimento da vergonha. Como é que esse sentimento atinge a perceção das identidades individuais? Em “A história da pobreza”, Michel Mollat formula uma definição da pobreza que, apesar de referida à época medieval, é de grande atualidade. Define-a como uma situação infligida ou voluntária,

⁸ Gans abre o seu livro com uma citação de Thomas Paine: Quando em algum país do mundo possa dizer-se: os meus pobres são felizes e não há entre eles ignorância nem dor; os cárceres estejam livres de presos e as minhas ruas de mendigos; os idosos não sofrem necessidades, os impostos não resultam opressivos..., quando possam dizer-se estas coisas, só então um país poderá orgulhar-se da sua constituição e do seu governo. Nas primeiras etapas da história moderna, a ética do trabalho tinha a clara vantagem de unir os interesses económicos com as preocupações éticas, como estas expressadas por Thomas Paine.

⁹ Nos últimos vinte anos, os rendimentos totais de 20% das famílias americanas mais pobres reduziram-se em 21%, enquanto os rendimentos totais dos 20% mais ricos da população aumentaram em 22%. A redistribuição do rendimento dos mais pobres para os mais ricos cresce com uma aceleração imparável. Os severos cortes na atribuição de benefícios, realizados recentemente - que receberam o apoio entusiasta de três quartas partes dos membros eleitos do Congresso (“o fim do Estado benfeitor que conhecemos”, nas palavras de Bill Clinton) -, aumentaram de 2 a 5 milhões o número de crianças que crescem na pobreza até ao ano 2006, e multiplicaram o número de velhos, enfermos e incapacitados que ficaram desprovidos de qualquer forma de assistência social.

permanente ou temporária, de fraqueza, de dependência e humildade, que, em função das épocas históricas, se caracteriza pela privação de dinheiro, de poder, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, consideração social, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoal. A definição inclui todos os privados de dinheiro e de saúde assim como todos os abandonados pela sociedade. Suscita compaixão caridosa e comiseração filantrópica, assim como provoca repulsa, desprezo, receio, condenação. Está ligada à caridade mas também ao ódio. Escandaliza sempre. Poço de contradições, a presença da pobreza é incómoda, perturba as consciências, as estabilidades rotineiras e contraria os egoísmos. Michel Mollat distingue três características que permitem qualificar a pobreza: relatividade; ambiguidade; ambivalência. Estar sem profissão, sem dinheiro e sem domicílio fixo é situar-se desde logo nas franjas da legalidade e constituir por isso uma ameaça para a ordem estabelecida. A miséria repugna, faz desviar o olhar. Se o olhar pousado sobre o pobre é atravessado por um sentimento de repulsa, o pobre, por sua vez, sente-se culpado pelo seu estado “vergonhoso”. Noutros termos, a miséria enoja tanto os que a vivem como os que a evitam. Exclusivamente vivida como impotência, a pobreza não permite aceder a qualquer possibilidade de afirmação (Bauman, 1999).

Mas qual é a origem desta aversão coletiva pela miséria? A rudeza das condições de vida traduz-se não apenas por uma aparência não desejada mas também por uma visibilidade extrema que torna impossível qualquer dissimulação tanto no plano físico (os corpos são mal tratados, o caminhar desajeitado) como no plano moral (a violência explode de maneira mais absoluta, mais crua e é por vezes exacerbada pelos *media*). É justamente essa impossibilidade de ter uma aparência anónima que molda a vergonha, o pobre dá-se a ver sem querer, expõe-se, sem querer, de maneira constante, não controla o impacto no olhar do outro. A perceção de uma identidade individual sentida como vergonhosa prejudica a possibilidade de se reconhecer numa identidade coletiva.

Bauman (1999) reforça a ideia de que a pobreza não se reduz à falta de comodidades e ao sofrimento físico. Ela é também uma condição social e psicológica, dado que a impossibilidade de alcançar os padrões estabelecidos pela sociedade é, em si mesma, geradora de angústia e mortificação. Ser pobre significa estar excluído do que se considera uma “vida normal”, é “não estar à altura dos demais”, o que gera sentimentos de vergonha ou de culpa que induzem uma redução da auto-estima. A pobreza implica, também, ter fechadas as

oportunidades de fruir a vida, induz ressentimento e mal-estar, sentimentos, estes, que não raro transbordam e se expressam em atos agressivos e a auto-destrutivos. Como em qualquer comunidade, os pobres da sociedade de consumo não têm acesso a uma vida normal, menos ainda, a uma existência feliz. Na nossa sociedade, eles são definidos antes de tudo, e assim se auto-definem, como consumidores imperfeitos, deficientes, incapazes de se adaptarem ao nosso mundo. Esta impossibilidade de cumprir os deveres do consumidor converte-se em ressentimento, quem a sofre está excluído do banquete social que compartilham os demais. A única saída para essa humilhação é superar tão vergonhosa inaptidão como consumidor. Como revelaram Peter Relvin y Joanna E. Jaretten, no seu estudo sobre os efeitos psicossociais do desemprego na sociedade de consumo, há algo de particularmente doloroso para quem perdeu o trabalho: a aparição de um “tempo livre que não parece ter fim”, juntamente com a “impossibilidade de o aproveitar”. “Grande parte da existência diária carece de estrutura”, mas os desempregados não podem criá-la de uma forma que resulte razoável, satisfatória ou valiosa. (Bauman, 1999)

Sofrem, como sofreram em todas as épocas, mas, à diferença dos seus antepassados, os pobres de hoje não podem ou não tentam fazer do seu sofrimento uma questão de interesse público. A acumulação de contrariedades que hoje lança indivíduos e famílias inteiras na indigência (perda do emprego, desapareção de qualquer rendimento, desgraças familiares, divórcios, separações, perda da casa) redundam em rutura da rede de interações e intercâmbios, desapareção de qualquer ponto de apoio e incapacidade de se projetar no futuro. O resultado é um exílio social. Esses “excluídos” deixam de ter exigências ou projetos, não valorizam os seus direitos, não exercem a sua responsabilidade como seres humanos e cidadãos. Assim como deixaram de existir para os demais, pouco a pouco, deixam de existir para si mesmos. Não unem os seus sofrimentos numa causa comum.

Apesar de submetidos aos mesmos mecanismos de exclusão, os sub-proletários têm realmente grande dificuldade em desenvolver sentimentos de pertença e de se afirmarem socialmente como grupo injustamente relegado para as margens da sociedade. Para compreender esta dificuldade, é preciso compreender que o sentimento da vergonha instala uma culpabilidade individual na medida em que torna presente uma auto imagem que não pode deixar de ser reconhecida porque está inscrita no olhar de piedade, compaixão e nojo transmitido pelos outros. Cada um tem uma percepção individual da sua condição social em

termos de azar, de desgraça e para escapar a esta culpabilidade é preciso afirmar-se como diferente dos outros e rejeitar o grupo, símbolo deste fracasso, sentido por cada qual como individual. Mostrar a que ponto a unidade e a divisão não só são indissociáveis, como se interpenetram mutuamente para formar a estruturação contraditória desse grupo social. A valorização de cada um assenta na inferioridade do outro. Mais uma vez a coesão do grupo passa pelas suas manifestações de divisão, os piores insultos surgem em momentos de conflitos mínimos ou até proferidos sem motivo, constituindo-se assim num meio de se libertar de julgamentos desvalorizantes que trazem consigo, de desdramatizar uma rejeição social e uma vivência comum. Pelo contrário, a unidade comunitária transparece de modo manifesto em ocasiões de festa, momentos de resistência comum face às condições de vidas demasiado duras de suportar, as festas são marcadas por uma violência latente que ao libertar-se aumentam a divisão.

Sejam quais forem os comportamentos descritos e por muito variados que sejam, estamos face ao seguinte paradoxo: o que divide está intrinsecamente ligado ao que une. A cultura da pobreza, diversidade de práticas que se caracterizam por uma adaptação a uma mesma situação, a capacidade inventiva na maneira de ocupar o espaço, astúcias múltiplas para resolver de modo local e informal as dificuldades da vida quotidiana (recuperação, pluralidade das formas de resistência e solidariedade) cria um sentimento de pertença a uma comunidade soldada pelo reconhecimento de um modo de vida comum, mas esse sentimento comunitário não pode tornar-se no fermento de uma identidade coletiva definida socialmente, isto é, situando-se em relação aos outros grupos sociais.

Por um lado, a pertença a um grupo “rejeitado” é recusada individualmente, por outro lado, as manifestações de divisão são veiculadas pelas relações de dependência interpessoais de ordem simbólica e económica que fundam a comunidade. Tais são os elementos que formam a estruturação contraditória desse grupo social (Bréban, 1984).

Gaulejac e Léonetti (1995:181-217) consideram que as estratégias de resposta a uma situação social difícil descrevem os comportamentos, individuais ou coletivos, conscientes ou inconscientes, adaptados ou inadaptados, desenvolvidos para atingir certas finalidades, em função da avaliação que os indivíduos fazem dos constrangimentos exteriores e das suas próprias capacidades de ação. A dominação, a exploração, a desigualdade, são fenómenos sociais, abstratos, experimentados pelos indivíduos através de sentimentos individuais, tais

como a frustração, a humilhação, o sentimento de injustiça. Estes fenómenos psicológicos induzem comportamentos sociais, respostas sociais a uma situação, constituem o motor da ação. Numa situação social desfavorecida, de grande pobreza ou de desinserção, na qual os indivíduos são estigmatizados e desprezados, os sentimentos de vergonha, humilhação ou revolta desempenham um importante papel no desenvolvimento de estratégias sociais que respondam a esta situação.

Para estes autores, a *vergonha* é produzida pelo desfasamento existente entre a imagem que se tem de si próprio, que remete para um ideal do “eu”, e a imagem negativa que é devolvida pelo olhar do outro. O indivíduo sente-se *responsável* por esta imagem e pela situação em que se encontra. A vergonha é frequentemente ligada à culpabilidade e esta liberta uma agressividade que o indivíduo dirige contra si próprio. Em relação ao exterior, a vergonha provoca espanto e bloqueamentos. O indivíduo não sabe o que fazer, tem medo de atuar. O sentimento de *humilhação*, pelo contrário, é produzido por uma situação sofrida pelo indivíduo. Este sente-se como o objeto impotente de uma relação entre forças desiguais, mas não se apreende como responsável pela situação. A humilhação é quase sempre vivida numa relação interpessoal e associa-se à cólera ou ao ódio, libertando uma agressividade que se dirige mais contra os outros. No que respeita à *revolta*, ela exprime a contestação de uma situação vivida como injusta, num sistema social recusado. O sentimento de revolta pode dar origem a ações sociais, individuais ou coletivas, seja através do desejo de desforra ou de identificação com o dominante, seja através de um movimento social, seja, ainda, através de movimentos destruidores que exprimem desespero.

Os autores propõem uma tipologia de estratégias de defesa psicológica face aos dolorosos sentimentos a que acima aludimos e que constitui uma ferramenta teórica útil para problematizar a relação entre o assistente social e o utilizador do serviço (Gaulejac e Léonetti, 1995).

A estratégia de contornamento consiste em contestar a imagem negativa através da modificação do sentido atribuído à situação. Desdobra-se numa pluralidade de respostas, tais como, a *distanciação* e o *escárnio*, a *inversão do sentido e inserção nas margens*, a *referência a outros sistemas de valores* e *desimplicação*, a *referência ao direito e à cidadania*.

Ridicularizar a própria situação é uma reação que permite ganhar uma certa distância em relação a si próprio e recuperar, em parte, o domínio dos factos. Mas, sobretudo o escárnio a respeito da imagem estigmatizada de si próprio atinge o sistema de valores que a instituiu, mina com eficácia a legitimidade do olhar do outro e o caráter sagrado, intangível dos valores dominantes.

A *inversão do sentido normativo* dado a um determinado comportamento permite fazer coisas que são socialmente reprovadas, conservando a auto-estima e resistindo à interiorização da estigmatização. O que é designado como negativo pelo sistema dominante de valores passa a ser visto como positivo. A prostituição é percebida como preferível à caridade; a delinquência é uma maneira hábil e corajosa de ganhar a vida; o roubo situa-se acima da mendicância ou da ajuda pública.

Quando o contra-sistema de valores é partilhado por um grupo, pode falar-se de uma verdadeira integração no seio de um grupo (bando, gang, clã ou seita), mesmo se nas margens da sociedade global. Entre os jovens dos bairros desfavorecidos, a inversão do sentido transforma a delinquência em “desenrasca”, em face de constrangimentos exteriores, tais como o desemprego, a escolaridade mal sucedida, a discriminação no emprego, etc.. Induz uma certa forma de integração social, mas também de integração económica, através das trocas, do consumo, das atividades que proporcionam rendimentos, ilegais ou legais, no seio de um grupo que dispõe do seu sistema de valores, do seu tecido social e dos seus modelos de identificação valorizantes.

A *referência a outros sistemas de valores e a desimplicação* não supõe necessariamente a invalidação do sistema dominante, nem a inversão do sentido da situação vivenciada. Permite sobretudo que o indivíduo se desimplique em relação à estigmatização, demonstrando que não sente que esta lhe diz respeito. Requer a referência a um outro sistema de valores, opostos ao sistema do ator dominante, nomeadamente em subsistemas culturais ou ideológicos, quer no seio de grupos ou minorias étnicas, quer, ainda, no grupo familiar quando este é portador de valores ou princípios fortes. Assim, por exemplo, a pobreza pode ser interpretada como resultado da ordem divina que atribui a cada indivíduo um lugar e um destino, não é, pois, o resultado de uma indignidade pessoal, mas de um azar que recai obstinadamente sobre uma parte da população. Nesta interpretação, há lugar para a frustração em face das riquezas dos outros, mas não há lugar para a vergonha.

Na estratégia de *desimplicação* não há lugar para a vergonha, o que prevalece é o sentimento da injustiça que dá origem a atitudes reivindicativas, na busca de reparação. Requer que o indivíduo se possa apoiar numa identidade coletiva valorizada, suportada por uma comunidade com um tecido relacional vivo. Mas, a vergonha tem um forte poder de contaminação. É preciso dispor de uma grande confiança em si para não se sentir atingido pela culpabilidade, para não sentir vergonha, por ter suscitado o ato humilhante do outro, ou para não se ver a si próprio como cúmplice ou conivente com um ato humilhante que seria, até, merecido em virtude de uma qualquer falha do “eu”.

A *referência ao direito e à cidadania* é utilizada por certos assistidos para justificar a assistência. Para alguns, a ajuda social é desqualificante e difere muito pouco da caridade privada, bloqueando o pedido de muitos beneficiários. Considerada como uma esmola, a ajuda social é difícil de assumir, os seus efeitos são perversos, reforçam a imagem negativa que os assistidos têm de si próprios, o seu sentimento de fracasso e de impotência para agir. Pelo contrário existem outros que consideram a ajuda social como um direito, que o Estado deve aos cidadãos, e não consideram a assistência comparável à mendicância.

Nas *Estratégias de saída*, o indivíduo tenta mobilizar todos os seus recursos, afetivos, sociais e culturais para resistir à nova situação social em que se encontra. São características desta estratégia a *agressividade e modificação momentânea da relação de forças*, o *desejo de compensação e mobilidade individual no interior do sistema*, a *procura da revalorização coletiva e questionamento do sistema*.

A *agressividade e modificação momentânea da relação de forças* são respostas espontâneas, reativas, a uma situação de humilhação. Permitem externalizar os sentimentos negativos experimentados numa situação inferiorizante, deslocá-los para fora de si. A *agressividade* representa um primeiro patamar de respostas distintas da *revolta*. Esta supõe um certo reconhecimento das relações sociais que a produziram, assim como a sua contestação, mesmo que tal contestação não comporte necessariamente um projeto político. A agressividade pode exercer-se, quer na interação pessoal, quer numa ação coletiva. A violência verbal ou física permite ao indivíduo impor-se face ao outro e recuperar um estatuto de dominante que revaloriza temporariamente a imagem de si próprio. Mas a valorização trazida pela humilhação

infligida ao outro é uma compensação frágil e fugaz porque só atinge uma pessoa, o representante do grupo dominante, o grupo em si fica fora de alcance. A agressividade pode também libertar-se no decorrer de manifestações coletivas. É então a expressão de uma soma de cóleras individuais, cujo ódio, por ausência de alvo bem identificado, degrada e destrói cegamente os próprios indivíduos assim como os outros a quem se opõem.

O *desejo de compensação e mobilidade individual no interior do sistema* conduz certos indivíduos a utilizar todos os recursos de que dispõem para sair da situação desprotegida. São normalmente indivíduos que possuem uma certa confiança e si, sendo que esta que advém de uma identidade individual estruturada por valores bem integrados, numa família estruturada, ou uma relação valorizante, ou do apoio numa identidade coletiva forte. A procura da revalorização coletiva e o questionamento do sistema surge com o objetivo da revalorização da imagem do indivíduo. Esta revalorização da imagem pode passar pela contestação da legitimidade do sistema social que contribui para afundar mais a sua situação levando-os a considerar a sua própria situação como injusta e pode igualmente passar pela imagem do grupo com o qual ele se identifica. No caso dos desempregados, ou de outros indivíduos globalmente estigmatizados, tal revalorização pode ocorrer de duas maneiras: pela contestação dos traços negativos impostos ao grupo ou pela contestação radical da legitimidade do sistema normativo que instituiu a inferiorização. Os deficientes, por exemplo, procuram modificar o olhar dos outros a seu respeito, reduzir a rejeição que as pessoas que correspondem à norma associam à imagem dos deficientes físicos.

Nas *estratégias de defesa*, os indivíduos resignam-se à condição em que se encontram, interiorizam a ausência de alternativas e alteram a sua relação com as normas.

Evitamento e retraimento social são estratégias de defesa utilizadas por aqueles que procuram evitar o olhar dos outros, tentam preservar a sua identidade à custa da retirada da vida social. A *diferenciação e dessolidarização*, um outro tipo de estratégia de defesa, é uma reação que consiste em diferenciar-se dos seus semelhantes excluídos, em estabelecer uma hierarquia de estatutos na qual o indivíduo possa ocupar um lugar superior ao último. Assim, os «verdadeiros» assistidos, os verdadeiros excluídos são sempre os outros. É diferenciando-se dos outros, da má imagem dos outros que o indivíduo preserva a sua própria imagem. Mas esta dessolidarização do grupo cuja situação é, na realidade, partilhada, representa a privação de uma possível identidade coletiva. No plano material, traduz-se pela redução ou, até, pela inexistência das eventuais redes de solidariedade e entajuda substituídas por um clima de indiferença e violência. No plano psicológico, o facto de recusar uma identidade coletiva priva o indivíduo das referências identitárias que lhe permitiriam situar-se no sistema social. Não se reconhecendo como parte de um grupo social que partilha com ele a pobreza, o desemprego e a identidade desvalorizada que lhes é associada, o indivíduo não percebe claramente a natureza social da situação coletiva e atribui-se individualmente toda a responsabilidade pela situação que vivencia. No entanto, no plano social, a ausência de identidade coletiva leva a um isolamento e a uma solidão duradouras, as quais bloqueiam as possibilidades de empreender uma ação comum.

Na *denegação e fuga da realidade*, o sujeito não se limita a esconder a sua situação real, nega-a; não procura diferenciar-se da imagem negativa que vê nos outros, recusa-se a ver e acaba por acreditar na realidade que inventa. A denegação permite ao sujeito preservar, para si, uma imagem ideal de si próprio, uma imagem que consegue estimar. Mas a base desta estima é frágil já que se apoia numa realidade que só partilha consigo próprio. Para tornar possível esta passagem de uma realidade demasiadamente invasora a uma outra, a tentação é frequente recorrer à droga ou ao álcool que trazem o atordoamento ou a euforia temporárias. O jogo de papéis e a instrumentalização da situação, a resignação e passividade social, a fuga em frente são estratégias de defesa que tornam evidentes os efeitos destruidores da interiorização de uma identidade negativa. Parecem não ter outras finalidades que não sejam assegurar a sobrevivência psíquica, conseguir viver com a identidade negativa, defendendo-se da vergonha, elaborar racionalizações ou mecanismos de evitamento que permitam suportar uma situação ameaçadora para a integridade psíquica (Gaulejac & Leonetti, 1995).

Resumamos então, as principais razões que conferem a esse grupo uma estruturação contraditória. Em primeiro lugar a privação, pois ela reforça a luta individual pela sobrevivência e apela também à partilha, à solidariedade. Em segundo lugar o desejo de diferenciação cuja ambivalência é manifesta; esta diferença só se exprime de facto através das relações interpessoais que unem os membros do grupo e cada qual não pode deixar de reconhecer assim a força do laço que o prende ao grupo, pois ela permite-lhe libertar-se individualmente de uma rejeição social comum. *Podemos então supor que por detrás dessas tentativas de divisão subsiste uma impossibilidade de se dividir realmente. Trata-se do reconhecimento “inconsciente” duma história comum que não pode, precisamente, inscrever-se na história porque a passagem do individual ao coletivo parece bloqueada pelo sentimento da vergonha. Ora este pode-se desviar do sujeito que visa, pois o desejo de ser outro, surgido da vergonha pode também transformar-se num projeto coletivo visando encontrar a sua dignidade* (Brébant, 1984).

O trabalhador desqualificado e precário não sabe o que lhe vai acontecer, o que pode vir a perder (o trabalho, a casa, os filhos...), a incerteza do futuro e a forte tensão provocada pelas necessidades imediatas levam-no a dar prioridade absoluta ao presente, ao imediato, já por si tão difícil que aniquila toda a capacidade de previsão. A irregularidade do rendimento reforça a incerteza financeira da família, provoca a alternância entre períodos de intensa privação e períodos de relativa abundância, impedindo a gestão racional do orçamento e estimulando comportamentos de consumo julgados pouco racionais (por quem tem outras condições de vida), mas obedecendo, contudo, a uma dada racionalidade.

Para compreender os modos de consumo aparentemente irracionais é preciso compreender que não se deve analisar a pobreza em termos de insatisfação das necessidades fundamentais, mas sim das necessidades sociais que remetem para o desejo de integração num dado ambiente sócio-cultural. Numa sociedade desenvolvida, o estado de pobreza vivido por uma minoria gera um sentimento de não corresponder à norma, não poder responder ao incentivo contínuo para consumir certos bens inviabiliza o sentimento de pertença à coletividade. É precisamente a necessidade de restaurar o sentimento de pertença que leva o trabalhador precário e desqualificado a substituir necessidades/bens considerados vitais por necessidades sociais (isto é, geradores de estatuto social, a custo de intensos sacrifícios). A

aquisição de bens de consumo é um dos raros meios disponíveis para se sentir socialmente integrado.

Os modos de consumo constituem uma tentativa de resposta a um estado de privação e a uma relação de exclusão, são um meio de integração e de comunicação, um meio de reparar o desejo de pertença à “sociedade de consumo”. Os objetos que mais simbolizam a pertença social (carro, walkman, aparelhagem, telemóvel... por exemplo) são os mais desejados, tanto mais quanto permitem também diferenciar-se da comunidade pobre.

Para compreender os consumos é preciso tomar consciência de que alguns destes objetos são também vividos como meios de participação na vida social e como compensação de períodos de intensa privação. Não é possível compreender os consumos se não formos capazes de conceber o que significa estar permanentemente exposto à privação; se não formos capazes de entender que, *numa vida dominada pelos constrangimentos exteriores, as mais frágeis experiências da liberdade de escolher adquirem um forte valor simbólico*. Num estado de intensa privação, quando o dinheiro chega (às vezes todo junto), gastá-lo com medida e parcimoniosamente é praticamente impossível. Gastar este dinheiro de forma desmedida é uma maneira de desvalorizar este modo de remuneração estigmatizante. Estes momentos de consumo traduzem mecanismos de defesa contra a impossibilidade de subir na hierarquia social. Para todos aqueles que não têm possibilidades de dominar o seu futuro, o hedonismo perpassado de fatalismo parece ser a única filosofia da vida concebível.

“A luta e a revolta implicam sempre uma certa quantidade de esperança ... no entanto, onde não há remédios, os maiores sofrimentos resignam-se. As portas antes abertas para o regresso fecharam-se e o homem caminha com docilidade para o seu destino” (Baudelaire), citado por Brébant (1984).

Libertar-se de modo positivo do sentimento de vergonha não chega para conceber a sua história de modo dinâmico, também é preciso dominar o seu tempo, ou seja, ter um meio de agir sobre o futuro para integrar a ideia de que uma mudança é realizável e por isso possível. Vários estudos mostraram que a perceção do tempo é apenas a resultante da natureza e do ritmo dos múltiplos instantes que tecem o “tempo vivido”. William Grossin, citado por Brébant (1984) sublinha assim que “a atitude em relação ao futuro é uma atitude da vida quotidiana e não uma característica do indivíduo”. P. Fraisse, citado por Brébant (1984) mostrou o papel fundamental da mudança na génese dos sentimentos e da apreciação do

tempo, ele relembra que “a nossa ação a cada instante não depende apenas da situação na qual nos encontramos, mas de tudo o que vivemos e de todas as antecipações em relação ao futuro.” Como perceber o impacto das condições sócio-económicas sobre os ritmos da vida? *Que relação podemos apreender entre a experiência dos tempos da vida quotidiana e a reprodução da pobreza?* Porque é que a história dos pobres é tantas vezes marcada pela reprodução de um futuro sempre idêntico? A resposta é que as condições sócio-económicas do sub-proletariado desestruturam os ritmos quotidianos sobre os quais é preciso apoiar-se para dominar o seu tempo. Para além de o trabalho na nossa sociedade ser consensualmente valorizado, a verdade é que todos os nossos ritmos quotidianos são modelados pela atividade profissional. Estar ancorado numa atividade profissional permite desenvolver toda uma cadeia de regularidades (horários fixos, partilha do tempo de trabalho, do tempo de descanso, do local do trabalho, da habitação) que em situação desemprego se quebra¹⁰. Afastados do seu trabalho e sem contacto com o mundo exterior, os trabalhadores desempregados não empreendem nada e, pouco a pouco, passam de uma existência regulada para o vazio e o desapego. Várias monografias sobre a pobreza destacam a errância, isto é, a corrida anárquica e continuamente renovada para resolver necessidades imediatas e vitais. Ao longo dos dias de tanto andar pela cidade à procura de emprego e de já não saber como se apresentar nem onde ir, a ideia de encontrar um trabalho regular desaparece para dar lugar a múltiplas tentativas para encontrar meio de subsistir. A errância não deixará de ter consequências no desenvolvimento das crianças, que viverão com um pai que num dia regressa muito tarde, após ter passado o dia fora à procura de trabalho, e que, no dia seguinte, desanimado, ficará em casa sem fazer nada, ou que, por força da necessidade, lhes pedirá ajuda para empreender alguma tarefa ocasional. O ritmo e o conteúdo dos tempos cristalizam-se numa espera ansiosa do tempo futuro. Quando não há uma esperança de mudança, o tempo torna-se então minado por uma espera do “incerto” porque as múltiplas diligências efetuadas não levam a nada.

¹⁰ O estudo de P. Lazarsfeld sobre os desempregados de Marienthal ilustra fortemente o impacto da atividade profissional sobre a estruturação dos tempos quotidianos. O autor mostra como os trabalhadores cujo emprego é regido por constrangimentos temporais extremamente rígidos, perdem qualquer capacidade de organizar a sua vida quotidiana quando estão desempregados. Esse tempo que antes ansiavam, e que se queixavam de não ter, e que agora têm não só não o usam para empreender alguma coisa, como a organização regulada da sua vida quotidiana se desfaz pouco a pouco. Como não são solicitados pelas exigências da pontualidade, deixam-se levar progressivamente por uma existência flutuante, vão para a rua sós ou em pequenos grupos e ficam lá horas. O levantar, o almoço, o deitar são os únicos pontos de referência do dia. A divisão do dia em horas deixa de ter significado, não se passa nada sobre o qual possam falar. Os domingos e feriados já não se diferenciam dos outros dias. A abundância de tempo a assumir é apreendida com confusão e esse tempo livre revela-se um *dom trágico*.

Quando lutamos durante vários anos sem hipótese de mudança, pouco a pouco, a espera leva o indivíduo a viver o tempo de modo passivo, a ter em conta apenas o instante presente, a imaginar-se vítima de um destino insuperável. “Em atividade tendemos para o futuro, na espera pelo contrário, vivemos o tempo em sentido contrário, quer dizer vemos o futuro vir ter conosco e esperamos que esse futuro previsto se torne presente” (Brébant, 1984). “Para sentir, para viver é preciso pôr ordem nas nossas ações, é impossível integrar os acontecimentos numa ordem quando a vida é marcada pela urgência, pela pressão das necessidades imediatas, pela insegurança e pela anarquia dos ritmos temporais. A ordem exterior reage sobre a ordem interior, sobre o quadro mental onde se depositam os instantes. A regularidade do ritmo de vida dá uma forma ao tempo. Ela permite apoiar-se sobre a repetição previsível de acontecimentos para dominar o seu desenrolar e antecipar os seus efeitos num futuro próximo. Sem esse suporte, quando os acontecimentos, imprevisíveis e móveis, formam ritmos desordenados nos quais não podemos confiar, praticamente não há possibilidade de dominar o seu encadeamento e de os ligar a projetos construídos (Brébant, 1984).

A qualidade dos instantes que tecem a vida quotidiana deve assim ser marcada por uma relativa regularidade e fiabilidade dos ritmos, e por uma certa dose de repouso, ligada à natureza dos acontecimentos e à sua ordenação, para que eles possam inscrever-se de modo diferenciado em relação ao passado e ao futuro. A imersão num presente dominado por preocupações imediatas terá consequências prejudiciais sobre as capacidades de abstração e de compreensão da sua própria situação, fenómeno de “cegueira cultural” como designa Paul Vercauteren, citado por Brébant (1984). O esforço de continuidade necessário à obtenção de resultados tangíveis é particularmente atingido. Ao analisar tanto os constrangimentos que encerram os pobres, não enfatizamos nunca suficientemente a energia que eles podem manifestar para fazer frente à pobreza.

Primeiramente para formular projetos convém ter uma visão relativamente clara do encadeamento previsível dos acontecimentos que marcam a nossa existência. A perceção do intervalo de tempo necessário à realização do projeto resulta disso. Noutras palavras qualquer previsão prende-se com uma antecipação da realidade que necessita um domínio do seu horizonte temporal. A parte de incerteza que encerra um projeto é tanto mais aceite e minimizada quanto mais for rodeada de eixos certos em relação aos quais se pode fixar. Por

outro lado, a concepção de projetos implica uma relativa estabilidade econômica e psicológica. Ela consolida a disponibilidade para se situar em relação a um outro tempo para além do presente, olhando para o futuro com tranquilidade. A necessidade, a urgência das necessidades a satisfazer, orientam o conjunto das prioridades da existência para o imediato. Quando somos continuamente encurralados a fazer frente a prioridades imediatas e vitais, o que é deferido no tempo perde a sua importância. Isto diminui consideravelmente a ideia de benefícios possíveis a tirar de uma ação a longo prazo. Estes dois pontos mostram bem a relação entre a capacidade de formular projetos e as suas possibilidades efetivas de realização: “de maneira geral o futuro só se desenrola na medida em que os seres imaginam um futuro que lhes parece realizável”. William Grossin mostra que a formulação de projetos cresce de maneira muito clara com o montante dos rendimentos. O realizado não é senão uma das formas do realizável, “só há futuro se houver ao mesmo tempo desejo de outra coisa e consciência da possibilidade de a realizar”. A acessibilidade a essas condições de realização gera, de maneira simultânea a ideia de uma mudança possível. O impulso que permite ao indivíduo ter uma outra ideia de si mesmo enraíza-se numa transformação da sua própria situação. Se a mesma situação se reproduz identicamente às gerações, a ideia de uma mudança possível torna-se praticamente inconcebível.

Richard Hoggart (1970) citado por Brébart (1984) refere que, de modo geral as classes populares “desconfiam da poupança e gastam todo o dinheiro que têm no momento”, sabem que de nada servem os sacrifícios e as privações, pois nem à custa de sofrimentos físicos e morais intensos, de privações tão intensas que estragariam o sabor da vida, poderiam superar uma pequena parte dos constrangimentos impostos por esta vida. Viver o mais intensamente possível os raros instantes de alegria que podemos roubar à adversidade parece a única filosofia concebível para todos aqueles, cujo futuro, vazio de promessas, se escapa sob o peso de uma condição demasiado pesada a suportar. A privação intensa que destrói o presente apela assim a uma libertação no consumo imediato dessas riquezas parecendo o único meio de anular esse presente. A privação leva também às revoltas, violência que se liberta, mas sem saber onde vai. À volta destas atitudes inserem-se uma percepção fatalista do seu futuro tal como R. Hoggart a definiu: “*Tendemos a representar como leis da natureza os constrangimentos sociais, fazemos deles dados primeiros e universais da “vida”*” (citado por Brébant, 1984). O estado de pobreza despoja de qualquer aparência, de qualquer anonimato,

que permita ser como os outros e fundir-se na massa dos desconhecidos. *O impossível domínio do tempo forja um sentimento de impotência face aos acontecimentos, dá lugar a uma espécie de filosofia resignada que leva a valorizar o presente e a imaginar a mudança como vinda de um acaso miraculoso que, com um toque de varinha de condão, os transfere para outro tempo. (Brébant, 1984).*

Que pensar das políticas de proteção social que remetem as famílias desprovidas de meios económicos para fazer face à sobrevivência para situações não só de insuperável dependência económica, como de insuperável desvalorização simbólica e social? Que pensar dos funcionamentos das instituições de proteção social que instauram procedimentos de inferiorização, culpabilização dos indivíduos que recorrem ao Rendimento Social de Inserção, à obtenção de ajudas monetárias do Serviço de Ação Social e ao Subsídio de Desemprego? Mais concretamente, que dizer dos chamados “programas de inserção”, oficialmente impostos como condição de obtenção do Rendimento Social de Inserção, que na realidade se demitem de diagnosticar a real situação das pessoas em termos de acesso à inclusão social e, pior do que isso, se demitem de inventariar, com o devido rigor, os meios efetivamente condicionadores da mudança, assim como o tempo necessário à efetivação da mesma? Inventariar algumas ações centradas na resposta a problemas imediatos, do âmbito da saúde, da angariação de bens para satisfazer necessidades imediatas de habitação, mobiliário, transportes, alimentação, do controlo sobre a frequência escolar dos filhos, etc., está longe de corresponder a um programa de inserção. Além disso, a incerteza na obtenção das ajudas financeiras que excedem os valores do Rendimento Social de Inserção, por manifesta insuficiência deste, é uma das mais dramáticas evidências da dominação a que este sistema submete as famílias mais atingidas pela insolvência. Com efeito, que outra interpretação atribuir à imposição burocrática de não incluir, no dito programa de inserção social, um plano de apoio económico situado no tempo e devidamente fundamentado em função do diagnóstico dos problemas das famílias? Em vez disso, os técnicos responsáveis por esse simulacro de programa de inserção têm que apresentar pedidos de apoio económico cuja aprovação, sempre incerta, pode ocorrer em datas variáveis, sempre em função de diretrizes emanadas do poder central do sistema de segurança social, e que, muitas vezes, não coincidem com as datas de pagamento fixadas para a obtenção dos vários tipos de serviços. A incipiência, insegurança e imprevisibilidade das prestações económicas, no contexto de uma real ausência de políticas

para que os adultos se possam tornar empregáveis no mercado de trabalho, se é que isso é possível na atual conjuntura de severa restrição da oferta de emprego, não propiciam, muito longe disso, o acesso ao reconhecimento, à ligação e pertença social.

Um programa de inserção digno desse nome não poderia deixar de equacionar um programa de ações encadeadas que visassem alcançar respostas consistentes nas várias dimensões da inclusão, ou seja, não somente encontrar soluções económicas para fazer face às necessidades elementares da sobrevivência, como às não menos importantes necessidades de dignidade, reconhecimento e de ligação social.

Numa sociedade em que não se vislumbra o regresso ao pleno emprego, que produz muitos milhares de indivíduos economicamente inúteis, como garantir o direito à vida independentemente da venda de mão de obra? (Bauman, 1999) Como interpretar as recentes diretrizes governamentais no sentido de impor a aceitação de trabalho comunitário pelos beneficiários do Rendimento Social de Inserção? Não será esta orientação a expressão de uma atitude ambivalente a respeito dos pobres, entre o temor/repulsa e a misericórdia/ compaixão? Numa época em que, por força de reestruturações económicas e organizacionais das empresas, o emprego regular está a deixar de ser a norma, que significado atribuir à acima referida orientação? Poderá a obrigação de exercer trabalho não pago como contrapartida da obtenção do rendimento social de inserção, registe-se uma quantia claramente inferior ao limiar de pobreza estabelecido pela Eurostat, ser interpretada como expressão de uma culpabilização e responsabilização dos pobres pela situação em que se encontram? Poderá ser vista como tentativa de conferir dignidade ao estatuto de beneficiário dessa medida? Se a obtenção do subsídio resulta do pagamento por um serviço útil prestado à comunidade, poderá, assim, concluir-se que é eliminada a tendência para remeter os pobres para uma situação de dependência e de “parasitismo”? Se o serviço prestado tem uma efetiva utilidade social, então, porque não criar postos de trabalho e, desse modo, contribuir para diminuir o contingente dos candidatos a essa medida de política social? Em caso negativo, como é o que ocorre no nosso país, não será legítimo ver nessa recente orientação governamental uma ação ideológica insidiosa no sentido de construir uma imagem pública dos pobres como seres humanos oportunistas, indolentes que querem levar a vida à custa da comunidade dos que trabalham e pagam impostos? Mas, se a economia atual deixou de necessitar de uma força laboral massiva, já que se tornou possível compatibilizar aumento da rentabilidade e volume

da produção com redução de mão de obra e de custos, como garantir o acesso ao emprego dos cidadãos em idade ativa? Mas, se não restam dúvidas quanto ao caráter estrutural do desemprego, como garantir o acesso aos bens essenciais à sobrevivência da população que deixou de ser necessária para produzir? Será possível restituir a dignidade social aos que não podem obter os recursos financeiros necessários à sua sobrevivência e da sua família por meio do trabalho assalariado? Como? Proporcionando-lhes formas de trabalho não assalariado que não são mais do que uma espécie de reprodução das “poor laws” do século XIX? Que tipo de trabalho permitirá aos que se encontram privados de emprego deixarem de ser assistidos, contribuir para o bem comum e serem cidadãos de pleno direito? Como interpretar os severos cortes na atribuição de benefícios, realizados recentemente, e as suas consequências para as condições de vida das crianças? Eliminar a pobreza ou reduzir o número de pessoas oficialmente reconhecidas como pobres e, logo, o número dos que têm direito a receber ajuda, aproveitando a sua dificuldade em fazer reconhecer o seu sofrimento como questão de interesse público? (Wacquant, 1999). Quem são os maltratantes?

Ora, voltando a um dos maiores riscos que a organização social faz hoje recair sobre as famílias, empurrando-as para níveis de privação e sofrimento assinaláveis, o da impossibilidade de ocupar um lugar no mercado de trabalho que garanta a autonomia económica, é altura de retomar a reflexão que acima apontamos a respeito dos modos de encarar a dependência económica dos que não têm emprego. Dizíamos, seguindo, aliás, dois importantes pensadores como Claus Off (1985) e Z. Bauman (1999), que a emancipação do trabalho em relação aos cálculos centrados no mercado poderá ser o caminho para restituir a dignidade aos seres humanos que não têm lugar na economia de mercado, designadamente através do desempenho de tarefas que não podem ser satisfatoriamente cumpridas no quadro das relações mercantis. A educação, o apoio aos idosos e aos doentes, a preservação do ambiente, a formação artística e cultural, os tempos livres e os lazeres, a organização da participação da sociedade civil em torno da satisfação de necessidades comuns, todas essas áreas, entre outras, comportam tarefas que poderiam ocupar os que não têm lugar no mercado de trabalho, desde que fossem cumpridas duas condições. Primeiro, ser um trabalho reconhecido como socialmente valioso, ser estimulador de aprendizagens, de desenvolvimento cognitivo e de uma ética do trabalho bem realizado, isto é, trabalho capaz de proporcionar o desenvolvimento das potencialidades criativas de cada ser humano. Segundo,

ter direito a um rendimento que, obviamente, cumpra a satisfação das necessidades fundamentais, à luz dos padrões que vigoram na sociedade, em geral. Não um rendimento mínimo que se limite a conter a miséria em limites que não sejam demasiado chocantes para a consciência dos incluídos, não um rendimento que remeta a vida das famílias para a incerteza constante do amanhã, para a incerteza de ter dinheiro para comprar comida, pagar a renda de casa mês após mês, para comprar medicamentos, roupas e materiais escolares para os filhos, dispor de água quente para tomar banho, enfim, para ter acesso aos pequenos lazeres que enfeitam a vida. Mas um rendimento que traduza o efetivo reconhecimento de quem efetivamente contribui para gerar esse grave disfuncionamento social que é o desemprego estrutural. Como aponta Claus Off (1985), essa é uma responsabilidade que decorre das opções de agentes económicos que, por isso mesmo, devem contribuir com impostos para o financiamento da segurança social.

Não se vê outro caminho para barrar a exclusão económica e social massiva e os graves riscos que ela comporta para a vida de homens, mulheres e crianças que dela são vítimas, que não seja consagrar o direito a um rendimento para todos os que não o podem obter através do assalariamento e, ao mesmo tempo, deixar de considerar que só é trabalho aquele que é comprado e vendido no mercado de trabalho. Isto equivale a, por via de mecanismos redistributivos, criar um setor económico que não seja dependente do mercado e que instale uma ética do trabalho significativamente distinta da que nasceu na moderna sociedade capitalista, ou seja, da ética que apenas valoriza o trabalho que está em condições de ser comprado e vendido. Só uma ética do trabalho socialmente útil e bem realizado pode devolver ao excluído do mercado de trabalho a dignidade e importância que o fim da sociedade de produtores lhe recusa definitivamente. Numa sociedade que, graças à enorme riqueza acumulada em séculos de trabalho, pode produzir o necessário sem a participação de uma ampla e crescente porção dos seus membros, o discurso que continua a apresentar o trabalho como um valor mercantilizado, um fim em si mesmo, como uma atividade nobre e fornecedora de um lugar social dissimula as verdadeiras razões e os verdadeiros responsáveis por essa exclusão e faz realmente recair sobre os excluídos a responsabilidade da sua exclusão.

Voltemos às acima referidas recentes disposições legais sobre o rendimento social de inserção para, feita esta sintética incursão pela crise do trabalho assalariado nas sociedades

atuais, responder às interrogações então formuladas. A resposta é que, não obstante as profundas diferenças das atuais estruturas económicas por relação às do século XIX, tudo indica que a imposição de trabalhar em qualquer atividade, ao critério das instituições que gerem a aplicação da medida, tem traços que lembram a “Lei de Pobres” do início da era industrial. Nessa conjuntura, os então reformadores sociais entendiam que para separar os verdadeiros dos falsos e, desse modo limitar a assistência aos setores indigentes da sociedade, era preciso que os modos de assistir fossem suficientemente horríveis a ponto de levar a aceitar qualquer tipo de oferta de trabalho e, desse modo, desencorajar o recurso à ajuda. Por certo, quem, naquela época, aceitasse ser encerrado num asilo para pobres era porque realmente não podia contar com outra forma de sobrevivência, até os salários mais miseráveis e a rotina mais extenuante da fábrica pareceriam suportáveis em comparação com os hospícios. Tomadas as devidas distâncias, não estará a mesma interpretação subjacente às recentes reformulações do rendimento social de inserção?

Levar em consideração os constrangimentos que a organização social faz pesar sobre a vida familiar, num contexto de forte desinvestimento nas políticas de redistribuição orientadas para a correção de desigualdades sociais, ajuda a perceber quanto a abordagem institucional da negligência e dos maus tratos a menores pode desembocar em interpretações e modos de intervir que além de ineficientes, comportam a agravante de estigmatizar e fragilizar ainda mais as famílias que supostamente se propõem ajudar.

Perguntamos nós, mais do que constatar a existência de disfuncionamentos familiares não será preciso compreender a sua génese? Por exemplo, nas famílias que protagonizam modos de vida típicos da pobreza e naquelas que não possuem os recursos culturais indispensáveis para providenciar aos seus filhos os estímulos linguísticos e comunicacionais que condicionam o seu desenvolvimento cognitivo, que tipo de intervenção pode melhorar os desempenhos parentais? Nas famílias que mais brutalmente se encontram subjugadas pela incerteza da sobrevivência, será possível provocar a superação das incomunicabilidades e desencontros familiares com intervenções que apenas valorizam as cognições que os distintos membros da família são capazes de construir a respeito uns dos outros? Será possível, nestes casos, superar o desencorajamento, a descrença nas próprias capacidades, a desorientação, enfim, a entrega à situação, tantas vezes interpretada em termos de apatia e de indolência, com as referidas intervenções que acreditam piamente na possibilidade de alargar as

competências parentais independentemente da produção de mudanças nas condições de vida? Esse tipo de intervenção que associa a aquisição das chamadas competências parentais ao desenvolvimento das cognições corresponde a uma leitura psicologista que perspectiva a mudança a partir dos indivíduos e, por isso, ignora a intervenção para a mudança dos funcionamentos institucionais em ordem à criação de estruturas suscetíveis de produzir alterações substanciais nas condições de existência e nos modos de vida das famílias.

As abordagens psicológicas tendem a eleger a qualidade dos afetos como fator determinante do desenvolvimento psicossocial equilibrado, dão-nos relevantes elementos de compreensão dos principais dilemas psicológicos que todo o ser humano tem que enfrentar ao longo do seu percurso de vida. Todavia, é preciso sublinhar que as características psicológicas são produto de interações entre a subjetividade do indivíduo e os constrangimentos externos impostos pelo sistema de oportunidades, sejam elas económicas ou relacionais, culturais e simbólicas.

É preciso salientar que condições de vida extremamente violentas, tais como a miséria, a falta de realização pessoal, o excesso de trabalho, ou a sua falta em absoluto, a incerteza permanente do amanhã, a falta de meios para tratar a doença, a carência de meios culturais indispensáveis para acompanhar os estudos dos filhos e a inexistência de ajudas para providenciar a educação dos filhos, desencadeiam estados psíquicos adversos aos desempenhos parentais considerados adequados. Com efeito, as famílias pobres enfrentam problemas que não podem ser meramente tratados através de intervenções que se confinam às interações no seu seio. É fundamental compreender que reduzir a intervenção com as famílias ao aprender a lidar com as tensões, com o desacordo e o conflito, ao aprender a romper silêncios e a controlar gritos, a expressar sentimentos e desaprovação, explorar significados, romper com padrões usuais, sem dúvida um trabalho muito importante, equivale a considerar que tudo o que acontece na vida é apenas fruto do pensamento, escolha e deliberação dos próprios. Mas, há que salientar, a família não é uma célula isolada do meio social que a envolve e lhe impõe exigências, obstáculos e limites. Nem todas as famílias dispõem dos meios económicos e culturais indispensáveis para facultar aos seus filhos as condições do desenvolvimento psicossocial que lhes é requerido para fazerem um percurso escolar socialmente inclusivo, nem todas lhes podem facultar as condições de existência e os padrões de relacionamento que muitos psicólogos tomam como indicadores de vida saudável. E isso

porque, ao contrário dos que perspetivam a família como a instituição básica da vida social organizada, como espaço relacional delimitado por uma fronteira clara entre o mundo privado (da família) e o mundo público do Estado e da sociedade no seu conjunto, a vida familiar está longe de ser dissociável dos problemas sociais resultantes do desequilíbrio do poder e das desigualdades da sociedade mais vasta, como está longe de ser dissociável da intervenção de outras instituições, incluindo o Estado. Se é inegável que as famílias podem produzir constrangimentos, tensões e problemas (separação, divórcio, morte...), é fundamental, todavia, assumir que a vida familiar nem é a causa, nem a solução dos problemas sociais que a subjagam. Considerar que a primeira função da família é assegurar os deveres de reprodução, alimentação e socialização de uma maneira efetiva e eficiente, independentemente dos meios que esta tem ao seu alcance para o fazer, equivale a perfilhar uma conceção idealizada da família que não deixará de contribuir para facilmente estigmatizar como inapropriadas e desviantes as famílias mais severamente penalizadas pela falta dos vários tipos de recursos cruciais para a socialização.

Zigmunt Bauman cita Cornelius Castoriadis para salientar que a crise do mundo ocidental “reside precisamente no facto de nos termos deixado de questionar a nós próprios”, apesar de esse ter sido o impulso mais profundo na busca do assombroso e sem precedentes, empreendimento do mundo ocidental para se melhorar a si mesmo. Foi possível “questionarmo-nos a nós mesmos” a partir da descoberta de que os fundamentos de todas as nossas elaborações são arbitrários e continuarão a ser. Sendo arbitrários, podem ser substituídos por outros, desde que possa argumentar-se convincentemente em favor da substituição. Mas esse auto-questionamento do mundo ocidental parece ter desaparecido. Deixamos de colocar as perguntas que fizeram do mundo moderno a mais inquieta e inovadora das sociedades humanas, designadamente as seguintes: “se tudo está subordinado à eficácia, cabe perguntar: eficácia para quem, em vista de quê, com que objetivo? O que é o crescimento económico, de quê, para quem, a que custo, para chegar onde?”

III - Diagnóstico económico-social de famílias intervencionadas no âmbito do sistema de proteção social: “ação social” e “rendimento social de inserção”

1. Apresentação das famílias

Para compreender o que de substancial está envolvido no chamado processo de *Contratualização para a Inserção*, através do *Acordo de Plano de Inserção*, recorreremos, num primeiro momento, à análise das condições materiais de existência de uma amostra das famílias por acompanhadas pelo serviço social, no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social: Ação Social e RSI.

A amostra para o presente trabalho, constitui-se por 40 famílias que tem em comum o facto de ter menores a cargo: 27 acompanhadas no âmbito da ação social e 13 acompanhadas no âmbito do Rendimento Social de Inserção.

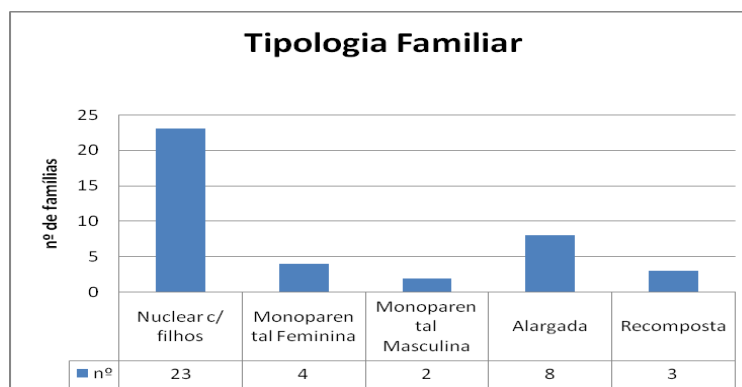
O total da amostra, ficou assim constituída por um total de 169 pessoas: 72 com menos de 18 anos, 34 entre os 18 e os 30 anos, 30 indivíduos entre os 30 e 40 anos, 23 entre os 41 e 50 anos, e, finalmente, 11 pessoas com mais de 51 anos. Em termos de composição segundo o género, verifica-se uma ligeira diferença entre os elementos femininos (81 pessoas – 48%) e masculinos (88 pessoas – 52%).

Quadro nº 1- Idades e Género dos sujeitos da amostra

Intervalos de idades	Nº de Indivíduos	Feminino	Masculino	%	% Feminino	% Masculino
0-5	21	10	11	12%	6%	7%
6-10	18	8	10	11%	5%	6%
11-15	26	9	17	15%	5%	10%
16-17	7	4	3	4%	2%	2%
18-20	10	5	5	6%	3%	3%
21-25	16	10	6	9%	6%	4%
26-30	7	5	2	4%	3%	1%
31-35	12	6	6	7%	4%	4%
36-40	18	7	11	11%	4%	7%
41-45	15	7	8	9%	4%	5%
46-50	8	4	4	5%	2%	2%
51-55	5	3	2	3%	2%	1%
56-60	4	1	3	2%	1%	2%
> 60	2	2	0	1%	1%	0%
Total	169	81	88	100%	48%	52%
Total	169	81	88	100%	48%	52%

Do ponto de vista da tipologia familiar, 23 das 40 famílias estudadas, são famílias nucleares com filhos, 6 são famílias monoparentais com filhos, 3 são famílias recompostas e as restantes 8 incluem a categoria de família alargada.

Gráfico nº 1 – Tipologia Familiar



2. A dimensão económica da pobreza

Os processos de exclusão social podem ser analisados em função de diferentes perspetivas teóricas, cujo cruzamento enriquece a compreensão e a procura de caminhos de superação dos fenómenos em causa.

Na *abordagem culturalista*, é privilegiada a análise das relações inter-individuais, das representações e práticas sociais, das estratégias de vida, da organização familiar, dos padrões de consumo e dos sistemas de valores, partindo da hipótese de que, a vivência da pobreza induz modos de vida específicos dessa condição que, frequentemente, se transmitem de pais para filhos. A teoria da “cultura da pobreza”, ou mais precisamente, da “subcultura dos pobres”, encontrou em Lewis (1969) e na sua obra *Os Filhos de Sanchez* argumentos com algum peso. A cultura da pobreza é, segundo este autor, resultante de uma adaptação dos pobres à sua posição marginal numa sociedade de classes estratificada, extremamente individualizada e capitalista. É uma cultura que ajuda a combater os sentimentos de desespero, que surgem, quando os indivíduos compreendem que lhes é muito improvável obter um êxito em conformidade com os valores e objetivos da sociedade em que vivem.

Mas a cultura da pobreza não é somente uma adaptação a uma série de condições objetivas do conjunto da sociedade, ela tende a perpetuar-se de geração em geração, por força

do seu impacto na socialização das crianças. Em geral, quando as crianças atingem seis anos já assimilaram os valores básicos e os hábitos dessa cultura, e não adquiriram as condições psicológicas necessárias para aproveitar plenamente a evolução ou os progressos que possam ocorrer na sua vida. É uma abordagem que sublinha a incorporação de valores, atitudes e comportamentos a partir das experiências vividas. A vida de pobreza condiciona as experiências vividas e, por essa via, induz a incorporação de formas de pensar e de estruturas de comportamentos específicos. É uma subcultura que apresenta um lado positivo na medida em que se baseia num sistema de racionalização e de autodefesa, já que, sem ela, os pobres não poderiam sobreviver.

A *abordagem estrutural* da pobreza toma em consideração as pressões que pesam sobre o ambiente dos indivíduos e que escapam totalmente ao seu controlo (Leeds, 1971). Nesta abordagem teórica, as causas da exclusão social são coletivas, têm origem no tipo de crescimento económico adotado no país e na incapacidade de proteger as camadas sociais mais vulneráveis. A análise da privação (material, social, simbólica) não pode, então, deixar de privilegiar os processos de desarticulação entre a economia, a família e os indivíduos.

Sabemos que nos países ocidentais mais desenvolvidos emergiu uma “nova pobreza” derivada da degradação do mercado de trabalho, designadamente por via da multiplicação dos empregos instáveis, do grande aumento do desemprego de longa duração, da deslocalização das empresas e da economia informal. A exclusão do mercado de trabalho atinge hoje pessoas que nunca haviam conhecido a privação material na sua infância.

As reorganizações desencadeadas na esfera produtiva impulsionaram um processo de desestruturação económica que não somente ocasionou o enfraquecimento dos laços que sustentavam as relações de solidariedade ao nível dos grupos primários, mas, também, daqueles que sustentavam as solidariedades entre cada indivíduo e o conjunto da sociedade. Nas modernas sociedades do chamado capitalismo maduro, a destruição do Estado Providência tem vindo a enfraquecer quer os laços sociais horizontais, quer os laços sociais verticais. O retorno às teses do mercado como principal regulador da vida social muito tem contribuído para o enfraquecimento das solidariedades verticais, facto que, associado à fragilidade das solidariedades horizontais, só pode acentuar a exclusão iniciada na esfera económica. A polarização da sociedade entre os que têm e os que não têm trabalho, acarretou um enfraquecimento considerável das solidariedades sociais, designadamente porque se

tornou difícil cimentar uma relação de reciprocidade entre trabalhadores protegidos por um emprego estável, trabalhadores em situação precária e, ainda, desempregados e desempregados de longa duração.

Em muitos casos, essa exclusão da vida ativa desencadeou um afastamento da vida social, uma crise de identidade, problemas de saúde e, não raro, ruturas familiares. A diminuição de rendimentos e a precariedade das condições de vida obrigaram a frequentar serviços sociais para obter auxílio financeiro, mesmo que contra a vontade e para vergonha dos próprios.

Assumir que os mais desfavorecidos são afastados, temporária ou definitivamente, do mercado de trabalho e das instituições oficiais, não em virtude do seu desinteresse pelos valores da sociedade em geral, mas pelo facto de não disporem de oportunidades, levou-nos a analisar com algum detalhe a situação material das famílias acima apresentadas.

2.1 Situação profissional atual

Do ponto de vista da situação profissional atual dos elementos adultos ativos das 40 famílias que beneficiam do Rendimento Social de Inserção e da Ação Social, os dados recolhidos permitem-nos começar por constatar que apenas 32 indivíduos (33,3%) exercem atualmente uma atividade profissional, sendo que o desemprego atinge cerca de metade dos indivíduos em idade ativa e que 9 indivíduos nunca exerceram atividade profissional. A análise fina deste grupo de 9 indivíduos deixa-nos constatar que as suas idades variam entre: 18 anos (1 indivíduo); 19 anos (1 indivíduo); 21 anos (2 indivíduos); 22 anos (1 indivíduo); 24 anos (1 indivíduo); 35 anos (1 indivíduo); 50 anos (1 indivíduo) e 51 anos (1 indivíduo). De registar, ainda, que destes 9 indivíduos, 7 são de etnia cigana e os outros dois são mulheres, com idades de 50 e 22 anos, sendo que a primeira apresenta deficiência física incapacitante de atividade profissional.

Quadro nº 2 - Situação face ao emprego dos indivíduos em idade ativa (18-65 anos)

Idade ativa entre os 18 e os 65 anos						
Condição face ao emprego	RSI		Ação Social		Total	%
	M	F	M	F		
Empregado	0	1	19	12	32	33,3%
Desempregado S/ Percurso profissional	3	4	0	2	9	9,4%
Desempregado C/ Percurso profissional	10	8	8	13	39	40,6%
Estudante do Ensino Regular	0	1	2	2	5	5,2%
Estudante de Formação Profissional	1	1	0	2	4	4,2%
Incapacidade para o Trabalho C/ Percurso Profissional	1	0	2	3	6	6,3%
Reforma Antecipada	0	0	1	0	1	1,0%
Totais	15	15	32	34	96	100,0%

Do ponto de vista do critério do género, o desemprego atinge mais mulheres do que homens, embora a diferença não seja muito significativa.

Quadro nº 3 - Desempregados segundo a duração do período de desemprego

Idade ativa entre os 18 e os 65 anos								
Duração do Desemprego	RSI			Ação Social			TOTAL	%
	M	F	Total	M	F	Total		
sem percurso profissional	3	4	7	0	1	1	8	17,0%
mais de 10 anos	4	1	5	0	0	0	5	10,6%
entre 9 e 10 anos	1	1	2	0	0	0	2	4,3%
entre 8 e 9 anos	1	0	1	0	0	0	1	2,1%
entre 7 e 8 anos	0	1	1	0	1	1	2	4,3%
entre 6 e 7 anos	1	0	1	0	2	2	3	6,4%
entre 5 e 6 anos	0	0	0	0	1	1	1	2,1%
entre 4 e 5 anos	0	2	2	1	2	3	5	10,6%
entre 3 e 4 anos	2	3	5	1	3	4	9	19,2%
entre 2 e 3 anos	0	0	0	0	2	2	2	4,3%
entre 1 e 2 anos	1	0	1	5	2	7	8	17,0%
menos de 1 ano	0	0	0	1	0	1	1	2,1%
Totais	13	12	25	8	14	22	47	100%

A análise do desemprego segundo o critério da duração evidencia que, 5 indivíduos se encontram nesta situação há mais de dez anos (1 homem e 4 mulheres), que entre 8 e 10 anos se registam 3 casos, que entre 5 e 8 anos se constata 6 casos, entre 3 e 5 anos se contam 14 casos, entre 1 e 3 anos registam-se 10 casos, e, finalmente, com menos de um ano existe apenas 1 caso.

O estudo do desemprego em função da idade permite concluir que 12 indivíduos têm idades inferiores a 30 anos (30,7%), que 14 possuem idades entre os 30 e os 42 anos (35,9%), 9 têm idades compreendidas entre 42 e 52 anos (23,1%) e, por fim, entre 52 e 62 anos contam-se 4 indivíduos (10,3%). Em suma, podemos concluir que a incidência do desemprego é prevalectante entre os mais jovens.

Quadro nº 4 - Desempregados segundo a idade e a duração do período de desemprego

Idades idades em anos	Tp Desemp.		menos de 1 ano		entre 1 e 2 anos		entre 2 e 3 anos		entre 3 e 4 anos		entre 4 e 5 anos		entre 5 e 6 anos		entre 6 e 7 anos		entre 7 e 8 anos		entre 8 e 9 anos		entre 9 e 10 anos		mais de 10 anos		Totais			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Totais	
18-20			1																							1	0	1
22-24									1		1															0	2	2
24-26						1	1	1									1									1	3	4
26-28			1	1		1												1								2	2	4
28-30										1																0	1	1
30-32							1																			1	0	1
32-34			1												1						1					1	2	3
34-36																						1				1	0	1
36-38			1					1		1																1	2	3
38-40							1								1											1	1	2
40-42			2	1				1																		2	2	4
42-44	1							1															1	1		2	2	4
44-46										1			1			1							1			2	2	4
50-52										1																1	0	1
52-54								1																		0	1	1
56-58												1										1				1	1	2
58-60																				1						1	0	1
Totais	1	0	6	2	0	2	3	6	1	4	0	1	1	2	0	2	1	0	1	0	1	1	4	1	18	21	39	

O aprofundamento da análise da situação profissional dos indivíduos com idades superiores a 18 e inferiores a 59 anos (excluindo os estudantes), agora na perspetiva do tempo de trabalho exercido no decurso de um ano (entre junho de 2013 e maio de 2014), leva a constatar que a intensidade laboral é nula em mais de metade (61,7%) dos 96 indivíduos (Quadro 5), atingindo os 100% em apenas 24% deste mesmo conjunto de indivíduos. Com intensidades laborais entre os 10 e os 8 meses de trabalho por ano, registam-se 5 casos, correspondentes a 5,1% dos indivíduos e com uma intensidade de trabalho de 50% apenas se regista um caso. Em suma, estamos em presença de um conjunto de indivíduos atingidos por uma vulnerabilidade significativa no que respeita ao acesso a rendimentos do trabalho, encontrando-se, por isso, em situação de grande vulnerabilidade no que respeita à dimensão económica da inclusão social básica.

Quadro nº 5 - Intensidade laboral entre junho de 2013 e maio de 2014 dos indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos

Tempo de trabalho	Nº indivíduos		Intensidade laboral
	Nª absolutos	%	
12 meses	23	24%	100%
10 meses	3	3,1%	83,3%
9 meses	1	1%	75%
8 meses	1	1%	67%
6 meses	1	1%	50%
5 meses	3	3,1%	41,7%
4 meses	1	1%	33%
3 meses	2	2%	25%
2 meses	1	1%	16,7%
0	60	62,5%	0
TOTAL indivíduos	96	100%	

Quanto à última profissão exercida pelos 78 indivíduos que exercem ou exerceram atividade profissional e recorrendo à Classificação Portuguesa das Profissões (2010) do Instituto Nacional de Estatística, observamos que 46 não ultrapassaram o nível 1 de qualificação, não obstante uma certa tendência para a elevação do nível de escolaridade. De

registar que de acordo com os critérios assumidos pelo Quadro Europeu de Qualificações¹¹, estes indivíduos executam tarefas simples sob supervisão direta em contextos estruturados e que apenas requerem conhecimentos gerais básicos. Com o nível 2 de qualificação contam-se 17 indivíduos cujas tarefas requerem conhecimentos, aptidões e competências básicas. Os 15 indivíduos que atingiram o nível 3 de qualificação não chegam a representar 20% do conjunto estudado.

Quadro nº 6 – Distribuição dos adultos em idade ativa que alguma vez exerceram atividade profissional, segundo profissão e nível de qualificação

Grande Grupo Profissional	RSI	Ação Social	TOTAL	Nível escolarização	Nível Qualificação
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (Grande Grupo 8)	2	4	6	6º ano- 2 indivíduos 9º ano – 2 indivíduo 12º ano- 2 indivíduos	I
Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de proteção e Segurança e Vendedores (Grande Grupo 5)	4	13	17	4º ano - 1 indivíduo 6º ano - 5 indivíduos 9º ano – 8 indivíduos 12º ano -3 indivíduos	II
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (Grande grupo 7)	3	11	14	Analfabeto – 1 ind 4º ano- 3 indivíduos 6º ano – 6 indivíduos 9º ano – 4 indivíduos	I III
Trabalhadores não qualificados (Grande grupo 9)	10	29	39	4º ano -9 indivíduos 6º ano -15 indivíduos 9º ano -13 indivíduos 12º ano -2 indivíduos	I
Pessoal Administrativo (Grande Grupo 4)	-	1	1	12º ano -1 indivíduo	III
Profissões das Forças Armadas (Grande Grupo 0)	-	1	1	12º ano -1 indivíduo	III
TOTAL	19	59	78		

11

Níveis qualificação	Conhecimentos	Aptidões	Competências
	No âmbito do QEQ, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais	No âmbito do QEQ, descrevem-se as aptidões cognitivas (incluindo a utilização do pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos materiais, ferramentas e instrumentos.	No âmbito do QEQ, descrevem-se as competências em termos de responsabilidade e autonomia
Nível 1 6º ano	Conhecimentos gerais básicos	Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples.	Trabalhar ou estudar sob supervisão direta num contexto estruturado.
Nível 2 9º ano	Conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou estudo	Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão com um certo grau de autonomia
Nível 3 Secundário	Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da seleção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho. Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins de resolução de problemas

Da análise do quadro 6, atrás apresentado pode depreender-se que, entre o nível de escolarização alcançado e o posto de trabalho efetivamente ocupado não existe uma correspondência clara e unívoca. Os níveis de escolarização predominantes são o 6º e o 9º ano, respetivamente 27 e 24 indivíduos, evidenciando o alargamento da escolaridade obrigatória.

Em termos de análise da origem das dificuldades económicas das famílias em questão pode, desde já, avançar-se a hipótese de a escassez das qualificações profissionais constituir um fator que em alguma medida determina a situação de vulnerabilidade económica em que se encontram. O valor destes indivíduos no mercado de trabalho tende a descer drasticamente sobretudo no atual contexto de desemprego, de modernização das organizações empresariais, de precarização das relações laborais e de descida severa dos salários.

Na obra *La lutte des places* (Gaulejac, V., & Leonetti, 1995: 51-78), é dado um importante contributo para desconstruir as configurações sociais que à luz do senso comum são classificadas como exclusão social. A partir das três dimensões do conceito de estratificação social de Max Weber, os autores formalizam o conceito de exclusão social em função de três domínios da vida social, cada um deles configurando um tipo específico de exclusão: económica, social e simbólica.

A *dimensão económica* diz respeito à participação nas atividades de produção. É um critério privilegiado de análise dos processos de exclusão por, desde logo, esclarecer como e quanto a relação com o emprego é central na produção da vulnerabilidade social dos indivíduos. Desemprego e precariedade do emprego são duas situações muito correntes de que não apenas resulta a privação de recursos materiais mas, igualmente, a marginalização social. Além de providenciar o acesso ao consumo, o trabalho é fonte de muitas outras oportunidades relevantes para a inclusão social. Exercer uma atividade produtiva equivale a participar na produção coletiva e, nessa base, a aceder a sentimentos de utilidade e de dignidade social, a ter oportunidade de realizar aprendizagens, mesmo quando o trabalho é pouco qualificado, a participar em redes relacionais geradas no seio destas atividades, a organizar o tempo quotidiano, a desenvolver sentimentos de pertença e a possuir uma identidade social.

Claro que nem sempre os rendimentos do trabalho são compatíveis com a satisfação das necessidades socialmente construídas como condição para aceder a um modo de vida

digno, da mesma maneira que nem sempre o trabalho assegura a possibilidade de ter domínio sobre a vida e de programar o futuro.

Com efeito da análise da relação contratual dos 32 indivíduos que atualmente exercem atividade profissional pode concluir-se que mais de metade deste conjunto de indivíduos tem uma relação incerta com o trabalho como se demonstra no quadro 7.

Brigitte Bréban na sua obra *La pauvreté, un destin?* (1984) corrobora, com outros contributos relevantes, a análise das causas e consequências da pobreza. A irregularidade do emprego é um fenómeno estrutural cuja amplitude se agravou com o crescente desfasamento entre crescimento da produtividade e oferta de emprego. Diversos estudos contribuíram para distinguir várias categorias de trabalhadores: Os *trabalhadores estáveis* que, em 5 anos, tiveram menos de 6 empregos e cujos períodos de desemprego foram inferiores a 6 meses; os *trabalhadores intermitentes* que, em 5 anos, ocuparam mais de 5 empregos e não tiveram mais do que um período de desemprego superior a 6 meses; os *trabalhadores episódicos* que, em 5 anos, tiveram menos de 6 empregos e cujos períodos de desemprego têm uma duração entre 6 meses e dois anos; os *desempregados crónicos* com períodos de desemprego são superiores a 2 anos; os *trabalhadores que vivem de expedientes*, sem empregos conhecidos.

A autora questiona se haverá uma correlação entre a ausência de qualificação e o funcionamento do mercado de trabalho. A incursão por algumas teorias do mercado de trabalho, nomeadamente a do dualismo do mercado de trabalho de M. J. Piore e P. B. Doeringer permite reter que o funcionamento deste mercado obedece a lógicas de diferenciação que conduzem à estruturação de um *mercado de trabalho central* e de um *mercado secundário ou periférico*. Para estes autores, a irregularidade do emprego não releva apenas critérios inerentes aos trabalhadores, mas da *oferta de empregos* (Bréban 1984).

O *mercado de trabalho central* é constituído por empregos estáveis, salários elevados, boas condições de trabalho, integração numa carreira e é regulado por regras que limitam a liberdade do empregador. O *mercado secundário* é constituído por empregos de baixos salários, más condições de trabalho, fracas hipóteses de promoção, ausência de normas e de integração do trabalhador num grupo de pressão, o que deixa maior poder ao empregador típico das pequenas empresas de setores de produção em declínio. Acolhe empregos sem perspectivas de mobilidade profissional, geralmente manuais e com condições de trabalho muito penosas. Regista-se, neste mercado, um desgaste acelerado da força de trabalho, o que

contribui para explicar quer a mudança de ocupação, quer a forte probabilidade de queda na condição de desempregado e de assistido. Tal desgaste acelera o processo de pauperização, tanto mais quanto estes trabalhadores têm poucas hipóteses de reconversão quando se tornam inválidos numa dada ocupação.

A irregularidade do emprego tem influência no modo de vida, induzindo uma série de dificuldades: no controlo do tempo e dos ritmos quotidianos; na diferenciação entre os espaços de trabalho, descanso e lazer; na distinção entre dimensão pública e dimensão privada da existência que desemboca na personalização das relações de troca (obter dinheiro e adquirir bens de consumo); ausência de objetivação da função ocupada nas relações de produção e de interiorização das regras da vida pública, induzindo reações de auto-exclusão, por vezes expressas com atos de violência que conduzem ao seu despedimento. Duas das principais manifestações da pobreza, a ausência de qualificação e a irregularidade do emprego, remetem para a interdependência entre fatores sócio- organizacionais, inerentes ao sistema de emprego, e fatores que remetem para o modo de vida e as disposições dos indivíduos. Na base da ausência de qualificação estão o nível escolar muito fraco e o início precoce da vida ativa.

Outros autores, tais como F. Michon, M. Reich, M. Gordon e R. Edwards, citados por Brébant (1984) salientam que a fronteira entre empregos estáveis e instáveis se situa no próprio seio da grande empresa, dado o papel estratégico da gestão da mão de obra para fazer estalar a coletividade do trabalho, evitar os conflitos sociais e, simultaneamente, baixar os custos salariais. As qualidades valorizadas no mercado de trabalho temporário estão em adequação funcional com aquelas que são produzidas nos jovens dos bairros de habitação social menos favorecidos. O *subproletariado* é uma mão de obra “útil” para o funcionamento do sistema económico.

A adequação entre as características das economias marginais e as dos trabalhadores sem qualificação leva Brébant a interrogar se estas economias constituem um fator de marginalização ou um modo de resistir à exclusão do sistema produtivo. O mercado paralelo de trabalho secundário, em que predominam a ausência de laços regulamentares e a aprendizagem no e pelo trabalho “sur le tas”, uma forma de socialização profissional não legitimada por um título escolar, reúne pequenos ofícios que fornecem recursos precários: ofícios parcialmente integrados no mundo industrial (biscates da construção civil); ofícios

ligados à pequena recuperação; trabalho ao domicílio; trocas ou serviços no quadro das relações de vizinhança.

Quadro nº 7 - Indivíduos a exercer atividade profissional segundo a relação jurídica com o empregador

Grupos Etários	Contrato Termo Certo		Contrato Sem Termo		Setor Informal		Total
	M	F	M	F	M	F	
20 - 29 anos	2	1	1	1	1	0	6
32 - 39 anos	3	3	2	1	1	0	10
40 - 48 anos	1	2	7	2	0	1	13
51 - 55 anos	0	1	2	0	0	0	3
	13		16		3		32

2.2 Rendimentos disponíveis vs despesas

Na dimensão económica da inclusão social cabe, ainda, analisar a origem e o valor dos rendimentos disponíveis das 40 famílias estudadas e intervencionadas. Como se pode ler no quadro que a seguir é apresentado, 22 destas famílias têm rendimentos provenientes de trabalho dependente, sendo que apenas 2 famílias têm elementos a trabalhar no setor informal. Com rendimentos providenciados pelo *rendimento social de inserção* contam-se 13 famílias. Os rendimentos das restantes 6 famílias diversificam-se pelo *subsídio social de desemprego* (1 família) e pensões *invalidez* (2 famílias) e *velhice* (2 famílias).

Passando à análise do valor dos rendimentos mensais, podemos constatar que 16 das 40 famílias estudadas estão acima do limiar da pobreza, 7 vivenciam uma situação de pobreza de intensidade acima de 50%, em 5 famílias a intensidade de pobreza situa-se entre os 40% e os 50%, em 2 famílias é de 38%, com uma taxa de intensidade da pobreza entre os 27% e 29% estão 2 famílias e, finalmente, 8 famílias têm uma taxa de intensidade da pobreza entre os 3% e os 16%.

Quadro nº 8 – Origem dos rendimentos regulares das famílias

	RSI	Trabalho Dependente Formal	Trabalho Dependente Informal	Pensão de Velhice	Pensão de Invalidez	Subsídio Social de Desemprego	
RSI	9						9
Trabalho Dependente Formal	1	8					9
Trabalho Dependente Informal		1	1				2
Trabalho Independente Formal		1					1
Subsídio de Desemprego		2					2
Subsídio Social de Desemprego		1			1	1	3
Subsídio de Doença		1					1
Pensão de Invalidez		2		1			3
CSI				1			1
Bolsa de Formação	1						1
Bolsa de Estudo		1					1
Bolsa de Formação e FGA	1	1					2
P.Invalidez + P. Alimentos + FGA	1						1
Fundo de Garantia Alimentos		1			1		2
Pensão de Alimentos		2					2
Total de Famílias	13	21	1	2	2	1	40
Abono de Família	13	20	1	1	2	1	38

A análise mais fina da situação económica das famílias a partir do cálculo da capitação após subtração das despesas fixas leva a constatar que o indicador intensidade da pobreza não é, por si só, suficiente para apreender a real situação das famílias. Com efeito, a leitura do quadro nº10 evidencia que as 16 famílias cujos rendimentos as situam acima da linha da pobreza usufruem de capitações extremamente escassas, se pensarmos no conjunto de necessidades básicas que é preciso para além das despesas fixas (habitação, transportes, dívidas, saúde, pensões de alimentos).

Quadro nº 9 – Intensidade da Pobreza

Nº de elementos do agregado familiar (1)			Adulto Equivalente	Rendimentos das Famílias (2)	Limiar da Pobreza * (3)	(3) - (2)	Intensidade da Pobreza (3)-(2)/(3)
adultos	menores	nº de elementos					
6	3	9	4,4	1.512,24 €	1.795,20 €	282,96 €	16%
3	6	9	3,8	887,14 €	1.550,40 €	663,26 €	43%
4	4	8	2,7	1.385,02 €	1.101,60 €	-283,42 €	-26%
5	2	7	3,6	647,57 €	1.468,80 €	821,23 €	56%
4	2	6	3,1	1.379,66 €	1.264,80 €	-114,86 €	-9%
4	2	6	3,1	590,38 €	1.264,80 €	674,42 €	53%
3	3	6	2,9	1.112,32 €	1.183,20 €	70,88 €	6%
2	3	5	2,4	603,50 €	979,20 €	375,70 €	38%
2	3	5	2,4	570,00 €	979,20 €	409,20 €	42%
3	2	5	2,6	589,94 €	1.060,80 €	470,86 €	44%
3	2	5	2,6	556,76 €	1.060,80 €	504,04 €	48%
4	1	5	2,8	1.001,50 €	1.142,40 €	140,90 €	12%
4	1	5	2,8	1.078,98 €	1.142,40 €	63,42 €	6%
4	1	5	2,8	1.304,19 €	1.142,40 €	-161,79 €	-14%
3	1	4	2,3	1.168,38 €	938,40 €	-229,98 €	-25%
2	2	4	2,1	831,19 €	856,80 €	25,61 €	3%
2	2	4	2,1	1.070,38 €	856,80 €	-213,58 €	-25%
2	2	4	2,1	444,38 €	856,80 €	412,42 €	48%
2	2	4	2,1	720,38 €	856,80 €	136,42 €	16%
1	3	4	1,9	549,00 €	775,20 €	226,20 €	29%
2	2	4	2,1	912,69 €	856,80 €	-55,89 €	-7%
2	2	4	2,1	1.378,38 €	856,80 €	-521,58 €	-61%
2	2	4	2,1	1.202,38 €	856,80 €	-345,58 €	-40%
2	1	3	1,8	340,19 €	734,40 €	394,21 €	54%
2	1	3	1,8	270,19 €	734,40 €	464,21 €	63%
2	1	3	1,8	933,39 €	734,40 €	-198,99 €	-27%
2	1	3	1,8	823,29 €	734,40 €	-88,89 €	-12%
2	1	3	1,8	329,12 €	734,40 €	405,28 €	55%
2	1	3	1,8	355,86 €	734,40 €	378,54 €	52%
1	1	2	1,3	386,38 €	530,40 €	144,02 €	27%
2	1	3	1,8	457,38 €	734,40 €	277,02 €	38%
2	1	3	1,8	714,19 €	734,40 €	20,21 €	3%
2	1	3	1,8	1.015,19 €	734,40 €	-280,79 €	-38%
2	1	3	1,8	355,19 €	734,40 €	379,21 €	52%
2	1	3	1,8	768,60 €	734,40 €	-34,20 €	-5%
2	1	3	1,8	737,33 €	734,40 €	-2,93 €	-0,40%
2	1	3	1,8	909,14 €	734,40 €	-174,74 €	-24%
1	1	2	1,3	461,23 €	530,40 €	69,17 €	13%
1	1	2	1,3	669,19 €	530,40 €	-138,79 €	-26%
1	1	2	1,3	619,19 €	530,40 €	-88,79 €	-17%

*408,83 (ano de referência 2012)

Quadro nº 10 – Intensidade da pobreza/capitação após despesas fixas

Nº de elementos do agregado familiar (1)			Rendimentos da Família	Total de despesas Fixas	Capitação	Intensidade de Pobreza
adultos	menores	nº de elementos				
6	3	9	1.512,24 €	560 €	105,80 €	16%
3	6	9	887,14 €	167,95 €	79,91 €	43%
4	4	8	1.385,02 €	557,00 €	103,50 €	-26%
5	2	7	647,57 €	222,65 €	60,70 €	56%
4	2	6	1.379,66 €	544,53 €	139,19 €	-9%
4	2	6	590,38 €	282,00 €	51,40 €	53%
3	3	6	1.112,32 €	937,72 €	29,10 €	6%
2	3	5	603,50 €	278,99 €	64,90 €	38%
2	3	5	570,00 €	103,50 €	93,30 €	42%
3	2	5	589,94 €	177,06 €	82,58 €	44%
3	2	5	556,76 €	248,79 €	61,59 €	48%
4	1	5	1.001,50 €	679,51 €	64,40 €	12%
4	1	5	1.078,98 €	995,34 €	16,73 €	6%
4	1	5	1.304,19 €	920,64 €	76,71 €	-14%
3	1	4	1.168,38 €	977,29 €	47,77 €	-25%
2	2	4	831,19 €	332,95 €	124,56 €	3%
2	2	4	1.070,38 €	331 €	184,85 €	-25%
2	2	4	444,38 €	357 €	21,85 €	48%
2	2	4	720,38 €	412,18 €	77,05 €	16%
1	3	4	549,00 €	348 €	50,25 €	29%
2	2	4	912,69 €	570,55 €	85,54 €	-7%
2	2	4	1.378,38 €	715,95 €	165,61 €	-61%
2	2	4	1.202,38 €	952,27 €	62,78 €	-40%
2	1	3	340,19 €	103,50 €	78,90 €	54%
2	1	3	270,19 €	103,50 €	55,56 €	63%
2	1	3	933,39 €	344,46 €	196,31 €	-27%
2	1	3	823,29 €	628,28 €	65,00 €	-12%
2	1	3	329,12 €	364,67 €	-11,83 €	55%
2	1	3	355,86 €	270,92 €	28,31 €	52%
1	1	2	386,38 €	342,80 €	21,79 €	27%
2	1	3	457,38 €	297,85 €	53,18 €	38%
2	1	3	714,19 €	662,65 €	17,18 €	3%
2	1	3	1.015,19 €	623,25 €	130,65 €	-38%
2	1	3	355,19 €	335 €	6,73 €	52%
2	1	3	768,60 €	734,66 €	11,31 €	-5%
2	1	3	737,33 €	485,24 €	84,03 €	-0,40%
2	1	3	909,14 €	734,12 €	58,34 €	-24%
1	1	2	461,23 €	345,70 €	57,77 €	13%
1	1	2	669,19 €	615,93 €	26,63 €	-26%
1	1	2	619,19 €	476,46 €	71,37 €	-17%

De registar que dessas 16 famílias, a que usufrui de mais alta capitação dispõe de 196€ por elemento do agregado familiar para se alimentar, vestir, tratar da higiene pessoal e da casa, lazer, etc... É pertinente observar que usufruir de rendimentos acima do limiar da pobreza não significa possuir os meios para a satisfação das necessidades básicas. Observando os casos aparentemente mais favoráveis em termos de intensidade da pobreza, das 16 famílias

que estão acima da linha da pobreza, não deixaremos de constatar, no quadro nº10, que a taxa de intensidade da pobreza não esclarece a real situação económica, uma vez que não entra em linha de conta com as despesas fixas. De registar, por exemplo, os casos das famílias cujos rendimentos estão 24% ou mais acima do limiar da pobreza (por adulto equivalente) que correspondem a capitações que oscilam entre 26,63€ (26% acima da linha da pobreza), os 47,77 € (25% acima do limiar da pobreza), 58,4€ (24% acima), 62,78€ (40% acima), 103,5 € (26% acima), 130,65€ (38% acima), 165,61€ (61% acima do limiar da pobreza), 184,85€ (25% acima), e 196,31€ (27% acima). A observação da distribuição das capitações das famílias com um posicionamento abaixo da linha da pobreza permite constatar os seus valores oscilam entre os 139,19€ (9% acima da linha da pobreza), 85,54€ (7% acima), 84,03€ (0,4% acima), 76,71€ (14% acima), 71,37€ (17% acima), 65€ (12% acima) e 11,31€ (5% acima).

Para apreender com maior precisão a real situação económica destas famílias basta calcular o custo da dieta alimentar de um adulto e de uma criança, tendo em conta os preços mais baixos do mercado e os nutrientes básicos que devem fazer parte de uma alimentação minimamente saudável, para constatar a grande incerteza e insegurança quanto às possibilidades de fazer face às necessidades de sobrevivência. Ora se tomarmos como valores de referência do custo da alimentação equilibrada, tendo como base os preços mais baixos do mercado, tornam-se mais evidentes os constrangimentos económicos que pesam sobre a vida destas famílias. Segundo os cálculos, o custo mínimo da alimentação de um indivíduo com mais de 10 anos de idade ronda os 153,50€ mensais, valor este que descerá para os 132€ nas crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, para os 122€ com idades entre os 3 e os 5 anos, 110€ entre os 1 e 3 anos e 80€ com menos de 1 ano¹². Ora, a comparação destes valores com as capitações não deixa dúvidas quanto ao desvio entre o montante dos rendimentos disponíveis e o custo das necessidades básicas elementares.

O quadro que a seguir se apresenta dá-nos conta das despesas com a habitação das 40 aqui acompanhadas.

¹² Custos da dieta alimentar identificados tendo em conta os preços mais baixos de mercado. Dados fornecidos pela Associação Qualificar para Incluir (2014, Não publicado)

Quadro nº 11 - despesas com habitação das famílias

Nº de elementos	Serviços Básicos de Habitação + Renda			Rendimentos da família S/ Ação Social	Despesas taxa de sobrecarga c/ habitação	Existe Sobrecarga c/ Habitação?
	Renda/Prestação ao Banco	Despesas Básicas	Soma			
9	150,00 €	270,00 €	420,00 €	1.512,24 €	27,77%	Não
9	8,45 €	129,50 €	137,95 €	887,14 €	15,55%	Não
8	0,00 €	199,00 €	199,00 €	1.385,02 €	14,37%	Não
7	4,75 €	217,90 €	222,65 €	647,57 €	34,38%	Não
6	250,00 €	126,00 €	376,00 €	1.379,66 €	27,25%	Não
6	150,00 €	102,00 €	252,00 €	590,38 €	42,68%	SIM
6	462,94 €	250,06 €	713,00 €	1.112,32 €	64,10%	SIM
5	100,00 €	158,99 €	258,99 €	603,50 €	42,91%	SIM
5	0,00 €	103,50 €	103,50 €	570,00 €	18,16%	Não
5	8,22 €	153,84 €	162,06 €	589,94 €	27,47%	Não
5	4,79 €	184,00 €	188,79 €	556,76 €	33,91%	Não
5	444,00 €	140,51 €	584,51 €	1.001,50 €	58,36%	SIM
5	377,00 €	189,04 €	566,04 €	1.078,98 €	52,46%	SIM
5	250,00 €	192,00 €	442,00 €	1.304,19 €	33,89%	Não
4	475,30 €	231,99 €	707,29 €	1.168,38 €	60,54%	SIM
4	0,00 €	137,95 €	137,95 €	831,19 €	16,60%	Não
4	180,00 €	151,00 €	331,00 €	1.070,38 €	30,92%	Não
4	190,00 €	167,00 €	357,00 €	444,38 €	80,34%	SIM
4	200,00 €	173,18 €	373,18 €	720,38 €	51,80%	SIM
4	210,00 €	138,00 €	348,00 €	549,00 €	63,39%	SIM
4	260,00 €	210,55 €	470,55 €	912,69 €	51,56%	SIM
4	300,00 €	215,95 €	515,95 €	1.378,38 €	37,43%	Não
4	351,50 €	153,13 €	504,63 €	1.202,38 €	41,97%	SIM
3	0,00 €	103,50 €	103,50 €	340,19 €	30,42%	Não
3	0,00 €	103,50 €	103,50 €	270,19 €	38,31%	Não
3	0,00 €	93,22 €	93,22 €	933,39 €	9,99%	Não
3	86,00 €	148,00 €	234,00 €	823,29 €	28,42%	Não
3	150,00 €	162,65 €	312,65 €	329,12 €	95,00%	SIM
3	150,00 €	105,92 €	255,92 €	355,86 €	71,92%	SIM
2	150,00 €	72,80 €	222,80 €	386,38 €	57,66%	SIM
3	190,00 €	107,85 €	297,85 €	457,38 €	65,12%	SIM
3	250,00 €	136,65 €	386,65 €	714,19 €	54,14%	SIM
3	250,00 €	92,00 €	342,00 €	1.015,19 €	33,69%	Não
3	250,00 €	85,00 €	335,00 €	355,19 €	94,32%	SIM
3	280,00 €	100,60 €	380,60 €	768,60 €	49,52%	SIM
3	320,88 €	69,61 €	390,49 €	737,33 €	52,96%	SIM
3	414,68 €	119,44 €	534,12 €	909,14 €	58,75%	SIM
2	260,00 €	65,70 €	325,70 €	461,23 €	70,62%	SIM
2	327,93 €	63,00 €	390,93 €	669,19 €	58,42%	SIM
2	250,00 €	84,80 €	334,80 €	619,19 €	54,07%	SIM

A análise das despesas relativas à habitação (quadro 11) permite-nos constatar que os valores das rendas (rendas ou crédito à habitação) oscilam entre o mínimo de 0,00€ e o máximo de 475,30,€ e constatar, ainda, que os custos inerentes aos serviços básicos da habitação (electricidade, água, gás e telefone fixo) oscilam entre um mínimo de 63€ e um máximo de 270€.

Os casos em que não existem despesas com o arrendamento remetem para situações de cedência de habitação (3 casos de cedência de habitação em casas de habitação social, e 2 casos de cedência por parte de familiares) e habitação própria (1 caso, que decorre de herança, e não estão imputados custos com IMI por direito a isenção¹³).

Considerado o conjunto das 40 famílias incluídas acompanhadas, verificamos que 23 encaram despesas de habitação muito elevadas, já que o seu peso relativo no total de rendimentos das famílias oscila entre 41,89% e 94,98%.

Importa salientar que nas 17 famílias cujas despesas de habitação estão abaixo dos 40% dos rendimentos disponíveis estão incluídas 8 famílias que residem em habitação social.

¹³ O valor patrimonial do imóvel e o rendimento do agregado familiar são condições para atribuição do direito a isenção de IMI.

2.3 Privação Material

Tendo em conta os indicadores de privação material¹⁴ assumidos pelo INE (em articulação com Eurostat- SILC), podemos conhecer a intensidade da privação material das famílias. Segundo esta fonte, a acumulação de quatro ou mais dos indicadores considerados configura uma privação material severa, sendo que a acumulação de três desses mesmos indicadores equivale a uma situação de privação material e, finalmente, não há privação material se a referida privação incidir apenas em dois ou menos indicadores do conjunto.

A análise do quadro 12 deixa constatar que todas as famílias possuem televisão a cores, que 39 têm possibilidades de ter uma refeição de carne ou peixe pelo menos de dois em dois dias, que o telefone fixo ou móvel é acessível a 38 (95%) e a máquina de lavar roupa a 37 (92,5%). Importa salientar que as famílias referem a incapacidade de substituição ou de reparação destes eletrodomésticos em caso de avaria: desde a data da aplicação dos questionários até à elaboração do presente documento, 1 família confrontou-se com a avaria do televisor sem possibilidade de reparação do mesmo, tendo vindo a beneficiar de um televisor usado que havia sido doado à instituição; 2 famílias confrontaram-se com a avaria definitiva da máquina de lavar roupa, havendo uma delas sido apoiada pela ação social para a aquisição deste eletrodoméstico (dado o elevado número de elementos do agregado familiar e o fato de existirem crianças muito pequenas) e a outra família usufruiu da doação de um particular/pessoa amiga próxima da família para a sua reposição.

No mesmo quadro 12, é possível constatar que 35 das famílias estudadas vivem em situação de privação material severa, 19 delas acumulando quatro indicadores de privação, 13 acumulando 5 indicadores e três famílias, mais de seis.

¹⁴ São eles: 1) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada, de valor próximo do valor mensal da linha da pobreza, sem recorrer a empréstimo; 2) Sem capacidade de pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando as despesas com alojamento e viagem de todos os elementos do agregado; 3) Sem capacidade para evitar o atraso motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência; 4) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe ou equivalente vegetariano pelo menos de 2 em 2 dias; 5) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; 6) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; 7) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; 8) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; 9) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas. (INE, em articulação com Eurostat - SILC).

Quadro nº 12 – Intensidade da Privação Material

Nº de elementos	Capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou peixe ou equivalente vegetariano pelo menos de 2 em 2 dias	Capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada, de valor próximo do valor mensal da linha da pobreza, sem recorrer a empréstimo	Capacidade de fazer uma semana de férias por ano fora de casa, suportando o valor das viagens e do alojamento do agregado familiar	Capacidade para evitar o atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência	Capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida	Disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas	Disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas	Disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas	Disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas	Total de Privações
9	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
9	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	7
8	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	6
7	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
6	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
6	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	5
6	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
5	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
5	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
5	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	3
5	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
5	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
5	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
5	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
4	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
4	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
4	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
4	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
4	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	3
4	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	4
4	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	4
4	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	4
4	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	5
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	7
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	3
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	4
3	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	3
2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	5
2	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	3
Sim	39	0	0	34	7	37	40	38	17	
Não	1	40	40	6	33	3	0	2	23	

Quadro nº 13 – Privação Alimentar

PRIVAÇÃO ALIMENTAR			
Nos últimos doze meses, fez algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?			
	Sim	Não	Total
Recebeu alimentos ou refeições gratuitas?	40 100%	0 0%	40 100%
Passou fome porque não podia comprar comida suficiente?	4 10%	36 90%	40 100%

Todas as famílias estudadas beneficiam da ajuda alimentar proveniente do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas, anterior Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados e do Banco Alimentar Contra a Fome de Aveiro¹⁵.

Refira-se que o FEAC se caracteriza por uma entrega única (anual) de alimentos não perecíveis que se revela manifestamente insuficiente. Relativamente às entregas mensais provenientes do Banco Alimentar Contra a Fome, não restam dúvidas de que estas não permitem fazer face às necessidades das famílias, apenas aliviam a carência de meios para adquirir alimentos.

Da análise do quadro nº 13 poderemos deduzir que graças aos apoios em géneros alimentares provenientes das instituições acima referidas e às próprias solidariedades de vizinhança, típicas de um meio em que permanece a pequena agricultura de subsistência em articulação com a implantação industrial, a fome não assume a gravidade que evidencia em contextos urbanos, onde nem existe a possibilidade de recorrer ao pequeno bocado de terra para produzir bens alimentares, nem existem as solidariedades de proximidade características de longos enraizamentos nas comunidades de vizinhança.

Tomar em conta a *dimensão social* da exclusão permite perceber até que ponto a permanência do indivíduo em redes de interação social, portadoras de ajuda, identidade e de valorização coletivas, pode constituir uma proteção contra a acumulação de exclusões, preservando os indivíduos de ingressarem em percursos mais drásticos. Voltaremos a este assunto quando mais adiante abordarmos os contratos de inserção que formalizamos com as famílias.

¹⁵ Por exemplo, uma família composta por 2 adultos e dois menores recebeu em 2014 (256,79€ em alimentos, sendo 83,14€ proveniente do FEAC e 173,65€ do BA) e em 2015 (279,99€ em alimentos, sendo 19,39€ proveniente do FEAC e 170,61€ do BA).

Quadro nº 14 – Impossibilidade de Pagar as Contas

IMPOSSIBILIDADE DE PAGAR CONTAS			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?			
	Sim	Não	TOTAL
Conseguiu pagar todas as rendas de casa	13 50%	13 50%	26 100%
Conseguiu pagar as prestações da casa ao banco	3 37,5%	6 75%	8 100%
Conseguiu pagar todas as contas de gás, água ou eletricidade	13 32,5%	27 67,5%	40 100%

Quadro nº 15 – Insegurança em Matéria de Alojamento

INSEGURANÇA EM MATÉRIA DE ALOJAMENTO			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?			
	Sim	Não	Total
Foi despejado da sua casa ou apartamento por não ter pago a renda ou a prestação ao banco (hipoteca)?	2 5%	38 95%	40 100%
Teve que ir viver com outras pessoas, mesmo durante um pequeno período, porque teve problemas financeiros?	3 7,5%	37 92,5%	40 100%
Ficou numa pensão, num albergue, numa casa abandonada, num carro ou em qualquer outro lugar não destinado à habitação regular, nem que seja por uma noite?	0 0%	40 100%	40 100%

Quadro nº 16 – Equipamentos

EQUIPAMENTOS			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?			
	Sim	Não	Total
Teve a sua instalação de gás ou de eletricidade desligada?	9 22,5%	31 77,5%	40 100%
Teve o telefone desligado?	15 40,5%	22 59,5%	37 100%

Quadro nº 17 – Cuidados Médicos

CUIDADOS MÉDICOS			
Nos últimos 12 meses...			
	Sim	Não	Total
Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de ser atendido por um médico ou de ir ao hospital mas não o pôde fazer por causa do custo destes serviços?	4 10,0%	36 90%	40 100%
Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de medicação, tratamentos ou exames que não pôde adquirir por causa do seu custo?	20 50,0%	20 50,0%	40 100%
Houve alguém no seu agregado familiar que precisou de uma consulta/intervenção cirúrgica e não foi atendido em menos de um ano?	2 5,0%	38 95,0%	40 100%

No que respeita ao acesso a cuidados de saúde, registamos que 32 dos 40 agregados familiares estudados estão abrangidos pela isenção das taxas moderadoras, por lhes ser reconhecida a situação de insuficiência económica. De registar que, de acordo com a lei, os indivíduos que integrem um agregado familiar cujo rendimento médio mensal, dividido pelo número de pessoas do agregado familiar (sujeitos passivos ao nível da declaração de IRS) seja igual ou inferior a 1,5 vezes o valor do indexante de apoios sociais (IAS), correspondente, em 2014, a € 628,83¹⁶.

¹⁶ **Que rendimentos são utilizados para o cálculo da situação de insuficiência económica?** Para efeitos de cálculo do rendimento médio mensal do agregado familiar, consideram-se rendimentos relevantes os rendimentos brutos, ainda que isentos de tributação nos termos do Código do IRS. No cálculo dos rendimentos brutos anuais considera-se: O valor bruto dos rendimentos de trabalho dependente; Os lucros obtidos no âmbito dos rendimentos empresariais e profissionais; As importâncias ilíquidas dos rendimentos de capitais, quer tenham sido englobadas ou não para efeitos de tributação; O valor líquido dos rendimentos prediais, os quais incluem ainda o montante correspondente a 5 % do valor patrimonial tributário dos imóveis de que sejam proprietários qualquer um dos elementos do agregado familiar, reportado a 31 de Dezembro do ano relevante, exceto se se tratar de imóvel destinado a habitação permanente do requerente e do respetivo agregado familiar, considerando-se como tal aquele em que se situa o domicílio fiscal; O valor bruto dos incrementos patrimoniais, não se aproveitando qualquer exclusão legal de tributação; O valor bruto dos rendimentos de pensões; O valor das prestações sociais pagas pelos serviços e entidades do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social; O valor global dos apoios à habitação atribuídos com carácter de regularidade.

No que concerne às consultas de especialidade, os dados recolhidos parecem indicar que estão garantidas boas condições de acessibilidade, uma vez que apenas 2 famílias esperaram mais de 1 ano para serem atendidas. Todavia, apesar de estarem isentas de taxas moderadoras, as famílias debatem-se com o problema dos custos de deslocação ao Centro Hospitalar da localidade, o que, em muitos casos, dificulta o acesso. Na maioria das especialidades (tendo em conta as especialidades referidas pelas famílias) o tempo de espera não chega aos 12 meses.

Destaca-se na área da saúde a quase inexistência da especialidade de estomatologia e medicina dentária no âmbito do serviço nacional de saúde, sendo esta área da saúde um problema comum à maioria dos agregados familiares.

Refira-se a disponibilidade dos cheques-dentista destinados a alguns grupos: crianças e jovens (atribuídos em três idades distintas com objetivos de intervenção específicos), grávidas, idosos e doentes com VIH/Sida, não existindo resposta para aqueles que não se enquadram nestes grupos.

No quadro 18, não deixa dúvidas sobre as condições de privação materiais em que vivem as crianças das 40 famílias que aqui tratamos. Apenas 4 famílias conseguem com recursos próprios comprar roupas novas para as crianças e 8 famílias referem aceder a um calçado novo para as crianças. Nesta amostra, não são referidas restrições a nível alimentar, já que todas as famílias assumem fazer pelo menos 3 refeições diárias e pelo menos uma das quais contém carne, peixe ou o equivalente vegetarianos. Já quando se coloca a questão sobre a ingestão diária de fruta e legumes, nem todas as famílias têm acesso.

Nenhuma das nossas famílias compra livros adequados às idades das crianças. Em 7 das famílias existem livros adequados às idades por haver alguém externo à família que assume estas ofertas e o mesmo se verifica com os equipamentos de lazer ao ar livre.

Merece também especial destaque o facto de, por razões económicas, em 30 famílias não se celebrarem ocasiões especiais como aniversários, por exemplo.

Referir ainda que nas 40 famílias todas acedem a consultas de medicina familiar a rede pública e apenas 8 assumem poderão dispor de meios económicos para recorrer a consulta de medicina dentária.

Quadro 18 – Privação Material, Itens relativos às crianças

ITENS RELATIVOS ÀS CRIANÇAS				
Atualmente todas as crianças:				
	Sim, com recursos próprios	Sim, oferecido	Não, por razões económicas	Total
Têm algumas roupas novas em substituição da roupa usada? (excluir roupa em segunda mão)	4 10%	7 17,5%	29 72,5%	40 100%
Têm dois pares de sapatos de tamanho adequado? (incluindo um para cada estação)	8 20%	6 15%	26 65%	40 100%
Comem frutas e legumes frescos diariamente?	31 77,5%	0 0%	9 22,5%	40 100%
Fazem pelo menos três refeições por dia?	40 100%	0 0%	0 0%	40 100%
Fazem pelo menos uma refeição de carne, peixe ou o equivalente vegetariano por dia?	40 100%	0 0%	0 0%	40 100%
Têm livros em casa adequados à sua idade (excluindo os manuais escolares)? (M)	0 0%	7 17,5%	33 82,5%	40 100%
Têm equipamento de lazer ao ar livre (bola, bicicleta, patins, skate,...)? (M)	1 2,5%	7 17,5%	32 80%	40 100%
Têm jogos dentro de casa (jogos educativos para bebé, jogos de construção, jogos de sociedade, jogos informáticos, etc.)? (M)	4 10,0%	0 0%	36 90%	40 100%
Têm um lugar adequado para fazer os trabalhos de casa (silencioso, mesa, espaço e luz adequados)? (M)	31 77,5%	0 0%	9 22,5%	40 100%
Consultam um dentista quando necessário? (M - 'opcional', i.e. alguns países não foram autorizados a recolher este item)	8 20,0%	4 10,0%	28 70%	40 100%
Consultam um médico de clínica geral quando necessário? (GP) (M - opcional)	40 100%	0 0%	0 0%	40 100%
Participam em atividades de lazer regulares (desportos, música, aprendizagem de línguas, organizações juvenis, etc.)? (M)	9 22,5%	0 0%	31 77,5%	40 100%
Têm celebrações em ocasiões especiais (aniversários, dias comemorativos, festas religiosas, etc.)? (M)	31 77,5%	0 0%	9 22,5%	40 100%
Convidam amigos para brincar e comer de tempos a tempos? (M)	9 22,5%	0 0%	31 77,5%	40 100%
Participam nas viagens e atividades escolares não-gratuitas? (M)	25 62,5%	0 0%	15 37,5%	40 100%
Têm um espaço no bairro ao ar livre para brincar em segurança? (M)	30 75%	0 0%	10 25%	40 100%
Passam férias, fora de casa, pelo menos uma semana por ano? (M - opcional)	0 0%	0 0%	40 100%	40 100%

3. Ambiente cultural e relacional do grupo familiar

A sociologia da família oferece-nos um vastíssimo património de análises que permitem captar a variedade e interdependência dos fenómenos envolvidos na constituição desse grupo social que designamos por família. No âmbito de problemáticas teóricas distintas, os trabalhos produzidos pela sociologia da família confirmam que, apesar das grandes mudanças que ocorreram nas relações familiares, a família continua a ser vista pelos cidadãos europeus como o aspeto principal das suas vidas (Anália Torres, 2010). Com efeito, estudos há que atestam que os homens e as mulheres europeus valorizam a família em pé de igualdade com o trabalho¹⁷, assim como evidenciam que os divorciados tendem a voltar à conjugalidade, tornando claro que o divórcio não é necessariamente rejeição da vida em família.

Os contributos da sociologia da família são decisivos para compreender que as formas de organização familiar estão longe de ser independentes das formas de organização da vida social e permitem, por isso, romper com visões históricas que circunscrevem a família a um fenómeno biologicamente determinado. Permitem compreender que as maneiras de encarar a família estão estreitamente associadas a transformações políticas e sociais, sendo que algumas dessas transformações foram absolutamente decisivas para gerar o nascimento da família conjugal moderna.

Durkheim foi o primeiro sociólogo a assinalar que, quer na conjugalidade, quer nas relações pais filhos, as relações familiares no século XX passaram a ser pautadas pelo respeito pelos sentimentos. Na sua ótica, o que diferencia a família conjugal moderna da família patriarcal é a valorização do papel do indivíduo e o papel específico do Estado no coletivo familiar. A família constituída apenas pelo marido, a mulher e os filhos menores e solteiros do casal afirmou-se ao longo do século XX, apesar de terem persistido outras formas de família. A constituição do casamento como fundamento da família moderna é assinalada por este autor como uma outra mudança chave que tornou possível o fim do “estado de dependência perpétua” que estava na base da família paternal e da família patriarcal (Durkheim, 1892,

¹⁷ Anália Torres, (2010) Relatório da Unidade Curricular Sociologia da Família. Teorias e Debates, Provas de Agregação em Sociologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Lisboa, Março. A autora assinala que um outro indicio desta persistência da importância da família em Portugal é a reduzida percentagem de idosos dependentes que vivem em lares é muito reduzida (cerca de 3%), sendo a esmagadora maioria cuidada no quadro familiar.

1975, citado por Torres, 2010) da família, ao contrário dos modelos em que era a família que impunha o casamento em função da continuidade de determinada lógica familiar e coletiva. A família conjugal moderna tende a apoiar a afirmação da vontade das pessoas, em oposição à lógica de valorização dos bens materiais e da concentração e transmissão do património¹⁸. Ao longo do século XX, a afirmação da independência dos filhos em relação à vontade dos pais, do valor da escolha livre e do sentimento como fundamento da conjugalidade¹⁹ não deixaram de confirmar a abordagem durkheimiana da família.

Também o papel que o autor atribuía ao Estado na vida familiar se veio a confirmar progressivamente. Considerava ele que o Estado passou a ser “um fator na vida doméstica”, assegurando a indissolubilidade dos laços de parentesco²⁰. Refere a necessidade de intervenção estatal a propósito, por exemplo, da proteção dos órfãos, ou da limitação da intervenção dos pais quando eles excedem certos limites (Durkheim, 1892, 1975, citado por Torres, 2010). Na família conjugal moderna, liberta das amarras do parentesco e da imposição de interesses particulares do grupo familiar, cabe ao Estado regular os interesses e a proteção dos mais frágeis. Na sua perspetiva, os laços de parentesco são indissolúveis exatamente a partir do momento em que o casamento deixa de ser um ato privado para vir a ser um contrato “específico” e público, regulado juridicamente, sendo que ao Estado compete intervir sempre que os indivíduos não assumam as suas responsabilidades. A proteção dos mais desfavorecidos no contexto familiar era, na sua ótica, incompatível quer com o divórcio por mútuo consentimento, quer com as situações de união de facto, por si consideradas imorais (Singly, 1993: 15, citado por Torres, 2010). Tais situações não permitiam cumprir um conjunto de deveres e direitos que considerava fundamental assegurar quer na relação homem mulher, quer a respeito dos descendentes (Durkheim, 1892, 1975: 48, citado por Torres, 2010).

O desenvolvimento histórico das sociedades modernas acabaria por demonstrar que o papel supletivo do Estado pode permitir que os direitos dos filhos sejam preservados mesmo

¹⁸ Durkheim chega mesmo ao ponto de afirmar que o direito sucessório – e a correlativa herança – fica sem o seu fundamento essencial (Durkheim, 1892, 1975: 43-44) e tenderá a desaparecer, já que é a vontade das pessoas e não as imposições da consanguinidade e do “comunismo familiar” que se afirma.

¹⁹ As grandes linhas que regulam as relações entre pais e filhos ditam que o pai tem obrigação de alimentar os filhos, que estes dependem da sua vontade até à maioridade, sendo que, depois desta, os filhos assumem a sua personalidade, os seus interesses e a sua responsabilidade própria, sem prejuízo da permanência de ligações e laços de proximidade entre pais e filhos, bem como do direito dos filhos a herdar parte da riqueza dos pais, ou do dever de lealdade e de assistência na doença aos pais idosos.

²⁰ O Estado retirou aos particulares o direito de os quebrar” (Durkheim, 1892, 1975: 39).

nas situações de união de facto, que a maior liberdade individual não implica necessariamente que se descurem os deveres e as responsabilidades contraídas em relação a terceiros em situações não paritárias (Anália Torres, 2010). O casamento não se tornou indissolúvel. Tornou-se antes menos institucional, mais relacional e surgiram novas modalidades legais que permitem afirmar deveres e direitos em relação aos mais desprotegidos sem recorrer, necessariamente, ao contrato conjugal. As relações de afinidade e até as de parentesco poderão ser dissolúveis, sempre que interesses fundamentais dos envolvidos estejam ameaçados.

Mas, talvez o problema mais interessante e pleno de atualidade que a abordagem durkheimiana da família suscita seja o que nos remete para a sua abordagem do papel da família na construção de um sentido para a vida que suplante os interesses egoístas dos indivíduos e os disponha a entregarem-se a uma procura de realização com os outros. O contributo da família para a construção de uma vida com sentido depende de esta continuar a constituir o lugar de realização de objetivos que transcendam o indivíduo, lhe permitam entregar-se a alguma coisa que lhe permita sair de si próprio e ao mesmo tempo vivenciar sentimentos de pertença. Como dizia o autor, o “indivíduo não é, para ele próprio, um fim suficiente” (Durkheim, 1892, 1975: 45, citado por Torres, 2010), precisa por isso de encontrar objetivos que o liguem a uma entidade mais vasta que o faça limitar os seus desejos por relação à existência dos outros. Ora, segundo ele, as transformações das sociedades modernas levaram a que o casamento e a filiação houvessem deixado de cumprir o papel necessário do “transcendente”, proporcionando o culto de valores preenchessem a vida de sentido. Na sua perspetiva, a tendência para o desaparecimento da transmissão hereditária, bem como a progressiva diluição do investimento no bem-estar doméstico comprometeriam esse objetivo transcendente que é a criação de um sentido capaz de ligar os indivíduos uns aos outros e de os conduzir à relativização dos seus desejos individuais. Havendo sido um intelectual comprometido com a construção da modernidade, Durkheim tinha bem a noção de que a coesão social requeria instituições suficientemente próximas cujas regras de funcionamento cumprissem a função de levar os indivíduos a ultrapassarem-se a si próprios e lhes permitissem a identificação e a busca de sentido transcendente. O bem comum, fundamento da coesão social e do próprio equilíbrio do indivíduo, envolvia, na sua perspetiva, a adesão convicta a regras comuns que permitissem unir harmoniosamente o todo social, mas envolvia

também a adesão aos valores e regras específicos de cada meio particular, de modo a que cada um aceitasse convictamente o seu lugar nas muito complexas sociedades modernas. Interessante, a nosso ver, é ter Durkheim compreendido que a possibilidade de os indivíduos permanecerem ligados na família, para além de todos os conflitos e desencontros, ou seja a força dos laços familiares, não é, de todo, independente das condições do seu funcionamento.

A sua previsão do desenvolvimento das sociedades modernas era que o grupo profissional parecia melhor posicionado para desempenhar esse papel de transcendência, isto é, de comprometimento de cada um com o bem comum do que a família moderna.

Hoje, são muitos os que falam de crise da família, como são muitos os que contestam a sua existência, advogando que o divórcio e a multiplicação de formas de união estão longe de ser o sinal de um enfraquecimento da família mas são antes a evidência de uma procura mais intensa de transcendência sob as suas diversas formas, a família é hoje um espaço mais respeitador da liberdade individual e mais consentâneo com a procura de valores mais altos. Anália Torres (2010) assinala que parece hoje evidente que o casamento e a família não perderam a capacidade de representar formas de investimento e de sentido transcendente muito importantes, porventura até mais intensificadas do que no passado, desde logo porque a permanência da relação conjugal está muito mais liberta de constrangimentos e logo só se mantém enquanto dá garantias de recompensa e satisfação. No plano familiar, o investimento num número bem mais reduzido de filhos representa, muitas vezes, uma forte aposta na mobilidade social destes, de forma a “transcenderem” os pais. Diz esta autora que a própria impossibilidade de controlar outras esferas da vida social em que os indivíduos estão envolvidos, nomeadamente o trabalho e a sua precariedade, pode tender a transformar a vida íntima e privada num local de sobre investimento, exatamente porque aí se tem, ao menos, a ilusão de proximidade e controlo. Na noção de obra feita que perdura para além de nós e através da qual tecemos laços de pertença a alguma entidade mais vasta, se cumpriria um papel ontológico.

Como justamente observa Anália Torres (Anália Torres, 2010), a pesquisa sociológica tem confirmado que o facto de as mulheres haverem desenvolvido competências para cuidar e proteger superiores às dos homens não significa que elas sejam devidas ao seu ser biológico nem que, tão pouco, as mulheres e os homens não possam desenvolver outras competências distintas daquelas que durante séculos lhes foram transmitidas. Não se trata de atributos

inscritos na natureza, mas de competências dos seres humano que, por razões históricas, de divisão do trabalho, de funções e de papéis, foram socializados de modos diversos.

Ernest Burgess e Parsons são também autores de referência obrigatória na sociologia da família. Inspirado na teoria sociológica interacionista, o primeiro analisa a transformação da família “instituição” em família “companheirismo”. Com a passagem da produção agrícola e artesanal à produção industrial, a família passa a fundar-se no casamento decidido pela livre escolha dos cônjuges, o seu funcionamento a basear-se no princípio da democracia e as suas finalidades a pautarem-se pelo bem-estar pessoal do casal e dos filhos (Burgess, *et. al.*, 1960). Enquanto no modelo institucional as preocupações patrimoniais e económicas prevaleciam sobre todas as outras, no modelo do companheirismo o casamento deixou de ser imposto aos mais novos em função da conveniência e do interesse.

Nesta corrente teórica, a família é definida como *“unidade de personalidades em interação existindo primordialmente para o desenvolvimento e gratificação mútua dos seus membros...unidos mais por coesão interna do que por pressões externas”*. Trata-se de uma perspectiva que privilegia a análise das interações familiares, os fatores que contribuem para a unidade ou coesão ou que contribuem para a sua organização e regulação e que, de algum modo, ignora os determinantes e constrangimentos externos. Interessa-lhe mais observar as ações dos indivíduos, o seu protagonismo e as suas interações, ou seja, analisar a família enquanto quadro que providencia gratificação e bem-estar afetivo dos indivíduos.

Concebia a vida familiar e a vida pública como esferas governadas por lógicas diferentes e, logo, autónomas, uma vez que na primeira tenderia a prevalecer a lógica da proteção, do afeto e da intimidade, enquanto na segunda prevaleceria a lógica da competição, do interesse e do lucro. O desaparecimento das funções económicas da família teria permitido a sua transformação num espaço de relacionamento assente exclusivamente na lógica dos afetos.

Anália Torres (2010) destaca alguns aspetos mais inconsistentes desta perspectiva, designadamente a perda de visibilidade das trocas e relações internas à vida familiar que não passam necessariamente e apenas pela lógica dos afetos. Caso, por exemplo, do trabalho “produzido” na esfera familiar no âmbito dos cuidados com os filhos e da realização das tarefas domésticas. Não menos importante é assinalar que a separação entre vida familiar e vida pública parece estar associada a uma visão naturalista da distribuição de papéis

diferenciados e complementares entre mulher e homem. A tendência para encarar a vida familiar e o casamento como empreendimentos governados apenas por lógicas sentimentais e interpessoais, por oposição às dimensões consideradas agressivas e difíceis das outras relações sociais, alimentou a ideia de família como casulo protetor.

Subestimava-se a possibilidade de fatores externos interferirem no funcionamento interno da família, de tal modo que pudessem provocar a sua desestruturação, assim como não se entendia que esta podia ser também palco de conflitos, tensões, desentendimentos e problemas. Não se compreendia que o companheirismo, sentimento e afeto podiam ser contrariados ou enfraquecidos por tensões originadas no exterior.

Segundo Burgess, a família seria central para a manutenção da ordem social, desde logo, pelo seu papel compensatório e equilibrador dos constrangimentos e dificuldades que pesam sobre os indivíduos nos outros domínios da vida social. A ideia da centralidade da família como fator protetor do indivíduo, numa época histórica em que os sistemas de proteção públicos eram inexistentes ou incipientes, está, aliás, presente na análise que produziu a respeito dos sem abrigo. De facto, ao centrar esta situação no disfuncionamento familiar, o autor subestima que, não raro, tal disfuncionamento deriva, diretamente, de problemas externos à família, designadamente, o desemprego, a falta de qualificações escolares e profissionais, a pobreza, a segregação urbana, etc. Subestima, pois, que a família pode ser desestruturada e tornada incapaz de desempenhar a sua função supostamente protetora pela pressão avassaladora de constrangimentos exteriores. Cabe questionar, até que ponto podem as famílias, sobretudo as mais carenciadas, proteger os seus membros quando o desemprego, a instabilidade e a precariedade interditam qualquer possibilidade de projetar o futuro, fazer poupanças, em suma, proteger eficazmente os seus membros.

Devido à sua capacidade de adaptação à mudança e à sua centralidade nos planos afetivo e de satisfação pessoal, a família tenderia a permanecer e o divórcio a estabilizar. Todavia, não falta evidência empírica que desconfirma a previsão a respeito da estabilização do divórcio²¹, tal como desconfirma que a relação entre estabilidade económica e estabilidade familiar se tenha estabelecido segundo a forma prevista por Burgess e seus colaboradores. A valorização do afetivo e do sentimento no contexto das relações conjugais acentuou as

²¹ Fenómeno que, nos finais dos anos 50 nos E.U.A., era já da ordem de 1 divórcio em 5 casamentos. (Blood e Wolfe, 1960) e que a partir dos anos 60 subiu ainda mais vertiginosamente, sendo hoje de cerca de 1 divórcio para 2 casamentos registados no mesmo ano.

exigências individuais no quadro da relação conjugal e criou condições, em certos sectores sociais mais do que em outros, para admitir a hipótese de rutura conjugal e da legitimidade do divórcio por meras razões de sentimento (Torres, 1996). A valorização do sentimento não se traduziu, forçosamente, na estabilidade da família, nem a estabilidade económica conduziu necessariamente à estabilidade afetiva e familiar. Ela pode até facilitar o aumento da rutura conjugal. Na verdade, as maiores oportunidades de emprego colocam as mulheres numa situação de menor dependência face ao casamento. A conjugação da maior importância atribuída aos sentimentos com o maior acesso das mulheres aos recursos económicos configurou uma articulação de fatores decisivos para o processo de transformação das famílias.

O que o autor não terá captado foi a natureza contraditória dessas transformações. Não é porque as lógicas que comandam a vida familiar tendam agora a polarizar-se em torno do sentimento e do companheirismo, que outras lógicas ou dimensões deixam de existir e de interagir com a dimensão dos afetos.

No âmbito da ciência psicológica, a família é definida como o meio onde os indivíduos encontram a resposta às necessidades, materiais, emocionais e espirituais. É no seio que se desenvolvem aprendizagens significativas aos mais variados níveis, nomeadamente dos afetos, da linguagem e da comunicação, das relações interpessoais. É no seio da família que se encontram os ascendentes que vão influenciar a identidade pessoal. Madalena Alarcão (2000:35) entende a família como um espaço privilegiado e impar para a vivência de relações afetivas que se traduzem no sentimento de pertença, e no sentimento de se ser quem é enquanto pessoa.

Um conceito útil para analisar o funcionamento da família e o conceito de sistema, já que permite romper com a ideia da família como somatório, como agregação de entidades individuais, e captar as relações entre os seus elementos, segundo uma dinâmica estruturada. A família é um todo, é uma e única é uma *unidade total* formada pelo conjunto de pessoas que a compõem e pelas relações que estas estabelecem entre si (Alarcão, 2000:36-37). Interpretar a família como um sistema significa, pois, ter uma visão global da sua estrutura e do seu desenvolvimento, ou seja, vê-la como uma rede complexa de relações e emoções da qual resultam comportamentos e sentimentos que não são possíveis de ser vividos isoladamente (Gameiro, 1992: citado por, Alarcão: 2000:37). Ela é também parte de outros sistemas, daí

definir-se o sistema familiar como “um sistema aberto” uma vez que recebe influências do exterior mas também o influencia (Alarcão, 2000:46). “... a família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança” (Minuchim, Colapinto & Minuchim: 1998). Em face da sua permeabilidade ao sistema(s) exterior(es), a família configura um sistema complexo de interações exposto à estabilidade e à mudança.

Bettye Caldwell e Robert Bradley analisam o ambiente familiar a partir de uma série de escalas²² que permitem dar conta da quantidade e da qualidade da estimulação necessária ao desenvolvimento intelectual, emocional e social das crianças. O meio familiar configura um contexto cultural e de interações sociais mais ou menos favoráveis à aprendizagem de conhecimentos, competências, atitudes, valores que são decisivos para a integração escolar e para projetar o futuro. O ambiente físico e a interação dos cuidadores são indicadores da existência, ou não, de vulnerabilidades indutoras do risco de não poder crescer de acordo com as exigências da vida social atual, logo, do risco de vir a ser socialmente excluído. Sendo incontornavelmente o primeiro meio de socialização, a família pode constituir um meio rico em oportunidades de desenvolvimento, como pode restringir essas mesmas oportunidades.

3.1 Famílias com crianças até três anos de idade

No caso das crianças com menos de três anos de idade, a observação das famílias a partir dos 45 itens do Home Inventory permite-nos chegar à conclusão de que as famílias estudadas conseguem satisfazer as necessidades que estes autores consideram ser características desta fase da vida. Em quatro das subescalas, as pontuações obtidas coincidem com a mediana padrão, sendo que apenas nas subescalas “Implicação” e “Materiais de aprendizagem” os valores obtidos estão abaixo da mediana padrão.

22

Sumário				
Subescala	Pontuação possível	Mediana	Pontuação atribuída	Comentários
I-Responsividade	11	9		
II-Aceitação	8	6		
III-Organização	6	5		
IV-Materiais de aprendizagem	9	7		
V-Implicação	6	4		
VI-Variedade	5	3		
Pontuação total	45	32		

Na sub-escala “Responsividade”, as pontuações obtidas nos 11 itens²³ indicam um padrão de interação muito próximo da mediana possível, sugerindo que nesta dimensão da vida familiar, os bebês não correm riscos inerentes a uma fraca vinculação dos pais.

Quadro 19 - Home Inventory do Bebê

HOME do Bebê (0 a 3 anos)								
SUB-ESCALAS		I. RESPONSABILIDADE	II. ACEITAÇÃO	III. ORGANIZAÇÃO	IV. MATERIAIS DE APRENDIZAGEM	V. IMPLICAÇÃO	VI. VARIEDADE	PONTUAÇÃO TOTAL
Idades	2 anos	9	6	6	5	2	3	31
	2 anos	9	5	5	6	4	2	31
	2 anos	9	5	5	8	6	4	37
	3 anos	11	7	5	8	4	2	37
	2 anos	8	6	5	5	2	3	29
	2 anos	5	7	3	4	1	2	22
	2 anos	7	4	2	6	2	3	24
	1 anos	5	5	6	3	2	2	23
	2 anos	5	3	6	4	2	2	22
	3 anos	11	7	5	9	6	3	41
	1 anos	11	7	5	9	6	3	41
	1 anos	6	5	3	3	2	2	21
1 anos	11	6	5	6	5	3	36	
PONTUAÇÃO POSSÍVEL		11	8	6	9	6	5	45
Média		8,23	5,62	4,69	5,85	3,38	2,62	30,38
%		75%	70%	78%	65%	56%	52%	68%
Mediana		9	6	5	6	2	3	31
Mediana Possível		9	6	5	7	4	3	32

Retomando os contributos teóricos de Erick Erikson a respeito do processo de formação da identidade e particularmente sobre a sua primeira etapa, precisamente entre os 0 e os 3 anos, poderíamos dizer que, à luz dos itens selecionados para medir a responsividade

²³ 1 - A mãe/ O pai permite brincadeiras em que a criança se suja; 2 - A mãe/ O pai vocaliza para a criança de forma espontânea, pelo menos 2 vezes (Observação); 3 - A mãe/ O pai responde verbalmente às vocalizações ou verbalizações da criança (Observação); 4 - A mãe/ O pai diz à criança os nomes das pessoas ou de objectos, durante a visita (Observação); 5 - O discurso da mãe / do pai é compreensível, claro e audível (Observação); 6 - A mãe / O pai inicia trocas verbais com a/o visitante (Observação); 7 - A mãe / O Pai da criança conversa livremente e com à vontade (Observação); 8 - A mãe / O pai elogia espontaneamente a criança pelo menos duas vezes (Observação); 9 - A voz da mãe/do pai expressa sentimentos positivos para com a criança (Observação); 10 - A mãe / O pai beija ou acaricia a criança pelo menos uma vez (Observação); 11 - A Mãe / O pai responde positivamente aos elogios feitos à criança pela/o visitante (Observação).

dos pais, estamos em presença de famílias capazes de resolver positivamente o dilema confiança básica/desconfiança que este autor considera central nesta fase da vida. Assinalou ele que a criança necessita de adultos que lhe dediquem uma atenção incondicional, a fim de adquirir a certeza de que estes estarão sempre presentes na sua vida. A criança adquire ou não uma segurança e confiança em relação a si própria e em relação ao mundo que a rodeia, através da relação que tem com os adultos significativos. Se estes não respondem às suas necessidades, a criança pode desenvolver medos, receios, sentimentos de desconfiança, que poderão vir a refletir-se nas relações futuras. Se a relação é de segurança e as suas necessidades são satisfeitas, a criança terá melhor capacidade de adaptação às situações futuras, às pessoas e aos papéis socialmente requeridos. Os prestadores responsivos atentam às necessidades e solicitações do bebé e, desse modo, tendem a desenvolver na criança este sentimento de confiança. Quando esta responsividade é frágil, desenvolve-se um sentimento de insegurança, de "não saber com o que contar", que pode traduzir-se em padrões comportamentais de apatia ou de irritabilidade, e dificuldades de interação mutuamente gratificante.

Desenvolvido este sentimento de confiança básica, a capacidade exploratória da criança alarga-se, fruto também das competências motoras, sensoriais e cognitivas que vai adquirindo. Quanto maior a capacidade exploratória, maior a riqueza de experiências e de estímulos, o que não só reforça o sentimento de capacidade como ajuda a adquirir novas competências e habilidades. A experimentação, a repetição, a procura de novas soluções, ajudam a criança a desenvolver mecanismos adaptativos cada vez mais apropriados. Pelo contrário, presa a uma relação ambivalente, a criança insegura terá maior dificuldade em explorar o meio e, portanto, as suas competências e estratégias de lidar eficazmente com o mundo podem sair prejudicadas, bem como o sentimento de ser capaz. O autor enfatiza de tal forma esta relação precoce que defende mesmo que a desconfiança básica é o principal desencadeador de perturbações psicopatológicas graves, tais como os quadros psicóticos (Athayde, 1977).

Voltando às pontuações obtidas na subescala "Responsividade", podemos, ainda, observar que há seis crianças cuja responsividade dos pais tem uma pontuação abaixo da mediana padrão. O item 4 - "a mãe/pai diz à criança os nomes das pessoas ou de objetos" – tem pontuação negativa em todos estes 6 casos; o item 8 - "a mãe/pai elogia a criança pelo

duas vezes durante a visita”- e o item 7 – “a mãe/pai conversam livremente com à vontade” - colhem pontuação negativa em 5 destas famílias; o item 2 - “a mãe/pai vocaliza para a criança pelo menos duas vezes” tem pontuação negativa em 4 das seis famílias em questão; o item 1 - “a mãe/pai permitem brincadeiras em que a criança se suja” obtém negativa em 3 das 6 famílias; o item 3 – “a mãe/pai responde verbalmente às vocalizações ou verbalizações da criança” regista duas pontuações negativas.

São famílias que não estimulam a criança a aprender os nomes dos objetos e seres que estão à sua volta; que não têm o hábito de realçar e se mostrarem contentes quando a criança faz um progresso na sua aprendizagem; com dificuldades acentuadas de expressarem o que pensam e de se fazerem entender, por falta de competências linguísticas; com fraca interação comunicativa com a criança; que têm dificuldade em compreender e tolerar a necessidade que as crianças têm de brincadeiras espontâneas que envolvem mexer em água, areia ou terra. Em suma, o funcionamento familiar nestes aspetos não é favorável ao desenvolvimento da linguagem e de atividades de exploração.

Na subescala “Aceitação”²⁴, registam-se seis famílias cujas medidas estão abaixo da mediana padrão. A análise desagregada dos itens desta subescala permite-nos observar que as seis famílias em causa têm pontuação negativa nos seguintes itens: no item 12 - “não ocorreu punição física mais do que uma vez durante a semana” – registam-se 3 famílias; no item 13 – “a família tem um animal de estimação” registam-se 4 famílias; no item 14 – “a mãe/pai não grita com a criança” contam-se 2 casos com pontuação negativa; no item 15 – “a mãe/pai não expressa irritação nem hostilidade para com a criança” apenas se regista 1 caso; item 18 “a mãe/pai não restringe a criança mais do que três vezes durante a visita” – contam-se 2 casos; no item 19 – “existem pelo menos dez livros que estão presentes e visíveis” – todas as 6 famílias têm pontuação negativa.

Em termos globais, é particularmente registar que apenas duas das 13 famílias com bebés (0-3 anos) dispõem de pelo menos 10 livros, o que não deixa margem para dúvidas quanto à relação da família com a língua materna, com a leitura e com a “cultura cultivada”.

²⁴ 12 - Não ocorreu punição física mais do que uma vez durante a semana (Entrevista); 13 - A família tem um animal de estimação (Observação e Entrevista); 14 - A mãe / O pai não grita com a criança (Observação); 15 - A mãe / O pai não expressa ostensivamente irritação nem hostilidade para com a criança (Observação); 16 - A mãe / O pai não bate na criança durante a visita (Observação); 17 - A mãe / O pai não repreende nem critica a criança durante a visita (Observação); 18 - A mãe / O pai não interfere ou restringe a criança mais do que três vezes durante a visita (Observação); 19 - Existem pelo menos 10 livros estão presentes e visíveis (Observação e Entrevista).

Vivendo num contexto de interação nada familiarizado com formas de cultura que passam pela escrita, as crianças dispõem de menores oportunidades de adquirir as competências linguísticas que constituem pré-requisitos para uma boa aprendizagem escolar.

Voltando às seis famílias com pontuação abaixo da mediana padrão, vejamos agora o que podemos concluir à luz da subescala “Organização”²⁵. Registam 3 casos de pontuação negativa no item 25 (“o ambiente em que a criança brinca é seguro”) e no item 21 (“a criança é levada à mercearia pelo menos uma vez por semana”); No item 24 (“a criança tem um lugar especial para arrumar brinquedos e tesouros) registam-se 4 casos; uma família com pontuação negativa no item 20 (“os cuidados da criança são, se for o caso, providenciados regularmente por uma de 3 pessoas substituas”).

Na subescala “Variedade”²⁶, todas as seis famílias têm pontuação negativa nos itens 42 e 45, o que significa que os pais não leem histórias às crianças, nem lhes providenciam o mínimo de livros adequados. Destas 6 famílias, 3 têm pontuação negativa no item 44, tratando-se, pois, de famílias que vivem fechadas sobre si próprias. Duas apresentam pontuação negativa no item 41, o que revela pouca participação do pai nos cuidados da criança.

Na subescala “Materiais de Aprendizagem”²⁷, as seis famílias que estamos a analisar apresentam pontuações negativas nos itens 26 (4 famílias), 27 (2 famílias), 28 (6 famílias), 32 (5 famílias), 33 (5 famílias) e 34 (6 famílias). Em cinco destas seis famílias brinquedos de coordenação complexa entre olhos e mãos, nem brinquedos para familiarizar a criança com o livro e com a música.

²⁵ 20 - Os cuidados da criança são, se for o caso, providenciados regularmente por uma de 3 pessoas substituas (E); 21 - A criança é levada à mercearia pelo menos uma vez por semana (Entrevista); 22 - A criança sai de casa pelo menos 4 vezes por semana (E); 23 - A criança é levada ao médico ou à clínica com regularidade (E); 24 - A criança tem um lugar especial para arrumar brinquedos e tesouros (O e E); 25 - O Ambiente em que a criança brinca é seguro (O e E).

²⁶ 41 - O pai providencia alguns cuidados diários (E); 42 - A mãe / O pai lê histórias para a criança pelo menos três vezes por semana (E); 43 - A criança come pelo menos uma refeição por dia na companhia do pai e da mãe (E); 44 - A família visita parentes ou recebe visitas aproximadamente uma vez por mês (E); 45 - A criança tem três ou mais livros que lhe pertencem (O e E).

²⁷ 26 - Brinquedos ou equipamentos que incentivam a actividade muscular (Oe E); 27 - Brinquedos de empurrar e puxar (O e E); 28 - Aranha ou andarilho, carro ou scooter de brincar, triciclo (O e E); 29 - Peluches ou brinquedos que permitam desempenhar papéis (O e E); 30 - Facilitadores de aprendizagem - mobile, mesa e cadeira, cadeira de bebé, parque (O e E); 31 - Brinquedos de coordenação simples entre olhos e mãos (O e E); 32 - Brinquedos de coordenação complexa entre olhos e mãos (O e E); 33 - Brinquedos para familiarizar a criança com o livro e com a música (O e E); 34 - A mãe / O pai providencia brinquedos para que a criança brinque durante a visita (O).

Na subescala “Implicação”²⁸, os itens 36, 37, 38, 39 colhem pontuação negativa na totalidade destas famílias, configurando um ambiente de fraca estimulação e fraca percepção da importância do brincar para o desenvolvimento da inteligência e do conhecimento da criança.

Em síntese, poderemos concluir que as crianças cujo ambiente familiar analisamos acima se encontram em situação de algum risco de não desenvolver, competências, capacidades, atitudes que lhes permitiriam uma boa adaptação à escola. O seu ingresso num ensino pré primário de qualidade, bem como a intervenção junto dos familiares no sentido de aprenderem a brincar com os filhos, mas também de facilitar o acesso a meios pedagógicos adequados, são dois domínios fundamentais para prevenir um futuro escolar inclusivo. A possibilidade de interromper a reprodução da pobreza nesta geração será tanto mais provável quanto mais precoce for a intervenção direcionada para o enriquecimento dos estímulos que condicionam o desenvolvimento cognitivo das crianças.

3.2 Famílias com crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos

A aplicação do Home às famílias das crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos²⁹ permite-nos observar que, à exceção da sub-escala “Aceitação”, os resultados obtidos se situam abaixo da mediana possível. Com efeito, a medida do funcionamento familiar com base em três das subescalas que avaliam a relação com a cultura cultivada deixa

²⁸ 35 - A mãe / O pai fala com a criança enquanto realiza as tarefas domésticas (E); 36 - A mãe / O pai encoraja conscientemente o avanço do desenvolvimento da criança (E); 37 - A mãe / O pai investe em brinquedos que favorecem a maturidade e brinca com a criança para lhe mostrar como funcionam (E); 38 - A mãe / O pai estrutura os períodos de brincadeira da criança (E); 39 - A mãe / O pai providencia brinquedos que desafiam a criança a desenvolver novas competências (E); 40 - A mãe / O pai mantém a criança ao alcance da vista e olha para ela frequentemente (O).

²⁹

Subescalas do Home da Primeira Infância				
Subescala	Pontuação possível	Mediana	Pontuação atribuída	Comentários
I – Materiais de aprendizagem	11	8		
II – Estímulo de linguagem	7	6		
III – Ambiente físico	7	6		
IV - Responsividade	7	6		
V – Estímulo académico	5	4		
VI - Moldagem	5	3		
VII - Variedade	9	8		
VIII - Aceitação	4	4		
Pontuação total	55	40		

concluir que estamos em presença de famílias cujos modos de vida se enquadram nos parâmetros da chamada “cultura popular”.

Quadro 20 - Home Inventory da Primeira Infância

HOME da Primeira Infância (3 a 6 anos)										
SUB-ESCALAS		I - Materiais de Aprendizagem	II - Estímulo de Linguagem	III - Ambiente Físico	IV - Responsividade	V - Estímulo Académico	VI - Moldagem	VII - Variedade	VIII - Aceitação	Pontuação Total
IDADES	5 anos	6	4	7	7	4	3	4	4	39
	4 anos	4	6	5	5	5	2	5	4	36
	6 anos	3	2	1	2	0	2	2	4	16
	6 anos	5	6	5	5	5	3	6	4	39
	6 anos	3	5	4	6	3	1	6	4	32
	4 anos	3	4	3	5	3	1	5	4	28
	4 anos	2	3	3	3	3	3	4	4	25
	4 anos	3	3	3	4	2	1	5	4	25
	6 anos	2	6	5	5	3	4	3	4	32
	6 anos	2	3	5	3	2	2	4	4	25
	4 anos	2	3	5	3	1	2	3	4	23
	4 anos	2	3	5	3	1	2	3	4	23
	4 anos	2	2	6	1	2	0	5	1	19
	PONTUAÇÃO POSSÍVEL		11	7	7	7	5	5	9	4
Média		3,00	3,85	4,38	4,00	2,62	2,00	4,23	3,77	27,85
%		27%	55%	63%	57%	52%	40%	47%	94%	51%
Mediana		3	3	5	4	3	2	4	4	25
Mediana Padrão		8	6	6	6	4	3	8	4	40

As subescalas “materiais de aprendizagem”³⁰, “estimulação da linguagem”³¹ e “variedade”³² medem a proximidade ou afastamento a um tipo ideal de ambiente cultural que

³⁰ 1-A criança tem brinquedos que ensinam as cores, os tamanhos e as formas (O e E); 2 - A criança tem três puzzles ou mais (O e E); 3 - A criança tem um gravador de cassetes ou um leitor de CD's, e pelo menos cinco gravações infantis (cassetes ou CD's) (O e E); 4 - A criança tem jogos ou brinquedos que permitam a expressão livre (O e E); 5 - A criança tem jogos ou brinquedos que requerem movimentos finos (O e E); 6 - A criança tem brinquedos ou jogos que facilitam a aprendizagem dos números (O e E); 7 - A criança tem pelo menos dez livros infantis (O e E); 8 - Pelo menos dez livros são visíveis na casa ou apartamento (O e E); 9 - A família compra e lê o jornal diariamente (E); 10 - A família assina pelo menos uma revista (E); 11 - A criança é encorajada a aprender as formas (E).

³¹ 12 - A criança tem brinquedos que ajudam a aprender o nome dos animais (O e E); 13 - A criança é encorajada a aprender o alfabeto (E); 14 - A mãe / O pai ensina à criança as boas maneiras verbais (por favor, obrigado, desculpa) (E); 15 - A mãe / O pai incentiva a criança a falar e despende tempo para escutá-la (E); 16 - A criança pode escolher o menu do pequeno - almoço

não é acessível a todos. Todas as referidas subescalas revelam a existência de padrão de funcionamento claramente abaixo do que a ciência considera como necessário para a estimulação do desenvolvimento da inteligência e do próprio interesse e vontade de aprender. Indicam, pois, que a futura entrada na escola não será vivida como um prolongamento da cultura da casa, da cultura maternal, como lhe chama Pierre Bourdieu.

Na subescala “Estímulo Acadêmico”³³, apenas 3 das 13 famílias atingem uma pontuação igual ou superior à mediana possível. “Na subescala “Responsividade”³⁴, só 2 famílias obtêm pontuação igual ou superior à mediana padrão, sendo de registrar, em particular, 6 casos em que a pontuação obtida é muito inferior. Se tivermos em conta que esta subescala procura medir o grau de confiança que o ambiente familiar consegue gerar na criança, uma importante dimensão da vida familiar com impacto no desenvolvimento cognitivo das crianças, compreenderemos porque é que a vontade de explorar e descobrir está muito desigualmente distribuída entre as crianças.

Na subescala “Moldagem”³⁵ cujo objetivo é medir o modo de comunicar com a criança de modo a induzir os comportamentos desejáveis e controlar os indesejáveis, 9 famílias obtêm pontuação inferior ou muito inferior à mediana padrão e somente 1 alcança máxima pontuação possível.

Na subescala “Aceitação”³⁶, que descreve a habilidade parental para aceitar o comportamento negativo da criança como qualquer coisa que decorre naturalmente de ser

ou do almoço (E); 17 - A mãe / O pai pronuncia bem as palavras e usa correctamente a gramática. (O); 18 - A voz da mãe / do pai transparece sentimentos positivos acerca da criança. (O)

³² 43 - A criança tem um instrumento musical verdadeiro ou de brincar. (O e E); 44 - A criança é levada em passeio por um membro da família, pelo menos a cada duas semanas (Entrevista); 45 - A criança viajou a um lugar a mais de 80 Km da sua casa, durante o último ano (E); 46 - A criança foi levada a um museu durante o último ano (E); 47 - A mãe / O pai encoraja a criança a arrumar os brinquedos sozinha (E); 48 - A criança faz pelo menos uma refeição por dia com a mãe e o pai (E); 49 - A mãe / O pai deixa a criança escolher, na mercearia certos produtos preferidos ou marcas (E); 50 - A mãe / O pai usa frases com estruturas e vocabulário complexas (O); 51 - As "obras de arte" da criança são expostas pela casa (O)

³³ 33 - A criança é encorajada a aprender as cores (E); 34 - A criança é encorajada a aprender as letras de canções, rimas, lenga-lengas, orações, etc. (E); 35 - A criança é encorajada a aprender as relações no espaço (E); 36 - A criança é encorajada a aprender os números (E); 37 - A criança é encorajada a aprender a ler algumas palavras (E)

³⁴ 26 - A mãe / O pai pega na criança ao colo 10-15 mn por dia (E); 27 - A mãe / O pai conversa com a criança pelo menos duas vezes durante a visita (O); 28 - A mãe / o Pai responde verbalmente às perguntas ou pedidos da criança (O); 29 - A mãe / O pai costuma responder verbalmente às palavras da criança (O); 30 - A mãe / O pai elogia as qualidades da criança pelo menos duas vezes durante a visita (O); 31 - A mãe / O pai acaricia, beija ou abraça a criança durante a visita (O); 32 - A mãe / O pai ajuda a criança a revelar uma conquista durante o dia (O).

³⁵ 38 - A criança consegue esperar para ter o prazer de comer (E); 39 - A TV é usada de forma criteriosa (E); 40 - A criança pode expressar sentimentos negativos sem ser duramente repreendida (E); 41 - A criança pode bater na mãe / no pai sem ser duramente repreendida (E); 42 - A mãe / O pai apresenta a visita à criança (O).

³⁶ 52 - Não ocorreu punição física mais do que uma vez durante a última visita €; 53 - A mãe / O pai repreende, grita ou despreza a criança mais do que uma vez (O); 54 - A mãe / O pai não reprime fisicamente a criança durante a visita (O); 55 - A mãe / O pai não dá uma palmada, nem bate com força à criança durante a visita (O).

criança e não como algo que deve ser imediatamente repreendido, os resultados dizem-nos que a quase totalidade das famílias tem o comportamento considerado desejável. Finalmente, na subescala “Ambiente Físico”³⁷, observa-se que 11 famílias dispõem de condições habitacionais abaixo da mediana padrão.

3.3 Famílias com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos

Quadro 21 - Home Inventory da Meia Infância

HOME da Meia Infância (6 a 10 anos)										
SUB-ESCALAS	I - Responsividade	II - Encorajamento da Maturidade	III - Clima Emocional	IV - Oportunidades e Materiais de Aprendizagem	V - Enriquecimento	VI - Companheirismo Familiar	VII - Integração Familiar	VIII Ambiente Físico	Pontuação Total	
IDADES	9 anos	4	4	6	4	1	1	4	5	29
	10 anos	9	6	7	3	0	4	1	8	38
	10 anos	8	7	6	5	0	3	3	6	38
	8 anos	8	7	6	5	1	3	4	7	41
	10 anos	5	1	1	1	1	0	3	2	14
	9 anos	10	7	7	4	1	2	4	7	42
	8 anos	3	2	3	2	0	3	4	3	20
	7 anos	5	4	6	0	0	1	3	2	21
	7 anos	4	1	5	1	0	1	3	5	20
	8 anos	6	2	5	1	2	2	3	0	21
	10 anos	2	3	6	1	1	1	3	6	23
	9 anos	9	5	7	2	2	0	3	5	33
10 anos	9	6	8	4	1	4	1	3	36	
PONTUAÇÃO POSSIVEL		10	7	8	8	8	6	4	8	59
Média		6,31	4,23	5,62	2,54	0,77	1,92	3,00	4,54	28,92
%		63%	60%	70%	32%	10%	32%	75%	57%	49%
Mediana		6	4	6	2	1	2	3	5	29
Mediana Padrão		9	5	7	4	6	5	3	7	46

³⁷ 19 - O edifício onde a família mora parece ser seguro e livre de perigos (O); 20 - O espaço exterior para brincar parece ser seguro (O); 21 - O interior da casa ou apartamento não é escuro ou perceptivamente monótono (O); 22 - O bairro é esteticamente agradável (O); 23 - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9m² por pessoa que lá mora (O); 24 - Os quartos não são sobrecarregados com mobília (O); 25 - A casa está razoavelmente limpa e pouco desordenada (O).

Uma apreciação global das pontuações obtidas no conjunto das subescalas permite, desde logo, concluir que as pontuações obtidas pela totalidade das famílias são significativamente inferiores à máxima pontuação possível (59 pontos). Das 13 famílias estudadas, 7 têm pontuação inferior a metade da pontuação possível. A análise dos resultados em cada uma das subescalas leva-nos a começar por destacar aquelas em que há maior distância em relação aos padrões que Bettye Caldwell e Robert Bradley retêm como os mais adequados ao desenvolvimento intelectual e social das crianças. Sobressaem, como mais problemáticos, os resultados obtidos nas subescalas “Oportunidades e Materiais de Aprendizagem”³⁸, “Enriquecimento”³⁹ e “Companheirismo familiar”⁴⁰, todas elas remetendo para o clima cultural da casa. Na realidade, estamos em presença de agregados familiares onde não existe familiaridade com livros, como não existe um tipo de comunicação e de controlo baseados na conversão e explicitação de significados. Os resultados obtidos nestas subescalas remetem para o tipo de ambiente comunicacional que segundo o estudo Bernstein está longe de favorecer a apropriação de um código linguístico elaborado.

Na subescala “Responsividade”⁴¹, que remete para a incondicionalidade da vinculação dos pais aos filhos e, logo, para a confiança que estes podem gerar nos filhos a respeito do seu

³⁸ 26 - A mãe / O pai compra e lê o jornal diariamente €; 27 - A família tem um dicionário e encoraja a criança a usá-lo E; 28 - A criança visitou um amigo por sua própria iniciativa durante a última semana (E); 29 - A criança tem acesso a um leitor de cassetes ou de CD's, a um gira discos ou a rádio (E); 30 - A criança tem livre acesso a um instrumento musical (piano, tambor, guitarra, etc.) (O e E); 31 - A criança tem livre acesso a pelo menos dez livros apropriados para a sua idade (O e E); 32 - A criança tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado para ler ou estudar (E); 33 - A casa tem pelo menos duas pinturas ou outras formas de trabalho artístico nas paredes (O);

³⁹ 34 - A família tem uma TV, esta é usada criteriosamente e não é usada em permanência (E); 35 - A família encoraja a criança a desenvolver ou a manter actividades recreativas (E); 36 - A criança é regularmente integrada nas actividades recreativas da família (E); 37 - A família proporciona aulas ou participação em associações, de maneira a apoiar os talentos da criança (membros de uma associação juvenil, aulas de ginástica, atelier artístico, etc.) (E); 38 - A criança tem acesso a pelo menos dois espaços de recreio ao ar livre na vizinhança imediata (E); 39 - A criança tem acesso a um cartão de biblioteca e a família possibilita-lhe ir à biblioteca pelo menos uma vez por mês (E); 40 - Um membro da família levou a criança a visitar (ou organizou a visita) a um museu científico ou de história de arte, ao longo do último ano (E); 41 - Um membro da família levou a criança numa viagem (ou organizou uma viagem) de avião, comboio ou autocarro ao longo do último ano (E)

⁴⁰ 42 - A família visita ou recebe visitas de familiares ou amigos, pelo menos duas vezes por mês (E); 43 - A criança acompanhou a mãe ou o pai numa saída para tratar de assuntos da vida familiar, pelo menos 3-4 vezes no último ano (numa garagem, numa loja de roupa, loja de reparação de electrodomésticos, etc.) (E); 44 - Um membro da família levou a criança (ou preparou a ida da criança) a algum tipo de concerto ou de performance teatral (E); 45 - Um familiar levou a criança numa viagem (ou preparou a viagem) a mais de 80 Km de distância de casa (distancia radial e não distancia total) (E); 46 - Os pais conversam com a criança sobre programas de TV (E); 47 - A mãe / O pai ajuda a criança a desenvolver competências ao nível da motricidade (conduzir uma bicicleta de 2 rodas, patins de roda, patins de gelo, jogar à bola, etc.) (E)

⁴¹ 1 - A família tem horários diários bastante regulares e previsíveis para a criança (refeições/cuidados diários/hora de dormir/horário de televisão/trabalhos de casa, etc.) (E); 2 - A mãe / O pai cede aos medos ou rituais da criança (permite uma luz ligada durante a noite, acompanha a criança nas novas experiência, etc.) (E); 3 - A criança foi elogiada pelo menos duas vezes, durante a semana passada, por coisas que fez (E); 4 - A criança é encorajada a ler sozinha (E); 5 - A mãe / O pai encoraja a criança a participar na conversa ao longo da visita (O); 6 - A mãe / O pai dá sinais de resposta emocional positiva aos elogios que a Visitante faz à criança (O); 7 - A mãe / O pai responde às questões que a criança coloca durante a visita (O); 8 - A mãe / O pai usa estruturas fráscas completas, assim como algumas palavras difíceis, durante a conversa (O); 9 - A voz da mãe / do

próprio valor e das suas capacidades, os resultados deixam concluir que 6 das 13 famílias se aproximam da pontuação máxima possível, indicando que, em muitos casos, o facto do ambiente cultural da casa não ser favorável à apropriação de uma cultura cultivada está longe de significar que os pais têm um fraco envolvimento com os filhos. Todavia, em 6 das 13 famílias cujos filhos têm idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, os resultados são inferiores à mediana padrão encontrada para a população em geral.

Na subescala “encorajamento à Maturidade”⁴² cujos indicadores tratam de medir o estímulo que os pais proporcionam em termos de aprendizagem do autocontrolo, por via da interiorização de regras de convivência, do sentido de responsabilidade e da autonomia, os resultados indicam que 5 das 13 famílias desempenham esta tarefa de modo positivo, já que as pontuações se aproximam da mediana padrão. No entanto, as restantes 8 famílias têm uma prática muito distante do que os autores do *Home Inventory* consideram desejável para induzir um comportamento responsável.

Na subescala “Clima Emocional”⁴³, que avalia em que medida os pais aceitam a expressão de emoções negativas da criança, bem como a sua própria compostura emocional, observamos que 4 das 13 famílias obtêm resultados idênticos à mediana padrão, que 5 famílias se situam um ponto abaixo da mediana padrão, e, finalmente, 4 famílias estão claramente abaixo da mediana padrão.

Na subescala “Integração Familiar”⁴⁴, o que se observa é que a maioria das famílias apresenta padrões de conduta dentro da mediana padrão.

pai transmite sentimentos positivos quando falam com a criança ou da criança (O); 10 - A mãe / O pai inicia trocas verbais com a visitante, coloca questões, faz comentários espontâneos (O)

⁴² 11 - A família exige à criança que leve a cabo algumas rotinas de cuidado consigo mesma (p. ex: fazer a cama, limpar o quarto, limpar o que suja, tomar banho) (E); 12 - A família exige à criança que mantenha o quarto e as zonas da casa em que brinca relativamente limpos e arrumados (E); 13 - A criança arruma a roupa de sair, a roupa suja e a roupa de dormir em locais próprios (E); 14 - Os pais impõem limites à criança e reforçam-nos (E); 15 - A mãe / O pai é coerente no estabelecimento e na aplicação de regras familiares (E); 16 - A mãe / O pai apresenta a Visitante à criança (O); 17 - A mãe / O pai não viola as regras de cortesia durante a visita (O)

⁴³ 18 - A mãe / O pai não perdeu a cabeça com a criança mais do que uma vez durante a semana anterior (E); 19 - A mãe / O pai reporta que não ocorreu mais do que uma situação de punição física no último mês (E); 20 - A criança pode demonstrar sentimentos negativos para com os pais, sem sofrer duras represálias (E); 21 - A mãe / O pai não chorou nem esteve visivelmente perturbada/o na presença da criança mais do que uma vez na semana passada (E); 22 - A criança tem um lugar especial onde pode guardar os seus pertences (O e E); 23 - A mãe / O pai fala com a criança durante a visita (para além da apresentação e das chamadas de atenção) (O); 24 - A mãe / O pai usa, pelo menos duas vezes durante a visita, termos carinhosos ou algum diminutivo para o nome da criança quando fala dela (O); 25 - A mãe / O pai não expressa irritação ou hostilidade para com a criança (queixa-se, descreve a criança como “má”, diz que a criança não se importa, etc.) (O).

⁴⁴ 48 - O pai (ou a figura paterna) envolve-se regularmente nas actividades da criança ao ar livre (E); 49 - A criança vê o pai (ou a figura paterna) e passa algum tempo com ele, durante quatro dias por semana (E); 49 - A criança vê o pai (ou a figura paterna) e passa algum tempo com ele, durante quatro dias por semana (E); 50 - A criança come pelo menos uma refeição por dia na maior parte dos dias com a mãe e o pai (ou com as figuras materna e paterna) (E); 51 - A criança tem permanecido com

Finalmente, na subescala “Ambiente Físico”⁴⁵, 5 famílias têm uma pontuação muito abaixo da mediana padrão (7 pontos), 5 famílias atingem uma pontuação muito próximas da mediana padrão e 3 famílias obtêm 5 pontos em 8 possíveis.

3.4 Famílias com Pré-adolescentes, idades compreendidas entre 10 e 14 anos

A análise global dos resultados da aplicação do Home do Pré-Adolescente, composto por 7 subescalas, mostra que as famílias em estudo se distanciam negativamente do padrão estabelecido por Bettye Caldwell e Robert Bradley. Com efeito, a mediana das pontuações obtidas é de 27 pontos por relação aos 44 da mediana padrão. Apenas 7 das 21 famílias com pré adolescentes (10-14 anos) atingem metade, ou um pouco mais, da pontuação total possível no conjunto de todos os indicadores. A análise dos resultados obtidos no conjunto das 7 subescalas permite perceber que estamos em presença de famílias cujo modo de vida se inscreve no que está convencionalmente definido como cultura popular, uma cultura essencialmente baseada no trabalho manual, em formas de aprendizagem mais apoiadas no ver fazer do que na explicitação verbal dos modos de fazer, onde está ausente a leitura e outras formas relativamente elaboradas de expressar o pensamento e de enunciar as práticas. No fundo, uma cultura nada familiarizada com valores e padrões de conduta típicos das classes médias muito escolarizadas ou relativamente escolarizadas, pouco investida nas formas de dizer e comunicar, particularmente pouco sensível à reflexão sobre os porquês das coisas e, por isso, pouco propícia à valorização do que se aprende na escola. As subescalas “materiais de aprendizagem”⁴⁶, “atividades de regulação”⁴⁷ e “moldagem”⁴⁸ são as que

o seu núcleo familiar durante toda a vida, à excepção de 2 ou 3 semanas de férias, de uma doença da mãe, de visitas a avós, etc.) (E)

⁴⁵ 52 - O quarto da criança tem um quadro ou uma decoração de parede atractivo para as crianças (O e E); 53 - O interior da casa ou do apartamento não é escuro ou perceptivamente monótono (O); 54 - Em termos de espaço disponível, as divisões não estão sobrecarregadas com mobília (O); 55 - Todas as divisões da casa estão razoavelmente limpas e minimamente desordenadas (O); 56 - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9 m² por pessoa que lá mora (O); 57 - A casa não é demasiado barulhenta (TV, gritos de criança, rádio, etc.) (O); 58 - O prédio não tem danos ou degradações na estrutura que sejam potencialmente perigosas (p. ex.: gesso a cair do tecto, falhas nas escadas, ratos, etc.) (O); 59 - O ambiente do espaço exterior onde a criança brinca parece ser seguro e livre de perigos (a ausência de um espaço de jogo ao ar livre justifica uma pontuação negativa) (O)

⁴⁶ 8 - O adolescente tem acesso a materiais adequados ao desenvolvimento de uma arte ou de uma forma de artesanato e/ou à realização de colecções (O e E); 9 - O adolescente tem um cartão da biblioteca ou tem o nome na lista da biblioteca (E); 10 - O adolescente tem acesso a pelo menos 20 livros apropriados ao seu estado de desenvolvimento (O e E); 11 - A casa tem pelo menos 2 tipos de materiais de pesquisa (dicionário, enciclopédia, CD) (O e E); 12 - O adolescente tem acesso a um instrumento musical (O e E); 13 - O adolescente tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar para ler ou estudar (O e E); 14 - O adolescente tem acesso a um computador em casa (O e E); 15 - O adolescente tem acesso a pelo menos dois jogos de

revelam maior distância em relação ao que autores assumem como condições mais favoráveis ao desenvolvimento cognitivo e psicossocial dos pré-adolescentes. Estes resultados evidenciam um ambiente familiar onde não existem os estímulos mais decisivos para formar as disposições interiores favoráveis à aquisição dos saberes atualmente tidos como indispensáveis para tirar partido da escola e aceder a uma carreira socialmente inclusiva. De registar, em particular, a inexistência de livros e jornais em casa, denotando um contexto cultural nada familiarizado com a leitura e a escrita, com o conhecimento sobre o mundo envolvente, bem como pouco favorável à apropriação de domínio da língua materna, uma vez que os modos de falar dos pais evidenciam significativas dificuldades de estruturação de frases.

Constatamos o que nos dizem as numerosas investigações da sociologia da educação acerca da relação com a cultura escolar, assinalando que para as crianças da classe superior ou média, a relação com a cultura escolar é mais fácil devido ao relativo parentesco entre esta cultura e a do seu meio familiar. Para estas crianças/adolescentes, a escola propõe atividades vividas como normais, uma vez que a leitura, a escrita, a expressão, a manipulação de símbolos e de conceitos, a generalização, etc. são atividades correntes no seu meio social. É essa familiaridade que explica o à-vontade da criança na escola e a naturalidade da aprendizagem. Para a criança das classes populares, ocorre o contrário, isto é, numerosas atividades que ocorrem na escola estão ausentes, ou são mesmo desvalorizadas, no seu meio

tabuleiro adequados (Observação e Entrevista); 16 - O adolescente tem acesso a pelo menos duas peças de equipamentos adequados para o desenvolvimento físico ou actividades de desporto organizadas (O e E); 17 - É visível pelo menos uma prateleira cheia de livros em casa (O).

⁴⁷ 34 - A família tem uma TV e esta é usada criteriosamente e não é ligada em permanência. (E); 35 - A mãe / O pai conversa periodicamente com o adolescente sobre os perigos do abuso de álcool e de drogas (E); 36 - A mãe / O pai providenciou orientação ou aconselhamento durante o último ano a respeito da sexualidade responsável e da higiene corporal. (E); 37 - O adolescente tem rotinas semanais em matéria de responsabilidades domésticas. (E); 38 - A família tem horários diários bastante regulares e previsíveis. (E); 39 - A mãe / O pai exige que o adolescente durma em casa nas noites em que há escola. (E); 40 - Quando a mãe / o pai não podem estar em casa com o adolescente, foram estabelecidos procedimentos para assegurar, com familiares ou outros, alguma vigilância nos fins de semana e após a escola. (E); 41 - A mãe estabelece regras para o comportamento do adolescente com os colegas e faz perguntas para determinar se as regras estão a ser seguidas. (E); 42 - A mãe / O pai teve contacto com pelo menos dois amigos do adolescente no último mês (E); 43 - A mãe / O pai conhece os sinais do uso de drogas e permanece atenta/atento a possíveis experiências de abuso (E).

⁴⁸ 18 - A mãe / O pai leu pelo menos quatro livros ao longo do último ano (E); 19 - A mãe / O pai compra e lê o jornal diário ou uma revista informativa semanal (E); 20 - A mãe/O pai participa regularmente nas actividades da igreja (E); 21 - A mãe / O pai participa numa organização orientada para os adolescentes. E; 22 - A mãe / O pai tem amigos com ela/ele costuma interagir fora do trabalho (E); 23 - A mãe/O pai envolve-se regularmente em actividades de exercício físico pelo menos duas vezes por semana. E; 24 - A mãe / O pai não perdeu a cabeça com o adolescente mais do que uma vez durante a semana anterior (E); 25 - Nenhum dos adultos da casa demonstra sinais evidentes de consumo de álcool ou de drogas (O); 26 - A mãe / O pai usa estruturas fráscas completas, assim como algumas palavras difíceis, durante a conversa. (O); 27 - A mãe / O pai não viola as regras de cortesia durante a visita (ignorando o visitante, fazendo comentários depreciativos ou batendo na criança) (O)

familiar. A assimilação de uma outra cultura, alheia à da casa, pode obrigar a criança de origem popular a vivenciar um conflito entre a sua identidade social e a sua identidade escolar, o que lhe impõe um sofrimento e um esforço que raramente são tomados em conta na avaliação escolar. A lentidão, o alheamento frequente, as distrações, que na realidade são resultado dessa violência cultural com que solitariamente se tem que confrontar, são interpretadas, na maioria das vezes, como preguiça ou incapacidade. Por seu turno, os aspetos da sua vida e das suas aprendizagens extra escolares estão ausentes do meio escolar. Vê-se confrontada com o problema de resolver as contradições entre preservar a sua identidade e responder de acordo com as normas de excelência escolar.

Se a redução das desigualdades sociais perante a escola constituísse um objetivo efetivo, seria necessário confrontar as representações da realidade (incluindo a escola) que as crianças das classes populares apresentam no processo de aprendizagem com as que prevalecem na escola, o que pressuporia, entre outras coisas, que as normas de excelência escolar fossem reexaminadas. Cabe salientar que essa necessidade não é obrigatoriamente equivalente a diminuir os níveis e a qualidade da formação. A sociologia dos currículos chama a atenção para o facto de os diferentes componentes da cultura escolar, conteúdos, métodos disposições da vida quotidiana, etc., serem o produto de escolhas expressas em processos de codificação dos saberes, saber-fazer, disposições e conhecimentos integrados em programas escolares. Através do conceito de “currículo oculto” lançou luz sobre uma série de componentes da vida escolar que contribuem para estruturar as aprendizagens e a experiência escolar.

Na realidade a questão do *currículo oculto* sobressai com nitidez indiscutível quando analisamos as pontuações obtidas na subescala “Companheirismo familiar”⁴⁹ e “Fomento da auto-suficiência”⁵⁰.

⁴⁹ 44 - Um membro da família providenciou ao adolescente a visita a um museu de ciências ou de história de arte ao longo do último ano (Entrevista); 45 - Um membro da família promoveu ao adolescente a ida a algum tipo de concerto ou de performance teatral, durante o último ano (Entrevista); 46 - Um familiar providenciou ao adolescente uma viagem a mais de 80 Km de distância de casa, durante o último ano (Entrevista); 47 - O pai envolve-se regularmente em actividades ao ar livre, juntamente com o adolescente, pelo menos uma vez em cada duas semanas (Entrevista); 48 - O adolescente passa algum tempo com o pai (ou com a figura paterna) quatro dias por semana (Entrevista); 49 - O adolescente faz pelo menos uma refeição por dia, na maioria dos dias, com a mãe e o pai (Entrevista); 50 - A família visita ou recebe visitas de parentes ou amigos pelo menos uma vez por mês (Entrevista); 51 - Um membro da família levou o adolescente a ver um espectáculo atlético ou desportivo durante o último ano (Entrevista).

⁵⁰ 28 - A mãe / O pai conversou com o adolescente durante as duas últimas semanas sobre coisas que aconteceram recentemente no mundo. (Entrevista); 29 - A mãe / O pai ensina ao adolescente competências básicas de culinária ou de limpeza (Entrevista); 30 - A mãe / O pai ensinou o adolescente a lidar com emergências em matéria de saúde e segurança.

Quadro 22 - Home Inventory da Pré-Adolescência

HOME do Pré-Adolescente (10 a 14 anos)									
SUB-ESCALAS		I - Ambiente Físico	II - Materiais de Aprendizagem	III - Moldagem	IV - Fomentando a Auto Suficiência	V - Atividades de Regulação	VI - Companheirismo Familiar	VII - Aceitação	Pontuação Total
IDADES	13 anos	7	6	4	3	4	4	8	36
	14 anos	2	1	2	2	4	2	6	19
	14 anos	7	5	5	2	3	3	6	31
	12 anos	3	2	3	4	4	4	7	27
	11 anos	4	2	4	4	6	4	8	32
	11 anos	5	4	3	1	5	2	7	27
	13 anos	3	3	3	2	4	3	5	23
	14 anos	7	4	5	4	4	1	9	34
	14 anos	6	0	3	0	2	3	8	22
	12 anos	5	3	4	2	3	1	8	26
	13 anos	5	4	6	4	5	1	9	34
	14 anos	5	0	3	0	3	3	5	19
	12 anos	5	0	3	0	3	3	5	19
	13 anos	5	0	3	0	3	3	6	20
	11 anos	6	0	3	1	4	3	6	23
	11 anos	3	5	6	5	5	1	8	33
	12 anos	6	10	5	4	4	2	9	40
	12 anos	2	5	5	3	3	4	8	30
	12 anos	3	0	3	0	3	2	5	16
13 anos	6	5	5	4	5	5	9	39	
12 anos	4	2	5	2	3	3	6	25	
PONTUAÇÃO POSSÍVEL		7	10	10	6	10	8	9	60
MÉDIA		4,7	2,9	4,0	2,2	3,8	2,7	7,0	27,4
%		67%	29%	40%	37%	38%	34%	78%	46%
MEDIANA		5	3	4	2	4	3	7	27
Mediana Padrão		7	7	7	4	9	5	9	44

No que diz respeito à primeira, os maiores desvios em relação ao modelo de Bradley remetem para a ausência de experiências do adolescente em matéria de visitas a museus, idas ao teatro ou a concertos musicais, viagens, espetáculos desportivos, precisamente o tipo de

(Entrevista); 31 - A mãe / O pai providenciou actividades extra-curriculares para o adolescente. (Entrevista); 32 - A mãe / O pai tem dado apoio ao adolescente na realização dos trabalhos de casa e das tarefas escolares durante as duas últimas semanas (Entrevista); 33 - A mãe / O pai estabeleceu regras sobre os trabalhos de casa e verifica se estes estão feitos. (Entrevista).

atividades com que os filhos das classes médias e superiores estão familiarizados e que lhes facultam o contacto com modos de conhecer, de gostar e interpretar muito próximos dos que são eleitos na escola. O modo de vida das famílias em estudo valoriza as relações familiares, mas estas concentram-se na tomada de refeições em conjunto e na convivência regular com familiares.

O “companheirismo familiar” restringe-se à partilha de tarefas no seio doméstico e à convivência com familiares, evidenciando ausência de relações com o mundo envolvente, nomeadamente através de práticas culturais, tais como as visitas de museus, idas ao cinema, teatro ou viagens e, por consequência, um modo de vida que restringe severamente o currículo oculto destes pré-adolescentes.

A análise das respostas à subescala “Fomento da auto suficiência” sugere o mesmo tipo de conclusões, muito em especial a inexistência de envolvimento dos pais em assuntos relevantes para a atribuição de significado ao trabalho escolar, designadamente a conversação sobre temas da atualidade mundial, os trabalhos escolares, atividades extra curriculares.

3.5 Laços Sociais

Para aprofundar a compreensão dos modos de vida das 40 famílias objeto da nossa intervenção, criamos um questionário centrado na recolha de dados sobre os laços sociais que constituem a rede de sociabilidades das famílias. Considerando a pluralidade de dimensões do conceito de inclusão social, proposto por Gaulejac (1995), é pertinente proceder à observação destas famílias em função de dois grandes tipos de laços sociais: os laços sociais primários que remetem para formas de solidariedade baseadas na semelhança e na proximidade; os laços sociais orgânicos que remetem para formas solidariedade abstrata, ligando os cidadãos por intermédio de políticas e instituições públicas. Foram, então, concebidas quatro subescalas, em função dos vários tipos de necessidades que na sociedade atual se impõem aos indivíduos: relações familiares; relações com vizinhos/amigos; relações com associações; relações com organizações de solidariedade coletiva (relações sociais orgânicas).

“A família dispõe de relações familiares que a auxiliam nos seguintes aspetos” (1. nunca; 2. às vezes; 3. algumas vezes; 4. quase sempre; 5. sempre)

“A família dispõe de relações com amigos/vizinhos que a auxiliam nos seguintes aspetos” (1. nunca; 2. às vezes; 3. algumas vezes; 4. quase sempre; 5. sempre)

“A família dispõe de relações com associações locais que a auxiliam nos seguintes aspetos” (1. nunca; 2. às vezes; 3. algumas vezes; 4. quase sempre; 5. sempre)

“A família dispõe de relações com instituições que a auxiliam nos seguintes aspetos” (sim; não).

Quadro 23 – Laços Sociais Primários - família

A família dispõe de relações com elementos do grupo familiar alargado que a auxiliam nos seguintes aspetos:						
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre	Soma
Levar e buscar os filhos à escola	23	4	6	4	3	40
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola	21	3	6	6	4	40
Levar os filhos ao médico	32	1	4	1	2	40
Cuidar dos filhos quando estão doentes	25	2	7	3	3	40
Estudar com os filhos	32	2	2	1	3	40
Cuidar da higiene da casa	32	2	4	0	2	40
Cuidar das roupas	32	2	2	2	2	40
Preparar / assegurar refeições	26	4	3	3	4	40
Fazer reparações em casa	30	3	4	1	2	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes	24	4	6	4	2	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas	24	4	4	6	2	40
Organizar atividades de lazer para os filhos	26	6	4	3	1	40
Resolver conflitos conjugais	37	0	2	0	1	40
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos	35	0	2	1	2	40
Educar os filhos	30	1	6	1	2	40
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional	26	6	6	1	1	40
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)	13	7	12	2	6	40

Quadro 24 – Laços Sociais Primários – vizinhos/amigos

A família dispõe de relações com vizinhos/amigos que a auxiliam nos seguintes aspetos:						
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre	Soma
Levar e buscar os filhos à escola	28	4	5	0	3	40
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola	23	8	5	0	4	40
Levar os filhos ao médico	32	3	2	1	2	40
Cuidar dos filhos quando estão doentes	32	2	3	0	3	40
Estudar com os filhos	33	0	3	1	3	40
Cuidar da higiene da casa	36	3	0	1	0	40
Cuidar das roupas	36	3	1	0	0	40
Preparar / assegurar refeições	36	2	0	0	2	40
Fazer reparações em casa	36	4	0	0	0	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes	33	4	2	0	1	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas	34	3	2	1	0	40
Organizar atividades de lazer para os filhos	33	1	3	2	1	40
Resolver conflitos conjugais	36	1	0	1	1	39
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos	37	1	1	1	0	40
Educar os filhos	37	1	0	0	2	40
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional	25	5	7	0	3	40
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)	23	2	7	1	7	40

Quadro 25 – Laços Sociais Orgânicos – participação em associação local

A família participa numa associação local que a auxiliam nos seguintes aspetos:						
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre	Soma
Levar e buscar os filhos à escola	39	1	0	0	0	40
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola	38	1	0	0	1	40
Levar os filhos ao médico	40	0	0	0	0	40
Cuidar dos filhos quando estão doentes	40	0	0	0	0	40
Estudar com os filhos	39	0	0	0	1	40
Cuidar da higiene da casa	40	0	0	0	0	40
Cuidar das roupas	40	0	0	0	0	40
Preparar / assegurar refeições	40	0	0	0	0	40
Fazer reparações em casa	40	0	0	0	0	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes	39	0	1	0	0	40
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas	39	0	0	1	0	40
Organizar atividades de lazer para os filhos	27	0	9	3	1	40
Resolver conflitos conjugais	40	0	0	0	0	40
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos	38	0	2	0	0	40
Educar os filhos	31	0	5	3	1	40
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional	30	4	3	2	1	40
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)	35	2	2	1	0	40

Quadro 26 - Laços Sociais Verticais, formas de solidariedade coletiva

Formas de solidariedade coletiva			
Tipos de Serviços/Apoios	Sim	Não	Soma
Creche	4	36	40
Amas	0	40	40
Pré-Escolar	13	27	40
Abono de família com majoração	9	31	40
Abono de família sem majoração	28	12	40
Complemento solidário para idosos	1	39	40
Rendimento Social de Inserção	13	27	40
Subsídio Social de Desemprego	2	38	40
Subsídio Social de Parentalidade	0	40	40
Habitação Social	8	32	40
Cantina Social / Distribuição de Refeições	0	40	40
Apoios Sociais Regulares à Habitação	0	40	40
Bolsas de Estudo e de Formação	3	37	40
Isenção de Taxas Moderadoras do Serviço Nacional de Saúde	37	3	40
Cheque Dentista	34	6	40
Ação Social Escolar	28	12	40
Pensão de Sobrevivência	0	40	40
Tarifas Sociais de Gás e Eletricidade	11	29	40
Adaptação de Horário de Trabalho	1	39	40
ATL	3	37	40
Ação Social	35	5	40
Apoio Alimentar	40	0	40
Centro de Acolhimento Familiar e Parental	0	40	40

4. Contrato de Inserção Social: conteúdo e processo de formalização

Segundo Paugam (2003), o reconhecimento de um estatuto social específico associado à pobreza ocorre a partir do estabelecimento de uma relação com a assistência social. O que é sociologicamente pertinente não é a pobreza em si, mas as formas institucionais que o fenómeno assume numa dada sociedade ou num determinado meio.

Esta mudança de perspetiva relativamente às abordagens culturalista e estrutural leva a delimitar um novo campo de observação, o campo da intervenção das instituições especializadas na ação social e de como estas intervêm na designação dos pobres.

Para proceder à rutura com a falsa ideia da unidade da categoria dos pobres, este autor sustenta que é sociologicamente mais pertinente falar em populações “reconhecidas” em situação económica e social precária.

O que leva os indivíduos a recorrer, pontual ou regularmente, aos serviços de ação social é significativamente diverso, consoante o tipo de dificuldades. É fundamental que se estudem as diferenças objetivas entre pertencer a uma família recentemente atingida pelo desemprego, a uma família definitivamente afastada do mercado de trabalho em virtude de uma acumulação de condições desvantajosas, ou a uma família no limite da dessocialização e da sobrevivência.

Paugam (2003) analisa a “clientela” dos serviços sociais, a partir das suas características demográficas e sociais e dos respetivos estatutos que lhes são atribuídos pelas instituições. O tema da desqualificação social remete, pelo menos em certa medida, para a lógica da designação e da etiquetagem e dos seus efeitos no plano identitário, sendo de destacar que o recurso à assistência é vivido por muitos indivíduos como uma prova humilhante que pode introduzir uma alteração profunda no seu itinerário moral.

A frequência regular dos serviços de ação social representa uma efetiva dependência que tende a ser percecionada como sinal de uma inferioridade social. Esta é a perspetiva assinalada por Coser (1965) citado por Paugam (2003) quando sustenta que “é o próprio facto de ser ajudado ou assistido que condena os pobres a uma carreira específica”, é esse facto que altera a sua anterior identidade pois que é grande a probabilidade de se tornar um *estigma* que impregna o conjunto das suas relações com os outros.

Em certos casos, a concessão de assistência pode ser vivida como uma cerimónia de degradação estatutária na medida em que o candidato é, neste momento, designado como um indivíduo pertencente a uma categoria ou a um estatuto pouco honroso. A relação regular com um trabalhador social pode representar uma grande provação para os assistidos sempre que estes sintam a sua vida invadida e a sua individualidade destruída. “Aceitar esta assistência é, então, aceitar ser catalogado como pobre, adotar um estatuto desvalorizado, ter, de algum modo, a sua inferioridade ou o seu fracasso explicitamente reconhecidos; é, ainda, passar por formalidades humilhantes, ter de dar provas da sua pobreza, aceitar o controlo da sua vida privada (a ajuda aos pobres implica sempre o controlo dos pobres), é, enfim, beneficiar de um sistema desacreditado e suportar o descrédito que lhe está associado” (Paugam, 2003: 31).

Paugam assinala a dependência das populações que constituem o público-alvo da acção social, assim como a consequente estigmatização nascida desta relação. Todavia, não deixa de formular a hipótese de poderem existir formas de relacionamento entre assistidos e agentes da acção social que não se enquadrem no binómio submissão/dominação. O seu ponto de vista teórico privilegia a análise das relações entre assistidos e trabalhadores sociais, por via da observação fina da negociação, que leva os assistidos a aderir às normas propostas pelos trabalhadores sociais e a aceitar um contrato de apoio. Para este autor, é sociologicamente mais pertinente abordar o efeito da imposição pelos trabalhadores sociais de um estatuto social degradado, designadamente a aceitabilidade, ou não, do processo de identificação ou de etiquetagem.

4.1 Os beneficiários dos serviços de proteção têm alguma participação na definição do seu estatuto?

E quanto aos beneficiários dos serviços de proteção social, será que estes têm alguma participação na definição do seu estatuto social e na constituição da sua identidade pessoal? Como? Aceitando ou recusando os constrangimentos que os levaram a solicitar a intervenção, pontual ou regular, dos trabalhadores sociais na sua vida privada. “A aceitabilidade da identificação como “pobre” depende, então, da condição social objetiva, do grau de precariedade económica e social face aos serviços de acção social e, enfim, dos interesses recíprocos do assistente social que identifica e dos utilizadores que são identificados” (2003: 32). A problemática teórica elaborada por Paugam, elege a compreensão das inter-relações

entre os determinismos globais e os níveis de consciência individuais e coletivos. Formula, então, a hipótese de que as populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto, dispondo de várias possibilidades. Podem, por exemplo, reinterpretar os traços negativos que definem esse estatuto e elaborar racionalizações que o tornem aceitável, pelo menos temporariamente.

Adotar o ponto de vista da sociologia compreensiva, que privilegia o sentido vivido, não obriga a descurar a análise da condição social objetiva, antes pelo contrário. A pertinência da sociologia compreensiva reside na possibilidade de revelar a coerência simbólica, ou não, das práticas de populações que partilham a mesma condição social objetiva e dispõem de oportunidades comparáveis.

É, pois, examinando com atenção o sentido que os indivíduos dão às suas experiências vividas, que se podem extrair os elementos positivos ou negativos, dinâmicos ou passivos da sua identidade. Privilegiar a interpretação compreensiva das atitudes e representações, coletivas e individuais, equivale a admitir que os atores sociais possuem uma margem de autonomia que lhes permite interiorizar, recusar ou negociar a definição social do seu estatuto. Esta perspetiva equivale a reconhecer que os atores participam, pelo menos em certa medida, na construção da sua identidade social e pessoal. Todavia, cabe assinalar que apesar de serem detentores de uma margem de autonomia não são totalmente senhores do seu jogo.

Inspirado nos trabalhos que Erving Goffman consagrou às representações sociais das deficiências e à condição social dos doentes mentais em hospital psiquiátrico, Paugam (2003) alarga a hipótese da resistência ao estigma aos que são socialmente designados como “pobres” ou como casos sociais. Classificou a população em situação de precariedade económica e social em três categorias, *frágeis*, *assistidos* e *marginais*, e analisou a posição que estes assumem a respeito dos seus próprios percursos de pobreza e de desqualificação, bem como a relação que estabelecem com as instituições do sistema de proteção social.

A reflexão de Paugam a respeito da relação entre assistidos e trabalhadores sociais abre um campo de problematização e aprofundamento de inegável relevância para pensar as possibilidades de um assistido se poder transformar num cidadão autónomo. Apesar de a intervenção dos assistentes sociais não obedecer a um padrão único, é possível, todavia, diz este autor, identificar as armadilhas com que todos se confrontam.

Em primeiro lugar, é fundamental reter que o estatuto de assistido, no seu sentido sociológico, implica que o próprio aceite ser reconhecido como pobre, admita o controlo da sua vida privada por especialistas da ação social e faça prova de uma vontade de escutar e aplicar as normas educativas propostas. O problema está em saber como ajudar a pessoa a sair da situação sem a inferiorizar, isto é, sem lhe devolver a imagem de que nunca poderá conduzir a sua própria vida. A complexidade do problema é tanto maior quanto os assistidos hajam interiorizado uma “cultura de pobreza”.

Em especial, interessa ter consciência de que empreender um trabalho educativo em profundidade é incompatível com qualquer tipo de ação que leve as famílias a abdicarem de uma parte da sua dignidade ou, pelo menos, da sua autonomia. A análise de Paugam é que os assistentes sociais se deixam prender nessa contradição, não conseguindo escapar aos procedimentos de inferiorização dos assistidos, o que, por sua vez, só pode aprofundar a sua desmotivação para acreditar e investir na mudança. Que fazer, então, face ao indivíduo que se adaptou à situação, face ao indivíduo que rejeita qualquer intervenção que procure arranca-lo à dependência?

O autor avança um argumento relevante ao observar que o carácter tardio da intervenção que ocorre na fase do processo em que os indivíduos começam a elaborar racionalizações da assistência e a comportar-se como futuros assistidos.

Mesmo os assistentes sociais que resistem à instalação definitiva das famílias na assistência têm, muitas vezes, dificuldade em dar-se conta, de que o deslizamento insensível para um sistema de assistência prolongada começa no próprio momento em que as famílias aceitam o princípio de uma cooperação de um intercâmbio muito aberto com eles. Nem sempre se apercebem de que a atitude de distanciamento dos beneficiários é sinal de que conservam a esperança de virem a libertar-se dos constrangimentos da dependência dos serviços de ação social. Logo, não consegue travar a interiorização progressiva das normas e dos constrangimentos ligados a este estatuto e a identificação com os papéis sociais que lhe correspondem. Por outras palavras, a intervenção dos assistentes sociais não consegue bloquear o processo de transformação da personalidade e do sistema de representações dos assistidos.

Esclareça-se que para essa incapacidade de bloquear o processo de transformação da personalidade do indivíduo assistido muito concorre a escassez de oportunidades de

reinserção no mercado de trabalho. Quando à escassez de oferta de emprego se acumula a ausência ou a insuficiência da qualificação profissional, pode dizer-se que as probabilidades de acesso ao estatuto do emprego permanente se dissipam.

Por outro lado, a oferta de formação concebida para estes indivíduos está longe de representar uma real oportunidade de qualificação por dois motivos fundamentais. O primeiro remete para o reduzido valor destas formações no mercado de trabalho e o segundo para a escassez das remunerações atribuídas a quem ingressa em tais formações. Esta conjugação de circunstâncias explica que seja economicamente mais racional beneficiar regularmente de subsídios de assistência e aceitar, em contrapartida, um certo controlo da vida privada pelos trabalhadores sociais, do que aceitar o ingresso num programa de formação. A partir deste momento, o estatuto de assistido deixa de ser considerado como indesejável e podem observar-se, nos discursos das famílias que fazem este tipo de experiência, tentativas de racionalização da sua condição, assim como a adoção de estratégias de cooperação, de sedução ou mesmo de apropriação dos trabalhadores sociais.

O paradoxo da intervenção social junto dos assistidos prende-se com o facto de as famílias que se instalaram na assistência acabarem por renunciar a um projeto profissional. É isso que induz a possibilidade de deterioração da relação entre o beneficiário e o técnico. O desacordo quanto à definição do estatuto do assistido torna-se evidente sempre que o trabalhador social se recusa a assumir o papel de simples distribuidor de apoios financeiros, sobretudo quando constata que o comportamento do assistido denota fraca ou nenhuma adesão ao programa de inserção. Apesar de reivindicarem o direito a beneficiar de uma assistência permanente, os assistidos deste tipo tendem a rejeitar as condições exigidas.

A análise que Paugam desenvolve a respeito da relação entre estes assistidos e os assistentes sociais, no quadro das instituições de proteção social, parece conter uma visão pessimista a respeito das possibilidades de estes profissionais provocarem uma interação indutora de transformação e da saída da situação. O estatuto de assistido implica que o indivíduo aceite o controlo da sua vida privada por um ou mais especialistas, aprenda os papéis sociais que dele se esperam, enfim, que se comporte como um pobre sincero, capaz de dar provas da sua vontade de autonomia. Para isso é preciso que reconheça a sua inferioridade social e dependência em relação aos trabalhadores sociais, que aceite os constrangimentos da relação contratual e que, ao mesmo tempo, recuse o fechamento no círculo da assistência.

4.2 A prática profissional no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

A análise do funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social em que desenvolvo a atividade de assistente social confirma a dificuldade em evitar o deslizamento das pessoas para a necessidade de uma assistência prolongada, desde logo pela inexistência de um verdadeiro programa de inserção construído a partir de uma articulação coerente de ações em diversos domínios da existência. As ações empreendidas no âmbito deste serviço são, o mais das vezes, escolhidas em função da oferta existente na comunidade e desinseridas de um plano de intervenção consistente com o objetivo de prevenir e resolver os problemas que estão na origem da exclusão.

No domínio da saúde, uma parte das ações implementadas visam o controlo das famílias no que respeita à vacinação das crianças, a marcação de consultas, a comunicação com o serviço social dos serviços de saúde para agilização da marcação de consultas, auxiliar os indivíduos no processo burocrático de acesso à isenção de taxas moderadoras, auxiliar no processo burocrático de inscrição nos Centros de Saúde, de marcação de consultas e exames clínicos, de acesso a tratamentos dentários, articulação com os demais serviços de saúde para a disponibilidade de serviços de transporte de doentes, acompanhamento de utentes/doentes em consulta.

Tomar exemplos de problemas vivenciados pelos indivíduos na sua relação com o sistema de saúde ajuda a compreender como os serviços de saúde podem participar nos processos sociais que conduzem à exclusão social e como o acesso aos cuidados de saúde está longe de ser um bem acessível a todos.

Vejam-se três casos (um homem de 55 anos e uma mulher de 52 anos e uma criança de 9 anos) em que a espera de uma consulta de oftalmologia ascendeu a mais de quatro meses. Partindo do pressuposto de que as dificuldades de visão são um fator importante de perda de qualidade de vida, a intervenção do serviço social pautou-se pela tentativa de agilizar a marcação da referida consulta. Para isso, a situação foi exposta ao serviço social hospitalar na expectativa de que fosse possível obter uma consulta a curto prazo. A intervenção do serviço social hospitalar resultou positivamente, já que as pessoas em questão puderam ser consultadas no mês seguinte.

Contrariamente a este exemplo, veja-se o caso de uma mulher com problemas de pele a aguardar uma consulta de dermatologia há mais de 2 anos. Durante este período de espera, foi tentado o contacto com o Serviço Social do Hospital, também na expectativa da agilização do agendamento, mas neste caso sem sucesso. Passados mais de 2 anos, a mulher recebe agendamento da consulta para 2 meses depois. Já próximo da data agendada, recebe desmarcação sem novo agendamento. Após tão prolongado tempo de espera, foi feita uma proposta de apoio eventual de carência económica para aceder a consulta privada de especialidade, pedido este que foi aceite pela direção da instituição.

Porque é que o pedido de apoio económico não foi por mim formulado mais cedo à direção da instituição em que desenvolvo a minha atividade de assistente social? No *Manual de Procedimentos de Atendimento e Acompanhamento Social* não existe código de apoio para consultas privadas, significando que a possibilidade de recurso aos cuidados de saúde privados não é prevista pela Segurança Social. Tudo indica que o sistema de Segurança Social toma como verdade adquirida que basta encaminhar as pessoas para os serviços de saúde públicos, pois eles disponibilizam a resposta adequada. Na realidade, os referidos serviços estão longe de garantir o acesso adequado aos cuidados de saúde.

Entre levar a sério as necessidades dos cidadãos e acatar as normas e prescrições do serviço público de proteção social, como deve o serviço social posicionar-se? Limitar-se a respeitar cegamente os códigos inscritos no já referido manual? Aventurar-se a fazer propostas que vão além desses códigos, justamente porque a vida não se esgota nos pressupostos fixados pela Segurança Social? A resposta a estas perguntas remete-nos para a definição do serviço social entre o controlo social e a advocacia social. O distanciamento reflexivo que o envolvimento na escrita deste relatório me suscitou levou-me a tomar consciência da influência persuasiva do poder hierárquico, neste caso das instâncias oficiais do sistema de proteção social. Desempenhar o papel de transmissor dos obstáculos reais à satisfação de necessidades dos indivíduos, aliás ditas como fundamentais nos próprios textos oficiais, é uma condição para que o serviço social se assuma como influenciador da política social, escapando ao estatuto de mero executor de políticas pouco ancoradas na análise da vida real.

Um serviço social rigorosamente fundado na análise das necessidades, empenhado em rejeitar “a visão fatalista da exclusão social” e em assumir que “todos os cidadãos têm direito

ao respeito pela dignidade humana”, não pode deixar de fazer chegar a quem está acima, a quem decide, as insuficiências das respostas estabelecidas. Um serviço social fundado na ciência não pode alhear-se de analisar a realidade concreta e demonstrar a distância/desadequação entre os dispositivos de intervenção supostamente adequados e a efetiva promoção de condições facilitadoras de bem-estar e qualidade de vida, nomeadamente através da concretização de um plano de inserção (DGSS, 2006).

A análise da relação dos mais desmunidos com os serviços de saúde permite-nos constatar que esta relação é severamente punitiva, dada a falta de recursos educacionais/culturais, designadamente do conhecimento dos direitos e deveres do cidadão, bem como dos conhecimentos indispensáveis para os fazer vingar, num contexto institucional assente numa série de burocracias cujo domínio requer uma certa familiaridade com a leitura e com a escrita, uma literacia sobre o funcionamento das instituições. O papel do serviço social alarga-se à formação dos indivíduos no sentido de desenvolverem a capacidade de questionar e reivindicar direitos socialmente tidos como indiscutíveis. O assistente social que se relaciona de perto com as instituições de saúde, no seu trabalho de garantir que os socialmente mais vulneráveis tenham acesso aos cuidados de saúde, não pode deixar de constatar que tais instituições são, em muitos aspetos, máquinas burocráticas geradoras de desigualdades sociais. Como não pode deixar de constatar que a iliteracia dos cidadãos em matéria de funcionamento das organizações estatais é um fator que muito pesa na sua exclusão dos cuidados de saúde realmente adequados. Um exemplo particularmente relevante do que estamos a dizer é o processo burocrático de acesso ao direito de isenção de taxas moderadoras. Ao cidadão cabe a responsabilidade de acionar o seu registo na plataforma on-line do Serviço Nacional de Saúde. Ora, este pode ser considerado um procedimento acessível para quem está habituado a usar a internet e as novas tecnologias da comunicação, o que não acontece com grande parte das famílias em acompanhamento no SAAS e no RSI. Foram vários os utentes que “andaram de serviço em serviço” para tratar destes assuntos e sem sucesso. Só depois da intervenção do SAAS, quer no estabelecimento dos contactos com os serviços do Centro de Saúde, quer no acesso ao registo e ao requerimento on-line, foi possível concretizar o referido direito.

Mantendo-nos, ainda, na relação com os serviços de saúde, nomeadamente no que toca à saúde oral, o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral está planeado para certas categorias de pessoas consideradas vulnerável⁵¹. Deixa, todavia, de fora muitas outras que não se enquadram nestas categorias, apesar da sua forte vulnerabilidade económica e da frequente a necessidade desta especialidade.

Em face de pessoas com problemas de saúde oral e para as quais nada está previsto em termos de oferta de serviços públicos, a única alternativa é recorrer ao médico de família, a fim de que este emita a credencial, a ser apresentada no Centro de Saúde Central que dispõe da equipa de saúde oral ao abrigo do acima referido Programa de Promoção da Saúde Oral. Após obtenção da credencial, a intervenção do serviço social consiste em tentar agilizar a marcação da consulta através de contacto direto com a equipa de saúde oral.

Em síntese, podemos destacar as seguintes áreas/problema na relação do cidadão com o sistema de saúde e, por consequência, na atuação do serviço social.

Sobressai, desde logo, a imprevisibilidade do acesso aos cuidados em termos de tempo. Não havendo regra que estabeleça um limite de tempo de espera, tudo fica dependente da iniciativa e da influência do assistente social junto da equipa de saúde. De facto, é da sensibilidade e perceção do assistente social e da própria abertura da equipa de saúde à sua influência que decorre a possibilidade de o indivíduo ver garantido o direito. Nada será mais incompatível com o objetivo de promover o empowerment e o desenvolvimento das pessoas do que submete-las à boa vontade ou boa formação de quem está nos serviços.

Uma outra área/problema que nos parece das mais relevantes para o exercício de um serviço social verdadeiramente dirigido ao bem-estar das pessoas é à distribuição democrática dos cuidados de saúde diz respeito à identificação das regras burocráticas que não permitem tratar os reais problemas das pessoas em matéria de saúde. Desenvolver a advocacia social implica um levantamento rigoroso e sistemático das necessidades que não podem ser tratadas no âmbito dos procedimentos e dispositivos instituídos.

⁵¹ O Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral "... assenta na promoção da saúde e na prevenção primária e secundária da cárie dentária... tem permitido prestar cuidados médico-dentários a grupos chave e especialmente vulneráveis, utentes do SNS". Entre eles "mulheres grávidas em vigilância pré-natal no Serviço Nacional de Saúde; Pessoas Idosas, beneficiárias de Complemento Solidário para Idosos do SNS; Crianças de 7, 10 e 13 anos que frequentam ensino público e IPSS; crianças de idades intermédias às citadas anteriormente (8, 9, 11, 12, 14 e 15 anos); crianças com idade inferior a 7 anos; utentes portadores de VIH/SIDA. In: <https://www.saudeoral.min-saude.pt/pnpsso/public/index.jsp>

No domínio da intervenção familiar e parental, a intervenção que vinha desenvolvendo estava prejudicada por uma limitação de fundo: não determinar as práticas com base na análise científica dos problemas. Dito de outro modo, a prática que desenvolvi, neste âmbito, circunscreveu-se a uma série de iniciativas que nunca foram articuladas com um trabalho prévio de pesquisa bibliográfica orientada para a apropriação do conhecimento produzido sobre estes temas. A ação desenvolvida não é comandada pela teoria. Assim, o nosso propósito de consciencializar as famílias da importância da sua implicação no percurso educativo das crianças nunca foi sustentado pelo estudo dos problemas inerentes à participação dos pais na escolarização dos filhos. A leitura de estudos que identificam as causas das dificuldades dos pais pouco escolarizados em acompanharem e compreenderem as exigências do trajeto escolar dos filhos permite-nos perceber que a participação dos pais não depende de um ato de vontade, como não depende do seu interesse. Depende do conhecimento que eles próprios detêm/não detêm dos conteúdos escolares, bem como do significado que conseguem atribuir à escola, em função da sua vivência a respeito do que dela retiraram em termos de valorização profissional. O conhecimento aprofundado dos fatores que dificultam a comunicação e complementaridade escola-família esclarece-nos a respeito da natureza das ações a empreender com o objetivo de as aproximar. Ora, como muito pertinentemente analisaram os sociólogos da educação, o problema crucial na relação entre as duas instituições é da diversidade cultural. A democratização da escola não pode ficar reduzida à oferta de um ensino obrigatório gratuito, assegurando que a desigualdade económica deixou de ser um fator impeditivo do acesso à escolarização. A desigualdade de acesso à educação não passa exclusivamente pela falta de condições económicas, mas, muito longe disso, pela desigualdade das culturas e das aprendizagens pré escolares que elas proporcionam. As famílias mais desmunidas em matéria de recursos escolares, cujos modos de vida não lhes permitiram aprender a valorizar os conteúdos e as formas de os tratar adotados pela escola, só podem participar no processo escolar dos seus filhos se lhes forem oferecidas condições para que elas próprias se apropriem de saberes que lhes permitam tomar parte no processo de escolarização dos filhos. Por exemplo, organizar grupos de pais para obterem formação em matemática (matemática aplicada à vida), incentivar o envolvimento dos pais na leitura diária de livros infantis, contraturalizar com a escola a presença semanal dos

pais em atividades de leitura e teatralização de contos, organizar deslocamentos a casa para proporcionar atividades lúdicas de estimulação precoce (crianças com menos de 3 anos de idade), para que os pais descubram a importância de brincar com os filhos e aprendam a fazê-lo.

Com a escola, a ação que desenvolvi enquanto assistente social limitou-se a falar com Diretor Turma acerca do facto de os pais não controlarem a execução dos trabalhos de casa prescritos pelos professores. Em face dessa constatação, a estratégia concertada com o Diretor de Turma foi aconselhar os pais a que, pelo menos ao fim de semana, dedicassem, pelo menos, 1 hora a estudar com os seus filhos. Também aqui emerge com clareza a falta de sustentação teórica sobre as causas do insuficiente acompanhamento dos filhos pelos pais no que respeita ao trabalho escolar. Em face da ausência de problematização teórica sobre o funcionamento da escola, muito em particular sobre a sua responsabilidade na reprodução das desigualdades de acesso à escolarização e na própria exclusão social, é dado como adquirido que não cabe à instituição escolar alterar alguma coisa no seu funcionamento, apenas cabe responsabilizar os pais, mesmo que estes não possuam os meios para realizar esse trabalho.

Um aspeto que considero necessário alterar na prática que tenho vindo a desenvolver é abandonar a ideia de que se as crianças estão na escola, se não faltam, se não têm mau comportamento, nada justifica a intervenção do serviço social. É nessa base que não considerava necessário inventariar as situações de insucesso escolar, nem conhecer, de modo sistemático, as classificações escolares das crianças. Existindo casos de insucesso escolar e de dificuldades de aprendizagem, cabe à escola proporcionar as respostas apropriadas à sua superação. Mas, será mesmo assim? Não caberá ao serviço social saber que o funcionamento da escola participa nos processos de exclusão social dos mais jovens? Não será obrigação ética do serviço social conhecer os fenómenos sociais que em diversos contextos institucionais segregam desigualdades e exclusão? Levar a sério os propósitos estabelecidos, por exemplo, no Código de Ética da NASW (EUA), designadamente os que atribuem ao serviço social a obrigatoriedade de dar atenção às *forças do meio que criam, contribuem e resolvem os problemas da vida*, implica a obrigatoriedade de dominar as ferramentas teóricas indispensáveis para analisar cientificamente o funcionamento da instituição escolar. Ignorar a vasta produção de conhecimento científico acerca do sistema escolar, não a tendo em conta na tomada de decisões sobre a prática, é condenar o serviço social a um estatuto de minoridade

no campo das profissões científicas e intelectuais. É condenar o serviço social ao praticismo, que o mesmo é dizer a um assistencialismo sem consequências no que respeita ao propósito, também ele inscrito no acima referido código de ética, de promover a justiça social e a mudança social com e em favor dos indivíduos. Mais, ainda, levar a sério a necessidade de conhecer as forças do meio que contribuem para os problemas das pessoas, mas também das que podem contribuir para a sua superação, obriga também a assumir que os *clientes* do serviço social não são apenas os indivíduos ou as suas famílias, são também as organizações e as comunidades. O trabalhador social que se proponha perseguir o objetivo de eliminar pobreza na geração dos filhos dos indivíduos socialmente mais vulneráveis não pode desconhecer que o funcionamento da escola faz parte do processo de reprodução das desigualdades sociais. Logo, se a sua ação visa *acabar com a discriminação, a opressão, a pobreza e outras formas de injustiça social*, não poderá deixar de desafiar o envolvimento da própria escola na busca de soluções coletivas para problemas igualmente coletivos. Propor às escolas a sua implicação em programas de investigação colaborativa com vista a construir programas de investigação-ação centrados na reunião de condições adequadas às necessidades concretas das crianças, o que, na maioria dos casos, implica o reforço significativo da estimulação, reformulação das práticas pedagógicas, designadamente, através da incorporação dos princípios da aprendizagem significativa⁵². Dito de outra maneira, será preciso que o serviço social direcione a sua intervenção para outros atores sociais que não exclusivamente os indivíduos que vivenciam os problemas. Essa intervenção implica o envolvimento do assistente social em atividades de organização da comunidade, de advocacia social e de ação política. Na sua missão de ajudar as pessoas a satisfazerem as suas próprias necessidades, os assistentes sociais *procuram promover a responsividade das organizações, comunidades e outras instituições sociais* (Código de Ética, NASW, USA).

Prosseguindo a reflexão sobre as práticas que desenvolvo como assistente social no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção numa IPSS, no domínio da intervenção familiar e parental, cabe ainda referir as iniciativas de apoio no acesso a manuais escolares, seja informando as pessoas da existência de bancos de livros a que se podem dirigir, seja acompanhando-as nessa deslocação, seja, ainda, fazendo esse

⁵² A incorporação substantiva de novos conhecimentos, relacionando-os com o conhecimento e a experiência adquirida (Novak, 1998:19-20)

trabalho por elas. Um outro tipo de iniciativa é levada a cabo sempre que nesses bancos de livros não é possível obter os que foram indicados pela escola ou quando os apoios da Ação Social Escolar não são suficientes. Nestes casos, intervenho apresentando propostas de apoio económico à Ação Social. Nesta matéria, interessa salientar que a Ação Social Escolar estabelece, ano a ano, o valor a atribuir a cada criança em função do escalão de Abono de Família⁵³. Para analisar a qualidade dos apoios económicos que o Estado canaliza para as famílias, a fim de garantir a universalidade do direito à escolarização, valerá a pena começar por registar que a compra dos livros de exercícios referentes aos diversos manuais não é suscetível de ser comparticipada, apesar de constituírem um instrumento de aprendizagem fundamental. Além disso, a análise dos custos dos livros no mercado permite-nos constatar que estes são superiores aos apoios financeiros efetivamente prestados pela ação social Escolar. A partir da consulta da página da escola podemos conhecer a lista de manuais adotados nos diferentes níveis de ensino, bem como os respetivos custos e, desde logo, concluir que a subida de nível de ensino acarreta um agravamento das despesas das famílias com livros escolares, em especial nas famílias com direito ao 2º Escalão do Abono de Família.

53

1º ciclo				
Escalão	comparticipação			
	alimentação	livros		material escolar
		1º e 2º anos	3º e 4º anos	
Escalão 1 do Abono de Família	100%	26,60 €	32,80 €	13,00 €
Escalão 1 do Abono de Família	50% *	13,30 €	16,40 €	6,50 €
2º ciclo				
Escalão	comparticipação			
	alimentação	livros		material escolar
		5º e 6º anos		
Escalão 1 do Abono de Família	100%	118,00 €		16,00 €
Escalão 1 do Abono de Família	50% *	59,00 €		8,00 €
3º ciclo				
Escalão	comparticipação			
	alimentação	livros		material escolar
		7º ano	8º e 9º ano	
Escalão 1 do Abono de Família	100%	176,00 €	154,00 €	16,00 €
Escalão 1 do Abono de Família	50% *	88,00 €	77,00 €	8,00 €
* cada refeição custa ao aluno/família 0,74€				
Despacho nº 8452-A/julho1015				

Quadro nº 27 - Encargos das famílias com livros escolares

Anos de ensino	Custo dos livros no mercado*	Encargo das Famílias 1º escalão	Encargo das Famílias 2ª Escalão
1º ano	32,03 €	5,43 €	18,72 €
2º ano	34,12 €	7,52 €	20,82 €
3º ano	47,23 €	14,43 €	30,83 €
4º ano	51,36 €	18,56 €	34,96 €
5º ano	140,52 €	22,52 €	81,52 €
6º ano	118,25 €	0,25 €	59,25 €
7º ano	238,02 €	62,00 €	150,02 €
8º ano	180,08 €	26,08 €	103,08 €
9º ano	163,47 €	9,42 €	86,42 €

* Valores referentes aos livros adotados no estabelecimento de ensino local

Em síntese, a reflexão que considero pertinente reter a respeito da minha prática de assistente social, junto das 40 famílias intervencionadas no âmbito do Rendimento Social de Inserção e do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, remete para o facto de não haver feito uma abordagem sistemática destas famílias, no sentido de avaliar se as crianças dispunham de todos os materiais didáticos considerados necessários, e de apenas me ter limitado a encontrar respostas para o escasso número de famílias que me apresentaram o problema (3 famílias, no ano letivo de 2015-16). De registar que das 40 famílias estudadas, 22 têm direito ao 1º escalão do Abono de Família, 14 ao 2º escalão e 2 ao 3º escalão. Apesar de apoiadas pela ação social, 2 famílias não têm direito a Abono de família, dado os seus rendimentos anuais serem superiores a 8 803,63€, o que corresponde a 628€/mês. No caso destas duas famílias⁵⁴, a circunstância de os seus rendimentos mensais serem respetivamente 909,14€ e 1078,98€ não os preserva de uma situação de privação material severa, em virtude do peso das despesas de habitação e de saúde. De salientar, em particular, a segunda família cuja capitação são 16,73€ mensais. À partida, é de admitir que todas as 40 famílias possam ter dificuldades em garantir a aquisição de livros e materiais escolares, dados os baixos valores das suas capitações e uma vez que a obtenção dos materiais didáticos não é um direito

⁵⁴ Uma família constituída por dois adultos e uma criança: pai desempregado de longa duração e mãe reformada por invalidez; capitação 58,34€; Outra família constituída por 4 adultos e uma criança: 1 reformado por invalidez com problema oncológico, 1 reformado por eliminação do posto de trabalho, 2 adultos desempregados de longa duração, 1 menor; capitação de 16,73€

garantido à partida. Registe-se que das 40 famílias estudadas, apenas 3 usufruem de uma capitação acima 150, sendo que entre os 150 e os 100€ se contam 5 famílias, entre os 100 e 50€ se contam 21 famílias e com menos de 50 se registam 11 famílias. Este quadro económico seria, por si só, indicativo da necessidade de aprofundar o conhecimento das necessidades destas famílias, nomeadamente em matéria de reforço financeiro para a aquisição de manuais e matérias escolares. Advogar junto das instituições oficiais, neste caso a Segurança Social, em favor do reconhecimento das reais dificuldades e necessidades das pessoas e da demonstração das insuficiências das políticas de apoio à família é uma obrigação ética cuja concretização enfrenta, todavia, alguns obstáculos de peso. Um dos mais difíceis de superar está relacionado com o facto de a instituição não assumir, como atividade primordial, a necessidade de refletir e de analisar os problemas com rigor científico. O tempo de trabalho esgota-se numa multiplicidade inesgotável de tarefas rotineiras, muitas delas extremamente simples (exemplo, entregar diariamente alimentos, marcação de consultas médicas, levar a pessoa ao Centro de Emprego para fazer inscrição, à Segurança Social para tratar de documentação, à consulta de fisioterapia, processo de candidatura à habitação social, etc.), e não há espaço para dedicar à investigação de estudos sobre modelos de intervenção nos problemas da pobreza e da exclusão social. Poderemos afirmar que a constituição do serviço social como profissão científica se debate com constrangimentos ligados à gestão e ao funcionamento das organizações que contextualizam a sua ação. Todavia, se é necessário compreender que existem reais constrangimentos externos ao exercício da profissão não será menos necessário tomar consciência dos constrangimentos internos que remetem para a formação e identidade profissional do assistente social. Neste sentido, a realização do mestrado representou uma oportunidade de começar a interiorizar o que significa desenvolver práticas fundadas na análise científica dos problemas.

Prosseguindo a análise da intervenção familiar e parental, cabe também assinalar o encaminhamento de pais para várias ações de formação: 22 adultos participaram numa ação de 1h30 sobre “cuidados básicos na infância” (pelo Centro de Saúde do concelho de Aveiro); 14 adultos estiveram presentes numa ação de 1h30 sobre “nutrição, higiene, segurança infantil” (Unidade de Cuidados na Comunidade do Centro de Saúde de Aveiro); 14 adultos numa ação de 1h30 sobre “planeamento familiar” (Unidade de Cuidados na Comunidade Centro Saúde Aveiro); 14 adultos numa ação de 1h30 sobre “alimentação adequada de baixo

custo” (Unidade de Cuidados na Comunidade Centro Saúde Aveiro); encaminhamento de 14 mães para o programa *Parenta(lidades)* promovido pelo projeto *Contrato Local de Desenvolvimento Social*, assumido pela Cáritas Diocesana de Aveiro (em 13 sessões de 60 a 90 minutos) com os seguintes objetivos: estimular a coesão e consistência da equipa parental/cuidadores como ponto de partida para a promoção de relações familiares adequadas; informar e orientar os pais/cuidadores sobre as diversas etapas de desenvolvimento da criança/adolescente; capacitar os pais/cuidadores com estratégias de controlo do comportamento e de gestão emocional da criança/adolescente, promovendo o desenvolvimento de competências educativas parentais adequadas; Impulsionar o alargamento da rede de suporte social; promover o envolvimento e participação dos pais/cuidadores no programa de intervenção, indo ao encontro de necessidades apontadas pelos próprios.⁵⁵

O que de mais relevante me ocorre em termos de reflexão sobre a prática do serviço social neste domínio da família e da parentalidade é a ausência de um programa autónomo de intervenção, já que a minha intervenção se tem resumido a favorecer a adesão de algumas famílias a projetos assumidos por outras organizações da comunidade. A articulação entre os temas contemplados no programa e as características dos indivíduos, seja em termos de condições de vida, seja de saberes e competências sociais e culturais, seja de problemas com que se confrontam no exercício da sua função parental, não é explicitada, assim como nada é previsto no referente à avaliação do impacto da participação nas referidas sessões de formação sobre as condutas parentais, assim como nada é dito a respeito dos resultados esperados. Um aspeto saliente é que apenas 5 mães, das 14 inicialmente aderentes ao programa, frequentaram a totalidade das sessões programadas⁵⁶. Como saliente é, igualmente, a minha não presença em nenhuma das sessões, bem como o meu alheamento no que respeita a obter o *feed back*

⁵⁵ Sessão 1 – “a União Faz a Força” - Apresentação do Grupo e do Programa; - Comportamento e aprendizagem - componente psicoeducativa; Sessão 2 – “Filho és, Pai serás” – autoconhecimento e influência da família de origem no desempenho do papel de pai/mãe/cuidador/a; - Estilos Educativos Parentais; Sessão 3 – “A falar é que a gente se entende” – Estilos de comunicação e competências de comunicação assertiva; Sessão 4 – “Amor de pais, não há jamais” – Atenção positiva e tempo de qualidade em família; Sessão 5 – “O que é doce nunca amargou” – Elogios e recompensas; Sessão 6 – “Mais vale prevenir que remediar” – Regras e limites: ordens eficazes; ignorar activo; Sessão 7 – “Quem anda à chuva molha-se” – consequências lógicas e naturais; Perda de privilégios; Sessão 8 – “quem espera sempre alcança” – tempo de pausa; Sessão 9 – “Quem não se sente, não é filho de boa gente” – Gestão emocional de crianças/jovens – pais/cuidadores como facilitadores; Sessão 10 – “Nem tudo o que luz é ouro” – internet: riscos e estratégias de segurança; Sessão 11 – “O saber não ocupa lugar”; Sessão 12 – “Água mole em pedra dura, tanto dá até que fura” – comportamentos normativos e comportamentos problema mais comuns na infância e adolescência; preparação para novos desafios.

Sessão de follow- up (dois meses após) “Exército bem provido tarde ou nunca é vencido” – avaliação e monitorização de aprendizagens; entrega de certificados de participação e convívio final (Visita ao lugar dos afetos).

⁵⁶ 5 sessões - 1mãe; 6 sessões - 2 mães; 7 sessões - 1mãe; 8 sessões - 1mãe; 9 sessões - 1mãe; 10 sessões - 1mãe; 11 sessões - 2 mães

dos próprios adultos acerca do que de relevante captaram e se apropriaram nas sessões em que estiveram.

Também nesta matéria, sistematizar a produção teórica atual e relevante sobre os problemas inerentes ao exercício da parentalidade seria indispensável para organizar dispositivos práticos coerentes com a análise científica dos problemas. O serviço social científico tem que assumir uma clara, explícita e sistemática articulação entre a análise teórica e os dispositivos de ação.

Cabe, para finalizar este ponto, fazer referência às iniciativas dirigidas a crianças e jovens entre os 6 e os 14 anos, dando alguns contributos para a promoção de estilos de vida saudáveis e a integração social, numa perspetiva de envolvimento das associações locais, culturais, recreativas, desportivas, assim como comerciantes locais.

Localmente, a Associação de Pais sediada no Agrupamento de Escolas, organiza-se no sentido de proporcionar às crianças, com idade de frequência do primeiro ciclo escolar, atividades de ocupação de tempos livres no período pós aulas e também em período de férias letivas, à exceção do mês de agosto. A frequência das atividades acarreta custos regulares que a maioria das famílias acompanhadas no âmbito da ação social e do RSI não assume, quer pela incapacidade financeira para tal, quer porque os horários diários de trabalho da família não as impedem de acolher os filhos após o fim das aulas. Nesta medida, poder-se-á dizer que localmente existe uma resposta de ocupação de tempos livres, mas questionámo-nos se esta resposta é suficiente, nomeadamente no período de férias letivas? Não é, de facto, suficiente pois não abrange todas as crianças. Por esta razão, sempre foi minha preocupação organizar atividades em períodos de férias letivas, particularmente nas férias de verão, dado o facto de as crianças permanecerem cerca de três meses em casa entregues apenas a programas de televisão. Veja-se que 25% das famílias da nossa amostra não têm um espaço no bairro ao ar livre para as crianças brincarem em segurança.

Em sede de rede social, em diferentes reuniões de trabalho para levantamento das necessidades locais, tive oportunidade de manifestar e de deixar escrita este problema que não se restringe apenas ao território onde trabalho, mas que existe em todo o concelho. Não houve superiormente decisões que visassem combater esta necessidade.

Até 2014, dando seguimento aos pedidos de alguns pais, foram por mim encaminhadas 10 crianças⁵⁷ para colónias de férias⁵⁸. As colónias de férias decorriam durante o período de uma semana em regime completo e ofereciam às crianças um conjunto de experiências adequadas às suas idades. A minha tarefa enquanto assistente social baseava-se em assumir, em conjunto com as famílias, os procedimentos burocráticos inerentes à inscrição: levantamento e apresentação dos rendimentos e despesas da família, para definir o valor da prestação; reunir as informações sobre a composição do agregado familiar e acesso da criança a atividades de férias; apresentar os atestados médicos comprovativos do estado de saúde (preenchido pelo médico de família); formalizar a documentação de autorização dos pais. Coube-me, igualmente, enquanto assistente social apresentar os pedidos de apoio económico à ação social para participação na prestação devida pela frequência nas colónias de férias (8 pedidos).

Efetivamente, até 2014, foi encontrada uma resposta para as crianças cujos pais manifestaram a preocupação. E as outras crianças provenientes de famílias que não questionam tais possibilidades ou que as desconhecem de todo, e que, em face desse desconhecimento, não se mostram preocupados? Não é a partilha dessas informações da minha responsabilidade? Porque não o fiz com a totalidade das famílias?

Desde sempre me colocava perante o desafio de localmente criar respostas nesta matéria, mas a exercer as funções do SAAS sozinha, sem equipa, fui-me deixando vencer pelo sentimento de incapacidade. O problema que o serviço social tem pela frente é o do desfasamento entre os custos inerentes às atividades e os meios financeiros das famílias para lhes fazer face. A intenção de alargar a oferta de atividades de verão a todas as crianças de todas as famílias aqui estudadas, obrigava, desde logo, conseguir a oferta de atividades gratuitas ou, então, subsídios para prover o pagamento da oferta já existente. Ainda no ano de 2014, encetei contactos com o Instituto Português da Juventude (IPDJ), sabendo que é esta a entidade de referência para estes assuntos. Aqui, foi-me somente apresentada a legislação que regula as atividades dirigidas a pessoas menores de idade (entre os 6 e os 18 anos) em períodos de férias letivas e que são formalmente chamadas de “campos de férias”. Na leitura

⁵⁷ 3 crianças em 2012, 4 crianças em 2013 e 3 crianças em 2014.

⁵⁸ As Colónias de Férias decorriam ao abrigo de um acordo de cooperação entre a Fundação Bissaya Barreto e o Centro Regional de Segurança Social do Centro, desde 1996. O seu fecho, em final de 2014 deveu-se ao corte completo do financiamento.

da referida legislação⁵⁹ deparei-me com uma série de exigências que, no imediato, se demonstraram obstáculos, nomeadamente os requisitos para a obtenção do número de registo, quer isto dizer, “...o exercício da atividade de organização de campos de férias depende da emissão de n.º de registo, a conceder pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.” e o pedido deste número de registo carece do pagamento da taxa devida de 350€ àquela entidade; a obrigatoriedade de comunicação prévia ao IPDJ da realização dos campos de férias com demais informações como, por exemplo, a identificação das instalações e os autos de vistorias das mesmas. Ora, a oferta de atividades de verão às crianças provenientes de famílias acompanhadas no SAAS não se insere nas ofertas das entidades lucrativas, bem pelo contrário, na medida em que não prevê a imputação de qualquer custo às famílias pela frequência das crianças nas mesmas. Neste sentido, foi encetado novo contacto para exposição das condições das crianças provenientes de famílias com baixos e muito baixos recursos financeiros, mas, a resposta foi sempre remetida para a legislação acima, sem qualquer carácter de exceção para as entidades sem fins lucrativos como as IPSS’s.

O que fazer? Em 2014, absorvida pelo confronto com os obstáculos, nada fiz.

No ano de 2015, em face da continuação da inexistência de oferta de atividades de verão, então agravada pelo encerramento da colónia de férias, propus à direção da instituição na qual exerço a minha atividade de assistente social que tomasse a iniciativa de reunir meios materiais e humanos na comunidade, em ordem a oferecer às crianças das famílias acompanhadas um programa de atividades para as férias de verão. Após aprovação da direção da instituição, seguiu-se a apresentação do projeto à Junta de Freguesia que também o acolheu positivamente, a ponto de se implicar no envolvimento de entidades locais (banda de música, rancho folclórico, grupo desportivo, grupo de escoteiros, clube de Judo, grupos de teatro, museu etnográfico), solicitando-lhes que dedicassem algum do seu tempo de trabalho associativo às crianças das famílias em acompanhamento pelo SAAS no âmbito da ação social e do RSI. Neste sentido, todas as coletividades acolheram positivamente a iniciativa e dentro das suas disponibilidades atenderam ao solicitado. O que importa salientar é a escassez do tempo disponível quer do Grupo de Teatro, quer do clube de Judo, que apenas oferecerem uma tarde a cada uma das respetivas atividades. Em suma, a obtenção de meios da

⁵⁹ Decreto-Lei n.º 32/2011 de 7 de março “O novo quadro legal sobre o acesso e exercício de actividade de organização de campos de férias...”

comunidade é uma dificuldade objetiva que só pode ser superada se mais entidades se envolvessem nesta campanha de responsabilização da sociedade civil pela melhoria das oportunidades de desenvolvimento das crianças.

É de ter em linha de conta, também, como atrás já foi referido, que a maioria das nossas famílias não participam em atividades culturais e recreativas, logo as crianças também não estão familiarizadas com tais atividades, (das 40 famílias estudadas, apenas 9 têm crianças inseridas em atividades de lazer regulares (desportos, música), o que impõe uma democratização do acesso a este tipo de atividades, aliás, cruciais para o desenvolvimento psicossocial das crianças. Ainda a acrescentar, a minha presença em todas as atividades quer pela razão da minha proximidade às famílias e às crianças, quer pela escassez de recursos humanos, com formação capaz este tipo de acompanhamento.

Posto isto, no decurso de duas semanas, em períodos de tempo intercalados, foi possível dinamizar atividades que incluíram: uma aula de Judo e uma aula de badminton (1 tarde); expressão dramática (1 tarde); danças tradicionais e música (1 tarde); cinema (1 tarde); futebol (1 manhã); acampamento de Escoteiros e visita a museu etnográfico (2 dias e 2 noites). No todo, foram 20 as crianças que efetivamente usufruíram das atividades, não obstante, terem sido auscultadas todas as famílias com crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.

Se concentrarmos estes períodos de atividades, os mesmos não chegam a completar uma semana, apenas perfazem quatro dias e meio. Será isto suficiente para responder às necessidades das crianças que, como foi possível verificar acima, estão na sua quase totalidade esvaziadas de estímulo ao necessário e saudável desenvolvimento físico e intelectual, emocional e social? É evidente que não é suficiente.

Na análise às condições de privação material (Quadro nº 12 – Intensidade da Privação Material) nenhuma das nossas famílias possuem “Capacidade de fazer uma semana de férias por ano fora de casa, suportando o valor das viagens e do alojamento do agregado familiar” e como foi atrás referido, apenas 3 crianças da nossa amostra têm acesso a ATL e também, como foi atrás demonstrado pelo inquérito HOME de Bettye Caldwell e Robert Bradley, a maioria das crianças da nossa amostra não são encorajadas a desenvolver e a manter uma atividade recreativa; as famílias não proporcionam aulas ou participação em associações, de maneira a apoiar os talentos da criança (membros de uma associação juvenil, aulas de

ginástica, atelier artístico, etc.); a maioria das crianças não tem acesso a espaços de cultura (museus científicos ou de história de arte); a maioria das crianças não visita amigos nem recebe visitas de amigos, não visita nem recebe visitas de familiares, etc. Se no decorrer do ano, com a regularidade dos horários escolares, o vazio da inexistência de atividades extra curriculares dirigidas às crianças, é menos sentido no que respeita à ocupação dos seus tempos livres, não obstante produzir efeitos castradores das suas potencialidades, em tempo de férias letivas, a completa ausência de atividades, face à inexistência de respostas no meio acessíveis às populações economicamente mais desmunidas instala-as num total vazio de estímulo.

À semelhança do ano de 2015, já decorreram este ano as atividades de ocupação de tempos livres, levadas a cabo pelo Contrato Local de Desenvolvimento Social de Terceira Geração (CLDS3G) a atuar no concelho no triénio 2015-2018. Para este ano, as atividades desenvolveram-se com a parceria entre o CLDS3G e o Grupo de Escoteiros. Assim, foram dinamizadas pelos Escoteiros atividades de orientação (uma tarde), técnicas de sobrevivência (uma tarde) e acampamento (um dia e meio com pernoita). Ainda, ida à praia (duas manhãs), o que representou uma novidade para algumas crianças que jamais haviam estado em tal lugar, e, ainda, uma manhã de passeio de moliceiro na ria de Aveiro. Efetivamente, e à semelhança do ano anterior, as atividades desenvolvidas, em períodos intercalados no decurso de duas semanas, apesar de constituírem experiências importantes na vida das crianças, são manifestamente insuficientes para romper com o vazio de 3 meses de férias escolares.

Cabe-me, apresentar superiormente as ações já desenvolvidas como exemplo de vontade de contrariar uma falha há muito detetada e apresentar a urgente necessidade de criar respostas capazes de efetivamente promover a integração destas crianças e de lhes dar acesso aos seus direitos.

Referir ainda nesta matéria, os passos que foram dados pela instituição onde trabalho, no ano de 2012, impulsionados pela minha intervenção, no sentido da criação de um Clube de Judo. Após a manifestação de interesse de um professor de Judo na implementação desta atividade localmente, com o objetivo explícito de integrar todas as crianças em situação de carência económica, dinamizei a formalização de um protocolo de cooperação entre a instituição onde trabalho, o professor responsável da modalidade e o agrupamento de escolas local, cujo contributo foi a cedência do espaço. O contributo da IPSS, onde trabalho, foi o registo do Clube Judo na Federação, a cedência de transportes para deslocações dos atletas a

torneios e a angariação de meios financeiros para compra de material. Em contrapartida, as crianças identificadas pelo meu serviço beneficiam da prática da modalidade sem custos. São 8 as crianças que frequentam as aulas de judo, não obstante todas terem tido oportunidade de experimentar e terem a oportunidade de frequentar.

Na gestão dos orçamentos do dia-a-dia, não são raras as famílias que chegam ao Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social em situação de sobre-endividamento: doença inesperada, invalidez, morte, desemprego, deterioração das condições laborais, ou até a inadequada gestão, em muitos casos pelo fácil acesso ao crédito a juros elevadíssimos (créditos com financeiras, onde com apenas um contacto telefónico é possível aceder a quantias elevadas e cartões de crédito, por exemplo), e também pela razão de em algum momento da vida se tornarem fiadores de um terceiro e este entrar em incumprimento, caindo sobre si a responsabilidade de assumir esses mesmos créditos.

Foi com o objetivo de dar às famílias mais conhecimentos no que respeita à gestão das finanças pessoais (organização dos orçamentos mensais, redução dos custos, gestão dos créditos, conhecimento dos impostos) que foram organizadas palestras e ações de sensibilização em parceria com entidades externas. Recorremos à DECO, a uma IPSS's e ao *Contrato Local Desenvolvimento Social*. Foram abordados temas como a organização do orçamento mensal numa perspetiva de gestão dos créditos e dos seguros a eles associados, do conhecimento dos impostos, de evitar o sobre-endividamento, e ainda da gestão dos gastos regulares (alimentação, serviços de energia elétrica, água e gás, comunicações móveis e internet, transportes).

Estas ações chegaram a um total de 63 pessoas correspondentes a 43 famílias. Da nossa amostra participaram 33 famílias.

Seguiu-se um trabalho individualizado com as famílias para verificar as situações de sobre-endividamento e proceder ao respetivo encaminhamento para o Gabinete de Apoio ao Cidadão Endividado da Universidade de Aveiro (8 casos), ao apoio burocrático para obtenção de apoio judiciário na Segurança Social (5 casos, em que 3 seguiram para processos de insolvência pessoal). Verificou-se a compatibilidade das potências contratadas de energia, com as reais necessidades de consumo, pois são vários os casos em que a potência contratada

é bastante superior à necessidade das famílias; analisou-se a contratação de serviços extra (veja-se por exemplo, uma empresa de fornecimento de energia elétrica que disponibiliza serviços extra mediante o acréscimo de determinado valor na fatura) sem que o cliente tenha a perfeita noção do que está a contraturalizar e dos respetivos custos; providenciou-se o acesso a tarifas de consumo de água adequadas ao número de elementos da família; o auxílio na pesquisa da melhor oferta de gás, sendo que a simples troca de marca permite o melhor preço e melhor rentabilidade.

Em 2011, com a possibilidade de usar um espaço comercial cedido pelo proprietário no âmbito de um contrato⁶⁰ de comodato abrimos uma loja social. Com a minha supervisão e colaboração regular de três tardes semanais de voluntários, esta loja está aberta às pessoas do local, sendo que as que são indicadas pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social têm acesso gratuito aos bens de que necessitam. As restantes famílias compram os produtos a preços simbólicos.

No lançamento da loja assumi, juntamente com a instituição, o apelo à comunidade local de donativos, de artigos usados ou novos, por via da página da internet, da rede de contactos de email, da comunicação nas missas da paróquia e de uma página do Jornal local, dando notícia da abertura da loja. Cabe-me também o recrutamento, a formação e a gestão dos voluntários que auxiliam todo o trabalho que este espaço exige. Desde a criação desta resposta, tem sido possível colmatar necessidades até então sem resposta, tais como roupas (casa e vestuário), calçado, brinquedos, artigos de bebés, louças, tachos, talheres, camas, colchões, sofás, tapetes, esquentador, fogão, frigorífico, armário, material escolar, livros de histórias ... A dinâmica de solidariedade

No que respeita à integração profissional, é ponto assente que as pessoas em situação de desemprego, acompanhadas no âmbito da ação social e do RSI, estão obrigatoriamente inscritas no IEFP... mas concretizar a integração profissional de pessoas com largos anos de desemprego, com baixas qualificações profissionais, algumas com ausência de hábitos de

⁶⁰ Segundo o art.º 1129º do Código Civil, o contrato de comodato é um contrato pelo qual uma das partes (comodante) proporciona à outra (comodatário), mediante entrega, o gozo temporário de uma coisa (móvel ou imóvel), com a obrigação de a mesma ser restituída... este contrato não implica quaisquer prestações a cargo do comodatário...

trabalho e dificuldades de cumprimento de horários, é um desafio, em muitos casos, difícil de superar.

O trabalho desenvolvido pelo SAAS tem-se restringido ao acompanhamento individualizado na elaboração do curriculum vitae, de cartas de apresentação, de simulação de entrevista para emprego. Como se a principal causa da sua situação de desempregados de longa duração residisse nas dificuldades de escrever um curriculum ou de responder às questões de uma entrevista. Como se a principal causa deste grave problema se situasse no interior do indivíduo, nas “ideias feitas” que interiorizou acerca de si próprio. Todavia, o trabalho de acompanhamento individualizado dos desempregados alarga-se à análise dos obstáculos que dificultam/interditam a sua integração no trabalho, sejam eles relativos à compatibilidade/incompatibilidade dos horários de trabalho com a vida familiar, sejam eles relativos às deslocações casa-emprego-casa, quer pela ausência de transporte próprio, quer pela ausência de transportes públicos em horários compatíveis com os horários laborais.

No que se refere às representações que os próprios expressam a propósito da desistência da procura de emprego, registamos, a título de exemplo, frases como estas: *“tenho 45 anos já ninguém me dá trabalho”*, *“ninguém me dá trabalho porque eu sou cigano”*, *“eu já não posso trabalhar porque tenho problemas de saúde”*. O que deverá dizer um assistente social em face de “discursos” deste tipo? Atribuir as causas da desistência a défices de compreensão e de formação do próprio indivíduo?

No decurso do trabalho desenvolvido com estas pessoas/famílias, em especial com os desempregados de longa duração foram alguns os casos em que se deu uma integração laboral, embora muitas situações se enquadrem no trabalho não declarado, não havendo passado de um período experimental. A que se deve? Há casos que se deve à inadaptação do trabalhador às funções que lhe são atribuídas, e como tal, dispensado pelo empregador. Há casos em que o vencimento proposto não é entendido como justo pelo trabalhador, não dando por isso seguimento ao contrato. Como inverter estes processos no atual cenário em que a oferta de mão-de-obra é largamente superior à oferta de trabalho?

Retomando a nossa amostra, os dados recolhidos em final de 2014 dizem-nos que 32 indivíduos se encontravam na situação de empregados, em final de 2015 passaram a ser 50. Dos 9 indivíduos desempregados que, em final de 2014, nunca haviam tido um emprego,

apenas um tinha conseguido emprego no final de 2015. Trata-se de uma jovem em situação de primeiro emprego.

Prosseguindo o relato de casos concretos, salientamos os seguintes:

- Homem de 40 anos com experiência profissional de serralheiro civil e que exerceu esta atividade até Junho de 2013, altura em que sofre acidente de trabalho. Deste acidente, resultou um período de incapacidade temporária para o trabalho, com direito a indemnização participada pelo seguro de trabalho, tendo-lhe sido atribuída incapacidade de 20%. A empresa não lhe renova o contrato. Segue para a situação de desemprego com direito a subsídio de desemprego. Depois de terminado o período de concessão do subsídio de desemprego, a família passou a beneficiar do Rendimento Social de Inserção.

Empenha-se na procura de emprego e é recrutado por uma empresa de trabalho temporário durante duas semanas em local longínquo da residência, o que exige pernoita. A empresa assegura as deslocações e a estadia, mas a alimentação diária é da sua responsabilidade. Neste cenário, de baixíssimos rendimentos provenientes do RSI, como consegue ainda dispor de meios financeiros para assegurar os custos com as suas refeições em restaurante? Valeu-lhe a ajuda, a título de empréstimo, de um familiar. Mas, aquele contrato temporário, que tem uma data de início mas não tem data de fim, baseando-se estritamente no tempo necessário para a conclusão da tarefa, culminou ao fim de uma semana. Como podem as pessoas sobreviver a esta imprevisibilidade que as leis contractuais permitem? Como pode uma família perspetivar mudanças da sua condição de vida quando confrontada com experiências como esta? Quando lhe é apresentada nova proposta de trabalho temporário, o trabalhador/desempregado, perante a incerteza não aceita. Será isto uma recusa? Será isto um direito?

- Como pode uma mulher manter um emprego de ajudante de cozinha num restaurante no centro da cidade, com serviço de refeições ao almoço e ao jantar, incluindo os fins-de-semana, quando a sua residência dista cerca de 10 km do local de trabalho e os horários dos transportes públicos estão limitados até às 23h de segunda a sexta, até às 19.15h ao sábado e até às 18.15h ao domingo? Como compatibilizar o emprego com a vida familiar quando há crianças?

- Mulher, 26 anos com filho de 10 anos, marido detido. Beneficiária de RSI. Inicia funções como empregada de limpeza numa grande superfície entre as 6h e as 9h da manhã.

Recorre a uma vizinha, para prestar apoio ao filho enquanto está no emprego. A curto prazo se dá conta da impossibilidade de manter o emprego. Dá-se o termo do contrato por iniciativa do trabalhador. De novo recorre ao RSI, mas, a condição de desemprego por iniciativa do trabalhador, inibe o direito ao RSI por 12 meses. Como não abandonar o emprego se não existe suporte familiar ou outro para cuidar de um filho menor de quem é preciso cuidar? Após cerca de dois meses segue-se a integração profissional numa estrutura residencial para idosos que funciona 24 horas por dia. Na entrevista com a entidade, expõe a situação familiar e a razão de ter abandonado o emprego anterior. A nova entidade empregadora, sensibilizada com a sua situação, compromete-se em tudo fazer para atender às particularidades dos horários escolares do filho e às necessidades de apoio familiar. Efetivamente, durante os primeiros dois meses tudo se encaixava, mas em determinada altura deixa de ser assumido o compromisso inicial. Não tendo sido mais atendida na atribuição do horário, esta mulher fica incapaz de gerir a situação familiar. O médico de família prescreve-lhe uma incapacidade temporária para o trabalho, com base no mal-estar provocado pelo stress. Apesar de justificada a ausência no emprego, não lhe é conferido o direito a subsídio de doença, pois não está decorrido o tempo mínimo de registo de remunerações/descontos para que a segurança social lhe confira esse direito.

- Casal com dois menores. Ele tem emprego estável nas funções de soldador, ela está desempregada. Trabalhou cerca de 11 meses com contratos mensais renováveis, como caixeira num espaço comercial, Não viu renovado o contrato quando deu a conhecer à entidade patronal que estava grávida. Ficou em situação de desemprego com direito a subsídio. Terminado o período de concessão do subsídio de desemprego, a família contava apenas com o vencimento do marido. Impõe-se a urgência de integração profissional, mas impõe-se também a integração do bebé numa creche. A outra criança frequenta o primeiro ciclo do ensino básico. No âmbito do SAAS, encaminho esta mulher para a inscrição numa fábrica de cerâmica que se encontrava em fase de recrutamento. Foi selecionada para funções de embaladora, com um horário de trabalho entre as 8h e as 17h na fábrica que dista da habitação cerca de 5km e com o ordenado mínimo como vencimento. Note-se que nem todas as empresas são obrigadas ao pagamento de subsídio de refeições aos trabalhadores, e é o caso desta empresa. Esta família, não dispõe de transporte próprio. O marido desloca-se para o emprego que dista cerca de 7 km da residência na boleia de um colega e também ele inicia o

dia de trabalho às 8h. Que alternativas? É urgente a integração do menor em creche. A creche mais perto de casa, a cerca de 1km não dispõe de vaga, a outra mais próxima dista cerca de 4km. A solução encontrada pela senhora foi contratar o serviço diário de um táxi para deixar as crianças na escola e na creche e a conduzir a ela própria ao trabalho, o que representa um encargo mensal de 120€. Em suma, do salário líquido de 431,65 €, restavam-lhe 311,65€.

- Mulher, 36 anos, com o 9º ano de escolaridade, família monoparental com 3 filhas (13, 4 e 2 anos) a seu cargo. Em situação de desemprego, desde 2010. Em 2014, aquando da renovação do contrato de inserção do RSI, perante a possibilidade que lhe apresento de integrar um CEI+, mostra-se imediatamente disponível, pois refere que, uma vez que as crianças se encontram integradas na escola, no jardim-de-infância e na creche, faz-lhe todo o sentido estar ocupada. Refere-se a este tempo de desemprego como um tempo que não se atualiza, que não convive. Diz: *“quando a gente está ocupada com o emprego tem tempo para tudo... vai prá trabalho, depois vem pra casa e trada das meninas, da vida da casa... parece que o tempo rende mais, e a gente anda mais animada, convive com outras pessoas, vê outras coisas, enquanto que, quando a gente está em casa parece que quanto menos faz, menos quer fazer, não tem vontade pra fazer nada e depois não convive com ninguém...”*. Está aqui subjacente a valorização social e simbólica. Posto isto, indico o seu nome e as suas competências profissionais ao IEF, e no mês seguinte é integrada num CEI+ no hospital de Aveiro com as funções de apoio logístico à consulta externa (transporte de processos entre arquivo e especialidades médicas). Esta mulher passou a adotar outras rotinas diárias, pois, se até então, dispunha do dia para os afazeres domésticos que um lar com 3 crianças exige, adaptou-se às novas exigências que um horário de trabalho das 8.30h às 17.30h impõe. Esteve integrada nesta medida cerca de 11 meses, findos os quais não foi formalizada a contratualização como trabalhadora. Esta mulher regressa à situação de desempregada e requer novo RSI. No novo processo de contratualização do RSI, mantém-se interessada e disponível para integrar um novo CEI+, mesmo sabendo que não lhe trará a empregabilidade, mas, no seu entender, traz-lhe mais algum valor monetário ao fim do mês, e traz-lhe as rotinas com que se identifica, traz-lhe as relações de sociabilidade. E ao cabo de um mês, passou a integrar as funções de ajudante num equipamento destinado a pessoas idosas.

- Homem de 47 anos, licenciado em Ensino Básico, viúvo com três filhos menores. Beneficia do RSI há 7 anos. No momento da formalização do Contrato de Inserção, informei-

o da possibilidade de vir a ingressar num Contrato Emprego Inserção Mais (CEI+)⁶¹ que lhe garante um rendimento mensal de 419€ (mais 82€ do que se apenas usufruísse do RSI, acrescidos das despesas de transporte e subsídio de alimentação). O senhor coloca o problema do acompanhamento das três filhas menores (9, 13 e 15 anos) durante o tempo em que estiver ausente por força da atividade profissional. A resposta que lhe foi dada é que teríamos que encontrar uma alternativa para que as crianças tivessem acesso a equipamentos sócio educativos em horário pós escolar.

O IEFP solicita-me que indique potenciais candidatos para integrar um CEI+ para o desempenho de funções administrativas numa junta de freguesia. Indico o seu nome, sem lhe ter comunicado a indicação que forneci ao IEFP. Passados dias, este homem contacta-me questionando-me acerca de ter sido agora chamado, tendo em conta que nessa altura as crianças vão entrar de férias, e que este seria o momento para todos estarem em família.

Em suma, os relatos que acabamos de apresentar permitem retirar alguns temas de reflexão sobre a prática do serviço social em matéria de promoção da inclusão económica dos cidadãos e de resposta às suas necessidades básicas, designadamente a harmonização da vida familiar e da vida profissional. A primeira, que salta imediatamente à vista, é a exiguidade dos salários e a instabilidade e imprevisibilidade do tempo de trabalho. O que pode o serviço social fazer quando as ofertas de emprego assentam em contratos de trabalho renováveis, temporários e incertos? Quando as possibilidades de integração das pessoas que beneficiam do RSI ou em situação de desemprego passam apenas por medidas de Contrato Emprego Inserção que, na maioria dos casos, não culminam na fixação do trabalhador à entidade empregadora? Poderíamos dizer que as medidas de emprego favorecem mais as entidades empregadoras, pois lhes permitem assegurar um trabalho a baixo custo, do que os indivíduos desempregados cuja vida permanece instável, incerta e, sobretudo, aprisionada na necessidade.

⁶¹ Portaria n.º 20-B/2014 de 30 de janeiro - O Contrato Emprego Inserção Mais (CEI+) consiste na realização de trabalho socialmente necessário por parte de beneficiários de rendimento social de inserção e outros desempregados inscritos, não beneficiários de prestações sociais. Tem como entidades promotoras entidades coletivas, públicas ou privadas sem fins lucrativos, designadamente: serviços públicos que desenvolvam atividades relevantes para a satisfação de necessidades sociais ou coletivas; autarquias locais; entidades de solidariedade social. As pessoas integradas nesta medida, beneficiam de: uma bolsa de ocupação mensal, no valor do IAS (Indexante dos Apoios Sociais, 419,22€); de despesas de transporte; de refeição ou subsídio de refeição por cada dia de actividade (subsídio de valor idêntico ao fixado para a generalidade dos trabalhadores que exercem funções públicas) e seguro que cubra os riscos que possam ocorrer durante e por causa do exercício da atividade.

4.3 A prática profissional no Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social: um estudo de caso

Família constituída por 6 adultos, mãe (44 anos de idade) e respetivo cônjuge (50 anos) e duas filhas (25 e 19 anos), igualmente com os respetivos cônjuges (23 e 24 anos), e três crianças (6, 10 e 14 anos), filhos da mulher mais velha.

Trata-se de uma família recomposta e alargada, já que a titular se divorciou do pai dos seus 5 filhos na sequência de tratamento violento, associado ao alcoolismo, havendo sido constrangida a viver numa “casa abrigo” durante dois anos.

No atual agregado familiar, apenas a senhora mais velha e os companheiros das filhas exercem uma atividade profissional remunerada cujos rendimentos são respetivamente 336€, 300€ e 485€. São todos trabalhadores não qualificados (nível 1) pelo que não se vislumbra, pelo menos a médio prazo, uma melhoria da situação profissional.

O atual companheiro da titular do agregado familiar está desempregado, não obstante ter feito uma formação profissional em pichelaria e canalização, com certificação escolar equivalente ao 3º ciclo e profissional, nível de qualificação II.

As duas jovens encontram-se a fazer formação. Uma delas, portadora de deficiência mental ligeira e que apenas detém o diploma do 1ºciclo, faz formação (com a duração de 2900 horas) na área dos serviços de Ajudante de Empregado/a de Andares, sem equivalência a certificação escolar mas conferente de certificação profissional. A outra jovem (19 anos), portadora do 3º ciclo de escolaridade, frequenta um curso de formação (duração de 3 anos letivos) com dupla certificação: equivalência ao secundário e certificado profissional.

Admitindo que o termo dos dois cursos de formação acima referidos ocorrerá, respetivamente, em julho de 2016 e no final do ano letivo 2016/2017, é de admitir a hipótese de as duas jovens ingressarem no mercado de trabalho após essa data e, em consequência, uma melhoria relativa da situação económica da família.

São uma família alargada que vive numa casa claramente em sobrelotação. Caso para dizer que a solidariedade familiar é um fator de proteção relevante, em face da falta de meios das descendentes para arrendar uma habitação e se autonomizarem da mãe.

A partir da análise da situação económica da família, sabemos que os seus rendimentos mensais perfazem 1512,24€ (salários, abonos de família, bolsa de formação), o

que corresponde, retiradas as despesas fixas (560€), a uma capitação de 105,80€. Os referidos rendimentos colocam a família abaixo do limiar da pobreza, com uma taxa de intensidade da pobreza de 16%.

A resposta do SAAS a esta situação económica tem consistido em providenciar ajuda financeira para suprir despesas de saúde, uma vez que um dos menores está diagnosticado com Transtorno do Deficit de Atenção, o que implica a toma de medicação regular e consultas regulares de psicologia e de terapia da fala que envolvem despesas com deslocação do menor e do adulto que o acompanha, bem como despesas relativas à habitação, designadamente e fornecimento de gás.

No ano de 2013, a família recebeu 509,10€ de apoios provenientes da ação social, nos anos de 2014 e de 2015 foram-lhe atribuídos respetivamente 914,52€ e 971,72€. Assim, foram disponibilizados apoios específicos para despesas com a habitação: renda, luz, gás: 774,95€ (em 2013, 150,85€; em 2014, 295,10€ e em 2015, 329€); para despesas relacionadas com a educação/formação, nomeadamente transportes/deslocações 128,30€, (em 2013, 12,50€; em 2014, 39,60€ e em 2015, 76,20€), despesas com saúde, nomeadamente medicamentos e transportes para consultas 738,83€ (em 2013, 167,65€; em 2014, 214,85€ e em 2015, 356,32€), despesas que se prendem com as deslocações para trabalho 339,75€ (em 2013, 90,25€; em 2014, 119,50€ e em 2015 130€), despesas com o acesso a atividades para as crianças 145€ em 2014, e outras despesas, entre as quais o exemplo de despesas de viagens com deslocações da família localidade de onde são naturais para fim passeio e de visita a familiares, 267,85€ (em 2013, 87,85€; em 2014, 100€ e em 2015, 80€). A Família recebeu ainda ajudas alimentares em espécie equivalentes a 632,70€ em 2013, a 452,64€ em 2014 e a 365,83€ no ano de 2015. De referir também a ajuda em roupas e calçado em segunda mão, brinquedos e livros usados e roupas e louças para a casa.

O que interessa salientar neste domínio da necessidade económica da família é o carácter casual da ajuda em contraste com a manutenção da instabilidade e dificuldade da família em fazer face às despesas correntes. A análise das causas desta dificuldade evidente da família leva-nos a colocar em primeiro plano o baixo nível de qualificações profissionais dos elementos que exercem atividade profissional, os baixos salários destes e o próprio desemprego do companheiro da titular.

Como alterar esta vulnerabilidade face ao emprego dos membros adultos desta família sem elevar as suas qualificações? E como podem os membros da família enveredar por um processo de desenvolvimento das qualificações sem um suporte económico que lhes garanta a sobrevivência?

É, a nosso ver, interessante registar que a Segurança Social impõe como condição de acesso a qualquer ajuda financeira a adesão das famílias à “contratualização de ações para a inserção”. Para conseguir uma ajuda financeira, que pode ser esporádica, é preciso partilhar a vida com o assistente social da instituição que acolhe o pedido. Dito de outro modo, as famílias têm que aceitar que precisam de ajuda em várias dimensões da vida: ajuda para fazer um currículo, para procurar emprego nos jornais ou na internet, para preparar uma entrevista de emprego; ajuda para agendar consultas médicas e a própria ida à consulta, especialmente nas famílias como esta que têm dificuldade em se mover na burocracia do sistema de saúde ou que têm que deixar o trabalho para acompanhar os filhos. Em suma, cabe salientar que, dadas as baixas qualificações de partida de todos os membros da família, as possibilidades de mudança no que respeita à autonomização económica são muito estreitas. Igualmente importante para sustentar a mudança da precariedade económica desta família seria dispor de uma oferta de formação continuada, qualificante e compatível com a gestão da vida profissional e familiar.

A análise da família como um sistema obriga-nos, ainda, a observar as condições de educação de que usufruem os menores. A primeira questão que nos merece atenção remete para o facto de estes não serem filhos do atual companheiro da mãe e de o seu pai biológico ser um indivíduo com problemas de alcoolismo e comportamentos violentos que levaram à separação do casal, com acolhimento de mãe e filhos em casa abrigo, como já acima referimos.

O rapaz mais velho, António (nome fictício), com 15 anos de idade, frequenta atualmente o 9º ano do ensino especial com um currículo manifestamente reduzido por comparação com o currículo institucionalizado como “normal”, o que faz admitir, sem correr risco de errar, que este jovem é um candidato à futura exclusão definitiva do mercado de trabalho.

O relatório de avaliação elaborado pelo estabelecimento de ensino que o menor frequenta atualmente, baseia-se na avaliação, realizada em 2011, pela psicológica instituição

de acolhimento familiar em que a sua família viveu durante dois anos e na *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde* produzida pela Organização Mundial de Saúde (CIF).

O acima referido relatório de avaliação refere que o jovem apresenta um “*nível verbal muito inferior à média (QI verbal 62), um nível intelectual de realização inferior à média (QI de realização 80) e limitações graves das funções intelectuais (b.117.3)*. Apresenta, ainda, *um índice de velocidade de processamento (IVP) e de compreensão verbal (ICV) com sérias dificuldades, possuindo um índice de organização (IOP) razoável*. Possui limitações graves ao nível *da abstração e resolução de problemas (funções cognitivas de nível superior b164.3, funções mentais da linguagem b167.3)*. Ao nível do pensamento lógico *(funções do pensamento b160.3), da concentração (funções da atenção b140.3), do cálculo (funções do cálculo b172.3) e da memória (funções da memória b144.3) o António apresenta dificuldades graves*. Ainda no âmbito das funções mentais globais são de referir *o temperamento introvertido e a insegurança (funções do temperamento e personalidade b162.2)*. O António apresenta como áreas fortes, *o raciocínio não-verbal, a perceção de relações espaciais e a organização de conjuntos com significado e sensibilidade para o social*. ...*Apresenta graves dificuldades em concentrar a atenção (d160.3), distraíndo-se facilmente com qualquer estímulo exterior e estando constantemente a tomar sentido a tudo o que se passa em seu redor o que compromete significativamente a sua aprendizagem*. ...*O António consegue, com alguma facilidade, ler um texto, reconhecendo palavras e aplicando a análise fonética e estrutural, mas apresenta uma dificuldade grave na compreensão e interpretação do mesmo (d166.3), nomeadamente na leitura de informações veiculadas pela escola, recados, textos informativos, entre outros*. ...*apresenta uma caligrafia muito irregular, sendo por vezes de difícil compreensão (d170.3), é lento a escrever, tendo muitas dificuldades em elaborar pequenos textos autonomamente, ou descrever uma simples imagem. Os seus textos não têm uma sequência lógica e coerente, não aplica vocabulário diversificado e adequado, nem aplica as regras gramaticais básicas de escrita*.

Ao nível do cálculo (d172.3), demonstra dificuldades graves na aplicação dos princípios básicos matemáticos, não operando a divisão, nem a multiplicação. Na soma e subtração apenas opera com números inteiros, de forma mecânica e com concretização...tem dificuldade em levar a cabo tarefas múltiplas, uma vez que não é capaz de estabelecer um

plano e definir prioridades na realização das tarefas que tem em mãos, não as iniciando sequer por iniciativa própria e necessitando para o efeito da orientação do adulto.

Apresenta muitas dificuldades ao nível da sua autonomia, especificamente na preparação da mochila e do equipamento, na organização dos materiais escolares e na gestão do seu tempo para realizar as tarefas gradualmente (d230.3). ...evidencia dificuldades muito acentuadas em comunicar e receber mensagens orais (d310.2), compreendendo com muita dificuldade o que lhe é transmitida ...apresenta uma linguagem pouco perceptível, pobre e monossilábica, o que impossibilita a sua comunicação com clareza.... Revela dificuldades graves na transmissão de mensagens escritas de forma estruturada e com significado...na interação e relacionamento interpessoal, o António revela dificuldade em controlar as suas emoções e impulsos, manifestando atitudes para chamar a atenção de forma contínua e sistemática (d7202.2)...não interage de acordo com as regras sociais, nomeadamente no cumprimento dos deveres constantes no regulamento interno da escolademonstra dificuldades acentuadas no cumprimento do seu currículo específico individual, o que sublinha a necessidade de apoio individualizado de Educação Especial (d820.3)...

A família a que este aluno pertence apresenta-se como um facilitador moderado... ao nível dos profissionais de saúde, consideramos facilitador na medida em que o António é acompanhado pelos serviços de saúde de que necessita, cumprindo as consultas e a atualização das vacinas.... Na escola é acompanhado pela psicóloga tornando-se um facilitador substancial (e360+3)... ao nível da adaptação escolar, consideramos facilitador substancial (e355+3), uma vez que o António se apresenta bem adaptado ao contexto escolar e mantém boa relação com o seu grupo de pares.

Este agregado é acompanhado pela IPSS local - ação social. Esta intervenção está a incidir sobretudo numa reorganização familiar ao nível doméstico e financeiro, pelo que consideramos facilitador substancial (e 360+3)... Ao nível das atitudes individuais dos membros da família, consideramos barreira moderada, uma vez que a relação entre a escola e a família é vista pela mãe como uma relação de desconfiança... É importante que a mãe esteja disponível para colaborar com a escola na partilha de aspetos de conduta do seu educando: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com docentes e pares, atitudes, valores e cumprimento das regras estabelecidas....

A análise que fazemos do acima referido relatório de avaliação elaborado pela escola, não deixa dúvidas a respeito do trajeto escolar que este jovem poderá percorrer. Com efeito, a sua permanência no sistema de ensino está muito longe de garantir a aquisição de conhecimentos reconhecidos como acessíveis aos indivíduos da sua idade. Caso para recorrer à expressão “excluídos do interior” que Pierre Bourdieu formulou para designar os jovens cuja conservação da permanência no sistema de ensino nada garante, antes pelo contrário, em termos de aquisição dos conhecimentos e competências que determinam a inclusão social, muito em especial na sua dimensão económica.

Com efeito, basta um olhar sobre a constituição do currículo⁶² - Atividades da Vida Diária, Educação Visual, Educação Tecnológica, Educação Física, Minigolf, TIC, CRTIC Jardinagem, Boccia, Natação, Artes, Futsal, Espaço Partilha, Psicologia, Área Académica Funcional (Português Funcional e Matemática Funcional) – para não ter dúvidas a respeito do futuro escolar e profissional deste rapaz. A maior parte das disciplinas têm essencialmente um carácter ocupacional e são pouco favoráveis à aquisição de aprendizagens estruturantes no sentido de favorecerem uma sucessão de novas aprendizagens equivalentes às que os alunos do ensino regular adquirem ao longo dos anos. Com este currículo, é grande a probabilidade de este jovem não conseguir progredir para etapas mais evoluídas e exigentes.

Os conteúdos da disciplina de matemática do 8º ano são muito reduzidos: noções de tempo, tais como ano, mês, semana, dia, hora; respetiva relação com as estações do ano; data de nascimento; as datas do calendário escolar; a identificação dos dias festivos mais importantes; a escrita e ordenação de números inteiros; a associação entre número e quantidade; intervalos de contagem, adição, subtração, multiplicação; ler as horas nos relógios analógicos e digitais; registar a leitura de horas, unidades de medida, identificar o valor das moedas e das notas.

Quanto aos conteúdos da disciplina de português, o boletim de avaliação final produzido pela escola revela a mesma redução de expectativas a respeito das capacidades de aprendizagem do jovem, já que se resume a “*desenvolver a competência de perceção do sentido de discursos orais*”.

Para aprofundar a reflexão sobre as oportunidades inerentes ao processo de socialização deste jovem, é pertinente rever as abordagens teóricas que têm sido

⁶² Boletim de Avaliação Final do ano letivo.

desenvolvidas a respeito dos fenômenos do insucesso escolar e da aprendizagem. Sabendo que há várias teorias da aprendizagem e explicações do insucesso escolar, todas elas com consequências no que respeita ao seu tratamento, é pertinente fazer um inventário sintético das principais análises produzidas quer no âmbito da psicologia, quer no âmbito da sociologia.

A teoria dos “dotes individuais”, que considera que o insucesso escolar é fruto de um déficit de capacidades e de inteligência da criança, está sem dúvida subjacente ao relatório de avaliação que a psicóloga elaborou e que a escola assumiu como ponto de partida para delinear um “currículo alternativo”. Apoiando-se na convicção de que a inteligência é hereditária, “um ponto de partida na vida de cada indivíduo, esta teoria assume que a inteligência pode ser medida através de testes ditos “científicos” e remete a explicação das dificuldades de aprendizagem para as capacidades do aluno. Este é visto como principal responsável pelo seu sucesso/insucesso, eliminando-se a hipótese de o insucesso ser um fenómeno relacional em que a escola está implicada.

Ora, a atribuição do insucesso escolar a causas meramente individuais é suscetível de ser contestada com base em várias evidências: o seu carácter socialmente seletivo; a investigação em psicologia genética; a investigação em sociologia da educação que revela correlações entre insucesso e classes sociais e analisa as funções da instituição escolar bem como as práticas sociais e culturais que se desenrolam nos vários meios sociais.

A tese do carácter inato da inteligência tem sido posta em causa por numerosas investigações, sendo de registar os importantíssimos trabalhos de Piaget a respeito da génese e desenvolvimento da inteligência (Piaget, 1959). Sem aprofundar esta reflexão, cabe sintetizar as teses que assinalam a influência considerável do fator meio no desenvolvimento da inteligência. “As realizações do domínio cognitivo são tão fortemente influenciadas pelos fatores culturais, desde a mais tenra idade, que se torna impossível ou cientificamente sem sentido tentar separar as influências dos caracteres inatos sobre a inteligência da influência dos fatores do meio” (Benavente, 1987). A característica mais crítica da teoria dos dotes é que ela evita a abordagem relacional do fenómeno, na base do pressuposto da neutralidade da escola no processo de ensino e avaliação dos desempenhos e capacidades dos alunos.

Muito enraizada no senso comum de pais e professores, a explicação do insucesso através dos dotes individuais e hereditários leva a intervenções psico-pedagógicas desastrosas. Em vez de assumir que é preciso considerar as condições reais em que são efetuadas as

aprendizagens escolares, procuram descobrir particularidades no funcionamento psicológico ou psico-fisiológico das crianças que apresentam maus desempenhos. Não é difícil encontrar uma qualquer desregulação a partir da qual pressupor a existência de uma patologia que justifica a dificuldade escolar. É uma linha de intervenção que leva à patologização do insucesso escolar, à etiquetagem e à marginalização para “classes de apoio”, “classes especiais”, “currículos alternativos”, assim produzindo uma massa de alunos inadaptados.

O caso do *António* parece ser um exemplo bem ilustrativo da explicação das dificuldades escolares a partir de uma abordagem naturalista e das suas graves consequências em termos de patologização do problema. O conteúdo do currículo alternativo que foi construído para este rapaz demonstra bem o tipo de expectativas que a escola tem a respeito das suas possibilidades de evolução nas aprendizagens. Dito em termos mais concretos, o carácter elementar dos seus conteúdos representa uma efetiva ausência de expectativas quanto às suas possibilidades de aprender e de vir a obter uma formação de nível equiparável à dos meninos da sua idade, considerados normais. À partida, está determinado que é preciso reduzir drasticamente os desafios da aprendizagem e, logo, reduzir drasticamente a estimulação das suas capacidades. Em nenhuma passagem dos relatórios escolares é feita referência ao funcionamento da instituição escolar e à sua falta de resposta para as crianças que não puderam encontrar no seu meio familiar a estimulação necessária para desenvolverem a inteligência e a vontade de aprender. Em nenhuma passagem do já referido relatório é considerada a hipótese de com uma estimulação muito mais intensa, insistindo nas aprendizagens normais para a sua idade, o jovem poder evoluir num sentido ascendente. Pelo contrário, a escola decide que ele jamais será capaz de aprender.

É certo que a constatação da seletividade social do insucesso, evidenciada pelos trabalhos dos sociólogos da educação, tem retirado impacto à teoria dos dotes. As teorias do “handicap” sócio cultural assinalam a existência de uma desigualdade sócio cultural face à escola. As crianças chegam à escola com diferentes bagagens sócio-culturais, decorrentes de condições de vida e das práticas educativas dos seus pais e famílias, do seu ambiente cultural e da natureza dos estímulos indispensáveis para o desenvolvimento cognitivo e da linguagem. O caso do *António* é, em alguma medida, uma ilustração empírica desta teoria, uma vez que a sua família está longe de reunir as condições de uma razoável estimulação do desenvolvimento cognitivo, não só devido à violência doméstica, mas, igualmente, ao fraco

desempenho das figuras parentais na aprendizagem e desenvolvimento cognitivo das crianças. As condições de vida e o funcionamento desta família não foram de todo favoráveis à interiorização do gosto de aprender e descobrir, ao interesse pelas tarefas escolares, ao desenvolvimento da linguagem.

Esta corrente explicativa impulsionou diversas estratégias, agrupáveis sob a designação “educação compensatória”, cujo principal objetivo era compensar o “handicap” sócio cultural e fornecer a bagagem necessária a uma escolaridade bem-sucedida. Advogaram a melhoria dos recursos das escolas de meios economicamente desfavorecidos mas não puseram em questão a vida interna da escola, os seus dogmas académicos e a sua cultura. Tiveram o mérito de aprofundar o estudo das práticas quotidianas das diferentes classes sociais, mas não alteraram as características sociais e culturais das famílias despossuídas de poder a todos os níveis da vida. A educação compensatória incide sobre a criança e deixa de fora o problema da relação entre cultura da escola e cultura da família. Todavia, o que a nossa análise da resposta da escola aos problemas do *António* nos leva a concluir é que o projeto alternativo que para ele foi construído nem sequer se baseia nesta teoria. O que queremos dizer é que se fossem seguidas as suas análises, o que haveria a fazer seria reforçar os tempos de aprendizagem e promover a aprendizagem dos conhecimentos em atraso. Como já dissemos acima, a resposta da escola é de facto um caso de patologização do insucesso escolar do jovem.

O ponto fraco da teoria handicap sócio cultural é considerar a escola socialmente neutra e ignorar a dinâmica da sociedade classista, em suma, não equacionar o insucesso escolar como fenómeno relacional.

Numa perspetiva de superação das limitações das duas teorias precedentes, a corrente sócio-institucional aborda o fenómeno como resultado de uma relação negativa entre os alunos dos meios sociais culturalmente mais distanciados da escola e a instituição escolar. É na relação entre as normas culturais da escola e as normas culturais do meio familiar que reside o principal obstáculo ao sucesso escolar. Há que mudar numerosos funcionamentos no interior da escola para reduzir diferenças de rendimento entre alunos, designadamente o ensino expositivo, a aula centrada no professor e não no aluno, a avaliação como processo de classificação e não de orientação para a superação de problemas, a ausência de envolvimento da escola no auxílio aos pais no sentido de estes adquirirem capacidades de acompanhar as

tarefas escolares dos filhos, a disponibilização de mais tempo de trabalho direto com a criança, a monitorização constante das suas aprendizagens, práticas pedagógicas que assumam as peculiaridades culturais do universo familiar da criança sem diminuir a exigência e a qualidade das aprendizagens, a organização do tempo quotidiano, a diminuição do número de alunos por turma, etc..

Em suma, à luz do relatório escrito pela escola, podemos concluir que esta nunca admite a hipótese de o *António* ser passível de uma evolução cognitiva e pessoal equiparável aos padrões considerados normais para as crianças da sua idade. Em nenhum momento é a florada a hipótese de com uma estimulação muito mais intensa e centrada nas suas dificuldades específicas, por exemplo, na disciplina de português, o menino poder adquirir outras competências além da “de perceção do sentido de discursos orais” como está estabelecido no boletim de avaliação final produzido pela escola.

António tem um irmão, o *José* (nome fictício), atualmente com 10 anos de idade. O *José* entrou na escola primária já com 7 anos, em virtude de apresentar problemas de atraso da fala. Frequenta o 3º ano do 1º ciclo, havendo ficado retido 3 vezes no 2º ano. Este menino frequenta consultas semanais de terapia da fala (1 hora) e de psicologia (1 hora). De seis em seis meses, tem uma consulta “pediatria do desenvolvimento”.

O *Relatório Técnico Pedagógico* realizado pela Escola, no final do ano letivo de 2011/2012, refere que o menor apresenta *deficiência moderada no desenvolvimento cognitivo verbal, observando-se um maior comprometimento das faculdades verbais abstratas, as mais exigidas nas atividades do currículo. Apresenta lacunas acentuadas no processo de manutenção da atenção (b1400.3), necessitando de supervisão e estímulo permanente para a execução de tarefas; na memória de curto prazo (b1440.3); no armazenamento de informação durante curtos períodos de tempo; na função de memória de longo prazo (b144.3); na função de abstração (b.1640.3), o que compromete a sua capacidade de relacionar conceitos e criar ideias gerais a partir de realidades concretas distintas entre si; na função de organização e planeamento (b.1641.3) de tarefas; na construção de sequências ordenadas dos acontecimentos e na compreensão de relações de causa-efeito; na função de receção da linguagem oral (b16700.2); na expressão da linguagem oral (b16710.2), com vocabulário pobre para a idade; revela alterações articulatórias de tal forma acentuadas que tornam o seu discurso muitas vezes ininteligível; deficiência grave na função de cálculo simples*

(b1720.3); muita dificuldade em comunicar (d310.3), possuindo um discurso confuso e sem estrutura frásica adequada. Não faz concordância de género e número, no uso dos plurais e na conjugação dos tempos verbais. O seu vocabulário é muito reduzido (d134.3); dificuldade em ter uma conversa com uma ou mais pessoas (d350.2); demonstra alguma dificuldade no aprender a ler (d140.2) e escrever (d145.2); revela muito pouca consciência fonológica; identifica de forma insegura algumas vogais, mas não identifica as consoantes trabalhadas; revela vontade de aprender e de se aproximar das realizações dos seus pares, sempre revelando persistência. Na área da matemática reconhece os números até 30, relaciona quantidades e sabe realizar cálculos simples (d150.2) através da decomposição ou com concretização; É uma criança muito irrequieta e impulsiva, demonstrando muita dificuldade no cumprimento de regras; entra frequentemente em conflito com os colegas quer na sala de aula quer, sobretudo, nos espaços exteriores, pelo que anda muitas vezes sozinho (d7203.3); tem dificuldade em realizar um recado simples (d210.2); não consegue organizar, nem manter os seus materiais, necessitando de supervisão constante; não possui hábitos de higiene (d510.2).

São Fatores Ambientais Facilitadores o facto de o menor tratar por pai o companheiro da mãe (e310+2); acompanhamento pela Extensão de Saúde onde cumpre com as consultas de rotina e procede à atualização de vacinas (e355+3); a família beneficia de apoio da IPSS local, nomeadamente ao nível doméstico e financeiro (e360+4); bom relacionamento com a anteriormente referida instituição (e460+3). São Fatores Ambientais Barreiras a adaptação à escola, os problemas de relacionamento da criança com o grupo de pares; a família não apresenta um contacto frequente com a comunidade de um modo geral (e325.2); a indisponibilidade da mãe em colaborar com a escola para uma partilha sobre os aspetos do dia-a-dia, atitudes, cumprimento de regras; ausência da continuidade do trabalho iniciado na escola na família (e410.2).

Na base deste relatório, a escola concluiu que, em face das limitações cognitivas significativas, o menor reunia os requisitos para integrar uma intervenção especializada de educação especial, devendo beneficiar das medidas estabelecidas no Decreto-Lei 3/2008 de 7 de Janeiro: artº 17º - Apoio pedagógico personalizado, alíneas a), b) e d) – sendo o reforço de competências específicas assegurado por um docente do Educação Especial; artº 18º - Adequações Curriculares Individuais, nas áreas curriculares da língua portuguesa,

matemática e estudo do meio, e nas áreas curriculares específicas do treino da atenção/concentração, leitura e escrita com estratégias específicas e raciocínio e comunicação matemática com estratégias específicas; e ainda, artº 20º - Adequações no processo de avaliação: tipo de prova/instrumento de avaliação; duração e acompanhamento do professor que deverá ler as fichas de avaliação a realizar.

A menina de 7 anos de idade, *Maria* (nome fictício), está a frequentar o 2º ano do ensino básico. Na apreciação global do final no ano letivo referente ao 1º ano de escolaridade consta que *“a menina revelou muitas dificuldades em adquirir regras de comportamento”*, que com a concordância da mãe *“a menor será encaminhada para acompanhamento psicológico com a finalidade de ajudar a controlar o comportamento. A sua constante desorganização, falta de atenção e concentração parecem estar na origem das suas dificuldades de aprendizagem... revelando aproveitamento insuficiente nas áreas de português e matemática”*. No decurso do primeiro período da frequência do 2º ano letivo, a aluna beneficia de um *Plano de Acompanhamento Pedagógico Individual*, ao abrigo do Despacho Normativo nº 17-A/2015 de 22 de Setembro, como refere o Artº 20 - *medida de promoção do sucesso escolar, alínea a) medidas de apoio ao estudo, que garantam um acompanhamento mais eficaz do aluno face às dificuldades detectadas e orientados para a satisfação de necessidades específicas”*.

A aplicação do Home Inventory (Bettye M. Caldwell e Robert H. Bradley), instrumento de avaliação do funcionamento familiar adequado à análise das condições em que decorre a socialização primária, muito em particular no que se refere à estimulação cognitiva e ao ambiente cultural da casa, permite-nos abordar, com algum rigor, o ambiente cultural da casa.

No caso das três crianças cujos relatórios escolares acima apresentamos, a pontuação global resultante da aplicação das várias sub-escalas que integram o Home Inventory permite concluir que estamos em presença de uma família cujo funcionamento em termos de apoio à educação se encontra muito abaixo do que os teóricos consideram um ambiente adequado: 19 pontos em 60 possíveis no caso do *António*; 14 pontos em 59 possíveis no caso do *José*; 16 pontos em 55 possíveis no caso da *Maria* de 6 anos.

Na sub-escala “ambiente físico”, as pontuações obtidas a respeito de cada uma das três crianças revelam que as condições habitacionais são notoriamente abaixo do que os autores assumem como ambiente favorável ao desenvolvimento adequado: 2 em 7 pontos possíveis no caso do mais velho; 2 em 8 pontos possíveis no da criança do meio; 1 em 7 pontos possíveis na menina de 6 anos.

Na sub-escala “materiais de aprendizagem”, as pontuações são, também aqui, severamente inferiores ao padrão teoricamente estabelecido como necessário a um bom desenvolvimento psicológico e cognitivo: 1 em 10 pontos possíveis; 1 em 8 pontos possíveis; 3 em 11 pontos possíveis.

O rapaz de 14 anos apenas tem acesso ao cartão da biblioteca da escola. De resto, todos os itens desta sub-escala estão absolutamente ausentes no seu universo familiar: “materiais adequados ao desenvolvimento de uma arte ou de uma forma de artesanato e/ou à realização de coleções”; “tem acesso a pelo menos 20 livros adequados ao seu estado de desenvolvimento”; “a casa tem pelo menos dois tipos de materiais de pesquisa (dicionário, enciclopédia, CD)”; “o adolescente tem acesso a um instrumento musical”; “o adolescente tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado para ler ou estudar”; “o adolescente tem acesso a um computador em casa”; “o adolescente tem acesso a pelo menos dois jogos de tabuleiro adequados”; “o adolescente tem acesso a pelo menos duas peças adequadas para o desenvolvimento físico ou atividades de desporto organizadas”; “é visível pelo menos uma prateleira cheia de livros na casa”.

O menino de 10 anos só dispõe de acesso a um leitor de cassetes ou de cd's ou rádio. Todos os restantes itens assumidos como material de aprendizagem indispensáveis para criar oportunidades de aprendizagens estão ausentes no seio familiar: “A mãe/o pai compra e lê o jornal diariamente”; “a família tem um dicionário e encoraja a criança a usá-lo”; “a criança visitou um amigo por sua própria iniciativa durante a última semana”; “A criança tem livre acesso a um instrumento musical (piano, tambor, cavaquinho, guitarra, etc.)”; “A criança tem livre acesso a pelo menos 10 livros apropriados à sua idade”; “A criança tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado para ler e estudar”; “A criança tem pelo menos duas pinturas ou outras formas de trabalho artístico nas paredes”.

A menina de 6 anos tem acesso a “brinquedos que ensinam as cores, os tamanhos e as formas”; “brinquedos ou jogos que permitem a expressão livre”; “jogos ou brinquedos que

requerem movimentos finos”. Não dispõe de “três ou mais puzzles”; “Gravador de cassetes ou leitor de cds e pelo menos 5 gravações infantis”; “jogos ou brinquedos que facilitam a aprendizagem de números”; “pelo menos 10 livros infantis”; “pelo menos 10 livros são visíveis na casa”; “a família compra e lê o jornal diariamente”; “a família assina pelo menos uma revista”; “a criança é encorajada a aprender as formas”.

Continuando a observar as condições da socialização familiar desta menina, passamos a analisar os resultados a que chegamos por via da aplicação da sub-escala “estimulação da linguagem”. Do conjunto dos itens inscritos, a menina apenas beneficia de “a voz da mãe/do pai transparece sentimentos positivos acerca da criança” e “a criança pode escolher o menu do pequeno-almoço ou do almoço”, (entende-se este item como sendo a mãe proporcionar à criança alimentos do seu gosto, não exatamente a escolha da criança). Nesta sub-escala a menina não dispõe de “brinquedos que ajudam a aprender os nomes dos animais”; “a criança é encorajada a aprender o alfabeto”; “a mãe/o pai ensina à criança as boas maneiras verbais” (note-se que este item exige que seja esclarecido à criança o porquê do *por favor, obrigado, desculpe*, e não apenas o dizer estas palavras); “a mãe/o pai incentiva a criança a falar e despende de tempo a escutá-la”; “a mãe/o pai pronuncia bem as palavras e usa corretamente a gramática”.

A titular desta família refere a escola que os filhos frequentam como uma entidade que *“por tudo e por nada estão a implicar... agora é por uma coisa, depois é por outra... dizem que as crianças chegam muito cedo à escola, pois claro, se eu tenho que apanhar o autocarro para ir trabalhar, tenho que as deixar na escola antes de eu ir no autocarro... depois dizem que as crianças têm um cheiro, que cheiro? Eles tomam banho, o que é que elas (as professoras) querem? Depois estão sempre a dizer que os meninos se portam mal, eu estou lá para tomar conta deles?”*.

Como é visível na transcrição acima do relatório da escola, onde refere que: *a relação entre a escola e a família é vista pela mãe como uma relação de desconfiança... É importante que a mãe esteja disponível para colaborar com a escola na partilha de aspetos de conduta do seu educando: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com docentes e pares, atitudes, valores e cumprimento das regras estabelecidas.... ausência da continuidade do trabalho iniciado na escola na família...*

Foi perante estes dois pontos de vista que no âmbito do SAAS foi proposta reunião entre as partes numa perspetiva de aproximação da comunicação entre as mesmas. Eram do total desconhecimento da escola as reais condições de vida desta família nomeadamente as exigências dos horários de transportes e de trabalho, as condições habitacionais, a escassez de recursos materiais no dia a dia, a falta de escolaridade da progenitora que é também ela, fator determinante para a falta de apoio aos filhos em matéria de escola.

Nesta medida, a escola define uma forma de atuação de proximidade, que se traduz no encontro semanal entre professor/diretor de turma e encarregada de educação para em conjunto fazerem o ponto de situação evitando os entendimentos enviesados da informação de cada uma das partes. Refira-se que esta regularidade de encontros não passou de, a cada um deles, identificar os pontos em que as crianças não estavam a corresponder àquele que é o comportamento que a escola espera dos alunos, àquilo que é a imagem de aluno ideal. Não houve em nenhum momento da parte do estabelecimento de ensino uma intervenção centrada nas potencialidades do aluno, procurando colmatar as fragilidades que o acompanham provocadas pela sua história de vida marcada pela exposição a um pai alcoólico, pelo processo de institucionalização, pelo dia a dia marcado pela escassez de recursos propícios à aprendizagem dos saberes que a escola veicula.

Ainda em relação aos menores e agora no que respeita às deslocações entre a habitação e a escola, o trabalho desenvolvido passou pela exposição à divisão de Educação da Câmara Municipal, da necessidade de assegurar o transporte gratuito das três crianças, já que, apesar de viverem a menos de 3km da escola, a sua família não dispõe dos meios necessários à sua deslocação diária para a escola. Foi com a intervenção do SAAS, através de uma carta-pedido de atribuição de passes escolares, enumerando os vários perigos⁶³ a que estas crianças estavam expostas nas suas deslocações a pé entre a habitação e a escola, que os referidos passes escolares foram atribuídos pelos serviços da autarquia. Será que as crianças, antes e depois de enfrentarem um dia de aulas, têm que estar expostas à violência de fazer percursos

⁶³ “Um percurso com grande intensidade de tráfego automóvel em ambos os sentidos, em determinadas zonas, marcado por ausência de passeio ou passeio demasiado estreito, que só por si constitui perigo, Com tempo de chuva, este percurso é impossível ser feito sem que, quem o faz, fique completamente molhado, pois, por um lado é um percurso demasiado longo para fazer a pé e por outro lado os automóveis ao passarem projetam grandes quantidades de água que é impossível chegar seco ao destino...”

até 3 km, a pé, independentemente do peso das mochilas, do tipo de percurso e das condições climatéricas?

Ainda especificamente dirigido às crianças, a intervenção do serviço social no que se refere às ações no âmbito da ação social como é o caso das atividades de tempos livres e de colónias de férias, pois, as crianças desta família têm beneficiado do acesso à colónia de férias, do acesso às atividades de ocupação de tempos livres de verão, do acesso à prática da modalidade de Judo, e o *José*, no ano letivo 2015/2016, também integrou os treinos de futebol. Sem a intervenção deste serviço, estes menores não teriam possibilidade de vivenciar tais experiências.

No que respeita à saúde, o SAAS faz o acompanhamento no que respeita ao auxílio no agendamento de consultas dos menores, particularmente do menor *José*, nomeadamente no ajustamento dos horários das mesmas para horários compatíveis com os horários de trabalho da progenitora. Por exemplo, as consultas de pediatria de desenvolvimento eram agendadas para as manhãs, o que obrigava o menor a faltar à escola e a progenitora a faltar ao serviço praticamente toda a manhã (note-se que esta trabalho num refeitório). Com a intervenção do SAAS no contacto com a médica que acompanha o menor, foi possível o reajuste dos horários que melhor servem a família. O mesmo se deu com as consultas regulares de terapia da fala e psicologia que foram inicialmente marcadas para o início da tarde, o que levou a que muitas vezes o menor faltasse às mesmas. Situação ultrapassada, depois da intervenção do SAAS e do ajustamento do horário das consultas para horário compatível com os horários de trabalho da progenitora e da escola do menor. Também o encaminhamento do menor *António* para a consulta de saúde oral existente no centro de saúde central uma vez que à data não se encontra abrangido pelo Plano Nacional de Saúde Oral.

Refira-se também que esta família na área da saúde respeita aos cuidados saúde primários, nomeadamente, as consultas de rotina das crianças (saúde infantil), os planos de vacinação e as consultas de planeamento dos elementos femininos. Há uma proximidade na relação da família com o médico de família. Sempre que há a necessidade do recurso à consulta de medicina familiar a família sente-se atendida e compreendida nas suas necessidades.

Ainda no plano da saúde, e como já foi acima enunciado, de referir a importância dos apoios económicos para fazer face às despesas de saúde da família.

No que respeita à área da Formação, foi prestado auxílio à jovem de 25 anos no sentido da sua integração em formação profissional. Perante a sua situação de desemprego, o seu baixo nível de habilitações literárias e a sua deficiência mental ligeira, a integração numa oferta formativa poderia ser uma forma adequada de a integrar num processo contínuo e gradual de aprendizagem profissional. Apresentada esta possibilidade à jovem, esta manifesta vontade em integrar uma atividade profissional, não especificando que atividade concretamente. Refere esta vontade pela razão de saber o seu agregado com baixos recursos financeiros para fazer face às despesas do dia a dia. O primeiro passo passou pela inscrição no IEFP, depois pela inscrição nas várias empresas de trabalho temporário e depois pela procura por iniciativa própria, em cafés e pastelarias da área de residência. Esta iniciativa pela própria jovem permitiu-lhe a tomada de consciência de que as suas baixas qualificações académicas e ausência de qualquer experiência profissional lhe barravam o caminho para integração profissional. Com base nesta experiência, apresentei-lhe a proposta de integrar uma formação profissional. Para tal, e depois de reunir dados sobre a oferta de formação do IEFP no ano 2013 e de a jovem não se identificar com a mesma, foi-lhe feita a proposta de visitar a CERCI local. Esta visita perspectivava que a jovem pudesse conhecer a oferta formativa daquela instituição e ainda conhecer as instalações da mesma. Concretizou-se portanto a visita e ficou assim formalizada a inscrição para ingressar a formação em empregada de andares (certificação profissional) durante 2 anos (2900 horas), aquela com a qual a jovem se identificou. O que se espera com a integração da jovem nesta instituição, cuja ação visa a população portadora de deficiência, é que sejam disponibilizadas um conjunto de condições capazes de potenciar a aquisição de aprendizagens compatíveis com a inclusão profissional.

O que é possível o assistente social do SAAS fazer além de articular com as entidades especializadas nas diferentes áreas de intervenção, se não pode acompanhar a formação no dia a dia? Mais uma vez, a ação do serviço social fica limitada ao papel de controlo na sequência de informações da entidade formativa a respeito da assiduidade, pontualidade e do aproveitamento da formanda. É reportado pela técnica que acompanha a jovem na CERCI, que esta *“falta muito... é conflituosa com os colegas... é pouco participativa, pois é necessário estar sempre a lembrar-lhe o que e como deve fazer...”*. As observações da técnica daquela instituição focam na jovem todas as dificuldades que afetam o que consideram ser o bom funcionamento, o bom relacionamento entre pares e o ser-se bom aluno/formando. Em

nenhum momento há qualquer questionamento sobre o funcionamento da instituição no que diz respeito aos conteúdos formativos e à metodologia de formação que podem não ser suficientemente cativantes para a jovem e por isso ela ser *pouco participativa*. Em nenhum momento é colocada a questão se a jovem se encontra bem integrada no seu grupo de pares. Em nenhum momento é tido em conta que esta jovem antes de integrar a formação ocupava os seus dias nos afazeres domésticos e nos cuidados aos irmãos mais novos e que a sua integração na formação exigiu à família uma nova reorganização que necessita de tempo para se instalar. Coube ao SAAS fazer articulação com a representante da entidade formadora, no sentido de a sensibilizar para uma intervenção mais reflexiva quer por via da compreensão das dificuldades reais da jovem, quer por via do tratamento das mesmas dificuldades.

Na área do emprego, o companheiro da titular, de 50 anos de idade, trabalhou 20 anos como empregado de armazém. A empresa apresenta-lhe uma proposta de rescisão de contrato, alegadamente pela sua falta de preparação para responder às exigências da modernização tecnológica da empresa. Segue-se o direito ao subsídio de desemprego e o IEFP propõe-lhe a integração num curso profissional (Curso EFA de Pichelaria e Canalização com equivalência ao 9º ano). Concluído o curso, são grandes as expectativas de integração profissional, o que nunca chega a acontecer nesta área. Depois de 5 anos em situação de desemprego, uma empresa de trabalho temporário apresenta-lhe uma oferta de trabalho, com entrada imediata, como servente de construção civil numa obra que dista 15 km da sua residência. Este homem recorre ao SAAS e expõe um problema de transporte, dado não existirem transportes públicos para o local de trabalho. Contactamos a empresa para percebermos de quanto tempo dispúnhamos para reunir os meios de transporte. A empresa assegura a contratualização dentro de uma semana. Posto isto, este homem assumiu endividar-se com um conhecido que lhe vendeu uma motorizada usada, e o serviço social apresentou à ação social uma proposta de apoio económico para assegurar o pagamento da renovação da licença da motorizada que estava caducada e ainda o seguro da mesma. No primeiro dia de trabalho, regressou a casa a pé, a empurrar a motorizada. No dia seguinte, para honrar o compromisso com o emprego, deslocou-se de bicicleta e assim aconteceu muitos dias, porque no dia anterior a motorizada avariou no percurso, ou nem sequer chegou a trabalhar de manhã. Este homem manteve-se em funções 10 meses, tendo terminado o contrato com a conclusão daquela obra.

Foi importante o apoio do SAAS quer no processo que respeita ao apoio económico para fazer face às necessidades iminentes que no que respeita à reflexão sobre os constrangimentos e os benefícios de aceder à atividade profissional.

Refira-se ainda a respeito de emprego que, neste agregado, a titular exerce funções de empregada de refeitório escolar, sendo a duração dos seus contratos de trabalho o período letivo. Ou seja, mantém-se em situação de empregada entre setembro e junho, e desempregada entre junho e setembro, o que já vem acontecendo desde 2011.

No âmbito da ação social, concretamente no apoio ao exercício de cidadania, este agregado familiar beneficiou de apoio em todo o processo burocrático que determinou a regulação do poder paternal dos menores e, nesse seguimento, o acesso ao direito às respetivas pensões de alimentos no valor de 50€ mensais por cada menor. Apesar de ser sabido que o pai dos menores estava desempregado e não dispunha de quaisquer rendimentos para assumir a pensão de alimentos, foi preciso esperar um mês para se confirmar efetivamente incumprimento e só depois, a mãe poder “reclamar” ao Tribunal de Família e Menores o facto de o progenitor não cumprir. Só após esta reclamação, o tribunal averigua a veracidade da ausência de rendimentos e aciona o Fundo de Garantia de Alimentos a Menores. A intervenção do serviço social circunscreve-se a facilitar o entendimento das formalidades burocráticas cujo domínio não é facilmente acessível a muitos indivíduos. No acompanhamento em todo este processo, mais do que o auxílio no devido encaminhamento, é também muito importante o esclarecimento contínuo, para que, no final, a família esteja inteirada dos passos que foram dados e dos que terão de ser dados. Assim, mais do que apoiar nestes processos, trabalho desenvolvido, incide também na capacitação das pessoas.

De referir ainda o apoio à reunião da documentação necessária à declaração anual do IRS. De registar a obrigatoriedade de apresentação do IRS acarreta custos para os contribuintes já que a maioria não possui conhecimentos suficientes para o fazer, a que acresce agora o facto de os mesmos serem feitos por via informática. Apenas no ano de 2014, a autarquia disponibilizou um serviço gratuito para cidadãos com mais dificuldades económicas. À exceção desse ano, foi o SAAS que assumiu as diligências necessárias. Note-se que no caso desta família, o total de rendimentos não exige a apresentação da declaração de IRS. Não obstante, esta família necessita da declaração de IRS para efeitos de matrículas na escola, de candidatura à habitação social, e para manutenção do direito à pensão de alimentos.

Ora, a obtenção de um documento substitutivo da declaração de IRS emitido pelas finanças tem um custo de cerca de 8€.

Ainda no apoio a este agregado, refira-se que se trata de um agregado em situação de sobrelotação habitacional e em situação de privação severa das condições habitacionais. Veja-se que a habitação dispõe apenas de dois quartos, sendo a sala dividida com mobiliário de modo a que dela se fazem ainda dois quartos que neles apenas cabem as camas. Os espaços são demasiado exíguos para o número de pessoas que neles habitam, as condições físicas da habitação encontram-se já num estado muito degradado, pois apresentam profundas fissuras nas paredes, graves problemas de humidade e propagação de fungos prejudiciais à saúde. Foi apresentado pedido de habitação social à autarquia, em 2012, e reiterado ao longo dos anos, mas a escassez de oferta de habitação social remete o pedido para “espera”. Em paralelo, foi prestado apoio na procura de habitação mais adequada às necessidades da família e em valores compatíveis com as suas capacidades económicas, pois na atual habitação a família tem mensalmente a despesa de renda de 150€. De referir que a procura de uma nova habitação incidiu na área de residência atual para manter as rotinas da família, particularmente as crianças na escola. Não foi encontrada nenhuma habitação de tipologia adequada ao número de elementos da família, e os valores de rendas apresentaram-se acima do dobro do valor atual.

No início de janeiro de 2016, a habitação desta família foi afetada pelas intempéries, o que obrigou a uma intervenção de emergência para realojamento do agregado familiar. Perante este acontecimento e tendo em conta as muito precárias condições da habitação, a família mudou de residência para outra freguesia, pois encontrou uma habitação que oferece melhores condições de habitabilidade quer pelo estado de conservação da mesma, quer pela oferta de divisões mais adequada ao número de elementos do agregado. Além disso, dispõe de terreno exterior que não só permite praticar uma pequena agricultura de subsistência, como disponibilizar espaço para as crianças brincarem em segurança.

A mudança para nova habitação implicou a transferência dos menores para outro estabelecimento de ensino e implicou ainda a perda das relações de vizinhança que se haviam estabelecido no meio.

Com a mudança do território, esta família deixa de ter o acompanhamento deste SAAS. O “processo de acompanhamento” foi transferido para o SAAS afeto à nova área de residência da família.

À luz dos estudos de Paugam (2013) esta é uma família enquadra-se na categoria de *assistidos*, “ *beneficiam de rendimentos ligados à proteção social, sejam em função da sua deficiência mental ou física, seja em função das suas dificuldades em proporcionar a educação e o sustento aos seus filhos. A assistência traduz-se, na maior parte dos casos, por uma intervenção social relativamente pesada ou, noutros termos, por um acompanhamento de tipo contratual pelos serviços de ação social*”.

O autor na sua obra (2003) destaca três tipos de experiências de assistência:

Experiências Vividas	Motivação para o Trabalho	Dependência relativamente aos serviços de ação social	Racionalização da assistência	Relações com os trabalhadores sociais
Assistência diferida	Forte	Bastante forte	Nenhuma	Distanciamento
Assistência instalada	Fraca	Forte	Elaboração	Apropriação Sedução Cooperação
Assistência reivindicada	Nenhuma	Muito forte	Elaboração Importante	Reivindicação

Esta família mantém uma *forte motivação para o trabalho*, enquadrando-se na categoria que Paugam designa como *assistência diferida*, ou seja, preserva uma forte motivação para o trabalho, mas, devido às fragilidades dos empregos e dos recursos económicos de deles provém, mantém uma *dependência bastante forte dos serviços de ação social*. Mas Paugam caracteriza a *assistência diferida* por um distanciamento subjectivo das pessoas em relação aos serviços de ação social, o que não aconteceu de todo na relação desta família com a assistente social. Efetivamente a *apropriação, a cooperação e a sedução* marcaram a relação família-assistente social. “... a Dra. é a nossa assistente social e nós em si confiamos, porque sabemos que nos quer ajudar... e nós também estamos aqui para colaborar consigo porque sabemos que é para o nosso bem...”.

Conclusão

Segundo o Código de Ética da *National Association of Social Workers* (USA), a principal missão da profissão de serviço social é promover o bem-estar individual e ajudar a satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas, com particular atenção às necessidades e empoderamento das pessoas que são vulneráveis, oprimidas e que vivem na pobreza. Uma definição histórica do trabalho social foca o bem-estar do indivíduo no contexto social e o bem estar da sociedade. Fundamental para o serviço social é a atenção às forças do meio que criam, contribuem e resolvem os problemas da vida. Os trabalhadores sociais promovem a justiça social e a mudança social com e em favor dos clientes. A designação clientes refere-se a indivíduos, famílias, grupos, organizações e comunidades. Os trabalhadores sociais são sensíveis à diversidade cultural e étnica e esforçam-se por acabar com a discriminação, a opressão, a pobreza e outras formas de injustiça social. Estas atividades podem ser exercidas sob a forma de prática direta, organização da comunidade, supervisão, administração de consulta, advocacia social e ação política, desenvolvimento e implementação de políticas, educação, e investigação e avaliação. Os assistentes sociais procuram ajudar as pessoas a satisfazerem as suas próprias necessidades. Os trabalhadores sociais também procuram promover a responsividade das organizações, comunidades e outras instituições sociais para fazer face às necessidades individuais e aos problemas sociais.

A formulação da missão do serviço social nos termos acima transcritos não pode dispensar um trabalho de descodificação dos significados que lhes estão subjacentes. Afirmar que a missão do serviço social é promover o bem-estar do indivíduo e da sociedade, nada nos diz sobre como definir esse bem-estar. Enunciar que o serviço social deve ajudar a satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas não nos permite saber como identificar quais as necessidades básicas humanas, nem como nos posicionarmos a respeito desta matéria na relação com os indivíduos que vivem na pobreza e dependem do sistema de proteção social. Afirmar que o serviço social promove a justiça social e a mudança social também nada nos esclarece acerca do que é justiça social. Admitindo que não existe um único entendimento sobre o que é a justiça social, que não há significado universal sobre esta matéria, não é possível que este ou qualquer outro código de ética se constitua como efetivo guia orientador

das boas práticas de serviço se não existir um trabalho de objetivação dos conteúdos, designadamente recorrendo ao auxílio da ciência.

O texto acima transcrito afirma expressamente que o serviço social deve lutar para acabar com a discriminação, a opressão e a pobreza. Todavia, a investigação sobre a pobreza destaca a existência persistente de fatores sociais que impedem a eliminação da pobreza e atuam no sentido da sua reprodução. Destacam que essa reprodução é sustentada por certos funcionamentos políticos, institucionais e profissionais cujas práticas estão longe de ser coerentes com o que o debate científico sobre os percursos conducentes à desinserção esclarece.

Ora, de entre os funcionamentos que mais negativamente pesam sobre a intervenção sobressai a abordagem fragmentada do indivíduo por diversos “especialistas”, como se este fosse o somatório de características, abordáveis por diversos “especialistas” em função de um ângulo de análise específico. Os indivíduos só existem como totalidades complexas, como entidades relacionais em dados contextos de vida. Por isso, só podem ser compreendidos a partir de uma leitura interdisciplinar, o que não pode dispensar os distintos “especialistas” de procurarem identificar como se articulam e interagem os vários fatores que concorrem para os problemas dos indivíduos. O desenho de programas de intervenção com potencialidades reais de transformação do quadro de vida dos indivíduos e o seu desenvolvimento pessoal no sentido do efetivo domínio das circunstâncias da vida implica a construção de problemáticas teóricas centradas no diálogo criativo entre disciplinas e teorias, única forma de apreender a complexidade do real (Queiroz e Gros, 2012; Vieira, 2015; Brekke, 2012).

No serviço social, compreender ou explicar o comportamento humano obriga a analisar, em simultâneo, o indivíduo e o seu meio envolvente. “O meio envolvente determina a pessoa e a pessoa determina o meio envolvente, ambos interagem e essa interação é o campo de causalidades que o trabalho social procura descrever e compreender” (Brekke, 2012:461). As pessoas, enquanto seres bio-psico-sociais, existem em múltiplos ambientes, útero, família, bairros, escola, economia, ecossistemas naturais. A compreensão dos nexos que ligam a vida individual, inclusive a sua dimensão subjetiva, às condições de existência objetivas é, desde logo, fundamental para superar criticamente a ideia, infelizmente muito corrente no serviço social, de que é possível produzir mudanças no indivíduo sem passar pela alteração das suas condições de existência, incluindo as relações sociais em que este toma parte, sem alterar as

ofertas institucionais ou as políticas (Queiroz e Gros, 2012; Vieira, 2015). Ou seja, que podemos promover a mudança individual sem atuar ao nível exterior, quer assegurando o acesso a recursos materiais fundamentais, pela alteração das condições de existência, quer proporcionando contextos de interação e de socialização que facultem sociabilidades socialmente heterogêneas, estimulem a vida em grupo e proporcionem a apropriação de recursos culturais e cognitivos adequados às exigências da inclusão nas sociedades dos dias de hoje. Como é, igualmente, crucial para superar a ideia, igualmente redutora, de que bastará provocar alterações no contexto do indivíduo para que espontânea e imediatamente ocorram as mudanças internas necessárias à formação de atitudes e condutas mais compatíveis com a transformação das suas circunstâncias, com o desenvolvimento das próprias potencialidades e com o aumento da capacidade de conduzir a vida (Queiroz e Gros, 2012).

Enquanto ciência, o trabalho social deveria propor, testar e aperfeiçoar os modelos da “pessoa no seu contexto”, tal como está a ser feito noutras disciplinas (e.g., Dick, Latendresse, & Riley, 2011; Neufeld, Rasmussen, Lopez, Ryder, & Magyar-Moe, 2006). Compreender as articulações entre fenómenos estruturais, compreensíveis através de disciplinas como a sociologia, a ciência política, a economia, e os fenómenos psicológicos, analisáveis pela psicologia, é um requisito fundamental para escapar à tendência do serviço social para interpretar os fatores psicológicos como principais determinantes da vulnerabilidade dos indivíduos. Como é, igualmente, importante para romper com a tendência para ver o indivíduo como mero produto das circunstâncias sociais. Mais, sem esta rutura que implica articular as dimensões estruturais e psicológicas das condutas individuais não será possível evitar a culpabilização do indivíduo pelos seus próprios problemas, tal como, no polo oposto, não será igualmente possível evitar a sua desresponsabilização (Queiroz e Gros 2012). No fundo, a interpretação dos fenómenos que privam muitos seres humanos de acederem à concretização do bem-estar da pessoa no contexto social implica conhecimento profundo do debate teórico e filosófico que tem sido desenvolvido a respeito da relação entre indivíduo e sociedade. Interessa, em particular conhecer as teorias que procuram sair da oposição entre indivíduo e sociedade, da oposição entre liberdade e determinismo⁶⁴, entre estruturas internas (estruturas subjetivas) e estruturas externas (estruturas objetivas), entre estruturas sociais e

⁶⁴ O grau de autonomia e de dependência de cada ator deve ser determinado em cada caso por uma análise sociológica concreta.

interações sociais, e que abordam o social como realidade relacional e histórica, seja como conjunto de interdependências e de inter-relações (Elias), seja como pluralidade de campos autônomos que são ao mesmo tempo espaço de forças (marcados por uma distribuição desigual de recursos e logo por relações de força) e de lutas (os agentes sociais competem para conservar ou transformar essa relação de forças) (Bourdieu). De Giddens (1987) é fundamental reter a teoria da estruturação que apreende as estruturas sociais sob o ângulo do movimento e da dualidade, isto é, ao mesmo tempo como condição e resultados das atividades realizadas pelos agentes que fazem parte dos sistemas sociais. As propriedades estruturais não existem fora da ação, o estrutural só tem realidade empiricamente apreensível quando atualizado na ação e na interação. Mas a noção de “dualidade estrutural” pode ser vista sob um outro ângulo, que o estrutural é sempre ao mesmo tempo constrangedor e possibilitador, o que remete conjuntamente para as noções de constrangimento e competência.

Bernard Lahire é também uma referência valiosa para enriquecer a compreensão do processo de passagem do social para o interior do indivíduo. Estudar o social individualizado é esclarecer como é que a realidade exterior, mais ou menos heterogênea, se torna corpo, como é que as experiências se instalam, mais ou menos duradouramente em cada corpo, e como é que intervêm nos diferentes momentos da vida social ou da biografia de um indivíduo. É preciso ter em conta que o indivíduo é produto complexo de diversos processos de socialização, que a sua realidade interna é plural e atravessada por incoerências, heterogeneidades e conflitos que fazem do processo de unificação individual uma realidade algo instável, em aberto e, em alguma medida, imprevisível. Em função dos contextos sociais que lhes são acessíveis, o indivíduo pode desenvolver uma pluralidade de disposições e encetar um processo de mudança.

As teorias são cruciais para compreender os fenómenos que estão na origem dos vários tipos de privação e de sofrimento, logo é preciso saber selecionar e articular teorias relevantes, de uma mesma disciplina ou de áreas disciplinares diversas, colocando-as ao serviço da compreensão dos seus fatores determinantes e dos processos que acionam, confirmam e reproduzem esses mesmos fatores determinantes. Compreender a rede de fatores e de dinâmicas que conduzem à perpetuação de situações de privação e de dependência face ao sistema de proteção social ou face à sociedade civil, bem como compreender os seus efeitos no funcionamento psicológico individual, convoca uma pluralidade de perspetivas

teóricas e de teorias. Donde se pode concluir que o que melhor o define o serviço social como ciência é a complexidade, a síntese e o pluralismo. Os problemas enfrentados pelo serviço social são complexos e exigem modelos explicativos complexos (Brekke, 2012, citado por Vieira, 2015).

A rutura com o assistencialismo requer profissionais preparados para analisar as situações concretas de grande complexidade, fruto da interinfluência recíproca de elementos e processos que só podem ser apreendidos se houver rutura com o isolamento analítico de uma dimensão restrita do real e se houver recurso aos contributos de uma pluralidade de perspectivas disciplinares, de teorias e de métodos. Se compreendermos que todos os fenómenos sociais radicam em complexas articulações de fatores segregados em diversos domínios da vida social, não deixaremos de assumir que a intervenção do serviço social só pode atacar a fonte dos problemas se o seu modo de conhecer for sustentado por uma abordagem inter e supradisciplinar. As exigências da intervenção confrontam os profissionais com os objetos reais e situações concretas em toda a sua espessura, complexidade e interinfluência recíproca de elementos e processos. Não se compadecem com o isolamento analítico de uma dimensão restrita do real, e por isso impõem o recurso a uma pluralidade de perspectivas teóricas, de métodos de investigação e de domínios de intervenção.

A análise dos fenómenos organizacionais assume também uma relevância incontornável para avaliar a receptividade destas organizações à incorporação do conhecimento científico no desenho das ações. É fundamental refletir acerca do compromisso destas organizações com a reflexividade, até que ponto se envolvem na criação das condições necessárias à formação contínua dos seus profissionais. Todas as práticas do serviço social ocorrem em contextos organizacionais, donde tem sentido problematizar os funcionamentos institucionais que não são compatíveis com o desenvolvimento psicossocial dos utilizadores dos serviços, e que se revelam resistentes à mudança e inovação social.

Do ponto de vista do serviço social, estudar essa influência, passa por verificar se a organização se assume como um poder de controlo dos indivíduos, como correia de transmissão ideológica e de submissão dos indivíduos a uma ideologia e poder político, se procura levar a sério a advocacia em favor da causa dos direitos humanos, com grande destaque para os das crianças, ou, ainda, em que condições as práticas do serviço social podem contribuir para que os utilizadores dos serviços possam desenvolver uma consciência

de direitos e de deveres enquanto cidadãos. Ponto crucial desta reflexão é, quanto a nós, o posicionamento da organização a respeito do seu papel na conscientização (Paulo Freire, 1975) dos indivíduos e na sua capacitação para enunciarem publicamente os seus problemas e construir uma visão politizada dos mesmos (Vieira, 2015).

Refletir sobre as práticas de serviço social implica abordar criticamente as políticas que determinam o quadro de possibilidades e os limites da intervenção, objetivar os limites e as possibilidades que enquadram essas práticas, seja analisando os meios canalizados para o tratamento dos problemas, seja analisando os funcionamentos organizacionais. Até que ponto as organizações do campo dos serviços de proteção social assumem a transformação dos indivíduos, o desenvolvimento das suas potencialidades, a satisfação das suas necessidades e seu *empowerment* como valores fundamentais do serviço social? Qual o envolvimento das instituições na inovação social, muito em especial o seu compromisso com o desenho e implementação de programas de intervenção baseados na análise científica dos fenómenos? Até que ponto e de que maneiras os modos de conceber e de fazer estabelecidos no seio das instituições bloqueiam a incorporação da produção científica e a inovação?

As instituições que enquadram o serviço social partilham em comum, apesar da diversidade das áreas da sua intervenção, o facto de tratarem problemas que precipitam os indivíduos que os sofrem em risco de morte social. Na sua maioria, dependem do Estado para existirem e desenvolverem a sua ação. Muitas das “Instituições Privadas de Solidariedade Social” que operam no chamado *Terceiro Sector* não dispõem de recursos económicos suficientes para autonomamente intervir em problemas sociais como a pobreza e a exclusão social. Parte significativa da sua ação é sustentada por protocolos de cooperação com a Administração Pública e conduzida segundo diretrizes impostas pelo Estado. A interrogação central, crucial para fazer avançar a reflexividade no serviço social, é a de saber até que ponto a relação entre Estado e organizações do Terceiro Sector compromete a possibilidade de estas se assumirem muito mais como instâncias de advocacia social do que como instâncias de controlo social (Vieira, 2015) Por outras palavras, avaliar o compromisso das organizações do Terceiro Sector com a análise rigorosa da realidade (Pierre Bourdieu, 1993) e com o *empowerment* das pessoas socialmente mais vulneráveis. Situados entre as pessoas e o Estado, os assistentes sociais vivenciam de modo agudo a contradição entre a natureza das necessidades das pessoas e os meios canalizados para a sua satisfação.

Refletir sobre a execução da medida Rendimento Social de Inserção passa por objetivar as possibilidades e as limitações da intervenção do Serviço Social. Se estão enquadrados em organizações cujo funcionamento é pautado pela ideologia de que o fundamental para a coesão social é levar as pessoas a aceitarem a sua condição e a não desejarem acima das possibilidades, os assistentes sociais não poderão escapar a uma prática cujo único objetivo é o controlo social. Os assistentes sociais que assumam o empowerment, o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos e a satisfação das suas necessidades, a superação do sofrimento, não deixarão de vivenciar uma contradição aguda entre os meios disponíveis e a verdadeira natureza dos problemas dos indivíduos (Pierre Bourdieu; Patrick Champagne, 1993, Vieira, 2015).

Pierre Bourdieu fala de “missão impossível”, referindo-se aos assistentes sociais que são oficialmente encarregados de reanimar a vida de um bairro, incentivar a participação dos habitantes na sua gestão e que não dispõem de meios para desencadear uma efetiva transformação da situação das pessoas. Em vários artigos integrados num livro dedicado à análise da “miséria do mundo”, este autor desvenda situações em que o que os assistentes sociais podem oferecer não é o que as pessoas querem, caso dos estágios que são verdadeiros paliativos do desemprego, sendo que aquilo que poderia transformar positivamente a situação das pessoas não depende da sua intervenção. Noutros termos, o que depende da intervenção do assistente social não pode verdadeiramente transformar a situação. Sem meios adequados para superar as reais necessidades e dificuldades das pessoas, os assistentes sociais acabam por se confrontar com dois grandes obstáculos: “a resignação dos indivíduos desmobilizados e desmoralizados por uma longa série de fracassos e deceções; a inércia de uma administração atomizada e atomizante, encerrada na rigidez das suas rotinas”. O assistente social deve lutar em duas frentes. Por um lado, “contra aqueles que deseja assistir e que se encontram demasiado desmoralizados para poderem tomar em mãos os próprios interesses e ainda mais os da coletividade, por outro lado, contra administrações e funcionários divididos e fechados em universos separados” (Bourdieu, 1993: 230-231).

Se enquadrados em organizações que assumam o papel de dinamizar a sociedade civil, aumentando o poder de enunciação dos indivíduos e advogando a sua causa, em vez de assumirem o controlo social, a submissão ideológica e aceitação acrítica e passiva da ordem existente e da sua reprodução, os assistentes sociais terão margem de iniciativa para explorar

vias de liberdade e de manobra para experimentar caminhos alternativos, rompendo com rotinas e funcionamentos burocráticos.

As margens de intervenção do serviço social são seguramente muito reduzidas no que respeita à saída da dependência dos subsídios do sistema de proteção, são também muito escassas no que respeita ao estabelecimento de relações que desencadeiem nos indivíduos a não aceitação passiva da falta de domínio sobre a vida. Só com incansável convicção e respeito dos valores inerentes aos direitos universais da pessoa humana, é possível resistir aos obstáculos e persistir na procura de formas de legitimamente contornar leis e funcionamentos institucionais que parecem ter sido feitos para mortificar os indivíduos e neles induzir a convicção de que nada há a fazer.

Pensar e propor um contrato de inserção, com um mínimo de coerência e realidade, implica, em muitos casos, procurar recursos pecuniários para colmatar a manifesta insuficiência das prestações provenientes do RSI. Não faltam casos em que a prestação garantida por esta medida de política social apenas dá ou para ter uma habitação, ou para não morrer de fome. O recurso à ação social é, pois, uma necessidade que se impõe, a fim de tentar introduzir alguma programação e regularidade na condução da vida. Todavia, a própria natureza dos princípios que norteiam este serviço entra em contradição com tais possibilidades de projetar a vida, uma vez que os apoios concedidos não são vistos como um direito, mas como uma possibilidade sempre contingente, dependente da renovação mensal, no máximo trimestral, dos pedidos e, igualmente, dependente das verbas disponíveis. E mesmo que tais pedidos sejam devidamente fundamentados, no âmbito da demonstração da insuficiência de meios para satisfazer necessidades básicas de sobrevivência, a fim de ser possível uma programação mínima da vida, certo é que os assistentes sociais se debatem com a não aprovação ou a restrição severa dos montantes considerados razoáveis para manter uma vida digna, até, mesmo, nas famílias em que há crianças.

A articulação de fatores que privam os indivíduos da possibilidade de mudar torna-se ainda mais perniciosa por força da restrição de meios financeiros para a formação de adultos. Com efeito, desde 2011, deixou de haver oferta de cursos de Educação Formação de Adultos (dupla certificação), apenas subsiste a oferta de formações modulares em áreas de atividade específicas privilegiando pessoas ativas e com experiência profissional, mas sem certificação escolar.

Que tipo de trabalho permitirá aos que se encontram privados de emprego deixarem de ser assistidos, contribuir para o bem comum e serem cidadãos de pleno direito?

A intervenção do serviço social ocorre num ambiente cultural bastante adverso, com efeitos indiscutíveis na desvalorização simbólica dos assistidos e na sua estigmatização como categoria social incapaz de acompanhar as exigências inerentes ao desenvolvimento das sociedades. O ambiente cultural em que opera o serviço social contribui ativamente para a construção de rótulos que remetem os assistidos para uma categoria inferior, de gente cheia de defeitos que constitui um “verdadeiro problema social” (Bauman, 1999:2-4). Existe na sociedade portuguesa, em geral, um intenso trabalho de formação de uma opinião pública fortemente estigmatizadora dos beneficiários da medida, não sendo raras as posições públicas de figuras políticas e cidadãos em lugares de responsabilidade que falam de subsídio dependência e atribuem aos pobres a responsabilidade pela sua situação.

“É factível combater a pobreza e vencê-la com ajuda de métodos ortodoxos, feitos à medida de uma sociedade que já não existe? Ou deveremos buscar novas soluções, como separar o direito à vida da venda de mão de obra e estender o conceito de trabalho para além do aceite pelo mercado laboral? E com que urgência é necessário enfrentar estes problemas sociais para encontrar respostas práticas?” (Bauman, 1999)

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica*. 1ª Edição, Coimbra: Quarteto Editora
- Almeida, et. Al (1992) *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras. Celta Editora
- Amaro, R. (2001). *Pobreza e exclusão social nas sociedades contemporâneas*. In: Formar – Revista Formadores, nº 40, Lisboa, pp 3-21
- Athayde, J. S. (1977). *Elementos de psiquiatria da criança e do adolescente*.: Instituto de Assistência Psiquiátrica/Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa, Lisboa.
- Bastos, A., Machado, C., Passos, J., (2010) Algumas notas sobre a pobreza infantil. Ed. On-line revista Sociedade e Trabalho acedido em dia 20 de janeiro de 2014, em: http://www.gep.msess.gov.pt/edicoes/revistasociedade/41_14.pdf Acesso em 20 de janeiro de 2014
- Bauman, Z. (1999). *Trabajo, comunismo y nuevos pobres*. Barcelona: Editorial Gedisa
- Benavente, A. et al (1987). *Do outro lado da escola*. Lisboa: Editorial Teorema
- Benavente, A. (1990). *Escola, professors e processos de mudança*. Lisboa: Livros Horizonte
- Berger, P., Luckmann, T., (1996). *A construção social da realidade*. Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Editora Vozes
- Bourdieu, P (1993) *La Misère du Monde*. Paris Seuil
- Bréban, B (1984). *La pauvreté. Un destin?* Paris, Éditions L'Harmattan
- Carrilho, P. (2009). *Olhares sobre a pobreza em Portugal*. Atas do Seminário: *Combater a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social: que intervenções?* Sra. Da Hora: Centro de Investigação em Ciências Sociais. pp. 39-46
- Castel, R., (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crónica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes
- Coser, L. (1965). *The Sociology of Poverty*. Social Problems. vol. 13, p. 145.
- Costa, B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Grádiva Publicações
- Costa, A. B., et. al. (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. Lisboa : Gradiva Editores
- Erikson, E (1998). *O ciclo da vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Freire, P. (1975). *A pedagogia do oprimido*. Porto: Edições Afrontamento
- Gaulejac, V., Bonetti, M., Fraisse, J. (1989) *L'ingénierie Sociale*. Paris: Syrus
- Gaulejac, V., Leonetti, I. (1994). *La Lutte des Places*. Paris: Ed. Hommes et Perspectives
- Giddens, A, (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta Editores
- Gofman, E. (1975). *A representação do eu na vida quotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes
- Gros, M. (1998). *Espaço residencial e modo de vida. Contributos da sociologia para a reabilitação de uma área urbana degradada*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente. Universidade de Aveiro. (n/pub)
- Hoggart, R. (1993). *La coulure du pauvre*. Paris: Éditions du Minut.
- Leeds, A. (1971). *The Concept of the Culture of Poverty: Conceptual, Logical, and Empirical Problems, with Perspectives from Brazil and Peru*. In E. B. Leacock 8 (ed), *The Culture of Poverty: A critique*, New York, Simon and Schuster, pp. 226-284.
- Mead, G. (1962). *Mind, self and society*. Chicago: University of Chicago Press
- Minuchim, P., Colapinto, J., Minuchim, S.(1998) *Trabalhando com Famílias Pobres*. S. Paulo, Artmed Editora
- Offe, C, (1985). *Capitalismo desorganizado*. Tradução brasileira (1989) São Paulo, Editora Brasiliense
- Oscar, L. (1969). *La vida. Une famille portoricaine dans une culture de pauvreté: San Juan et New York*. Paris: Gallimard, Témoins, p. 802.
- Paugam, S. (1991). *La Disqualificatio Sociale: Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris Presse Universitaires de France. Adaptação à língua portuguesa (2003) Porto, Porto Editora.
- Piaget, J. (1959). *A linguagem e o pensamento da criança*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Piaget, J. (1970). *A construção do real da criança*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Queiroz, M. C. (1991). *O mundo e a escola*. In *Manual do formador: políticas educativas da Educação*, Vol. I, Gabinete de Educação Tecnológica Artística e Profissional – Ministério da Educação, pp. 36-85.
- Queiroz, M. C. (2009). *Como ajudar os mais desmunidos sem os assistir? Atas do Seminário: Combater a reprodução intergeracional da pobreza e da exclusão social: que intervenções?* Sra. da Hora: Centro de Investigação em Ciências Sociais. pp. 21-38

- Queiroz, M. C. (2004). *Socialização primária e exclusão social: que tipo de organização pode gerar a mudança cultural*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Queiroz, M. C. (2006). *Classes, identidades e transformações sociais*. Porto: Campo das Letras.
- Queiroz, M. C., Gros, M., (2002). *Ser jovem num bairro de habitação social*. Porto: Edições Afrontamento.
- Queiroz, M. C., Gros, M., (2012) *Social Insetion Income: The contribution of the Association Qualificar para Incluir, Notas Económicas, 35*, Coimbra: Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Pp 59-73
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S. (1999). *A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal*. Separata da Revista da Faculdade de Letras Sociologia (I Série, Vol. IX), pp. 65-73.
- Rogers, C. (1985). *Tornar-se pessoa*. Lisboa, Moraes Editores
- Sarmento, M J; Veiga, F., (2010) *Pobreza Infantil – realidades, desafios, propostas*. V. N. Famalicão. Edições Húmus, Lda.
- Simmel, G. (1998). *Les pauvre*. Paris: Puf
- Sousa, L., Grilo, P., Rodrigues, S., Hespanha, P., (2007). *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção Social*. 1ª ed., Lisboa. Climepsi Editores
- Torres, A. (2010), Relatório da Unidade Curricular Sociologia da Família. Teorias e Debates, Provas de Agregação em Sociologia, ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de Sociologia, Lisboa, Março, 2010
- Torres, A., Capucha, L., (1996) *Jovens da escola da mague*. Revista Sociologia: Problemas e Práticas, acedido em 30 de janeiro de 2014, em: <http://www.analiatorres.com/artigos.html>
- Viegas, J; Costa, A. – Portugal que Modernidade. In Capucha, L. – Pobreza, Exclusão Social e Marginalidade. Oeiras, Celta Editores, 1998.
- Vieira, P. (2016). *Contributos para o aperfeiçoamento das organizações onde o serviço social opera*. Tese de Doutoramento em Serviço Social – Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas (n/pub)

Wacquant, L (1999). *Les Prisons de la misère*. Raisons d’agir. Adaptação à língua portuguesa (2000) Oeiras, Celta Editores

Batista, I., Maciel, C., (2007). *Combater a pobreza infantil e promover a inclusão social das crianças: um estudo das políticas nacionais*. CESIS — Centro de Estudos para a Intervenção Social, acessado em 29 de janeiro de 2014:

<http://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=5165&langId=pt>

As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, Políticas Públicas e indicadores sociais (2013), Lisboa, Unicef, Comité Português, acessado em 2 de março de 2015

<https://www.unicef.pt/as-criancas-e-a-crise-em-portugal/files/Relatorio-Unicef.pdf>

Indicadores da pobreza em Portugal: Dado europeus e nacionais (2013), Porto: EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza, acessado em 29 de janeiro de 2014:

<http://www.eapn.pt/documento/322/indicadores-sobre-pobreza-dados-europeus-e-nacionais>

Manual de Procedimento para o Atendimento/Acompanhamento Social (2011). Lisboa: Instituto da Segurança Social

Decreto-lei n.º 519-G2/79, de 29 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 13/2013, de 25 de janeiro.

Lei n.º 4/2007, 16 janeiro (D. R. n.º 11, série I)

Lei n.º 13/2003, de 21 de maio republicada, pela Declaração Retificação n.º 7/2003, de 29 de maio, alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, e pelo Decreto-lei n.º 133/2012 de 27 de junho que também a republica

Decreto-Lei n.º 32/2011 de 7 de março regula “O novo quadro legal sobre o acesso e exercício de atividade de organização de campos de férias...”

Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto Estabelece as normas de execução da Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, que institui o Rendimento Social de Inserção e procede à fixação do valor do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Anexo I

A Desqualificação Social

Serge Paugam (2003)

A fragilidade

As dificuldades económicas dos *frágeis* (Paugam, S., 2003) estão ligadas, na maior parte das vezes, a uma relação precária com o mundo do trabalho. Por força da instabilidade e da fragilidade da ligação ao mercado de trabalho, a vida é atravessada pela incerteza ou pela irregularidade do rendimento. Trata-se de indivíduos que, apesar das dificuldades de inserção profissional, se recusam a ser considerados e a admitir que o seu futuro passará pelo assistencialismo social. Vivenciam a dependência dos serviços de ação social como perda progressiva da dignidade e admitem que ainda têm hipóteses de encontrar um trabalho, encarando os apoios por parte dos serviços como uma forma de indemnização derivada do desemprego.

Quando são obrigados a solicitar auxílio dos serviços de assistência social, veem essa situação como perda progressiva da dignidade. Preferem, por isso, manter distância em relação aos assistentes sociais. Acreditam que não perderam todas as oportunidades de encontrar um emprego e, por isso, mantêm-se empenhadas na procura de emprego e desejam prescindir, o mais rapidamente possível, dos dispositivos de proteção social. O modo privilegiado de expressão de si próprias na sociedade continua a ser o trabalho. Honra e trabalho são realidades inseparáveis. Interiorizaram o julgamento moral usado contra os “aproveitadores” da assistência social, o que os leva a considerar que o contrato de inserção não é mais do que um caminho para reforçar a sua dependência em relação aos assistentes sociais. Preferem procurar um emprego pelos seus próprios meios. Em suma, confrontam-se com o problema da aprendizagem da desqualificação social.

Nesse processo de aprendizagem da desqualificação, Paugam (2003) identifica dois modos distintos de vivenciar a inferioridade social: *fragilidade interiorizada* e *fragilidade negociada*.

A fragilidade interiorizada exprime-se na vontade de sair rapidamente da situação. É típica das pessoas que vivem a inferioridade social como humilhação e que tendem a fechar-se sobre si próprias, alimentando um certo ressentimento. Antes de haverem passado pela experiência da precariedade, muitas famílias desfrutavam de condições de vida satisfatórias e de um certo desafio material. Do confronto com a raridade das ofertas de emprego e com a impossibilidade de reinserção profissional, dada a idade, nasce o sentimento de angústia em face das reais dificuldades económicas e do peso da humilhação.

Do ponto de vista da sua relação com os serviços de ação social, estas pessoas evidenciam uma sensação de mal-estar, vivenciam o recurso aos serviços sociais com muito sofrimento, apercebem-se que não conseguem dominar os acontecimentos e encaram a sua situação pessoal como aviltante. Recorrer aos serviços de ajuda social, implica a obrigação de se curvarem a uma série de exigências administrativas que muitos tendem a viver como humilhantes. Percecionam o trabalhador social como alguém que constantemente os julga e rotula. Não toleram ser assistidas e demonstram grande incomodidade quando precisam de pedir uma intervenção ou beneficiar de uma ajuda social. Beneficiar desta ajuda, representa um custo simbólico, pois a relação com os serviços de ação social implica uma perda de dignidade. A atitude mais corrente é evitar toda e qualquer relação regular com um trabalhador social e esperar até ao limite extremo para pedir uma ajuda financeira. Casos há em que o mal-estar remete para a presença numa sala de espera do centro de acolhimento da acção social. Frequentar uma sala de espera recheada de mendigos, alcoólicos inveterados e outras categorias de excluídos é uma experiência que instala o medo de serem identificados com “gente desqualificada”.

Na *Fragilidade negociada*, a inferioridade social é percecionada como situação temporária. As pessoas não experimentam qualquer tipo de desconforto ao utilizarem os serviços de ação social ou as associações caritativas (Paugam, 2003: 63-72). Lutam para conseguir subir alguns degraus na hierarquia social, alguns multiplicam os expedientes a fim de aproveitarem todas as oportunidades, sejam elas a ajuda social, os pequenos empregos que constituem soluções intermédias, apesar de continuarem a investir na busca de um emprego permanente. Conscientes da sua fragilidade, adotam um comportamento pragmático na utilização dos serviços. Consideram necessário aproveitar todas as vantagens que lhes podem ser oferecidas. Adotam uma atitude dinâmica para saírem da situação, são muito críticos em relação aos que manifestam menos empenhamento na busca de um emprego. Afirmam a sua vontade de conjurar o fracasso, mesmo se continuam a ser atormentados por circunstâncias menos favoráveis. Quando aceitam a formação, solicitam de preferência os organismos suscetíveis de satisfazer e dar garantias aos empregadores. As normas a que se referem para definir o seu «ideal» de êxito são, para a maioria, normas tradicionais: uma família, filhos bem-educados, conforto material, etc. Por comparação com os frágeis do primeiro tipo, têm, pelo contrário, muito mais confiança neles próprios. Multiplicam as iniciativas, elaboram projectos e sonham com um estatuto social superior. Esta atitude liberta-os progressivamente do peso do fracasso e da inferioridade social.

Na medida em que não ficam inteiramente, nem querem ficar, a cargo dos trabalhadores sociais, não interiorizam as normas e os papéis sociais que correspondem a uma carreira de assistido. Na medida em que recusam a dependência relativamente aos trabalhadores sociais e desejam um emprego permanente que lhes proporcione uma segurança

material, um reconhecimento social no mundo profissional e, de uma maneira mais geral, uma identidade pelo trabalho, não vivem a perda do emprego com um sentimento de inferioridade social. Procuram, por vezes desesperadamente, uma situação menos precária e desejam conservar uma certa independência em relação aos trabalhadores sociais.

Assistência

Os assistidos beneficiam de uma intervenção social relativamente pesada. A tese de Paugam é que a instalação na situação de assistidos implica percorrer um processo de transformação da identidade que passa pelo encadeamento de três tipos diferenciados de experiências vividas na carreira moral do assistido: *assistência diferida*; *assistência instalada*; *assistência reivindicada* (2003: 73). Todavia, podem ocorrer circunstâncias particulares em que tal sucessão de fases não aconteça necessariamente, seja interrompendo, seja diferindo a passagem de uma para outra.

Aqueles que experimentam a *assistência diferida* conservam ainda uma forte motivação para o emprego que se traduz na recusa de identificação com o estatuto de assistido e numa vontade confessa de promoção social. Apesar de dependerem dos serviços da ação social, não aceitam o acompanhamento social regular, designadamente a orientação assistencial do conjunto das suas dificuldades ou das suas deficiências. Não se consideram assistidos, são dominados pelo sentimento de humilhação e de fracasso social, sentem que não estão à altura do que deveriam ser, mas esperam que a sua situação melhore. Não chegam a elaborar racionalizações da assistência, nem a negociar o seu estatuto de assistidos.

A relação regular com os serviços de ação social é uma provação dolorosa que leva a evitar a presença continuada da assistente social, não obstante a reduzida margem de autonomia para conduzir as próprias vidas. A mínima intervenção social parece-lhes um atentado à sua independência e à sua vida privada. As dificuldades de identificação com o estatuto de assistido e a recusa de uma dependência demasiado forte relativamente aos serviços de ação social são os sinais incontestáveis de uma resistência individual às intervenções dos trabalhadores sociais. A estratégia de distanciação ou a recusa de uma colaboração durável têm como motivação a esperança de encontrarem um emprego estável. A procura de um estatuto de assalariado é a única solução preconizada para se libertarem definitivamente do controlo social e do peso simbólico da assistência.

Na *assistência instalada*, os assistidos deixam de sentir escrúpulos ou mal-estar nas suas relações com os trabalhadores sociais, elaboram racionalizações (manipulação simbólica) que lhes permitam reinterpretar a imagem negativa do estatuto de assistido. Tornam-se assistidos, não mais apenas por constrangimento, como na assistência diferida, mas também por uma reinterpretação individual e, por vezes, coletiva do sentido dado ao seu estatuto e ao

papel que lhe é associado. Passaram a aderir verdadeiramente às representações do “assistido profissional”, visto como “preguiçoso” e “desonesto”. Tudo isto implica mudanças na organização da sua vida quotidiana. Havendo deixado de estar motivados para procurar uma atividade profissional, gastam, porém, muita energia a elaborar estratégias de relação com os trabalhadores sociais. A relação desigual que se instaura entre eles e os trabalhadores sociais é atravessada por tensões, incompreensões e resistências, ao mesmo tempo que os assistentes sociais se esforçam em contornar os obstáculos que se interpõem na relação. Não raro, acionam estratégias de sedução para manter uma boa relação com os assistentes sociais e, assim, obterem a plenitude dos seus serviços. Para criar uma relação privilegiada com a assistente social, podem enveredar pela sedução e tentar ganhar a sua confiança, dando-lhe provas de honestidade e de sinceridade. Por seu turno, os trabalhadores sociais, correm o risco de se deixarem enredar numa relação de sedução, desde logo por pretenderem instaurar uma boa relação com as famílias assistidas, a fim de lhes ser possível uma ação educativa em profundidade.

Serge Paugam diz que, em certos casos, os assistidos cooperam com o trabalhador social, aderindo ao seu projeto educativo. É o caso das mulheres que interiorizam o típico modelo da mãe e dona de casa e se esforçam por aplicar as normas educativas sugeridas pela assistente social, demonstrando vontade de cooperação na busca de soluções para as dificuldades familiares. A relação assistente social - assistido é, então, aceite sem tentativas de apropriação ou de sedução.

Mas é igualmente possível encontrar exemplos em que a cooperação cordial é apenas aparente, traduzindo, na realidade, uma concordância oportunista que não é mais do que um disfarce da resistência à intervenção pedagógica do trabalhador social.

Em síntese, a assistência instalada corresponde a uma etapa em que os assistidos interiorizam as atitudes que estão de acordo com a lógica do seu estatuto. O descrédito que está associado a este estatuto deixou de representar um custo simbolicamente intolerável. As dificuldades encontradas na busca de uma atividade profissional e a habituação progressiva à inatividade contribuíram para a aceitação do estatuto de assistido.

Na realidade tal adaptação não é, como analisa Paugam, economicamente irracional para os casais com filhos que podem beneficiar de subsídios mensais oriundos de vários organismos. Enfim, a dependência em relação aos serviços de ação social torna-se cada vez mais forte, o que não significa renunciar à sua personalidade e à sua capacidade de decisão. O saldo desta experiência pode parecer-lhes satisfatório.

Na *assistência reivindicada* deixou de existir qualquer motivação para o emprego e a dependência relativamente aos serviços de ação social torna-se muito forte. Várias razões explicam a ausência de motivação para o emprego, designadamente a inexistência de qualquer

qualificação profissional. Por um lado, é demasiado tarde para aspirar a uma formação. A ausência de motivação para o emprego também pode ser explicada pela natureza da assistência, nomeadamente quando esta instala os indivíduos definitivamente na desistência de uma atividade profissional ou no círculo vicioso da incapacidade e da dependência. As pessoas tornam-se muito dependentes dos serviços de ação social, não aceitam facilmente as condições exigidas pelos assistentes sociais e reivindicam o direito a beneficiar de uma assistência permanente (Paugam, 2003: 93-96). Verifica-se uma certa deterioração na relação entre o assistido e o trabalhador social pois este recusa-se a ser considerado como um simples distribuidor de apoios financeiros, sobretudo quando não constata um progresso sensível da situação material e do comportamento do assistido. Os trabalhadores sociais podem desinteressar-se das famílias nas quais nenhuma mudança é perspectivada. No quadro de uma comunidade que agrupa várias famílias em situação de precariedade económica e social, os assistidos podem ser catalogados como oportunistas ou falsos pobres. Quando não obtêm resposta favorável a todos os seus pedidos, nomeadamente no domínio financeiro, os assistidos ficam agressivamente tristes e criticam abertamente, muitas vezes de maneira rancorosa, os trabalhadores sociais. Suportam com dificuldade a restrição do montante das ajudas financeiras, não têm qualquer escrúpulo em pedir uma intervenção social e tendem a ver os trabalhadores sociais como agentes ao seu serviço. O jogo consiste em tirar o melhor proveito possível da assistência.

Na relação com os trabalhadores sociais, assumem uma estratégia de reivindicação. As probabilidades de risco de rotura da relação com os trabalhadores sociais são significativas, desde logo pela manipulação e pressão de que estes são alvo. A tendência para não respeitar os termos do contrato que liga o indivíduo aos serviços de ação social é um problema difícil de gerir pelos assistentes sociais dada a conflitualidade que este contrato pode introduzir na relação.

Para compreender estas tensões, é preciso reconhecer que a intervenção dos serviços de assistência pode atentar contra a dignidade do ser humano e nele despertar uma miséria moral ainda maior. Dar conta de como a relação entre o profissional de serviço social e o beneficiário pode gerar a perpetuação da sua dependência é pois um exercício de grande relevância para avaliar as potencialidades das medidas de proteção e os dilemas com que estas se confrontam.

Serão os assistidos os principais responsáveis pela sua situação de dependência da assistência? Ou serão os trabalhadores sociais os mais responsáveis pela dependência e falta de autonomia dos beneficiários?

Marginalidade e resistência ao estigma

Na categoria dos *marginais*, Paugam (2003:7-119) inclui os indivíduos que não dispõem de quaisquer rendimentos, sejam eles provenientes de um emprego regular ou de subsídios da assistência. Nunca beneficiaram de indemnizações por desemprego, nunca usufruíram de uma intervenção social regular do tipo assistencial e a sua sobrevivência depende de pequenas ajudas financeiras ou de apoios alimentares, distribuídos por associações de caridade. Não raro, praticam atividades à margem do mercado de emprego.

Originários dos estratos inferiores da classe operária, encontram-se em situação de fracasso desde a infância, havendo as suas vidas sido confrontadas com dificuldades por vezes inultrapassáveis. As suas biografias são frequentemente atormentadas pelos maus-tratos e negligência familiar, não sendo raros os percursos que envolvem a colocação em famílias de acolhimento ou instituições com graves consequências na constituição identitária do indivíduo. O essencial da energia destes indivíduos restringe-se a atos reflexos destinados à manutenção da existência biológica, tais como comer, lavarem-se e dormir. Não reivindicam uma identidade positiva, apenas tentam resistir de forma individual ao peso da humilhação, mobilizando defesas para tentarem encontrar, pelo menos parcial e simbolicamente, o sentido da sua marginalidade.

Do inquérito que realizou, Paugam retira que a maioria esmagadora dos entrevistados não tem qualquer relação com os seus pais naturais ou adotivos, nem mesmo com os outros membros da família. Além de serem provenientes de meios desfavorecidos, foram educados num clima de violência que não podia deixar de conduzir à rotura familiar.

As dificuldades encontradas pelos marginais são com frequência a consequência direta ou indireta de um passado familiar atormentado, de deficiências transmitidas de geração em geração e de uma identidade frágil.

As trajetórias que conduzem à marginalidade são variadas, desde o desenraizamento do local de vida, a inadaptação às normas de uma habitação coletiva, o alcoolismo, a desistência, até à ausência, quase total, de projeto de ascensão social.

Para evitarem uma exclusão definitiva do mercado de trabalho, estes indivíduos são tentados a aceitar atividades ilegais no âmbito da economia paralela, que estão longe de oferecer alguma perspetiva de futuro e, menos ainda, um estatuto social. Não são raros os casos em que tais atividades são o sinal de uma tendência progressiva para a marginalidade social. Verifica-se que, em certos casos, a fuga para diante leva também ao consumo e tráfico de droga.

Olhados de maneira negativa pelos empregadores, que vêem na instabilidade profissional e geográficos sinais de incompetência, de preguiça ou até de mau carácter, confrontam-se com a crescente dificuldade de reinserção social e profissional. O sentimento de desvalorização e rejeição por todas as instituições em nada favorece a reconversão, sendo que a

entrada em “carreiras de marginalidade” pode acabar por constituir a única via de acesso à identidade.

A marginalidade, com os seus referentes contra culturais, é a forma possível de estabilização estatutária, além de que permite uma reconversão simbolicamente prestigiosa. Trata-se de uma trajetória que remete para a incapacidade de encontrar um equilíbrio de vida e, nomeadamente, de aceitar as normas do assalariamento. É expressão de uma crise de identidade cuja causa profunda está ligada, pelo menos em parte, à acumulação de fracassos desde a infância e a adolescência.

A última fase da desqualificação é a estigmatização, pois, aos olhos dos outros, o indivíduo “à margem” torna-se muito rapidamente um incapaz, um vadio. Este atributo, veiculado pela opinião comum, implica um descrédito muito forte que não deixa praticamente nenhuma perspectiva de progresso. O alcoolismo está, sem dúvida, no centro deste processo. O círculo infernal apanha, prioritariamente, os mais fracos, os mais diminuídos. Estes bebem porque não encontram saída e não encontram saída porque bebem. Entregues à sua sorte, sem força e sem vontade, tomam-se insensíveis aos juízos dos outros e encerram-se, cada vez mais, num mundo reduzido, reconstruído segundo as suas normas. A saída lógica para esta situação muito humilhante é aceitar a exclusão social e viver num mundo desfavorecido, fora dos constrangimentos impostos pela sociedade global.

Alguns destes indivíduos, física e psicologicamente diminuídos, resistem, apesar de tudo, a esta decadência moral, mobilizando defesas para resistirem à estigmatização. Procuram *conjurar a marginalidade* através de tentativas de integração social. Outros enveredam por um processo de reconstrução simbólica, criando um quadro cultural tolerável. São os que Paugam inclui na categoria de *marginalidade organizada*. As suas estratégias de sobrevivência são mais reveladoras de uma adaptação individual a uma situação limite do que de uma vontade de mudança de estatuto.

A marginalidade conjurada corresponde a um tipo de vivência subjetiva em que a vontade de sair do fosso convive com as modificações profundas da personalidade e das representações do indivíduo. As condições materiais deploráveis e os problemas, como o alcoolismo, não facilitam a reinserção social. Os que passam por esta experiência da marginalidade conjurada desejam, contudo, livrar-se do estigma que os aflige. Não suportam a condição aviltante e arbitrária com a qual a sua existência está continuamente ameaçada. À custa de enormes esforços, alguns deles conseguem fazer a difícil reaprendizagem da vida social. Isso é tanto mais difícil quanto têm de superar o conjunto dos seus problemas e renunciar inteiramente a viver segundo as normas que interiorizaram. Esta aculturação só é possível quando beneficiam do apoio e do encorajamento de uma pessoa próxima, a maioria das vezes um benévolo, que aceita ajudá-los no seu processo. A necessidade de se reiniciarem

dá um sentido à sua vida, mas é improvável, na conjuntura económica atual, que cedam ao estatuto do emprego.

A marginalidade organizada traduz a renúncia quase definitiva ao trabalho assalariado ou a um estatuto social superior. A perspetiva de um nível de vida mais elevado não é mais um elemento mobilizador. Resistem, contudo, ao estigma e procuram um equilíbrio de vida exercendo diversas atividades, tais como a recuperação do ferro-velho e materiais nas lixeiras públicas, a transformação de casebres em alojamentos definitivos, a venda de produtos da pesca, a jardinagem, etc. A inadaptação às normas de produção e de consumo modernas é, assim, compensada por este trabalho informal, que dá um sentido às suas vidas e permite, em certos casos, evitar ou, pelo menos, resistir à decadência moral. As atividades a que se dedicam inscrevem-se na categoria dos biscates, nomeadamente a recuperação de metais procurados nas lixeiras públicas. Andar ao ferro - velho é uma atividade antiga que implica um certo saber fazer e destreza para reconhecer o alumínio, o latão e cobre, para desmontar os motores e as peças metálicas, para selecionar, acondicionar, transportar, transformar, queimar o plástico que envolve o metal. Um trabalho duro que não é vivido como um constrangimento. Esta recolha repousa numa rede de trocas quase subterrânea, na qual participam empresários que compram estes produtos. Por vezes, a recuperação transforma-se num verdadeiro roubo.

Apesar de não serem negligenciáveis, os ganhos provenientes das atividades deste tipo não representam a única fonte de rendimentos, podendo ser complementados com o recurso a instituições de proteção social.

Sem qualquer tipo de rendimento regular, os marginais deste tipo são remetidos para soluções muito precárias, tais como residir num albergue, numa barraca de madeira ou num casebre, chegando, eventualmente, à ocupação clandestina de uma habitação. A insegurança permanente nas suas vidas torna difícil uma real apropriação do espaço, que por sua vez, provoca uma desestruturação dos seus modos de vida.

Os marginais deste tipo não experimentam um sentimento de humilhação quando se dirigem aos serviços de ação social ou associações de caridade (Paugam, 2003:118-119). Têm plena consciência de estarem situados no ponto mais baixo da escala social e o sentimento de não terem nada a perder quando se dirigem a uma instituição. Pedem portanto em geral sem nenhum escrúpulo, um complemento de rendimentos ou bens materiais. Quando se encontram em presença de pessoas que procuram guardar distância relativamente a eles, têm tendência a fazer do seu descrédito uma vantagem, até mesmo uma dignidade. Alguns, por exemplo, dizem e fazem o que querem, dão espetáculo e criticam sem restrições o funcionamento da instituição ou a atitude dos trabalhadores sociais, o que é um meio de virar, pelo menos parcialmente e sobretudo simbolicamente, a situação em seu favor e afirmar, assim, a respetiva diferença. As assistentes sociais, incomodadas com a presença destes utentes perturbadores e com o ambiente hostil que eles ajudam a criar distribuem-lhes com frequência, antes de todos, o que pretendem,

a fim de que saiam rapidamente dali e deixem de incomodar os outros, quer dizer, os pobres que elas consideram dignos. Neste caso o descrédito é acompanhado do privilégio de ser ajudado antes dos outros.

Marginalidade e resistência ao estigma

Para evitarem uma exclusão definitiva do mercado de trabalho, estes indivíduos são tentados a aceitar atividades ilegais no âmbito da economia paralela, que estão longe de oferecer alguma perspectiva de futuro e, menos ainda, um estatuto social. Não são raros os casos em que tais atividades são o sinal de uma tendência progressiva para a marginalidade social. Verifica-se que, em certos casos, a fuga para diante leva também ao consumo e tráfico de droga.

Olhados de maneira negativa pelos empregadores, que vêem na instabilidade profissional e geográficos sinais de incompetência, de preguiça ou até de mau carácter, confrontam-se com a crescente dificuldade de reinserção social e profissional. O sentimento de desvalorização e rejeição por todas as instituições em nada favorece a reconversão, sendo que a entrada em “carreiras de marginalidade” pode acabar por constituir a única via de acesso à identidade.

A marginalidade, com os seus referentes contra culturais, é a forma possível de estabilização estatutária, além de que permite uma reconversão simbolicamente prestigiosa. Trata-se de uma trajetória que remete para a incapacidade de encontrar um equilíbrio de vida e, nomeadamente, de aceitar as normas do assalariamento. É expressão de uma crise de identidade cuja causa profunda está ligada, pelo menos em parte, à acumulação de fracassos desde a infância e a adolescência.

A última fase da desqualificação é a estigmatização, pois, aos olhos dos outros, o indivíduo “à margem” torna-se muito rapidamente um incapaz, um vadio. Este atributo, veiculado pela opinião comum, implica um descrédito muito forte que não deixa praticamente nenhuma perspectiva de progresso. O alcoolismo está, sem dúvida, no centro deste processo. O círculo infernal apanha, prioritariamente, os mais fracos, os mais diminuídos. Estes bebem porque não encontram saída e não encontram saída porque bebem. Entregues à sua sorte, sem força e sem vontade, tomam-se insensíveis aos juízos dos outros e encerram-se, cada vez mais, num mundo reduzido, reconstruído segundo as suas normas. A saída lógica para esta situação muito humilhante é aceitar a exclusão social e viver num mundo desfavorecido, fora dos constrangimentos impostos pela sociedade global.

Anexo II

Guião de Entrevista Estruturada

Laços Sociais

Home Inventory

(documentos cedidos pelo ISSSP-QpI)

I. Agregado Familiar

Composição do agregado familiar		
Parentesco	Idade	

Tipo de Família			
Nuclear c/ filhos		Monoparental masculina com filhos de diferentes relações	
Nuclear s/ filhos		Recomposta c/ menores fruto de relações anteriores	
Isolada (pessoa sozinha)		Recomposta c/ menores fruto da relação atual	
Monoparental Feminina		Alargada	
Monoparental feminina com filhos de diferentes relações		Recomposta c/ filhos de relações anteriores e atual	
Monoparental masculina		Recomposta sem menores	

II. Rendimentos e Despesas do Agregado Familiar

Origem dos Rendimentos	Valor	Origem dos Rendimentos	Valor
RSI		Subsídio de Doença	
Ação Social		Trabalho Dependente	
Pensão de Alimentos		Trabalho Independente (Recibos Verdes)	
Fundo de Garantia de Alimentos a Menores		Bolsa de Formação	
Valor de Património		Abono de Família	
Subsídio de Desemprego		Bonificação por Deficiência	
Subsídio Social de Desemprego		Majoração de Monoparentalidade	
Pensão de Invalidez		Outro: Qual?	
Pensão de Sobrevivência		Outro: Qual?	
Pensão de Velhice		Total:	

Despesas			
Despesas com Habitação	Valor €	Outras Despesas	Valor €
Prestação/Renda		Transportes	
Condomínio		Despesas de Saúde	
Água		Pensão de Alimentos	
Luz		Despesas c/ Educação	
Gás		Plano de Dívidas. Qual?	
Telefone Fixo		Total	
Total			
Despesas de Habitação/rendimentos x 100		Observações:	
Taxa de Sobrecarga com Habitação *			
* quando o valor das despesas com habitação é superior a 40% dos rendimentos da família			

Determinação do fator de ponderação	Peso	Situação Familiar		
1º elemento adulto	1		0	Total
Outros elementos adultos	0,5		0	
Menores	0,3		0	

Intensidade da Pobreza					
Escala de Equivalência	1 - Limiar de Pobreza (valor equivalente por pessoa)	2 - Prestação de RSI (valor equivalente por pessoa)	Diferença entre 1 e 2 (limiar de pobreza e RSI)	Intensidade de Pobreza	% de 2 em 1
	409,00 €	178,15 €			

Intensidade da Pobreza da Família			
Valor de limiar de pobreza para esta família (1)	Total de rendimento da família (2)	1 - 2	Taxa de intensidade de pobreza 1-2/1

Capitação							
Despesas Fixas	Valor	Rendimentos da Família	Teto elegível Seg Social	Valor elegível Seg Social	Capit. Segundo Crit. Seg Social	Rendim após Ação Social	Capitação Ação Social
Renda					(Rendimento familiar - despesas fixas elegíveis pela seg. social**) / n° de elementos do agregado familiar		
Água							
Luz							
Gás							
Telefone Fixo							
Condomínio							
Transportes							
Equipamentos Sociais							
Medicação							
Planos de pagamentos de dívidas							
Total							

Valor para Cálculo de Capitação Familiar / 2014					
N° de elementos	%	Água	Luz	Gás	Telefone
1	100%	10,34 €	25,25 €	20,68 €	20,68 €
2	75%	18,10 €	45,24 €	36,19 €	36,19 €
3	50%	23,24 €	58,17 €	46,53 €	46,53 €
4	50%	28,44 €	71,10 €	56,87 €	56,87 €
5	50%	33,61 €	84,03 €	67,21 €	67,21 €
6	50%	38,78 €	96,96 €	77,55 €	77,55 €
7	50%	43,95 €	109,89 €	87,89 €	87,89 €
8	50%	49,12 €	122,82 €	98,23 €	98,23 €
9	50%	54,29 €	135,75 €	108,57 €	108,57 €
10	50%	59,46 €	148,68 €	118,91 €	118,91 €
Montante de despesas a considerar à taxa de inflação de 2104 (0,6%) segundo fonte do INE e BP					
Valor de Pensão Social para 2014, 199,53€					

Situação de Privação Material / Situação de Privação Material Severa

Dificuldades com as quais o agregado está confrontado (para determinar se existe uma situação de privação material ou de privação material severa)

Privação Alimentar			
Nos últimos doze meses, fez algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não	Não se Aplica
1. Recebeu alimentos ou refeições gratuitas?			
2. Passou fome porque não podia comprar comida suficiente?			

Impossibilidade de Pagar Contas			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente	Sim	Não	Não se Aplica
1. Não conseguiu pagar todas as rendas de casa?			
2. Não conseguiu pagar todas as contas ao banco?			
3. Não conseguiu pagar todas as contas de gás, água ou eletricidade?			

Insegurança em Matéria de Alojamento			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente	Sim	Não	Não se Aplica
1. Foi despejada(o) da sua casa por não ter pago a renda ou a prestação ao banco (hipoteca)?			
2. Teve que ir viver com outras pessoas, mesmo durante um pequeno período de tempo, porque tem problemas financeiros?			
3. Ficou numa pensão, num albergue, numa casa abandonada, num carro ou outro qualquer lugar não destinado a habitação regular, nem que seja por uma noite?			

Equipamentos			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não	Não se Aplica
1. Teve a sua instalação de gás ou eletricidade desligada?			
2. Teve o telefone desligado?			

Cuidados médicos			
Nos últimos doze meses, aconteceram-lhe algumas das coisas enunciadas a seguir porque não tinha dinheiro suficiente?	Sim	Não	Não se Aplica
1. Houve alguém do seu agregado familiar que precisou ser consultado por um médico ou recorrer ao hospital mas não o pôde fazer por causa dos custos destes serviços?			

Privação Material

EU-SILC thematic module and core part

Foi analisado o conjunto completo de informações MD a partir de EU-SILC 2009, ou seja, os itens recolhidos no módulo temático sobre a Privação Material (MD). No total, foram 50 itens, 17 deles especificamente voltados para a situação das crianças.

A pessoa não pode pagar (mas gostaria de ter, ou seja, a carência é uma falta forçada e não reflete uma escolha) [nota2: Estes 50 itens incluem 3 indicadores - atrasos de pagamentos; sobrelotação e custos elevados do alojamento - que se apoiam em várias variáveis do inquérito SILK. Todavia, para facilitar, referimo-nos a eles como itens]

A. Itens relativos ao Adulto, ou seja, os itens são recolhidos ao nível do indivíduo adulto (população: todos os "adultos", i é, <u>peças com idade de 16 ou + anos, vivendo em casas particulares</u>).		
	Não Pode	Pode
1. Um telefone celular		
2. Substituir roupas gastas por roupas novas (não em segunda mão)		
3. Dois pares de sapatos de tamanho adequado, incluindo um para todas as estações		
4. Gastar uma pequena quantia de dinheiro consigo próprio em cada semana sem ter que consultar ninguém a este respeito (refirida a partir de agora como "dinheiro de bolso")		
5. Encontrar-se com amigos/família para beber/comer pelo menos uma vez por mês		
6. Ter atividades de lazer regulares		

B. Itens relativos ao grupo familiar, isto é, recolhidos ao nível da família (população: todas as pessoas que vivem num alojamento)		
O alojamento da família sofre de:	Sim	Não
7. Ausência de água quente canalizada		
8. Falta de espaço na habitação		
9. Escuridão, insuficiência de luz durante o dia		
10. Infiltrações no telhado / paredes / soalho / fundações ou apodrecimento dos caixilhos das janelas ou do soalho		
11. Ausência de autoclismo no interior do alojamento		
12. Ausência de banho ou chuveiro no alojamento		

O meio envolvente do alojamento sofre de:	Sim	Não
13. Lixo espalhado no bairro		
14. Equipamentos públicos danificados		
15. Barulho proveniente de vizinhos ou da rua		
16. Poluição, sujidade ou outros problemas ambientais		
17. Crime, violência ou vandalismo na área		

A família é confrontada com:	Sim	Não
18. Sobrelotação [nota 3]		
19. Custos elevados de habitação (> 40% do total do rendimento familiar equivalente [nota 4])		
[Sobrelotação - Nota 3: A definição de sobrelotação é consensual na EU "ver Comissão Europeia, 2009". Permite captar os problemas de espaço em função do número de pessoas da família, tendo em conta a idade e o sexo das crianças. Ver ponto... pag...]		
[nota 4 - a definição de custo elevado de habitação é consensual na EU "ver Comissão Europeia, 2009"]		

A família não pode:	Não Pode	Pode
20. Substituir mobiliário velho (embora quisesse)		
21. Ter uma refeição de carne, frango, peixe ou equivalente vegetariano em cada dois dias		
22. Fazer face a despesas inesperadas [nota 5]		
23. Manter a casa adequadamente quente		
24. Fazer uma semana de férias por ano fora de casa		
25. Evitar atrasos de pagamentos (hipoteca ou arrendamento, contas de serviços públicos ou pagamento de compras a prestações)		
26. Comprar uma máquina de lavar (embora quisesse)		
27. Comprar uma televisão a cores (embora quisesse)		
28. Ter um telefone, incluindo telemóvel (embora gostasse de ter)		
29. Ter um computador (embora gostasse de ter)		
30. Ter um carro para uso privado (embora gostasse de ter)		
31. Ter internet (embora gostasse de ter) (M)		
Nota 5 - o montante referido no protocolo de inquérito correspondente ao limiar da pobreza nacional mensal.		

A família tem (muita) dificuldade de acesso a:	Sim	Não
32. Transportes públicos		
33. Serviços de bancos e de correios		

C. Itens relativos às crianças, isto é, especificamente focadas nas crianças (estes itens são colhidos ao nível da família)			
A família não pode adquirir pelo menos para uma criança (ausência forçada):	sim com recursos próprios	sim, oferecido	Não pode
1. Algumas roupas novas (não em segunda mão)			
2. Dois pares de sapatos de tamanho adequado, incluindo um para todas as estações			
3. Frutos e legumes frescos diariamente			
4. Três refeições por dia			
5. Uma refeição diária de carne, frango, peixe ou equivalente vegetariano			
6. Livros em casa adequados à idade das crianças			
7. Equipamentos de lazer ao ar livre			
8. Jogos dentro de casa			
9. Um lugar adequado para fazer os trabalhos de casa			
10. Consultar um dentista quando necessário ('opcional', i é, alguns países não foram autorizados a recolher este item)			
11. Consultar um médico de clínica geral quando necessário (GP) - opcional			
12. Atividades de lazer regulares (desporto, organizações juvenis, etc)			
13. Celebração de ocasiões especiais			
14. Convidar amigos para brincar e comer de tempos a tempos			
15. Participar nos passeios e festas da escola que implicam custos em dinheiro			
16. Espaço no bairro ao ar livre para brincar em segurança			
17. Uma semana de férias por ano fora de casa (M - opcional)			

Habitação

Sobrelotação da habitação	Sim	Não
Uma divisão para cada casal		
Uma divisão para cada indivíduo com 18 ou mais anos		
Uma divisão para dois indivíduos do mesmo sexo entre os 12 e os 17 anos		
Uma divisão para cada indivíduo de sexos diferentes entre os 12 e os 17 anos		
Uma divisão para dois indivíduos com idade inferior a 12 anos, independentemente do sexo		
Existe sobrelotação na habitação?		

Privação severa das condições de habitação	Sim	Não
Existe situação de sobrelotação		
Inexistência de instalações de banho ou duche no interior do alojamento		
Inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento		
Teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho		
Luz natural insuficiente num dia de sol		

<p>Privação severa das condições de habitação: considera-se que um agregado vive numa situação de privação severa das condições de habitação quando reside num alojamento sobrelotado e com, pelo menos, um dos seguintes problemas:</p> <p>a) inexistência de instalações de banho ou duche no interior do alojamento;</p> <p>b) inexistência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento;</p> <p>c) teto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho;</p> <p>d) luz natural insuficiente num dia de sol.</p>
--

Situação Profissional

		adulto 1		adulto 2	
		Sim	Não	Sim	Não
Ocupa-se das tarefas do lar (doméstica)					
Desempregado(a)					
Pensionista					
Encontra-se a fazer uma formação	Conferente de grau académico				
	Não conferente de grau académico				
Exerce regularmente uma atividade profissional por conta de outrem	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce temporariamente uma atividade profissional por conta outrem	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce regularmente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce temporariamente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce ocasionalmente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				

		adulto 3		adulto 4	
		Sim	Não	Sim	Não
Ocupa-se das tarefas do lar (doméstica)					
Desempregado(a)					
Pensionista					
Encontra-se a fazer uma formação	Conferente de grau académico				
	Não conferente de grau académico				
Exerce regularmente uma atividade profissional por conta de outrem	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce temporariamente uma atividade profissional por conta outrem	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce regularmente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce temporariamente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				
Exerce ocasionalmente uma atividade profissional por conta própria	Declarada				
	Não Declarada				

Intensidade laboral per capita atual (n° meses de trabalho / 12 meses)				
Elemento do agregado familiar	N° de horas de trabalho por semana	N° de meses de trabalho no último ano	Intensidade Laboral (n° de meses trabalhados/12)	Intensidade Laboral per capita
				soma do n° de meses de todos os adultos / n° de adultos

Adultos	Profissão atual	Profissão anterior	Classificação Portuguesa das Profissões (2010)	
			Grande Grupo	Sub Grupo

CITP/ISCO – Classificação Internacional do Tipo de Profissões/International Standard Classification of Occupations

Grandes Grupos CITP/ISCO/2008		Nível de competências CITP/ISCO/2008
0	Profissões das Forças Armadas	1, 2 + 4
1	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	3+4
2	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	4
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	3
4	Pessoal administrativo	2
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	2
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	2
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	2
9	Trabalhadores não qualificados	1

Indicadores de definição dos níveis de qualificação do Quadro Europeu de Qualificações (QE)

Níveis	Conhecimentos	Aptidões	Competência
	No âmbito QEQ descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais	No âmbito QEQ, descrevem-se as aptidões cognitivas (incluindo a utilização do pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos materiais, ferramentas e instrumentos	No âmbito QEQ, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia
Nível 0 A Analfabeto			
Nível 0 B 4º ano			
Nível 1 6º Ano	Conhecimentos gerais básicos	Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão direta num contexto estruturado
Nível 2 9º Ano	Conhecimentos factuais básicos numa de trabalho ou de estudo	Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão com um certo grau de autonomia
Nível 3 Secundário	Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da seleção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho. Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas
Nível 4 Pós secundário Não universitário	Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho	Gerir a própria atividade num quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas suscetíveis de alteração. Supervisionar as atividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das atividades em contexto de estudo ou trabalho

Nível 5 1º Ciclo do ensino superior	Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudo ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos	Uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstratos.	Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis. Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros
Nível 6 1º Ciclo de ensino superior	Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios	Aptidões avançadas que revelam mestria e inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho	Gerir atividades ou projetos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade de tomada de decisões em contexto de estudo ou de trabalho imprevisíveis. Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e coletivo
Nível 7 2º Ciclo do ensino superior	Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação. Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos numa área e nas interligações entre várias áreas	Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas	Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos e imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas. Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas.
Nível 8 Doutoramento	Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas	As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e avaliação necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e ou na inovação e/ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes	Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso num que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho inclusive em matéria de investigação.

Escolaridade

Nível de escolaridade concluído pelos adultos (+ 16 anos)						
Nível de Escolaridade						
Não sabe ler nem escrever						
1º Ciclo do Ensino Básico (* Ensino Regular ** Alfabetização *** Curso de Ensino/Aprendizagem)						
1º Ano						
2º Ano						
3º Ano						
4º Ano						
2º Ciclo do Ensino Básico (* Ensino Regular ** CEF *** EFA **** RVCC)						
5º Ano						
6º Ano						
3º Ciclo do Ensino Básico (* Ensino Regular ** CEF *** EFA **** RVCC)						
7º Ano						
8º Ano						
9º Ano						
Ensino Secundário (* Ensino Regular ** Curso Profissional *** EFA **** RVCC)						
10º Ano						
11º Ano						
12º Ano						
Ensino Pós-Secundário (Curso de Especialização Tecnológica - CET)						
Ensino Superior						

Laços sociais horizontais e laços sociais verticais

Na sociologia a noção de integração tem sido abordada em termos de coesão social, ou seja, que laços que permitem a vida em conjunto e que previnem a anomia e a desordem, ligando os indivíduos entre si e cada um deles com a sociedade no seu conjunto. A inserção de indivíduos nas sociedades implica, por um lado, a integração no seio de grupos primários, e por outro lado, a integração na sociedade global através de laços institucionais.

Os laços horizontais exprimem-se no seio dos grupos primários, família, vizinhos, amigos ou reagrupamentos voluntários (como associações, clubes, bandas) em relações interpessoais face a face.

A inscrição de indivíduos nas redes de sociabilidade primária familiar, de amigos e associativa, preenche funções essenciais, tais como troca de serviços, de informações, de comunicação, de imagens identificatórias que permitem ao indivíduo representar-se a si próprio no seio do seu grupo e em relação à sociedade global, e identificar o seu lugar e o seu papel nesta sociedade.

A diminuição das relações sociais é um fator de vulnerabilidade. Significa em primeiro lugar um enfraquecimento de trocas, menos informação e menos comunicação, menos entre-ajuda, menos serviços ou apoio em caso de dificuldade. Mas a fraqueza do tecido relacional significa também uma carência ainda mais grave que é a da ordem da rutura dos grupos de pertença e da impossibilidade de trocar ou negociar imagens identitárias. O isolamento e o afastamento das redes de relações enfraquecem progressivamente o sentimento de pertença a um grupo restrito (família, bairro, profissão, etc.) em cuja identidade coletiva, o indivíduo pode encontrar referências para situar a sua própria identidade e fontes de segurança e valorização.

Laços Sociais Horizontais

A família dispõe de relações com familiares que a auxiliem nos seguintes aspetos					
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre
Levar e buscar os filhos à escola					
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola					
Levar os filhos ao médico					
Cuidar dos filhos quando estão doentes					
Estudar com os filhos					
Cuidar da higiene da casa					
Cuidar das roupas					
Preparar / assegurar refeições					
Fazer reparações em casa					
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes					
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas					
Organizar atividades de lazer para os filhos					
Resolver conflitos conjugais					
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos					
Educar os filhos					
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional					
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)					

A família dispõe de relações com amigos/vizinhos que a auxiliem nos seguintes aspetos					
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre
Levar e buscar os filhos à escola					
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola					
Levar os filhos ao médico					
Cuidar dos filhos quando estão doentes					
Estudar com os filhos					
Cuidar da higiene da casa					
Cuidar das roupas					
Preparar / assegurar refeições					
Fazer reparações em casa					
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes					
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas					
Organizar atividades de lazer para os filhos					
Resolver conflitos conjugais					
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos					
Educar os filhos					
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional					
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)					

A família participa numa associação local e esta participação proporciona-lhe auxílio nos seguintes aspetos					
Tipos de Ajuda	1 Nunca	2	3	4	5 Sempre
Levar e buscar os filhos à escola					
Tomar conta dos filhos após a sua saída da escola					
Levar os filhos ao médico					
Cuidar dos filhos quando estão doentes					
Estudar com os filhos					
Cuidar da higiene da casa					
Cuidar das roupas					
Preparar / assegurar refeições					
Fazer reparações em casa					
Obter dinheiro para fazer face a despesas correntes					
Obter dinheiro para fazer face a despesas inesperadas					
Organizar atividades de lazer para os filhos					
Resolver conflitos conjugais					
Resolver conflitos e dificuldades de relacionamento com os filhos					
Educar os filhos					
Ampliar o número de pessoas conhecidas que facilitam o acesso a uma atividade profissional					
Partilhar problemas, obter compreensão e não se sentir sozinho(a)					

Laços Sociais Verticais

A família tem acesso a formas de solidariedade coletiva		
Tipos de Serviços/Apoios	Sim	Não
Creche		
Amas		
Pré-Escolar		
Abono de família com majoração		
Abono de família sem majoração		
Complemento solidário para idosos		
Rendimento Social de Inserção		
Subsídio Social de Desemprego		
Subsídio Social de Parentalidade		
Habitação Social		
Cantina Social / Distribuição de Refeições		
Apoios Sociais Regulares à Habitação		
Bolsas de Estudo e de Formação		
Isenção de Taxas Moderadoras do Serviço Nacional de Saúde		
Cheque Dentista		
Ação Social Escolar		
Tarifas Sociais de Transporte		
Pensão de Sobrevivência		
Tarifas Sociais de Gás e Eletricidade		
Adaptação de Horário de Trabalho		
ATL		
Ação Social		
Apoio Alimentar		
Centro de Acolhimento Familiar e Parental		

HOME do Bebê (0 a 3 anos)

Betty M. Caldwell e Robert H. Bradley

Ficha de Sumário

Nome da Família _____ Data _____ Visitante _____
Morada _____ Telefone _____
Nome da Criança _____
Data de nascimento _____ Idade _____ Género _____
Interlocutor (se não for a mãe, diga qual a ligação com a criança) _____

Constituição da família (pessoas que vivem no agregado doméstico, incluindo sexo, idade das crianças)

Étnia da Família _____ Língua falada _____
Escolaridade da mãe _____
A mãe tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregada _____
Horas de trabalho por semana _____
Escolaridade do pai _____
O pai tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregado _____
Horas de trabalho por semana _____
Quem cuida das crianças atualmente _____
Indique de modo resumido quem cuidou das crianças no último ano _____
Outras pessoas presentes durante a visita _____
Notas _____

SUMÁRIO				
SUSESCALAS	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	MEDIANA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	COMENTÁRIOS
I - Responsividade	11	9		
II - Aceitação	8	6		
III - Organização	6	5		
IV - Materiais de Aprendizagem	9	7		
V - Implicação	6	4		
VI - Variedade	5	3		
Pontuação Total	45	34		

HOME da Primeira Infância (3 a 6 anos)

Betty M. Caldwell e Robert H. Bradley

Ficha de Sumário

Nome da Família _____ Data _____ Visitante _____
Morada _____ Telefone _____
Nome da Criança _____
Data de nascimento _____ Idade _____ Género _____
Interlocutor (se não for a mãe, diga qual a ligação com a criança) _____
Constituição da família (pessoas que vivem no agregado doméstico, incluindo sexo, idade das crianças) _____

Etnia da Família _____ Língua falada _____
Escolaridade da mãe _____
A mãe tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregada _____
Horas de trabalho por semana _____
Escolaridade do pai _____
O pai tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregado _____
Horas de trabalho por semana _____
Quem cuida das crianças atualmente _____
Indique de modo resumido quem cuidou das crianças no último ano _____

Outras pessoas presentes durante a visita _____
Notas _____

SUMÁRIO				
SUSESCALAS	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	MEDIANA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	COMENTÁRIOS
I - Materiais de Aprendizagem	11	8		
II - Estímulo de Linguagem	7	6		
III - Ambiente Físico	7	6		
IV - Responsividade	7	6		
V - Estímulo Académico	5	4		
VI - Moldagem	5	3		
VII - Variedade	9	8		
VIII - Aceitação	4	4		
Pontuação Total	55	40		

Ficha do registo HOME da Primeira Infância (3 a 6 anos)

Preencha o espaço junto de cada item com um mais (+) ou um menos (-), dependendo do comportamento observado durante a visita, ou se a mãe/o pai comunica que as condições ou eventos são característicos do ambiente doméstico. Introduza os subtotais e o total na Ficha Sumário. É indicado para cada item: Observação (O), Ambas (A) ou Entrevista (E).

I. MATERIAIS DE APRENDIZAGEM		24 - Os quartos não são sobrecarregados com mobília. O	
1 - A criança tem brinquedos que ensinam as cores, os tamanhos e as formas. A		25 - A casa está razoavelmente limpa e pouco desordenada. O	
2 - A criança tem três puzzles ou mais. A		IV. RESPONSABILIDADE	
3 - A criança tem um gravador de cassetes ou um leitor de CD's, e pelo menos cinco gravações infantis (cassetes ou CD's). A		26 - A mãe / O pai pega na criança ao colo 10-15 mn por dia. E	
4 - A criança tem jogos ou brinquedos que permitam a expressão livre. A		27 - A mãe / O pai conversa com a criança pelo menos duas vezes durante a visita. O	
5 - A criança tem jogos ou brinquedos que requerem movimentos finos. A		28 - A mãe / o Pai responde verbalmente às perguntas ou pedidos da criança. O	
6 - A criança tem brinquedos ou jogos que facilitam a aprendizagem dos números. A		29 - A mãe / O pai costuma responder verbalmente às palavras da criança. O	
7 - A criança tem pelo menos dez livros infantis. A		30 - A mãe / O pai elogia as qualidades da criança pelo menos duas vezes durante a visita. O	
8 - Pelo menos dez livros são visíveis na casa ou apartamento. A		31 - A mãe / O pai acaricia, beija ou abraça a criança durante a visita. O	
9 - A família compra e lê o jornal diariamente. E		32 - A mãe / O pai ajuda a criança a revelar uma conquista durante o dia. O	
10 - A família assina pelo menos uma revista. E		V. ESTÍMULO ACADÉMICO	
11 - A criança é encorajada a aprender as formas. E		33 - A criança é encorajada a aprender as cores. E	
II. ESTÍMULO DA LINGUAGEM		34 - A criança é encorajada a aprender as letras de canções, rimas, lenga-lengas, orações, etc. E	
12 - A criança tem brinquedos que ajudam a aprender o nome dos animais. A		35 - A criança é encorajada a aprender as relações no espaço. E	
13 - A criança é encorajada a aprender o alfabeto. E		36 - A criança é encorajada a aprender os números. E	
14 - A mãe / O pai ensina à criança as boas maneiras verbais (por favor, obrigado, desculpa). E		37 - A criança é encorajada a aprender a ler algumas palavras. E	
15 - A mãe / O pai incentiva a criança a falar e despende tempo para escutá-la. E		VI. MOLDAGEM	
16 - A criança pode escolher o menu do pequeno almoço ou do almoço. E		38 - A criança consegue esperar para ter o prazer de comer. E	
17 - A mãe / O pai pronuncia bem as palavras e usa corretamente a gramática. O		39 - A TV é usada de forma criteriosa. E	
18 - A voz da mãe / do pai transparece sentimentos positivos acerca da criança. O		40 - A criança pode expressar sentimentos negativos sem ser duramente repreendida. E	
III. AMBIENTE FÍSICO		41 - A criança pode bater na mãe / no pai sem ser duramente repreendida. E	
19 - O edifício onde a família mora parece ser seguro e livre de perigos. O		42 - A mãe / O pai apresenta a visita à criança. O	
20 - O espaço exterior para brincar parece ser seguro. O		VII. VARIEDADE	
21 - O interior da casa ou apartamento não é escuro ou perceptivamente monótono. O		43 - A criança tem um instrumento musical verdadeiro ou de brincar. A	
22 - O bairro é esteticamente agradável. O		44 - A criança é levada em passeio por um membro da família, pelo menos a cada duas semanas. E	
23 - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9m2 por pessoa que lá mora. O		45 - A criança viajou a um lugar a mais de 80 Km da sua casa, durante o último ano. E	

46 - A criança foi levada a um museu durante o último ano. E		VIII. ACEITAÇÃO							
47 - A mãe /O pai encoraja a criança a arrumar os brinquedos sozinha. E		52 - Não ocorreu punição física mais do que uma vez durante a última visita. E							
48 - A criança faz pelo menos uma refeição por dia com a mãe e o pai. E		53 - A mãe / O pai repreende, grita ou despreza a criança mais do que uma vez. O							
49 - A mãe / O pai deixa a criança escolher, na mercearia certos produtos preferidos ou marcas. E		54 - A mãe / O pai não reprime fisicamente a criança durante a visita. O							
50 - A mãe / O pai usa frases com estruturas e vocabulário complexas O		55 - A mãe / O pai não dá uma palmada, nem bate com força à criança durante a visita. O							
51 - As "obras de arte" da criança são expostas pela casa. O									
TOTAIS									
I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	TOTAL	

HOME da Meia Infância (6 - 10 anos)

Betty M. Caldwell e Robert H. Bradley

Ficha de Sumário

Nome da Família _____ Data _____ Visitante _____
Morada _____ Telefone _____
Nome da Criança _____
Data de nascimento _____ Idade _____ Género _____
Interlocutor (se não for a mãe, diga qual a ligação com a criança) _____
Constituição da família (pessoas que vivem no agregado doméstico, incluindo sexo, idade das crianças) _____

Étnia da Família _____ Língua falada _____
Escolaridade da mãe _____
A mãe tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregada _____
Horas de trabalho por semana _____
Escolaridade do pai _____
O pai tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregado _____
Horas de trabalho por semana _____
Quem cuida das crianças atualmente _____
Indique de modo resumido quem cuidou das crianças no último ano _____

Outras pessoas presentes durante a visita _____
Notas _____

SUMÁRIO				
SUSCALAS	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	MEDIANA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	COMENTÁRIOS
I - Responsividade	10	9		
II - Encorajamento da Maturidade	7	5		
III - Clima Emocional	8	7		
IV - Oportunidades e Materiais de Aprendizagem	8	4		
V - Enriquecimento	8	6		
VI - Companheirismo Familiar	6	5		
VII - Integração Familiar	4	3		
VIII Ambiente Físico	8	7		
Pontuação Total	59	46		

Ficha do registo HOME da Meia Infância (6 - 10 anos)

Preencha o espaço junto de cada item com um mais (+) ou um menos (-), dependendo do comportamento observado durante a visita, ou se a mãe/o pai comunica que as condições ou eventos são característicos do ambiente doméstico. Introduza os subtotais e o total na Ficha Sumário. É indicado para cada item: Observação (O), Ambas (A) ou Entrevista (E).

I. RESPONSABILIDADE		21 - A mãe / O pai não chorou nem esteve visivelmente perturbada/o na presença da criança mais do que uma vez na semana passada E	
1 - A família tem horários diários bastante regulares e previsíveis para a criança (refeições/cuidados diários/hora de dormir/horário de televisão/trabalhos de casa, etc.) E		22 - A criança tem um lugar especial onde pode guardar os seus pertences A	
2 - A mãe / O pai cede aos medos ou rituais da criança (permite uma luz ligada durante a noite, acompanha a criança nas novas experiência, etc.) E		23 - A mãe / O pai fala com a criança durante a visita (para além da apresentação e das chamadas de atenção) O	
3 - A criança foi elogiada pelo menos duas vezes, durante a semana passada, por coisas que fez. E		24 - A mãe / O pai usa, pelo menos duas vezes durante a visita, termos carinhosos ou algum diminutivo para o nome da criança quando fala dela O	
4 - A criança é encorajada a ler sozinha E		25 - A mãe / O pai não expressa irritação ou hostilidade para com a criança (queixa-se, descreve a criança como "má", diz que a criança não se importa, etc.) O	
5 - A mãe / O pai encoraja a criança a participar na conversa ao longo da visita O		IV. MATERIAIS E OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM	
6 - A mãe / O pai dá sinais de resposta emocional positiva aos elogios que a Visitante faz à criança O		26 - A mãe / O pai compra e lê o jornal diariamente E	
7 - A mãe / O pai responde às questões que a criança coloca durante a visita O		27 - A família tem um dicionário e encoraja a criança a usá-lo E	
8 - A mãe / O pai usa estruturas fráscas completas, assim como algumas palavras difíceis, durante a conversa O		28 - A criança visitou um amigo por sua própria iniciativa durante a última semana E	
9 - A voz da mãe / do pai transmite sentimentos positivos quando falam com a criança ou da criança O		29 - A Criança tem acesso a um leitor de cassetes ou de CD's, a um gira discos ou a rádio E	
10 - A mãe / O pai inicia trocas verbais com a visitante, coloca questões, faz comentários espontâneos O		30 - A criança tem livre acesso a um instrumento musical (piano, tambor, guitarra, etc.) A	
II. ENCORAJAMENTO E MATURIDADE		31 - A criança tem livre acesso a pelo menos dez livros apropriados para a sua idade A	
11 - A família exige à criança que leve a cabo algumas rotinas de cuidado consigo mesma (p. ex: fazer a cama, limpar o quarto, limpar o que suja, tomar banho) E		32 - A criança tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar adequado para ler ou estudar E	
12 - A família exige à criança que mantenha o quarto e as zonas da casa em que brinca relativamente limpos e arrumados E		33 - A casa tem pelo menos duas pinturas ou outras formas de trabalho artístico nas paredes O	
13 - A criança arruma a roupa de sair, a roupa suja e a roupa de dormir em locais próprios E		V. ENRIQUECIMENTO	
14 - Os pais impõe limites à criança e reforçam-nos E		34 - A família tem uma TV, esta é usada criteriosamente e não é usada em permanência E	
15 - A mãe / O pai é coerente no estabelecimento e na aplicação de regras familiares E		35 - A família encoraja a criança a desenvolver ou a manter atividades recreativas E	
16 - A mãe / O pai apresenta a Visitante à criança O		36 - A criança é regularmente integrada nas atividades recreativas da família E	
17 - A mãe / O pai não viola as regras de cortesia durante a visita O		37 - A família proporciona aulas ou participação em associações, de maneira a apoiar os talentos da criança (membros de uma associação juvenil, aulas de ginástica, atelier artístico, etc.) E	
III. CLIMA EMOCIONAL		38 - A criança tem acesso a pelo menos dois espaços de recreio ao ar livre na vizinhança imediata E	
18 - A mãe / O pai não perdeu a cabeça com a criança mais do que uma vez durante a semana anterior E		39 - A criança tem acesso a um cartão de biblioteca e a família possibilita-lhe ir à biblioteca pelo menos uma vez por mês E	
19 - A mãe / O pai reporta que não ocorreu mais do que uma situação de punição física no último mês E		40 - Um membro da família levou a criança a visitar (ou organizou a visita) , a um museu científico ou de história de arte, ao longo do último ano E	
20 - A criança pode demonstrar sentimentos negativos para com os pais, sem sofrer duras represálias E		41 - Um membro da família levou a criança numa viagem (ou organizou uma viagem) de avião, comboio ou autocarro ao longo do último ano E	

VI. ACOMPANHAMENTO FAMILIAR					51 - A criança tem permanecido com o seu núcleo familiar durante toda a vida, à exceção de 2 ou 3 semanas de férias, de uma doença da mãe, de visitas a avós, etc.) E				
42 - A família visita ou recebe visitas de familiares ou amigos, pelo menos duas vezes por mês E					VIII. AMBIENTE FÍSICO				
43 - A criança acompanhou a mãe ou o pai numa saída para tratar de assuntos da vida familiar, pelo menos 3-4 vezes no último ano (numa garagem, numa loja de roupa, loja de reparação de eletrodomésticos, etc.) E					52 - O quarto da criança tem um quadro ou uma decoração de parede atrativo para as crianças A				
44 - Um membro da família levou a criança (ou preparou a ida da criança) a algum tipo de concerto ou de performance teatral E					53 - O interior da casa ou do apartamento não é escuro ou percetivamente monótono O				
45 - Um familiar levou a criança numa viagem (ou preparou a viagem) a mais de 80 Km de distância de casa (distancia radial e não distancia total) E					54 - Em termos de espaço disponível, as divisões não estão sobrecarregadas com mobília O				
46 - Os pais conversam com a criança sobre programas de TV E					55 - Todas as divisões da casa estão razoavelmente limpas e minimamente desordenadas O				
47 - A mãe / O pai ajuda a criança a desenvolver competências ao nível da motricidade (conduzir uma bicicleta de 2 rodas, patins de roda, patins de gelo, jogar à bola, etc.) E					56 - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9 m2 por pessoa que lá mora O				
VII. INTEGRAÇÃO FAMILIAR					57 - A casa não é demasiado barulhenta (TV, gritos de criança, rádio, etc.) O				
48 - O pai (ou a figura paterna) envolve-se regularmente nas atividades da criança ao ar livre E					58 - O prédio não tem danos ou degradações na estrutura que sejam potencialmente perigosas (p. ex.: gesso a cair do teto, falhas nas escadas, ratos, etc.) O				
49 - A criança vê o pai (ou a figura paterna) e passa algum tempo com ele, durante quatro dias por semana E					59 - O ambiente do espaço exterior onde a criança brinca parece ser seguro e livre de perigos (a ausencia de um espaço de jogo ao ar livre justifica uma pontuação negativa). O				
50 - A criança come pelo menos uma refeição por dia na maior parte dos dias com a mãe e o pai (ou com as figuras materna e paterna). E									
TOTAIS									
I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	TOTAL	

HOME do Pré-Adolescente (10-14 anos)

Betty M. Caldwell e Robert H. Bradley

Ficha de Sumário

Nome da Família _____ Data _____ Visitante _____
Morada _____ Telefone _____
Nome da Criança _____
Data de nascimento _____ Idade _____ Género _____
Interlocutor (se não for a mãe, diga qual a ligação com a criança) _____
Constituição da família (pessoas que vivem no agregado doméstico, incluindo sexo, idade das crianças) _____

Etnia da Família _____ Língua falada _____
Escolaridade da mãe _____
A mãe tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregada _____
Horas de trabalho por semana _____
Escolaridade do pai _____
O pai tem emprego? _____ Que tipo de atividade profissional quando empregado _____
Horas de trabalho por semana _____
Quem cuida das crianças atualmente _____
Indique de modo resumido quem cuidou das crianças no último ano _____

Outras pessoas presentes durante a visita _____
Notas _____

SUMÁRIO				
SUSESCALAS	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	MEDIANA	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	COMENTÁRIOS
I - Ambiente Físico	7	7		
II - Materiais de Aprendizagem	10	7		
III - Moldagem	10	7		
IV - Fomentando a Auto Suficiência	6	4		
V - Atividades de Regulação	10	9		
VI - Companheirismo Familiar	8	5		
VII - Aceitação	9	9		
Pontuação Total	60	44		

Ficha do registo HOME do Pré-Adolescente (10 - 14 anos)

Preencha o espaço junto de cada item com um mais (+) ou um menos (-), dependendo do comportamento observado durante a visita, ou se a mãe/o pai comunica que as condições ou eventos são característicos do ambiente doméstico. Introduza os subtópicos e o total na Ficha Sumário. É indicado para cada item: Observação (O), Ambas (A) ou Entrevista (E).

I. AMBIENTE FÍSICO		21 - A mãe / O pai participa numa organização orientada para os adolescentes. E	
1 - O quarto do adolescente tem, pelo menos, dois quadros ou decorações apelativos para um adolescente A		22 - A mãe / O pai tem amigos com ela/ele costuma interagir fora do trabalho. E	
2 - A casa ou o apartamento não tem danos estruturais ou perigos eminentes O		23 - A mãe/O pai envolve-se regularmente em actividades de exercício físico pelo menos duas vezes por semana. E	
3 - A casa tem um espaço vital de pelo menos 9m ² por pessoa que lá mora O		24 - A mãe / O pai não perdeu a cabeça com o adolescente mais do que uma vez durante a semana anterior. E	
4 - A casa e a sua envolvimento não são demasiado barulhentas O		25 - Nenhum dos adultos da casa demonstra sinais evidentes de consumo de álcool ou de drogas. O	
5 - A casa ou apartamento está limpa O		26 - A mãe / O pai usa estruturas fráscas completas, assim como algumas palavras difíceis, durante a conversa. O	
6 - O interior da casa ou apartamento não é escuro ou perceptivamente monótono O		27 - A mãe / O pai não viola as regras de cortesia durante a visita (ignorando o visitante, fazendo comentários depreciativos ou batendo na criança) O	
7 - A vizinhança imediata da casa é esteticamente agradável e não apresenta perigos evidentes em matéria de saúde e segurança O		IV. FOMENTANDO A AUTO SUFICIÊNCIA	
II. MATERIAIS DE APRENDIZAGEM		28 - A mãe / O pai conversou com o adolescente durante as duas últimas semanas sobre coisas que aconteceram recentemente no mundo. E	
8 - O adolescente tem acesso a materiais adequados ao desenvolvimento de uma arte ou de uma forma de artesanato e/ou à realização de coleções A		29 - A mãe / O pai ensina ao adolescente competências básicas de culinária ou de limpeza E	
9 - O adolescente tem um cartão da biblioteca ou tem o nome na lista da biblioteca E		30 - A mãe / O pai ensinou o adolescente a lidar com emergências em matéria de saúde e segurança. E	
10 - O adolescente tem acesso a pelo menos 20 livros apropriados ao seu estado de desenvolvimento A		31 - A mãe / O pai providenciou atividades extra-curriculares para o adolescente. E	
11 - A casa tem pelo menos 2 tipos de materiais de pesquisa (dicionário, enciclopédia, CD) A		32 - A mãe / O pai tem dado apoio ao adolescente na realização dos trabalhos de casa e das tarefas escolares durante as duas últimas semanas E	
12 - O adolescente tem acesso a um instrumento musical A		33 - A mãe / O pai estabeleceu regras sobre os trabalhos de casa e verifica se estes estão feitos. E	
13 - O adolescente tem livre acesso a uma secretária ou a outro lugar para ler ou estudar A		V. ATIVIDADES DE REGULAÇÃO	
14 - O adolescente tem acesso a um computador em casa A		34 - A família tem uma TV e esta é usada criteriosamente e não é ligada em permanência. E	
15 - O adolescente tem acesso a pelo menos dois jogos de tabuleiro adequados A		35 - A mãe / O pai conversa periodicamente com o adolescente sobre os perigos do abuso de álcool e de drogas. E	
16 - O adolescente tem acesso a pelo menos duas peças de equipamentos adequados para o desenvolvimento físico ou atividades de desporto organizadas A		36 - A mãe / O pai providenciou orientação ou aconselhamento durante o último ano a respeito da sexualidade responsável e da higiene corporal. E	
17 - É visível pelo menos uma prateleira cheia de livros em casa O		37 - O adolescente tem rotinas semanais em matéria de responsabilidades domésticas. E	
III. MOLDAGEM		38 - A família tem horários diários bastante regulares e previsíveis. E	
18 - A mãe / O pai leu pelo menos quatro livros ao longo do último ano E		39 - A mãe / O pai exige que o adolescente durma em casa nas noites em que há escola. E	
19 - A mãe / O pai compra e lê o jornal diário ou uma revista informativa semanal E		40 - Quando a mãe / o pai não podem estar em casa com o adolescente, foram estabelecidos procedimentos para assegurar, com familiares ou outros, alguma vigilância nos fins da semana e após a escola. E	
20 - A mãe/O pai participa regularmente nas atividades da igreja. E		41 - A mãe estabelece regras para o comportamento do adolescente com os colegas e faz perguntas para determinar se as regras estão a ser seguidas. E	

42 - A mãe / O pai teve contacto com pelo menos dois amigos do adolescente no último mês E		VII. ACEITAÇÃO					0
43 - A mãe / O pai conhece os sinais do uso de drogas e permanece atenta/atento a possíveis experiências de abuso E		52 - A mãe / O pai menciona uma habilidade, uma capacidade ou uma conquista do adolescente ao longo da entrevista O					
VI. COMPANHEIRISMO FAMILIAR	0	53 - A mãe / O pai dá sinais de resposta emocional positiva aos elogios que a Visitante faz ao adolescente O					
44 - Um membro da família providenciou ao adolescente a visita a um museu de ciências ou de história de arte ao longo do último ano E		54 - A mãe não ridiculariza, não expressa hostilidade, nem se refere ao adolescente de forma depreciativa ao longo da visita O					
45 - Um membro da família promoveu ao adolescente a ida a algum tipo de concerto ou de performance teatral, durante o último ano E		55 - A mãe / O pai fala com o adolescente durante a visita (para além da apresentação e da chamada de atenção) O					
46 - Um familiar providenciou ao adolescente uma viagem a mais de 80 Km de distância de casa, durante o último ano E		56 - Durante a visita, quando fala o adolescente ou para o adolescente, a voz da mãe / do pai transmite um sentimento positivo O					
47 - O pai envolve-se regularmente em atividades ao ar livre, juntamente com o adolescente, pelo menos uma vez em cada duas semanas E		57 - A mãe / O pai permite que o adolescente tenha alguma privacidade E					
48 - O adolescente passa algum tempo com o pai (ou com a figura paterna) quatro dias por semana E		58 - A mãe / O pai encoraja o adolescente a contribuir para a conversa durante a visita O					
49 - O adolescente faz pelo menos uma refeição por dia, na maioria dos dias, com a mãe e o pai E		59 - A mãe / O pai responde apropriada e positivamente às questões e comentários do adolescente ao longo da visita O					
50 - A família visita ou recebe visitas de parentes ou amigos pelo menos uma vez por mês E		60 - O adolescente pode discordar da mãe / do pai sem duras represálias E					
51 - Um membro da família levou o adolescente a ver um espetáculo atlético ou desportivo durante o último ano E							
TOTAIS							
I	II	III	IV	V	VI	VII	TOTAL
0	0	0	0	0	0	0	0